PAISAGEM CULTURAL: do conceito à prática profissional. A rota da transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha

Maria Raquel Farinha Jorge de Carvalho
Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2022

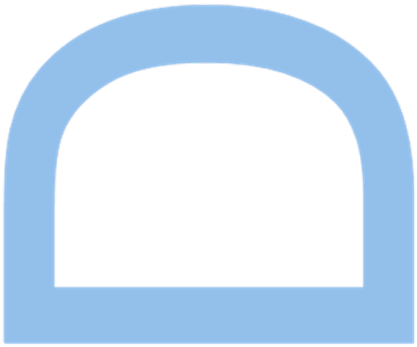
Orientador
Doutora Teresa Dulce Portela Marques, Professora Auxiliar, FCUP

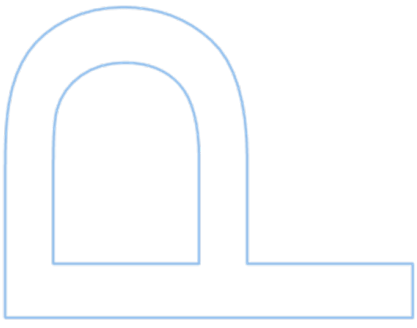
Coorientador
Doutora Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Professora Associada com Agregação, ISA

1 2 9 0
FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Hinc
Patriam
Sustinet
INSTITUTO
SUPERIOR D
AGRONOMIA
Universidade de Lisboa

U.PORTO
FC
FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNIVERSIDADE DO PORTO





O trabalho de investigação conducente a esta tese foi financiado no âmbito do POCH - Programa Operacional Capital Humano, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da Bolsa de Investigação com a referência SFRH/BD/111160/2015 concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Aos meus pais. Ao Hugo e à Catarina.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Maria Raquel Farinha Jorge de Carvalho, natural de Lisboa, residente em rua Fernando Farinha n.º22, 5ºDto, Lisboa, com o telefone 966763327, nacional de Portugal, portadora do Cartão de Cidadão nº 11537423, inscrita no Programa Doutoral LINK - Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U. Porto, que o conteúdo da presente tese reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

Ao entregar esta tese, declaro, ainda, que a mesma é resultado do meu próprio trabalho de investigação e contém contributos que não foram utilizados previamente noutros trabalhos apresentados a esta ou outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, encontrando-se devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências bibliográficas. Não são divulgados na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Lisboa, 23 de Setembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Elaborar esta tese permitiu-me percorrer um caminho de crescimento profissional e pessoal. Expresso o meu profundo agradecimento a cada um de vós, que, de forma direta ou indireta me apoiaram na concretização desta investigação.

À minha orientadora, professora Teresa Portela Marques, pelos ensinamentos e conselhos, pelo rigor científico e persistência que pautaram este trabalho conjunto de orientadora e orientada, num tema no qual me transmitiu o seu entusiasmo e conhecimento, em constantes trocas de ideias e desinquietação, para culminasse numa tese sólida e enriquecedora.

À minha co-orientadora, professora Cristina Castel-Branco, que desde a licenciatura me incutiu o gosto pelo estudo de paisagens culturais e com a qual aprendi, também no campo profissional, a prática e interesse na área da conservação do património paisagístico. Pela sua motivação, pela confiança depositada em mim e nas minhas competências, pela sua disponibilidade, pragmatismo e assertividade nas nossas conversas sobre a tese e pelo "apego" que partilhamos em relação a tantas paisagens, como a Serra da Estrela.

Destaco e agradeço, pelas conversas mais ou menos formais sobre paisagens culturais, ao arquiteto Carlos Delphim, que no Brasil tão bem defende o património cultural, destacando os jardins históricos; às arquitetas Ana Luengo e Cármen Añón, pelas suas visões e experiências que partilharam, especialmente no World Heritage, UNESCO, no desenvolvimento e defesa das paisagens culturais.

À doutora Elisa Calado Pinheiro, que generosamente me explicou a sua investigação sobre as rotas de transumância da Serra da Estrela, partilhando as suas descobertas, conclusões, dificuldades, demonstrando um profundo gosto pela história e pelo significado cultural desta paisagem e do património associado aos lanifícios. Aos pastores da Serra, em especial ao Sr. José Cardoso, pelas conversas sobre a transumância e o pastoreio, em tempos passados e na atualidade. Ao Sr. Vítor Camisão, que no Rosmaninhal me levou ao património esquecido nestas planícies interiores da Beira Baixa e que me disponibilizou informação e o seu arquivo fotográfico.

Quero agradecer aos meus colegas do programa doutoral LINK, Ana Beja da Costa, Ana Catarina Antunes, Ana Maria Cuartas, Francisco Salvação Barreto e ainda à Sandra Mesquita e à Maria Matos Silva pela amizade, trocas de ideias, partilha de todos os anseios, frustrações e conquistas. Um agradecimento ao João Crisóstomo, cuja criatividade ajudou na edição da tese.

Aos meus amigos mais antigos, à minha família, pelo apoio na gestão familiar, pelo incentivo e paciência durante todo este percurso.

E por isso, a todos aqueles que mencionei e os que faltaram e merecem menção, o meu bem-haja, como tradicionalmente se diz na Beira Baixa.

Raquel Carvalho
15 de Setembro de 2022

RESUMO

O termo e conceito de Paisagem Cultural, apesar de difundido e aplicado por várias entidades e organismos (principalmente após ter sido impulsionado pelo World Heritage, UNESCO em 1992), ainda é discutível, assim como, a forma como é expresso em abordagens de caracterização e estratégias de gestão da paisagem, ou ainda, em figuras de proteção (na legislação portuguesa), ajustadas para salvaguarda enquanto património paisagístico. O entendimento da Paisagem Cultural, articulando a dimensão tangível e intangível da paisagem, pode promover ideias para um desenvolvimento sustentável, especialmente em territórios que enfrentam problemas de crescimento demográfico, de competitividade a nível de desenvolvimento regional. Procurou-se, nesta investigação, fazer uma reflexão sobre o conceito de Paisagem Cultural, sobre a forma como este deverá ser aplicado numa abordagem de caracterização da paisagem e ainda, explicitar algumas recomendações para estratégias de conservação da paisagem, tendo por base, a especificidade e identidade de paisagens culturais.

Recorrendo a um caso de estudo de uma paisagem rural portuguesa – a paisagem cultural da rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha – demonstra-se a aplicação do conceito de Paisagem Cultural, numa abordagem prática, de caracterização, e ainda, como este conceito pode auxiliar e ser expresso na conservação de paisagens.

Para tal, a metodologia de investigação incluiu revisão da literatura temática, análise documental e comparações entre abordagens existentes, permitindo contextualizar a investigação e desenvolver os fundamentos teóricos que serviram para uma reflexão crítica e como guia para responder aos objetivos

estabelecidos. Numa segunda fase da metodologia, recorrendo ao caso de estudo, pretendeu-se aplicar a abordagem de caracterização proposta e as recomendações para a conservação da Paisagem Cultural.

A investigação permitiu concluir que o conceito de Paisagem Cultural designa paisagens com qualidades reconhecidas, paisagens humanizadas, mas que se distinguem das restantes por refletirem modos de vida e/ou apropriações específicas, que qualificam entidades únicas, diferenciadas pelo valor socio económico, ecológico, cultural que as caracteriza. Os valores que associamos à Paisagem Cultural, refletem a sua identidade, espelhando-se nas atividades e usos, nos elementos físicos e nos significados e simbolismos. Percebeu-se que a leitura de determinada paisagem cultural, pela apreensão das suas características, identificando os seus elementos e componentes, e as suas dinâmicas (que definem o seu caráter e identidade), são o ponto-chave para delinear orientações para a sua gestão e conservação. Deste modo, a abordagem de caracterização centrada na Paisagem Cultural, enquanto sistema vivo, que integra relações, necessita mais do que um elencar de elementos e componentes, de uma caracterização interpretativa das relações que se estabelecem entre eles e que lhe conferem significado cultural. A gestão das mudanças e a monitorização dos valores associados à paisagem são procedimentos inerentes à conservação das paisagens culturais e da sua identidade, que podem efetivar-se numa análise e avaliação contínua da condição dos elementos e componentes identitários, no envolvimento da comunidade e sociedade na manutenção dos valores e na perceção, didática e vitalidade cultural que transmite os valores da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem Cultural, Identidade, Valores, Significado Cultural, Mudanças, Caracterização, Conservação, Paisagem Rural, Serra da Estrela, Idanha-a-Nova, Transumância.

ABSTRACT

The concept and term ‘Cultural Landscape’, although widespread and used by several entities and bodies (especially after its promotion by World Heritage, UNESCO, in 1992), is still debated, as well as the way it is applied in characterization approaches and landscape management strategies, or even by legal means (in the portuguese legislation), adjusted to safeguard landscape as heritage. The Cultural Landscape comprehension, combining the tangible and intangible dimensions of landscape, can foster ideas towards sustainable development, especially in territories that face problems of demographic growth, or competitiveness in terms of regional development. The aim of this research is to contribute to a critical thinking about the concept of Cultural Landscape, on how it should be applied in a landscape characterization approach and also to express some recommendations for landscape conservation strategies, based on the cultural landscapes’ specificity and identity. Considering a portuguese rural landscape as a case-study – the cultural landscape of the transhumance route between ‘Serra da Estrela’ and ‘Campinas de Idanha’ – this research demonstrates how the concept of Cultural Landscape is applied, in a practical characterization approach, and also, how this concept can be expressed in landscape conservation.

The research methodology focuses on a thematic review of literature, document analysis and the comparison of several existent approaches, in order to contextualize the research and develop theoretical bases towards a guide to answer the main aims. The proposed characterization approach applicability is tested in the case-study.

Overall, cultural landscapes comprise landscapes with recognized qualities, humanized landscapes that are distinguished from the others as they reflect ways of life and/or specific appropriations which qualify unique entities, differentiated by the socio-economic, ecological, cultural values that characterize them. The landscape values reflect its identity, in uses and activities, in the physical settings and in the meanings and significance. Reading a cultural landscape, by realizing its characteristics, identifying elements and components, and their dynamics (which reflect the character and identity), are the key issue to outline conservation and management landscape guidelines. Thereby, a characterization approach and methodology focusing cultural landscapes as a living system, needs an interpretative characterization of the relationships between elements and components that provide cultural significance, rather than listing isolated elements and components.

The management of changes and monitoring landscape values are associated procedures in landscape conservation and its identity and can be implemented with a continuous landscape assessment: of the condition of the physical settings; the involvement of the community and society in the maintenance and perception of the values, didactic and cultural vitality in the transmission of cultural landscape values.

KEYWORDS

Cultural Landscape, Identity, Values, Cultural Significance, Changes, Characterization, Conservation, Rural Landscape, Serra da Estrela, Idanha-a-Nova, Transhumance.

ÍNDICE

RESUMO i

ABSTRACT iii

LISTA DE TABELAS ix

LISTA DE FIGURAS xi

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS xxi

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Temática, problema e objetivos de investigação 3

1.2. Metodologia de investigação 12

1.3. Estrutura da tese 17

CAPÍTULO 2. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E SUA APLICAÇÃO

2.1. A evolução do conceito 21

2.1.1. Dos finais do séc. XIX ao princípio do séc. XX 22

2.1.2. Os anos de 1960-1980 28

2.1.3. Os anos de 1990: *The rise of cultural landscapes* 33

2.1.4. A Paisagem Cultural no séc. XXI 36

2.2. A aplicação do conceito 42

2.2.1. A conjuntura mundial: orientações e políticas internacionais para a proteção e conservação de paisagens culturais 42

2.2.2. A Paisagem Cultural nas políticas públicas em Portugal . 57

2.2.3. O contributo do *World Heritage* (UNESCO) 64

2.3. Discussão 75

CAPÍTULO 3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

3.1. A identidade e o caráter das paisagens 81

3.1.1. O lugar e a paisagem 82

3.1.2. Identidade e caráter 84

3.2. Valores da paisagem e Significado Cultural 94

3.2.1. Os valores da paisagem 95

3.2.2. O significado cultural da paisagem 102

3.2.3. Autenticidade e Integridade na identificação do Significado Cultural 105

3.3. Evolução da paisagem. As mudanças na construção da Paisagem Cultural 116

3.3.1. A conservação da paisagem 118

3.3.2. Forças motrizes de mudanças 122

3.3.3. A gestão da mudança 132

3.3.4. Notas sobre monitorização da evolução da paisagem 137

3.4. Discussão 144

CAPÍTULO 4. ABORDAGEM PRÁTICA À PAISAGEM CULTURAL: DA CARACTERIZAÇÃO À CONSERVAÇÃO

4.1. Abordagens de caracterização de paisagens culturais 153

4.1.1. IFLA *Cultural Landscapes Committee* (IFLA-CLC) e ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA ISCCL) 154

4.1.2. *National Park Service* (NPS), Estados Unidos da América.. 160

4.1.3. Abordagens de entidades públicas da Austrália 164

4.1.4. *Landscape Character Assessment* (LCA), Reino Unido 170

4.1.5. Comparação crítica entre abordagens 176

4.1.6. Proposta para uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais 190

4.2. Proposta de abordagem e metodologia para a caracterização de paisagens culturais 196

4.2.1. Abordagem de caracterização de paisagens culturais 198

4.2.2. Metodologia para a caracterização de paisagens culturais 204

4.3. Recomendações visando a conservação de paisagens culturais 209

4.3.1. Linhas estratégicas de monitorização do estado de conservação de paisagens culturais 212

4.4. Discussão 218

CAPÍTULO 5. APLICAÇÃO DA ABORDAGEM E METODOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO A UM CASO DE ESTUDO: A ROTA DE TRANSUMÂNCIA ENTRE A SERRA DA ESTRELA E AS CAMPINAS DE IDANHA

5.1. A transumância e breve contextualização na região mediterrânica 225

5.2. A rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha: aplicação da metodologia de caracterização 230

5.2.1. Âmbito, área de estudo e atores da paisagem (passo 1) 232

5.2.1.1. A paisagem cultural de transumância 232

5.2.1.2. A Serra da Estrela: ponto nevrálgico das rotas de transumância em Portugal..... 234

5.2.1.3. Definição preliminar da área de estudo 237

5.2.2. Evolução histórica da paisagem (passo 2): Notas sobre a evolução histórica da transumância em Portugal..... 240

5.2.3. Dinâmicas socioecológicas e económicas (passo 2)..... 252

5.2.3.1. As condições biofísicas na construção da paisagem cultural 254

5.2.3.1.1. O clima e a fisiografia..... 255

5.2.3.1.2. Flora e Vegetação 260

5.2.3.1.3. O percurso e o ciclo da transumância 264

5.2.3.2. As dinâmicas populacionais 268

5.2.3.3. A economia da cultura da lã e o fabrico de queijo 270

5.2.3.4. As características imateriais 277

5.2.4. Configuração e composição da paisagem (passo 2) 284

5.2.4.1. Os usos do solo e as dinâmicas da transumância 285

5.2.4.2. Os elementos construídos estruturantes da paisagem cultural..... 297

5.2.4.2.1. As canadas e marcos de sinalização de percursos .. 297

5.2.4.2.2. Os abrigos dos pastores e as construções para o gado 302

5.2.4.2.3. O património industrial edificado da lã 310

5.2.5. Comparação com a *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais (passo 2)..... 313

5.2.6. Identificação dos elementos e componentes definidores de caráter e identitários da paisagem cultural (passo 3) 321

5.3. Discussão..... 324

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES 331

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS 339

ANEXO 1. Entrevista a Carmen Añón Feliú 361

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. *Tabela de atributos potenciais (potencial attributes) referentes a cada uma das três categorias de paisagens culturais do ICOMOS-IFLA ISCCL. Nota. Elaborado pela Autora, 2020, com dados do ICOMOS-IFLA International Scientific Committee on Cultural Landscapes (2018).* *159*

Tabela 2. *Tabela das checklists indicativas (indicative checklist) referentes a cada uma das três categorias de paisagens culturais do Australian Heritage Comission. Nota. Elaborado pela Autora, 2020, com dados do Australian Heritage Commission (2000).* . *167*

Tabela 3. *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização de paisagens. Nota. Elaborado pela Autora, 2020.*..... *182*

Tabela 4. *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização para categorias específicas de paisagens culturais. Nota. Elaborado pela Autora, 2020.* *184*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. *Capela do Senhor dos Malguiados..... 5*

Figura 1.2. *A paisagem cultural de Sistelo, Alto Minho..... 7*

Figura 2.1. *A ideia da Paisagem Cultural como 'segunda natureza'. 23*

Figura 2.2. *Os pioneiros do conceito de Paisagem Cultural. 24*

Figura 2.3. *Carl Sauer (1889-1975)..... 27*

Figura 2.4. *Skid Row in San Jose, California, J.B. Jackson. 29*

Figura 2.5. *Country road, Las Vegas, J.B. Jackson..... 29*

Figura 2.6. *Bogd Khan Uul, Mongólia. 43*

Figura 2.7. *Parque Natural de Lüneburg Heide, Hamburgo. 45*

Figura 2.8. *Cultural Landscapes: Rural Historic Districts in the National Park System. 49*

Figura 2.9. *Cronograma síntese de documentos e normas legais, relativas a paisagens culturais, desde a difusão do conceito até ao princípio do séc. XXI. 64*

Figura 2.10. *The English Lake Distric, Inglaterra. 69*

Figura 2.11. *Diagrama de três casos representativos de bens mistos e um quarto caso que representa uma paisagem cultural .. 70*

Figura 2.12. *Tongariro National Park, Nova Zelândia. 72*

Figura 2.13. *Mapa de distribuição de paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO, identificadas por ano de inscrição (1993-2021). 73*

Figura 2.14. *Mapa de distribuição de países com paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO (1993-2019) e respetiva quantificação de inscrições.* *74*

Figura 3.1. *Aldeia de Monsanto, Idanha-a-Nova.* *83*

Figura 3.2. *Paisagem na Baviera alemã.* *85*

Figura 3.3. *Ilha do Pico, Açores.* *86*

Figura 3.4. *The Landscape Identity Circle.* *87*

Figura 3.5. *O caráter dos lugares como resultado de uma combinação de fatores bióticos, abióticos e humanos.* *89*

Figura 3.6. *As componentes da identidade do lugar.* *93*

Figura 3.7. *'The Grotto and the Temple of Contemplation, Stowe' de Jean B. C. Chatelain, 1752.* *94*

Figura 3.8. *Shinboku em Shiogama Shrine, Miyagi (Japão).* *97*

Figura 3.9. *Dancing around fire.ǂKhomani Cultural Landscape.* *97*

Figura 3.10. *O profundo conhecimento do local conduz à interpretação dos valores.* *99*

Figura 3.11. *Empilhamento de pedras com funções distintas* *101*

Figura 3.12. *Englischer Garten em Munique.* *103*

Figura 3.13. *Enquadramento teórico de análise e gestão da autenticidade em paisagens culturais.* *109*

Figura 3.14. *Vinha da Ilha do Pico.* *111*

Figura 3.15. *Moinhos de rodízio para moagem de farinha, Vale do rio Ponsul (Penha Garcia).* *112*

Figura 3.16. *Ruínas da aldeia do Monte dos Alares.* *113*

Figura 3.17. *Trajetórias de mudanças.* *124*

Figura 3.18. *Fatores relevantes, negativos ou positivos que atualmente ou potencialmente afetam bens culturais, europeus..... 130*

Figura 3.19. *Diagrama de análise de forças motrizes e mudanças na paisagem. 133*

Figura 3.20. *Matriz de avaliação de mudanças no caráter da paisagem, Inglaterra. 135*

Figura 3.21. *Diagrama relativo ao estado de conservação de um determinado elemento identitário da paisagem. 138*

Figura 4.1. *Diagrama metodológico desde a carcacterização à gestão de paisagens culturais, desenvolvida pelo Department of Environment, Climate Change and Water NSW, Australia. 171*

Figura 4.2. *Landscape Character Types e Landscape Character Areas, segundo uma hierarquia de escalas. 175*

Figura 4.3. *Diagrama de análise e metodologia do Landscape Character Assessment. 177*

Figura 4.4. *O processo do Landscape Character Assessment, adaptado pelo Natural England. 178*

Figura 4.5. *Diagrama da proposta de abordagem de caracterização em paisagens culturais e passos subsequentes. 203*

Figura 4.6. *Fluxograma da metodologia proposta para a caracterização de paisagens culturais..... 204*

Figura 4.7. *Diagrama concetual de análises parcelares que devem ser interpretadas segundo as três linhas estratégicas de monitorização do estado de conservação da Paisagem Cultural. 217*

Figura 5.1. *Mapa topográfico 3D, representativo das zonas montanhosas da europa do sul e restante região mediterrânica (sem escala). 227*

Figura 5.2. *Fluxos, rotas de transumância e áreas de pastagens na região mediterrânica. 228*

Figura 5.3. *Traços comuns da vida pastoril, associados à transumância, na região mediterrânica. 229*

Figura 5.4. *Caminhos de transumância. 229*

Figura 5.5. *Os abrigos de pastores integram um testemunho de traços semelhantes no mediterrâneo. 229*

Figura 5.6. *Fluxograma da metodologia proposta para a caracterização de paisagens culturais. [já apresentado na figura 4.6] .. 231*

Figura 5.7. *Serra da Estrela. 233*

Figura 5.8. *Mapa com os principais destinos das rotas de transumância de rebanhos, associados à Serra da Estrela. 236*

Figura 5.9. *Percurso da "Invernada" da região da Serra da Estrela para o concelho de Idanha-a-Nova. (Finais da década de 30, século XX) Orlando Ribeiro 1941. ..... 239*

Figura 5.10. *Identificação das rotas de transumância entre a Serra da Estrela e a Beira Baixa (enquadramento geográfico). 240*

Figura 5.11. *Ponte romana de Alcântara, sobre o rio Tejo, Espanha. Um dos pontos de passagem para a Beira Baixa, Portugal. 243*

Figura 5.12. *Mapa dos antigos caminhos pastoris na Península Ibérica. 244*

Figura 5.13. *Carta dos terrenos cultivados e incultos de Portugal, 1868. ..... 248*

Figura 5.14. *Identificação de áreas de baldios pela Junta de Colonização Interna, em 1936. ..... 249*

Figura 5.15. *Áreas em Regime Florestal total ou parcial. 249*

Figura 5.16. *Cronograma da evolução histórica da transumância em Portugal (datas e acontecimentos com impacte na atividade) 250*

Figura 5.17. *Dinâmicas socioecológicas: sistema de uso do solo e recursos naturais/gerados num sistema de transumância de gado ovino e caprino na região mediterrânica.* *253*

Figura 5.18. *Hipsometria da área em estudo.* *255*

Figura 5.19. *Classificação climática de Köppen.* *257*

Figura 5.20. *Zonas de aridez e sua evolução nos períodos temporais (1960-1990), (1970-2000) e (2000-2010).* *258*

Figura 5.21. *Áreas ardidas desde 2010 a 2020.* *259*

Figura 5.22. *Geologia e localização de geossítios.*..... *260*

Figura 5.23. *Linhas e massas de água principais e secundárias.... 261*

Figura 5.24. *Séries de Vegetação.*..... *262*

Figura 5.25. *Áreas para conservação da natureza*..... *263*

Figura 5.26. *Perfil do terreno dos percursos efetuados na rota de transumância entre a Serra da Estrela (Sabugueiro) e as Campinas de Idanha-a-Nova e Alares.* *266*

Figura 5.27. *Representação em planta da zona da Cova da Beira (vale) e das Serras da Estrela e de Alpedrinha, por onde atravessava a rota de transumância.* *267*

Figura 5.28. *Evolução demográfica na beira interior (período de 1864-2011).* *268*

Figura 5.29. *Mapa da densidade de população e tipo de povoamentos rurais em Portugal, 1940.* *269*

Figura 5.30. *O sítio do Peso da Lã, Covilhã.*..... *270*

Figura 5.31. *Raça Merino da Beira Baixa.* *271*

Figura 5.32. *Raça Churra do Campo da Beira Baixa.*..... *271*

Figura 5.33. *Raça Bordaleira Serra da Estrela.* *271*

Figura 5.34. *O destaque da Covilhã como importante núcleo fabril de lanifícios em 1881. ..... 273*

Figura 5.35. *Mapa da indústria de lanifícios na Beira Interior... 273*

Figura 5.36. *Produção artesanal de queijo, Beira Baixa..... 275*

Figura 5.37. *Total de produtos alimentares reconhecidos pela União Europeia como produtos de qualidade, de cariz tradicional e associados a determinada região geográfica. 277*

Figura 5.38. *A imagem bucólica da pastorícia, associada à região. 278*

Figura 5.39. *Nave de Santo António , Serra da Estrela. Rebanho a pastar nos cervunais. 280*

Figura 5.40. *Ermida de Nossa Senhora do Soito, Fernão Joanes (Guarda). 281*

Figura 5.41. *Capela de São João, Rosmaninhal. 281*

Figura 5.42. *Chocalhos – Festival dos Caminhos de Transumância, 2017. ..... 282*

Figura 5.43. *Festa da Transumância, Seia, 2016. ..... 282*

Figura 5.43. *Continuação 282*

Figura 5.44. *Nossa Senhora da Boa Estrela. 283*

Figura 5.45. *Escultura em homenagem ao pastor, Rosmaninhal. 283*

Figura 5.46. *Diagrama de relações sobre o ciclo de transumância (Serra da Estrela – Idanha-a-Nova)..... 285*

Figura 5.47. *Diagrama espacial da rota de transumância e áreas de pastagens (Serra da Estrela – Idanha-a-Nova)..... 286*

Figura 5.48. *Unidades de Paisagem. 287*

Figura 5.49. *Carta Agrícola e Florestal, 1907..... 288*

Figura 5.50. *Ocupação/Uso do solo "CORINE Land Cover 90".. 289*

Figura 5.51. *Socalcos de Loriga. 291*

Figura 5.52. *Vale da Candeeira, Serra da Estrela. 291*

Figura 5.53. *O sistema infield-outfield característico de Manteigas, Serra da Estrela. 292*

Figura 5.54. *Nave da Mestra, Serra da Estrela..... 293*

Figura 5.55. *Covão do Boi, Serra da Estrela. 293*

Figura 5.56. *Vista da Idanha para as Campinas..... 294*

Figura 5.57. *Planta da Beira Baixa no séc. XVIII. 295*

Figura 5.58. *Albufeira da barragem Marechal Carmona, Idanha-a-Nova. 296*

Figura 5.59. *A Campina da Idanha. 296*

Figura 5.60. *Rosmaninhal. O domínio da grande propriedade e extensas áreas de matos. 297*

Figura 5.61. *Regulamentação para a passagem dos gados transumantes, séc. XVIII. 298*

Figura 5.62. *Canada em Cortes do Meio, Covilhã. 299*

Figura 5.63. *Canada no vale do Zêzere, Manteigas. 300*

Figura 5.64. *Canada na Póvoa Velha, Seia. 300*

Figura 5.65. *Canada dos Serranos, Idanha-a-Nova..... 300*

Figura 5.66. *Caminho dos Ovelheiros, Rosmaninhal. 301*

Figura 5.67. *Canada, Penha Garcia. 301*

Figura 5.68. *Mariolas, Serra da Estrela. 301*

Figura 5.69. *Marco de orientação de caminhos de transumância, Póvoa Nova, Seia. 302*

Figura 5.70. *Abrigo fixo de pastor com redil em pedra. Vale do Zêzere, Manteigas.* *303*

Figura 5.71. *Eiras e choças da "aldeia dos animais" na aldeia de Fernão Joanes.* *303*

Figura 5.72. *Abrigo aproveitando formações rochosas, Cortes do Meio, Serra da Estrela.*..... *303*

Figura 5.73. *Construção sob lapa, Serra da Estrela.*..... *304*

Figura 5.74. *Abrigos em pedra solta e telhado de colmo. Curral para abrigo de rebanhos no vale do Zêzere, Manteigas.*..... *304*

Figura 5.75. *Abrigo recuperado para habitação/turismo no vale do Zêzere, Manteigas.* *304*

Figura 5.76. *Malhão, Serra da Estrela.*..... *306*

Figura 5.77. *Choça (segunda metade do século XX).* *306*

Figura 5.78. *Choço semi cónico móvel materializado com giestas, palha e colmo, Orca.* *306*

Figura 5.79. *Choça, Rosmaninhal.* *307*

Figura 5.80. *Abrigo de pastor em estrutura circular (búfio) de pedra de xisto sobreposta com curral, Rosmaninhal.*..... *307*

Figura 5.81. *Abrigo de pastor em pedra seca, Rosmaninhal.* ... *308*

Figura 5.82. *Abrigo em pedra seca (concelho Idanha-a-Nova)* ... *308*

Figura 5.83. *Fonte Grande/Chafariz da avenida (sec. XVI), Ladoeiro.* *308*

Figura 5.84. *Fonte de mergulho, Oledo. Numa das laterais, um bebedouro em pedra, para animais.*..... *309*

Figura 5.85. *Poços e pias em pedra para bebedouro do gado, Beira Baixa.* *309*

Figura 5.86. *Riachos na Serra da Estrela.* *309*

Figura 5.87. *Água presente nas zonas húmidas e cervunais da Serra da Estrela.* *310*

Figura 5.88. *Antiga Real Fábrica de Panos, na Covilhã.* *312*

Figura 5.89. *Antiga fábrica da 'Lanifícios Império', Manteigas....* *312*

Figura 5.91. *Lavadero de lanas de los Barruecos, Malpartida de Cáceres.* *312*

Figura 5.90. *Antiga Fábrica António Estrela & C. Lda, (1853) na Covilhã.* *313*

Figura 5.92. *Identificação da rota de transumância com origem em Fernão Joanes, fazendo parte das rotas entre a Serra da Estrela e a Beira Baixa .* *323*

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AJH - Associação Portuguesa dos Jardins Históricos
APAP - Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas
ASLA - *American Society of Landscape Architects*
CEP - Convenção Europeia da Paisagem [*European Landscape Convention*]
CoE - Conselho da Europa
CL - *The Cultural Landscapes Inventory* [EUA]
CLR - *The Cultural Landscape Report* [EUA]
DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural
DL - Decreto-Lei
DR - Diário da República
DRg - Decreto Regulamentar
DPSIR - *Driving forces, Pressures, States, Impacts, Responses*
EUA - Estados Unidos da Améria
HLC - *Historic Landscape Caracterization* [UK]
ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* [Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais]
ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* [Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse]
ICOMOS-IFLA ISCCL - *International Scientific Committee on Cultural Landscapes*
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IFLA - *International Federation of Landscape Architects*
IFLA-CLC - *Cultural Landscapes Committee*
IPA - Inventário do Património Arquitetónico
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera
ISA - Instituto Superior de Agronomia
IUCN - *International Union for Conservation of Nature* [União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos]
JCI - Junta de Colonização Interna
NPS - *National Park Service* [EUA]
NT - *National Trust* [UK]
OG - *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* [Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial]
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
RAN - Reserva Agrícola Nacional
RN2000 - Rede Natura 2000
REN - Reserva Ecológica Nacional
SNPRCN - Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
SNPRPP - Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
TCLF - *The Cultural Landscape Foundation* [EUA]
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation* [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura]
UK - *United Kingdom* [Reino Unido]
VUE - Valor Universal Excecional
WH - *World Heritage* [Património Mundial]
WHC - *World Heritage Centre* [Centro do Património Mundial]
WHCo – *Worl Heritage Committe* [Comité do Património Mundial]
WHL - *World Heritage List* [Lista do Património Mundial]

CAPÍTULO 01

INTRODUÇÃO

1.1. TEMÁTICA, PROBLEMA E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

A paisagem, enquanto objeto de apreciação e de intervenção humana, abrange naturalmente diversos entendimentos que resultam de interpretações em campos disciplinares distintos, variando desde as Ciências Naturais, como a Geografia, História, Antropologia, Sociologia, Economia, Política, Artes Visuais, entre outros.

Paisagens culturais partilham também desta amplitude de entendimentos sendo mesmo discutível o seu destaque e aplicação. Na Convenção Europeia da Paisagem (CEP) (2000), este conceito é deliberadamente evitado, pressupondo que ao adjetivar a paisagem como cultural, poderá conduzir a uma interpretação errada da mesma, sendo que a Convenção pretende reconhecer e proteger as paisagens, independentemente do seu valor:

> *La questione della definizione del concetto di paesaggio merita un commento specifico. Si sente spesso parlare "paesaggio culturale"; questa definizione non è a nostro modo di vedere compatibile con il concetto di paesaggio espresso dalla Convenzione; e questo non perché sia sbagliato parlare di "paesaggio culturale" - il paesaggio, infatti, come esperienza umana è sempre un fatto culturale - ma perché l'aggettivo "culturale" si presta ad interpretazioni fuorvianti. Se non correttamente interpretato, questo aggettivo rischia infatti di far attribuire un valore specifico aggiuntivo al sostantivo "paesaggio", e questo indipendentemente dal dato reale; siffatta interpretazione potrebbe spingere a ritenere che se il paesaggio non è culturale, non è paesaggio. Nell'articolo della Convenzione relativo alle definizioni, l'aggettivo "culturale" è stato quindi volutamente evitato.*[1] *(Priore, 2005).*

1 Tradução livre da autora: " A questão da definição do conceito de paisagem merece um comentário específico. Ouvimos falar de "paisagem cultural"; esta definição não é, no nosso modo de ver, compatível com o conceito de paisagem expresso na Convenção [CEP]; não por ser errado falar de Paisagem Cultural, a paisagem é, de facto, como experiência humana, sempre algo cultural, mas porque na prática administrativa, o adjetivo 'cultural' presta-se a uma má interpretação. Se não for devidamente interpretado, este adjetivo ameaça atribuir um valor específico ao substantivo 'paisagem', independentemente da realidade; tal interpretação, far-nos-ia acreditar que se a paisagem não é cultural, então não é paisagem. No artigo da Convenção referente a definições, o adjetivo 'cultural' foi assim, deliberadamente evitado." (Priore, 2005).

Por outro lado, são várias as entidades que aplicam o conceito, destacando-se o *World Heritage Centre* da UNESCO (WHC), exemplificando a sua utilidade para designar determinadas paisagens. Paisagens culturais podem ser interpretadas como o resultado de reorganizações consecutivas do território de forma a adaptar a sua estrutura e uso às constantes necessidades das sociedades (Antrop, 2005). Esta definição representa uma visão pragmática da ação humana, física, comum a grande parte das paisagens culturais, objeto de estudo da presente dissertação.

Entre outras interpretações, pode ser entendida como fruto de um saber construir (ou interagir) ligado à paisagem (e à Natureza), testado ao longo de mais ou menos gerações (Fowler, 2003; Taylor, 2008), revelando, entre outras, duas características fundamentais: valores e dinâmicas de mudança. Estas paisagens, ao revelarem qualidades diferenciadoras e distintivas em relação a outras, permite associar-lhes uma identidade própria e valores que lhe conferem uma mais-valia enquanto legado para populações, comunidades locais ou sociedade em geral. Sistemas complexos e vulneráveis, as paisagens culturais afiguram-se nas mais variadas tipologias, quer sejam as que se evidenciam pela estrutura espacial como as que exprimem significados e ligações sagradas com a Natureza ou criações intencionais de lazer e apreciação estética como jardins e parques.

Como referido em Palang et al. (2007) o poder da paisagem enquanto veículo de comunicação, a capacidade que esta tem em transmitir a sabedoria de geração em geração, unindo ideologia e cronologia, é de tal forma, que no geral, este 'poder' cria regras que as pessoas consideram normais. A identidade da paisagem poderá evidenciar-se tanto através de elementos materiais como imateriais, incluindo os saberes locais. A transmissão do saber, enraizado na cultura das comunidades, veicula um modo de vida com importância na construção das paisagens ao longo dos tempos.

Figura 1.1. *Capela do Senhor dos Malguiados.* ***Nota***. Esta capela, em Fradelos (Braga) é mantida num contexto revelador de profundas alterações. **Em** *Volta a Portugal* (p.99), **de** A. Domingues, 2007, Contraponto Editores.

Este processo de passagem do saber, que Paul Claval (2007) distingue entre a cultura das elites e a cultura popular (nas sociedades ocidentais), ora se efetuava de forma mais erudita, pela escrita, pintura, representando a cultura nacional, ou de forma vernácula, nas relações sociais, pela observação, imitação, troca verbal de ideias, numa realidade vivida pelos membros da comunidade. A modernização tecnológica, as novas facilidades trazidas pela globalização, trouxeram melhorias de vida, mas também remeteram estas culturas vernáculas a componentes pontuais em culturas globais. Esta perda dos saberes do dia-a-dia leva-nos a uma crise da paisagem (Domingues, 2001) ou crise de identidade (Claval, 2007). Especialmente em paisagens rurais, que sofreram com o êxodo rural em Portugal, profundas transformações, o sistema de equilíbrio da paisagem é progressivamente desconstruído, permanecendo por vezes, apenas resquícios de padrões espaciais e património construído pontual, como perduração de memórias da identidade local, graças a ações de preservação, como ilustrado na figura 1.

A conservação, através de estratégias de valorização destas paisagens pode, deste modo, assegurar o forte potencial das mesmas para a sociedade, tanto a nível dos bens intrínsecos

como daqueles que podem ser criados. É neste sentido que o estabelecimento de um equilíbrio entre a proteção e valorização dos bens de determinado lugar, assim como os benefícios sociais, económicos e ecológicos que podem ser gerados, revela-se num objetivo fundamental.

Enquanto sistemas que expressam uma interligação entre determinada comunidade e o meio envolvente, a adaptação a novos desafios de desenvolvimento deve ser considerada e ponderada como alavancas importantes para a perduração de valores ao longo dos tempos. No entanto, lidamos atualmente com a preocupação global e crescente relativa a várias forças motrizes que geram mudanças nas paisagens culturais, com as quais muitas vezes é difícil conciliar o seu ritmo (das mudanças) com a conservação da identidade local, como referido acima. Para tal contribuem principalmente para os fenómenos de globalização, das céleres variações nos mercados económicos, das inovações tecnológicas e melhorias de acessibilidades que muitas vezes fomentam a pressão turística sobre o território, desenvolvimentos urbanos desadequados, ou na maioria dos casos em áreas rurais, o abandono de técnicas tradicionais de uso do solo por se considerarem obsoletas quando comparadas com novas possibilidades mais produtivas e rentáveis.

É neste paradoxo que reside uma das questões que irá guiar a presente investigação: Como é que os valores das sociedades e culturas em constante mudança se refletem em paisagens equilibradas e com significado cultural, no presente e no futuro? Maggie Roe (2007) refere uma tendência geral de analisar as paisagens culturais como construções do passado, algo a ser preservado e conservado sem consideração do seu caráter vivo, evolutivo e sendo alterado por culturas e comunidades atuais.

A aplicação do conceito Paisagem Cultural, reflete assim preocupações ambientais, sociais, culturais e económicas, com alterações ocorridas nos ecossistemas, modificações nas formas de vida e usos tradicionais, principalmente durante e pos-

Figura 1.2. *A paisagem cultural de Sistelo, Alto Minho.*
Nota. **Em** *National Geographic Portugal* **de** L. Portugal , 2022.

teriormente à revolução industrial. O conceito de património é originário da Europa (Bandarín, 2018) assim como conservação patrimonial, que surge na viragem do séc. XIX (Poulios, 2014) , muito baseado na crença da ciência e racionalização de fatos. Esta tem como objetivo fundamental a preservação física do património, que ganhou autoridade como testemunho de determinada época, sendo patente o receio de mudanças, do inesperado e inovativo nas primeiras abordagens de conservação, criando uma descontinuidade com o presente e com formas de pensar num património vivo (Poulios, 2014). Apesar do reconhecimento da dimensão viva dos locais com valor patrimonial, o papel ativo das comunidades locais ainda não é reconhecido como essencial nos processos de reconhecimento de bens, planeamento ou mesmo nos planos de gestão da paisagem cultural.

A nível internacional, o *World Heritage Centre* é exemplo disso. Assegurando a gestão do estipulado na *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* (UNESCO, 1972), tem vindo a integrar a dimensão intangível e viva (de forma mais expressiva com a inclusão da categoria Paisagem Cultural como bem cultural património mundial, em 1992), considerando critérios iniciais que visavam responder a património construído (muito baseado na Carta de Veneza, 1964).

Analisando-se a nível nacional, a figura Paisagem Cultural não tem um reconhecimento a nível legal. Surge frequentemente associada a paisagens culturais portuguesas inscritas na *World Heritage List* (WHL), sendo deste modo, protegidas legalmente enquanto bem patrimonial, como monumento nacional. A adoção de medidas de proteção, são ainda referentes ao estabelecido na "Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro)", sendo que os bens imóveis são enquadrados em categorias de monumento, conjunto ou sítio. A título de exemplo, em 2018 foi classificada a Paisagem Cultural de Sistelo como monumento nacional (DL n.º 10/2018, Série I de 2018-01-15), e como tal segue legislação que foi orientada para monumentos edificados.

Os inúmeros jardins históricos nacionais (uma tipologia de paisagem cultural) carecem ainda de uma inclusão na lista de património cultural, (para além do reconhecimento em figuras de planeamento municipais), de forma a beneficiarem de uma valorização das comunidades e organizações, estratégias essenciais para a sua conservação (AJH, 2018).

Enquanto património vivo, a Paisagem Cultural integra mudanças. Os estudos da mudança na paisagem seguem principalmente uma metodologia de análise e diagnóstico de impactes sobre determinado acontecimento proposto, os tradicionais estudos de impacto ambiental, não estando focados na componente patrimonial da paisagem. Disciplinas específicas como *Land Change Science* analisam a mudança na paisagem, mas ainda faltam abordagens e ideias sobre causas de mudanças, informação sobre fatores adversos ou estabilizadores das mesmas, ou mesmo a integração da dimensão cultural nas abordagens (Bürgi et al., 2005).

É necessário aplicar uma "lente" na caracterização, análise e diagnóstico de paisagens culturais que integre valores tangíveis e intangíveis, tanto na identificação das suas carac-

terísticas (que a qualificam e distinguem), como na conservação e gestão da paisagem. No âmbito do *World Heritage Centre* (WHC), encontram-se também vários esforços em acompanhar e orientar os profissionais que lidam com paisagens culturais. No "Guia para Avaliação de Impactos em Património (ICOMOS, 2011)" é referido que os conceitos de "limite aceitável de mudança" e "capacidade de absorção" são ainda discutíveis assim como o modo de operacionalizá-los. A nível nacional, assiste-se ao mesmo esforço de transpor as recomendações do ICOMOS e implementar medidas de "Avaliação de Impactes no Património" (AIP) com as existentes medidas e procedimentos das "Avaliações de Impactes Ambientais" (AIA), tendo sido expresso este passo inicial, como objetivos futuros, na "Declaração de Sintra" (APAI et al., 2017).

Para além do WHC, que se destaca como referência internacional - existem outras entidades que contribuíram para a caracterização e gestão de paisagens culturais. Nos EUA, os manuais e guias sobre preservação de paisagens culturais, elaborados nos anos de 1980 e 1990, são primordiais no arranque operacional do conceito de Paisagem Cultural. A nível europeu, contemporâneo da Convenção Europeia da Paisagem (2000), o Reino Unido avançou com manuais sobre caracterização e análise da paisagem, que se destacaram pelos seus contributos para uma leitura dos vestígios históricos na paisagem actual (Scazzosi, 2004), referindo-se, por exemplo, o *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland. The Countryside Agency* (Swanwick & Land Use Consultants, 2002). Destacam-se também projetos de investigação que se têm dedicado ao estudo das paisagens culturais, nomeadamente o projeto: *Sustainable Futures for Europe's Heritage in Cultural Landscapes- HERCULES 2013-2016*), no estudo de paisagens culturais europeias.

São deste modo necessárias diretrizes e metodologias que facilitem o processo de caracterização, conservação e gestão de

paisagens culturais, permitindo orientar o trabalho de técnicos, comunidade local e outros agentes responsáveis por determinada paisagem cultural. Referências e conhecimento sistematizado sobre como explicitar e representar as complexas relações socioecológicas e valores reconhecidos, de forma a que possam ser aplicados em ações de conservação ou propósitos de desenvolvimento, ainda permanecem em estudo (IFLA CLC, 2008; Laviscio et al., 2019; Plieninger et al., 2014).

É neste sentido que se apresenta uma segunda questão de investigação, sobre a aplicabilidade do conceito. Para tal, recorrendo a uma paisagem cultural com fortes raízes numa atividade tradicional que atualmente está praticamente extinta, questiona-se o seguinte: perante fatores que fomentaram mudanças em determinada paisagem cultural, que por sua vez conduziram ao declínio ou extinção de atividades que a originaram no seu modo tradicional, como se analisam e avaliam no presente, os elementos e dinâmicas que definem a identidade dessa paisagem?

Formula-se deste modo duas hipóteses para a problemática geral da investigação: o conceito de Paisagem Cultural articula as dimensões tangíveis e intangíveis da paisagem e expressa soluções com qualidades reconhecidas. A leitura de determinada paisagem cultural, pela apreensão das suas características, dos elementos e dinâmicas que definem o seu caráter e identidade, são o ponto-chave para delinear orientações para a sua gestão e conservação. Neste sentido, ferramentas de base científica que integrem abordagens de natureza socioecológica, que integrem as dimensões materiais e imateriais da paisagem e que auxiliem a leitura dos elementos e componentes da paisagem cultural ao longo dos tempos, são estratégias para o problema de investigação que aqui se coloca.

As estratégias de gestão da paisagem cultural devem orientar as mudanças no sentido da conservação de uma paisagem de qualidades reconhecidas e como tal, de caráter patrimonial

local, regional, nacional ou internacional: " Para compreendermos, amarmos e conservarmos essa herança, esse património, é preciso saber interpretar a paisagem, desvendar a complexidade das suas dependências que começaram por ser apenas naturais, mas que a pouco e pouco se transformaram em dependências culturais." (Pessoa, 2018, p. 92).

Deste modo, são traçados os seguintes objetivos de investigação:

a) reflexão sobre o conceito de Paisagem Cultural e explicitação da importância da sua distinção e aplicação;
b) desenvolver uma abordagem e metodologia de caracterização orientada para a Paisagem Cultural, assim como, recomendações para a gestão e conservação que conciliem a sua identidade e carácter com as dinâmicas evolutivas da Paisagem Cultural, orientado o trabalho de técnicos, comunidade local e outros agentes responsáveis por determinada paisagem cultural;
c) demonstrar a aplicabilidade da metodologia, recorrendo a um caso de estudo: a rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha.

Para a aplicabilidade da metodologia proposta, o caso de estudo ilustra uma paisagem cultural rural, cuja atividade social que a originou (com maior expressão social e económica) – a transumância de grandes rebanhos - está extinta, mas que integra uma carga intangível rica, surgindo como oportunidade à reflexão e ponderação sobre a reabilitação de processos basilares desta paisagem, a gestão do património cultural ou a integração de novas formas, processos e funções que respeitem as necessidades da comunidade em contextos atuais económicos, sociais e culturais. O seu estudo poderá permitir a reflexão sobre o uso do conceito Paisagem Cultural como articulador de dimensões tangíveis e intangíveis e de possíveis respostas para o desenvolvimento sustentável e duradouro em territórios com fraturas sociais, económicas e culturais em rápida aceleração.

1.2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A linha metodológica utilizada para responder à problemática e aos objetivos de investigação pode ser dividida em duas fases distintas, ou seja, em metodologias parciais.

Para responder aos objetivos propostos na investigação, nomeadamente os que concernem à reflexão sobre o conceito de Paisagem Cultural, descreveu-se como surgiu o conceito e qual foi a sua aplicação prática. Pretendeu-se também, desenvolver uma abordagem e metodologia de caracterização e recomendações para a gestão e conservação, focada em paisagens culturais. Para tal, a metodologia para desenvolver esta primeira parte da investigação, assenta sobretudo na pesquisa e crítica sobre bibliografia selecionada de um corpo de conhecimento e investigação já estabelecido. Deste modo, procedeu-se à revisão da literatura e análise documental que permitiram contextualizar a investigação, recorrendo assim a:

a) Literatura temática (livros, artigos científicos);
b) Atas de conferências sobre o tema em análise;
c) Trabalhos académicos (teses de doutoramento sobre o tema paisagens culturais);
d) Relatórios, Guias, Manuais – identificação, análise e diagnóstico, gestão de paisagens culturais;
e) Documentos internacionais e nacionais: Legislação, Tratados, Convenções, Recomendações, Cartas (entre outros).

Nesta primeira fase desenvolveram-se os fundamentos teóricos que serviram para uma reflexão crítica e como guia para responder aos objetivos estabelecidos de formulação de uma proposta de metodologia de caracterização de paisagens culturais e recomendações para a sua conservação e gestão, visando a sua identidade.

Uma das fontes de informação essencial são os documentos do *World Heritage* (UNESCO) fonte de informação credível, com

dados a nível mundial. Recorreu-se assim, entre outros, a dados e informação obtidos a partir de:

- *World Heritage Cultural Landscapes – A Handbook for Conservation and Managment* (Mitchell et al., 2009);
- *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties - HIA* (ICOMOS, 2011)*;*
- *Final Report on the Results of the Second Cycle of the Periodic Reporting Exercise for the Europe Region and Action Plan* (World Heritage Committee, 2015) . Estes relatórios periódicos reportam e analisam o estado de monitorização e fatores de pressão sobre os bens listados, permitindo acompanhar o estado de conservação das paisagens culturais.

Outra fonte de informação, com documentação diretamente relacionada com Paisagens Culturais é o ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes*, tendo sido analisados relatórios resultantes de reuniões de peritos sobre o tema das paisagens culturais.

Destacam-se também, como referências, manuais e guias sobre preservação de paisagens culturais dos Estados Unidos da América, pioneiros na publicação e divulgação de informação sobre paisagens culturais, sendo assim tido como referência alguns documentos como:

- *Preservation Brief 36: Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes* (Birnbaum, 1994);
- T*he Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for the Treatment of Cultural Landscapes* (Birnbaum, 1996);
- *A Guide To Cultural Landscape Reports: Contents, Process, and Techniques* (Page, et al., 1998);
- *National Park Service Cultural Landscapes Inventory Professional Procedures Guide* (Page, 2009).

A nível europeu, o Reino Unido desenvolveu manuais sobre caracterização e análise da paisagem em geral, mas com interpre-

taçoes necessárias exploradas nesta tese, a nível da Paisagem Cultural, nomeadamente:

- *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland* (Swanwick & Land Use Consultants, 2002)*;*
- *Using Historic Landscape Characterization - English Heritage's review of HLC Applications 2002 – 03* (Clark et al., 2004)*;*

Para além do Reino Unido, destacam-se outras publicações a nível europeu :

- *European Landscape Character Areas* (Wascher, 2005)*;*
- *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Cancela d'Abreu et al., 2004).

Também na Austrália, especialmente com foco em lugares com significado cultural, são diversos os documentos relacionados com o tema, analisados como referência. A título de exemplo:

- *Overview of the Identification, Assessment and Management of Cultural Landscapes* (Australian Heritage Comission, 2000)*;*
- *Landscapes of cultural heritage significance: Assessment Guidelines* (Heritage Victoria, 2002).

Analisam-se também, publicações de projetos científicos com resultados práticos aplicados a paisagens culturais rurais europeias, em curso ou já terminados, destacando o projeto *Sustainable Futures for Europe's Heritage in Cultural Landscapes - HERCULES* 2013-2016 (Plieninger et al., 2014).

Ainda nesta primeira fase efetuou-se uma entrevista individual semiestruturada, com um guião composto por quatro perguntas, uma das quais de resposta aberta, sobre a temática. A entrevista, foi realizada a Carmen Añón Feliú, especialista em jardins históricos e paisagens culturais, cuja experiência profissional conta com um longo e intenso envolvimento desde os anos de 1980 em reuniões do *World Heritage,* enquanto membro do ICOMOS *Board of Directors* e também da delegação de Espanha. Tendo sido uma das personalidades diretamente envolvidas na inclusão da categoria Paisagem Cultural na *World Heritage*

List (WHL), é uma das figuras fulcrais para o estudo, não só da evolução do conceito, como do próprio entendimento e prática profissional.

Numa segunda fase da investigação, pretendeu-se aplicar a abordagem e metodologia de caracterização proposta, a uma paisagem cultural em particular, recorrendo-se a um caso de estudo. Analisou-se assim a paisagem cultural da rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas da Idanha. Esta paisagem cultural é representativa de uma prática tradicional de atividade agro-silvo-pastoril mediterrânica, que ainda ocorre nalguns países do Sul da Europa como Espanha ou França (Calado Pinheiro (coord.) 2008). Hoje, praticamente extinta em Portugal, foi construída com base numa atividade social que em tempos teve um papel preponderante na sociedade e está em declínio ou quase extinção na região - a transumância de grandes rebanhos – apresentando, deste modo, um desafio para o presente problema de investigação.

A escolha deste caso de estudo tem também por base a noção de que a produção do conhecimento deverá abranger as mais diversas paisagens culturais, não apenas as que se destacam por representarem arte erudita, pela exuberância da sua imagem ou pelo seu reconhecimento internacional (e por isso são alvo de maior visibilidade em termos de medidas de conservação), mas outras que sejam representativas da diversidade global.

A adoção de uma metodologia mista na investigação foi particularmente útil, integrando perspetivas quantitativas e qualitativas na obtenção e análise de dados para responder à proposta para caracterização de paisagens culturais. Assim, recorreu-se a algumas técnicas gerais quantitativas: comparações, estudo de relações e causas, ênfase em factos, assim como, técnicas qualitativas: compreender fenómenos, intenções (Coutinho, 2015) e descrever interações sociais dos atores intervenientes na paisagem.

Foi também efetuada uma revisão de literatura e análise documental referente à história da transumância a nível europeu e nacional, centrando posteriormente na área proposta para estudo. Consoante a origem das fontes documentais, distinguem-se três principais:

a) Literatura teórica (livros, artigos científicos);
b) Documentação histórica (arquivos históricos);
c) Documentação temática.

Nas fontes documentais, foram tidas como referências principais:

a) A nível da história da atividade de transumância em Portugal, analisou-se principalmente a literatura da área de geografia humana, de geógrafos portugueses (entre os anos de 1940 e de 1970) como Orlando Ribeiro e Amorim Girão destacando também o trabalho de David de Morais (1998);
b) Tomou-se como referência a publicação do projeto Rota da Lã – TRANSLANA I (2003-2005) e II (2005-2008) (Calado Pinheiro (coord.) 2008) que contextualiza, identifica e georreferencia as rotas de transumância a partir da Serra da Estrela. Esta publicação é fundamental na identificação dos traçados das rotas, uma vez que dificilmente seriam identificados nos dias de hoje. Os vestígios físicos atuais não permitem identificar a totalidade dos traçados, sem testemunhos orais de pastores que os utilizaram, muitos dos quais, já desaparecidos.
c) Por último, obteve-se informação a partir de arquivos históricos como os Livros de Posturas Municipais, Monografias das principais Vilas ou mesmo Livros de Forais (ou fontes secundárias sobre os mesmos).

Procedeu-se à delimitação geográfica da área em análise e de um período temporal. Numa primeira análise, consideraram-se

os concelhos atravessados pela rota de transumância em análise, na Beira Interior, abrangendo assim parte da Beira Alta e da Beira Baixa. Em relação ao período temporal, aplicaram-se dados provenientes desde a Idade Média (séc. XIII) até meados do século XX, altura esta em que se verificava a atividade de transumância na região. Sendo necessária uma análise comparativa, utilizaram-se dados referentes a períodos temporais mais recentes dos séculos XX e XXI.

Estes dados foram obtidos a partir de:

a) dados de observação direta, registos de testemunhos orais pontuais e levantamentos fotográficos (trabalho de campo);
b) mapas históricos e atuais;
c) cartografia temática (biofísica, topográfica, etc.):
d) estudos de vegetação, estudos de património;
e) fotografia aérea;
f) dados de censos (socioeconómicos, demográficos, etc.);
g) registos históricos orais e escritos;

Por último, são apresentadas recomendações e conclusões gerais sobre a investigação efetuada.

1.3. ESTRUTURA DA TESE

O primeiro capítulo, sendo um capítulo introdutório, contextualiza a temática de investigação salientando a importância do estudo de paisagens culturais, a reflexão sobre a pertinência do seu uso enquanto conceito teórico e na prática profissional, revelando o problema através de questões de investigação. São também definidos os objetivos a alcançar, assim como, a metodologia a aplicar para atingir os mesmos. Os capítulos seguintes apresentam uma breve introdução sobre o seu conteúdo.

O segundo capítulo é dedicado à descrição e análise da evolução do conceito de Paisagem Cultural e a sua aplicação

na prática profissional e em políticas públicas. Desta análise, pretende-se refletir e concluir sobre a história do conceito de Paisagem Cultural e sobre a pertinência do mesmo nos dias de hoje.

No terceiro capítulo, desenvolve-se uma sistematização de conceitos relacionados com a temática, prevendo-se estabelecer fundamentos teóricos que alicercem e auxiliem uma leitura crítica de abordagens de caracterização, estratégias de conservação e gestão em paisagens culturais. São assim desenvolvidos três subtemas que exploram: a identidade e caráter, a evolução da paisagem e as suas mudanças, e os valores e significado cultural na paisagem.

No quarto capítulo, são exploradas algumas abordagens de caracterização de paisagens culturais, aplicadas na prática profissional, selecionando-se 4 organismos ou países que pela sua abrangência internacional, tradição na conservação de lugares históricos e patrimoniais e integração das componentes tangíveis e intangíveis em metodologias, compõem um leque de referência.

É ainda neste capítulo que é proposta uma abordagem e metodologia de caracterização de paisagens culturais, com vista a descrever os elementos e componentes definidores de caráter e identitários de determinada paisagem cultural. Serão ainda realizadas recomendações visando a conservação de paisagens culturais.

No capítulo quinto, recorrendo ao caso de estudo – a rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha - será aplicada a metodologia proposta de forma a demonstrar a sua aplicabilidade.

No capítulo seis são apontados os contributos que permitem elaborar as conclusões gerais sobre a temática. Para além das conclusões gerais, cada capítulo apresenta uma discussão sobre o mesmo.

CAPÍTULO 02

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E SUA APLICAÇÃO

Parte deste capítulo foi disseminado na seguinte publicação: Carvalho, R., & Marques, T. P. (2019). A evolução do conceito de paisagem cultural. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, 16, 81–98. https://doi.org/dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004

CAPÍTULO 2. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL E SUA APLICAÇÃO

O conceito de Paisagem Cultural é relativamente novo e surge nos finais do séc. XIX, relacionando-se com um tema mais amplo: a paisagem. As preocupações em proteger e conservar paisagens remontam, na civilização ocidental, aos finais do século XIX, alcançando maior expressão ou capacidade operativa no século XX (Cantero 2000). Surgem em resposta a uma conjuntura crescente, de industrialização, urbanização que se por um lado atuam de forma direta na componente física dos territórios, por outro, induzem novas funções, usos e práticas com repercussões na paisagem, que em suma, podem desvirtuar ou anular a identidade mais genuína da paisagem.

As paisagens culturais, oferecendo uma nova visão de entendimento da relação bens naturais e culturais, centrado na perceção das raízes culturais das paisagens, despertaram nessa altura, novo interesse, face à novidade da massificação e da globalização. A busca da identidade e da individualidade da paisagem é resposta a estes avanços da civilização. A complexidade e amplitude do conceito e o debate recente e permanente em todo o mundo, criou uma dinâmica no debate dos conceitos associados à Paisagem Cultural e sua aplicação.

Neste capítulo, pretende-se fazer uma breve revisão sobre o conceito: como o seu debate foi evoluindo a partir de um contexto científico e de que que forma foi sendo expresso nas práticas profissionais, de caracterização e conservação de paisagens culturais. Propõe-se também, uma definição de Paisagem Cultural.

2.1. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

Em 1992, a "Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural" tornou-se o primeiro instrumento internacional a reconhecer e a promover a proteção das paisagens culturais (Luengo & Rossler, 2012), definindo-as como "*combined works of nature and man*" (World Heritage Committee, 1994 pa-

rag. 36)[2]. No entanto, o termo e conceito de Paisagem Cultural remonta a finais do século XIX. Desenvolvido por geógrafos alemães foi sendo progressivamente apropriado e aplicado noutras disciplinas assumindo diferentes significados, consoante as tradições e métodos de cada escola ou as visões de profissionais e académicos de diversos contextos científicos. Conscientes de que o tema é alvo de várias abordagens multidisciplinares, tanto no campo das Ciências do Ambiente como no campo da Antropologia, Etnologia ou mesmo da Estética e da Literatura, pretende-se nesta abordagem fazer uma breve revisão da evolução do conceito, restringindo-a ao contexto científico em que surgiu e no qual vem sendo debatida.

2.1.1. Dos finais do séc. XIX ao princípio do séc. XX

É a partir de reflexões sobre o tema paisagem que podemos encontrar os primeiros esboços da ideia do que hoje conhecemos como Paisagem Cultural. John Dixon Hunt (2000), revela um excerto de uma carta, escrita por Bonfadio (séc. XVI)[3] onde este descreveria a um amigo, a paisagem do seu retiro de campo, no Lago de Garda em Itália: "*Per li giardini...la industria de'paesani ha fatto tanto, che la natura incorporata con l'arte è fatta artefice, e connaturale de l'arte, e d'amendue à fatta una terza natura, a cui non saperi dar nome.*" [4] (Jacopo Bonfadio, 1541, como citado em J. D. Hunt, 2000, p.33). A descrição

2 A definição de Paisagem Cultural a nível do *World Heritage* foi aprovada em reunião do *World Heritage Committee*, em 1992 e posta em prática em 1993 (Luengo & Rossler, 2012). A Convenção do Património Mundial é aplicada através das *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Este documento inclui critérios e dados relativos à inscrição na *World Heritage List* da UNESCO. É revisto regularmente pelo *World Heritage Committee* de forma a refletir novos conhecimentos, experiências e conceitos. No ponto 2.2.3 ir-se-á destacar o papel do *World Heritage* relativo ao tema paisagens culturais.

3 Jacopo Bonfadio (1508-1550), humanista e historiador italiano.

4 Tradução de Carlos Ribas: "No que respeita aos jardins... a indústria dos camponeses fez tanto: a natureza incorporada com a arte fez-se artifício, com a mesma natureza da arte e, de ambas, é feita uma terceira natureza a que não saberei dar nome." (Jacopo Bonfadio, 1541, como citado em J. D. Hunt, 2000, p.33).

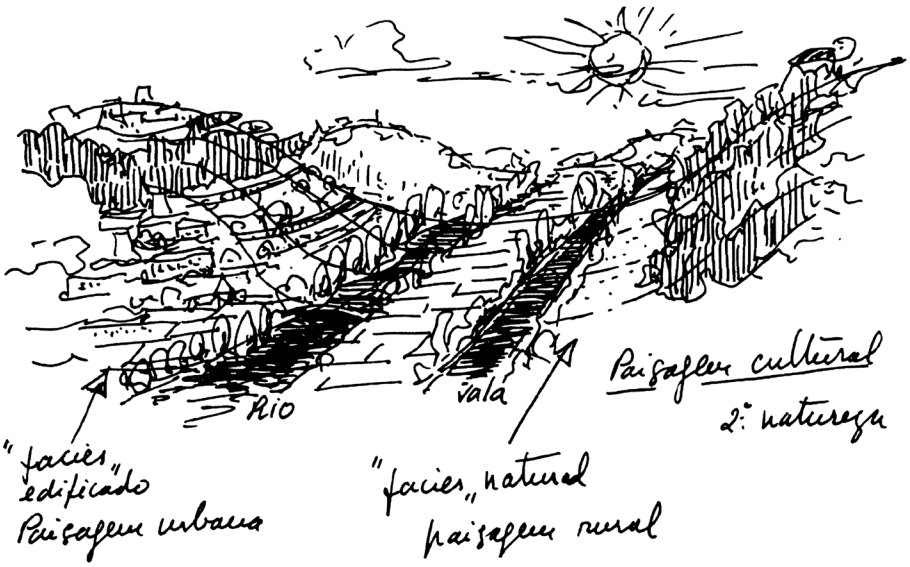


Figura 2.1. *A ideia da Paisagem Cultural como 'segunda natureza'.* *Nota.* Esboço do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, finais dos anos de 1990 (data provável). **Em** Catálogo da Exposição: *O Mestre da Paisagem* de **Eds.** M. Cancela d'Abreu e T. B. Câmara, 2020.

de Bonfadio é possivelmente, segundo Hunt, uma alusão a um texto clássico de Cícero[5], onde este descreve uma paisagem resultado do trabalho agrícola, distinguindo uma alteram naturam, uma "segunda natureza", alternativa e distinta de uma "primeira natureza", selvagem, intocada pelo homem.

Esta "segunda natureza" remete assim para os primórdios do conceito de Paisagem Cultural, uma paisagem resultado da necessidade de sobrevivência e habitação, com traços visíveis de trabalho da terra e de produtividade.

Hunt, baseando-se na descrição da *terza natura* de Bonfadio, descreve deste modo a "segunda natureza" como uma paisagem cultural e os jardins como "terceira natureza", numa perspetiva de hierarquia de intervenção humana, como mais sofisticados, deliberadamente construídos e com maior complexidade na conjugação cultura e arte do que a paisagem descrita por Cícero cuja descrição revelaria mais do que um simples ecossistema de substituição de uma natureza pristina.

Mas é no séc. XIX, no campo da Geografia que emerge o termo de Paisagem Cultural, e é através da evolução ideológica nesta disciplina que se acompanha melhor o modo como evo-

5 Marco Túlio Cícero (106 a. C.- 43 a. C.) filósofo, orador, escritor, advogado e político romano. Entre as suas obras, o tratado que data de 45 a.C. - *De Natura Deorum* - (Sobre a Natureza dos Deuses, descreve o que Cícero indica como a existência de uma natureza alternativa.

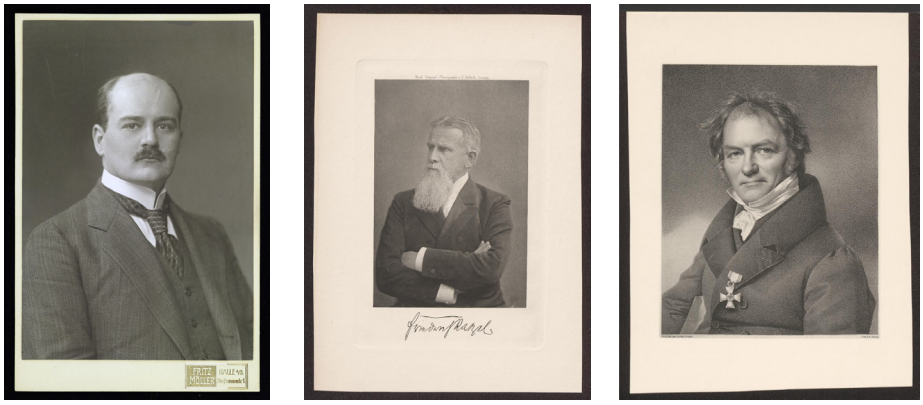


Figura 2.2. *Os pioneiros do conceito de Paisagem Cultural.*
Nota. Da esquerda para a direita: Otto Schlütter (1872-1959), Friedrich Ratzel (1844-1904), Carl Ritter (1779-1859). **Em** *DigiPortA - Digitalisierung und Erschließung von Porträtbeständen in Archiven der Leibniz-Gemeinschaft.*,**de** Moller, F. (s.d.).

lui o seu entendimento. Graeme Aplin (2007) fala-nos de duas grandes escolas de geografia, a francesa (liderada por Vidal de La Blache - 1899) e a alemã (liderada por Richthofen -1883). Na escola francesa aplicava-se o termo *pays* para definir pequenas áreas homogéneas caracterizadas por atributos e processos específicos, naturais e culturais. O termo alemão *landschaften,* aplicado em estudos regionais, descreve as componentes físicas da paisagem incluindo posteriormente a interação do homem com a mesma. Denotava-se assim um conceito que já apontava para o de Paisagem Cultural.

A questão terminológica, segundo Michael Jones (2003), remonta a Friedrich Ratzel (1895/1896), que denomina *kulturlandschaft* - uma área modificada pela atividade humana - tendo sido comumente utilizado na época por outros geógrafos alemães. A Otto Schlütter, contemporâneo de Ratzel, também se atribui a "autoria" do termo Paisagem Cultural, distinguindo a paisagem criada pela cultura humana: *kulturlandschaft,* por oposição à *urlandschaft*, a paisagem existente antes das grandes alterações resultantes da atividade humana (Martin & James, 1993, p. 564). Contudo, segundo Kerstin Potthoff, num artigo sobre geografia alemã do séc. XIX, a autoria do termo deve-se a Carl Ritter: "*Carl Ritter appears to have been the first to use Culturlandschaft, in 1832. He was followed by Carl Vogel in 1851, Joseph Wimmer in 1882 and 1885, and Friedrich Ratzel in 1893.*"[6] (Potthoff, 2013, p. 49).

6 Tradução livre da autora: "*Carl Ritter* parece ter sido o primeiro a usar *Culturlandschaft*, em 1832. Ele foi seguido por *Carl Vogel*, em 1921, *Joseph Wimmer* em 1882 e 1885, e *Friedrich Ratzel* em 1893." (Potthoff, 2013, p. 49).

Mas mais do que a autoria do termo, o que será relevante salientar é que Schlütter, Ratzel, Ritter entre outros geógrafos, impulsionaram a ideia da existência de uma paisagem produto cultural, distinguindo-a duma paisagem natural, primordial.

Apesar da perceção da existência de paisagens culturais, o seu modo de construção suscitava diferentes visões. Nas teorias de Ritter e Humboldt, a paisagem é construída pelo Homem mas o meio ambiente é que influencia o comportamento humano. Partilham de uma visão determinística em que os fatores ambientais modelam o Homem.[7] Assistimos assim a uma primeira ideia de paisagem segundo uma visão determinística. O determinismo ambiental considera que as condições naturais determinam a fisiologia e o comportamento do Homem (Martin & James, 1993). É uma teoria que se insere num contexto de intensas mudanças, numa época de transição do conhecimento universal para as especializações e desenvolvem-se novos campos de estudo diferenciados, tanto nas ciências físicas como nas sociais (Martin & James, 1993).

Entramos na era das expedições de Charles Darwin, Alfred Russel Wallace, Henry W. Bates e em 1859, Darwin publica o seu livro sobre a teoria da evolução das espécies e da seleção natural, cuja ideia entusiasma outras áreas de estudo que justificam a sobrevivência de grupos sociais pela capacidade de se ajustarem às condições ambientais (Martin & James, 1993).

A esta fase de entusiasmo evolucionista seguiu-se uma reação de geógrafos alemães contra o tradicional determinismo físico. Começou quando Schlütter focou a atenção nas mudanças históricas na paisagem resultantes da ação humana (Johnston *et al*., 2004). Iniciou-se assim um novo paradigma de perceção de identidade cultural, focado na ação humana.

7 Ritter, a par de Alexander von Humboldt, são duas figuras alemãs de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, basilares na história da geografia, considerados por muitos, fundadores da geografia moderna (Martin & James, 1993).

Franz Boas (1858-1942) que, para além de geógrafo se notabilizou na área de antropologia, desenvolve a ideia de paisagem cultural com a introdução da noção de relativismo cultural (Brown, 2008), partindo do pressuposto de que cada povo/cultura se expressa de forma diferente em ambientes semelhantes: *"Boas argued that it was important to understand the cultural traits of societies – their behaviours, beliefs and symbols – and the necessity for examining them in their local context and the importance of the concept of cultural relativism*."[8] (Taylor e Lennon, 2011, p. 539). Boas defende a importância da especificidade de cada cultura e lugar, ideias que hoje são aceites no entendimento das paisagens culturais, em oposição às ideias evolucionistas que eram comuns na sua época as quais defendiam uma única linha de desenvolvimento para a humanidade. Os fatores culturais, não materiais, passam, segundo Boas, a ser predominantes na perceção de transformação da paisagem pelo Homem.

Nos anos de 1920, Carl Sauer inicia o estudo da geografia cultural na escola de Berkeley. Em 1925 publica *The Morphology of Landscape*. Sauer introduz na língua inglesa o termo *cultural landscape* (Jones, 2003; Potthoff, 2013) . Nos seus estudos é evidente a distinção entre paisagem natural, pré-existente à ação humana e paisagem cultural, salientando-se a ideia do homem como agente modelador das mudanças que ocorrem na paisagem ao longo do tempo:

> *The works of man express themselves in the cultural landscape. There may be a succession of these landscapes with a succession of cultures. They are derived in each case from the natural landscape, man expressing his place in nature as a distinct agent of modification. Of special significance is that climax of culture*

8 Tradução livre da autora: " Boas argumentava que era importante compreender os traços culturais das sociedades – os seus comportamentos, crenças e símbolos – assim como a necessidade de os examinar no seu contexto local e a importância do conceito de relativismo cultural." (Taylor e Lennon, 2011, p. 539).

> *which we call civilization. The cultural landscape then is subject to change either by the development of a culture or by a replacement of cultures."* [9] *(Sauer, como citado em Leighly (ed) 1963, p. 333).*

Sauer salienta como a ação humana na paisagem (de um determinado grupo ou comunidade) produz modos de vida, definindo o que chama de morfologia da paisagem cultural: - "*A cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area is the medium. The cultural landscape the result.*"[10] (Sauer, 1925, p. 310).

Figura 2.3. *Carl Sauer (1889-1975).*
Nota. **Em** *University of Chicago Photographic Archive,* H. Gray Special Collections Research Center, University of Chicago Library, **de** C. Maroon (s.d.), Copyright por Chicago Maroon.

A representação da paisagem cultural como resultado de vários parâmetros, carece duma perceção do fator tempo, transversal a todo o processo e da cultura ser, também ela, mutável e originadora de mudanças na Paisagem Cultural. Inserindo-se numa tradição de geografia empírica e historicista, Sauer impulsiona também a ideia da leitura da paisagem baseada na observação e registo no terreno (Taylor, 2017, p. 21). Sauer e seus alunos, apresentam uma visão material da paisagem, focada principalmente em elementos físicos: "*Although rarely explicitly stated, their*

9 Tradução livre da autora: "As obras do Homem expressam-se na paisagem cultural. Há possivelmente uma sucessão destas paisagens com a sucessão de culturas. Elas derivam, em cada caso, da paisagem natural, o Homem expressando o seu lugar na natureza, como agente distinto de modificação. De especial significado é o clímax de uma cultura, a que chamamos civilização. A paisagem cultural está sujeita a mudanças, quer pelo desenvolvimento de uma cultura ou pela substituição de culturas." (Sauer, como citado em Leighly (ed) 1963, p. 333).

10 Tradução livre da autora: "A paisagem cultural é moldada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio. A paisagem cultural é o resultado." (Sauer, 1925, p. 310).

work rested on ethnological assumption that distinctive geographical areas (landscapes) could be identified and described by mapping visible elements of material culture produced by unitary cultural groups."[11] (Cosgrove & Jackson, 1987, p. 96). Esta visão descritiva caracteriza o período inicial do séc. XX, com particular incidência nas paisagens rurais e nos seus elementos físicos, em detrimento da leitura dos processos culturais na paisagem (Taylor, 2017).

Neste início de século surgiam também os planos de paisagem baseados em métodos de análise por sobreposição de mapas de solos, rios, florestas e outros elementos de paisagem, tais como os mapas produzidos por Manning.[12] Nos anos vinte e trinta, G. E. Hutchings e C.C. Fagg transmitem a ideia que a paisagem é um sistema que integra elementos complexos, em ligação entre eles (Steinitz & Castel-Branco 2011), e da sua interdependência, o que viria a desenvolver o estudo de processos naturais e relações sociais na paisagem, enquanto sistema diverso e complexo.

2.1.2. Os anos de 1960-1980

Nos anos de 1960 e 1970 são vários os especialistas que desenvolvem estudos sobre Paisagem Cultural, acompanhando uma mudança de perspetivas baseada em parte, no crescimento de paisagens urbanas que suscitaram interesse e ofereciam novas pistas sobre o estudo da cultura de uma região, para além do tradicional estudo sobre a paisagem rural. Nestas décadas emergem novas preocupações e considerações: a representa-

11 Tradução livre da autora: "Embora raramente declarado explicitamente, o trabalho deles assentava num pressuposto etnológico em que áreas geograficamente distintas (paisagens), podiam ser identificadas e descritas pelo mapeamento de elementos visíveis de produtos materiais culturais de um determinado grupo cultural." (Cosgrove & Jackson, 1987, p. 96).

12 Warren H. Manning (1860-1938), figura basilar na história da Arquitetura Paisagista Americana e co-fundador da "American Society of Landscape Architects". Trabalhou em colaboração com John Charles Olmsted e Frederick Law Olmsted Jr., assim como Charles Eliot, arquiteto paisagista que criou o sistema de espaços verdes de Boston, nos anos de 1890.

ção, os sinais, símbolos, o significado cultural e os processos de criação da paisagem cultural.

A ideia de Paisagem Cultural transporta a paisagem para um conceito menos estático (Blankenship, 2016). Desenvolve-se um crescente interesse na paisagem comum, do dia-a-dia, descrita por vários geógrafos ingleses e americanos. Ken Taylor (2008) refere um painel de referência de geógrafos culturais que impulsionaram, nestas décadas, o estudo das paisagens culturais: David Lowenthal, Peirce Lewis, Donald Meinig, J.B. Jackson, Dennis Cosgrove, entre outros. Destacamos 3 geógrafos cujas ideias refletem particularmente a evolução e entendimento das paisagens culturais nestas décadas.

J.B. Jackson (1909-1996) notabilizou-se nos estudos e escrita sobre paisagem, sendo fundador e editor da revista *Landscape*, lançada pela primeira vez em 1951 (Johnston et al., 2004). As suas ideias incidem sobre o estudo da paisagem cultural americana comum e vernacular. A revista *Landscape* permitiu criar um fórum de ideias sobre o conceito e catapultá-lo das raízes da geografia para a multidisciplinaridade (Blankenship, 2016), incluindo para o ensino de Arquitetura Paisagista na academia (Universidade de Harvard). J. B. Jackson destaca-se pela capacidade de interpretação do significado cultural da paisagem, da mais comum à mais icónica, e pela demonstração consistente de que a paisagem constrói-se a partir de circunstâncias específicas geográficas, sociais e culturais (Blankenship, 2016).

◁◁ **Figura 2.4.** *Skid Row in San Jose, California, J.B. Jackson.*
Nota. Slide da coleção de paisagens comuns registadas por J.B. Jackson em 1971. **Em** New Mexico Digital Collections - Collection of J.B. Jackson Pictorial Materials from various Sources, Series 1: The Paul Groth collection of J.B. Jackson American Slides.

◁ **Figura 2.5.** *Country road, Las Vegas, J.B. Jackson.*
Nota. Slide da coleção de paisagens comuns registadas por J.B. Jackson em 1971. **Em** New Mexico Digital Collections - Collection of J.B. Jackson Pictorial Materials from various Sources, Series 1: The Paul Groth collection of J.B. Jackson American Slides.

Peirce Lewis (1927- 2018), também ele americano, descreveu noções fundamentais, a que chamou axiomas, para auxiliar a difícil leitura e compreensão das paisagens culturais americanas. Tendo em mente que a compreensão advém da leitura, do ver e pensar a paisagem cultural, descreve sete axiomas, incidindo particularmente na ideia "*landscape as clue to culture*" (Lewis, 1979). Salienta que todos os elementos, analisados no seu contexto, por mais exuberantes ou comuns que sejam, fazem parte de um todo e explicam, de alguma forma, a cultura, o pensamento e comportamento de determinada sociedade. As alterações nas práticas e expressões culturais são espelhadas na paisagem, pelo que, conseguindo ler a paisagem cultural, conseguimos entender a cultura de determinada nação: - *"Our human landscape is our unwitting autobiography, reflecting our tastes, our values, our aspirations, and even our fears, in tangible, visible form."* [13] (Lewis, 1979, p. 1).

D.W. Meinig (1924-2020), é responsável por vários textos que suportam a complexidade da definição e estudo da paisagem. O livro *The Interpretation of Ordinary Landscapes* (1979), no qual Meinig é editor, reflete a partilha de uma ideia de paisagem cultural como espaço, significado e interpretação. A leitura da paisagem entendida como reflexo e base dos valores da sociedade, é destacada por este geógrafo, assim como a complexidade do tópico, derivada de interpretações pessoais: -"*What is certain is that new landscapes, actual and symbolic, are being created, and like those we have already experienced they will be at once a mold and a mirror of the society that creates them.*" [14] (Meinig (Ed.), 1979, p. 168). Apresenta no seu texto *The Behold-*

13 Tradução livre da autora: "A nossa paisagem humanizada é a nossa autobiografia involuntária, refletindo os nossos gostos, valores, aspirações e ainda os nossos medos, em formas tangíveis e visíveis." (Lewis, 1979, p. 1).

14 Tradução livre da autora: "O que é certo é que novas paisagens, reais ou simbólicas, estão a ser criadas e que tal como aquelas que já experienciámos, serão também, um molde e um espelho da sociedade que as cria." (Meinig (Ed.), 1979, p. 168).

ing Eye, Ten Versions of the Same Scene, um exemplo de dez versões diferentes sobre uma mesma paisagem, fruto de leituras individuais e vivências diversificadas: - "*Thus we confront the central problem: any landscape is composed not only of what lies before our eyes but what lies within our heads.*" [15] (Meinig (Ed.), 1979, p. 33).

A par deste novo entendimento da paisagem cultural é também durante as décadas dos anos de 1960 e 1970 que se desenvolvem, além dos métodos de representação, os métodos de avaliação da paisagem, o que tecnicamente se revela num avanço dos estudos da paisagem em consequência, em parte, dos métodos e ensino em Arquitetura Paisagista. Em meados dos anos de 1960, Howard Fisher cria o primeiro programa de representação cartográfica para computador, o SYMAP (Steinitz & Castel-Branco, 2011, p. 32), abrindo caminho para análises sobre planeamento da paisagem, com meios informáticos, permitindo representar a complexidade da realidade com cartografia temática.

A quantificação da paisagem, baseada em valores e parâmetros objetivos, procurou limitar a componente subjetiva (Almeida, 2006). Isto fez com que valores estéticos ou intelectuais fossem, tentativamente, enquadrados em critérios objetivos (Jacques, 1995).

A abordagem quantitativa associada aos mais diversos valores foi sendo alvo de discussão. David Jacques (1995) caracterizou o processo de interpretação da paisagem nesta abordagem como a preferência em ver a mente como o lado ativo de uma equação em que a paisagem é o lado passivo. Nos finais dos anos de 1970 é acentuada a questão da perceção sensorial da paisagem. A subjetividade é debatida e integrada

15 Tradução livre da autora: "Assim, enfrentamos o problema central: cada paisagem é composta não só pelo que está diante dos nossos olhos, mas também pelo que está dentro das nossas cabeças." (Meinig (Ed.), 1979, p. 33).

nos conceitos de perceção da paisagem: - *"Every object, every view is intelligible partly because we are already familiar with it, through our own past and through tales heard, books read and pictures viewed. We see things simultaneously as they are and as we viewed them before; previous experience suffuses all present perception."*[16] (Lowenthal, 1975, p. 6)

Ainda nas décadas de 1960 e 1970, destacam-se iniciativas que promovem medidas de proteção e conservação de elementos patrimoniais construídos e de bens naturais a preservar, embora não considerassem a figura de paisagem cultural. Falamos então da Carta de Veneza (1964), elencando orientações sobre conservação e preservação do património cultural (monumentos, sítios arqueológicos ou históricos) e o movimento de defesa do ambiente e proteção de sítios naturais. Os valores naturais assumem também realce e são considerados património (UNESCO, 1992).

Salientam-se alguns momentos que contribuíram para esta ideia: Conferência da Biosfera em 1968 (sobre o uso racional e a conservação dos recursos da biosfera), a Convenção de Ramsar em 1971 (zonas húmidas de importância internacional) ou a Convenção de Washington, CITES em 1973 (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, UNESCO, 1992). Esta tendência conservacionista é fruto de um clima de debates e noções sobre património, bens culturais e naturais, e em 1972 a UNESCO promove a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, sendo definido o que se considera património cultural e património natural.

O entendimento e a evolução de métodos de estudos de paisagem e de património refletem-se, assim, no conceito das

16 Tradução livre da autora: " Cada objeto, cada vista é inteligível porque em parte já estamos familiarizados com eles, pelo nosso passado, por contos já ouvidos, livros lidos e imagens vistas. Vemos as coisas simultaneamente como elas são e como as víamos antes; a experiência anterior influencia a perceção atual." (Lowenthal, 1975, p. 6).

paisagens culturais. A título de exemplo, refere-se aqui um estudo que Michel Jones desenvolveu em 1988, tendo por base literatura Norueguesa. Destacou 7 diferentes noções do termo *cultural landscape*, agrupando em três grandes grupos de entendimento do conceito:

a) paisagem modificada ou influenciada pela atividade humana;
b) elementos com valor na paisagem humanizada, ameaçados por mudanças ou em risco de desaparecimento;
c) elementos na paisagem com significado para um determinado grupo em determinado contexto cultural ou socioeconómico (Jones, 2003).

Não se poderá afirmar que um ou outro entendimento é mais correto, mas sim perceber que a complexidade do tema permite abranger várias noções, dado que o conceito abrange ideias, dinâmicas, significados, interpretações e vivências.

2.1.3. Os anos de 1990: *The rise of cultural landscapes*

Já nos anos de 1990, as paisagens culturais ganham particular interesse dentro da comunidade científica internacional, tanto no âmbito da sua conservação, como na interpretação dos seus processos socioculturais, sendo o conceito "aceite" no campo profissional (Fowler, 2003), ganhando ênfase a subjetividade inerente às mesmas, contrastando com a busca de objetividade dos anos de 1960 e 1970.

O reconhecimento da categoria de paisagens culturais pela Convenção do Património Mundial, em 1992, marca uma nova visão de património, abrangente, diversificando as classificações distintas de bens naturais – que incluía áreas de espécies ameaçadas ou não intervencionadas pelo homem – e de bens culturais – que integravam principalmente monumentos a preservar. O conceito de paisagem cultural vem desafiar o que Álvaro Domingues (2001) chama de " polaridades tradicionais – natureza e cultura", questionando as definições ou dogmas

dos anos de 1960, que baseavam os valores nas qualidades intrínsecas dos elementos construídos. Esta nova categoria de paisagens culturais passou a incluir outras características de paisagem, interpretando o tempo, o meio ambiente e as forças culturais como modeladoras das mesmas:

> *They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.*[17] *(UNESCO, 2017, p. 11)*

Neste âmbito, surgem conceitos que interpretam a Paisagem Cultural à luz de noções patrimoniais, realçando o seu valor histórico ou estético. Birnbaum, baseado no trabalho desenvolvido no *National Park Service* por Robert Melnik, descreve a Paisagem Cultural como "(...) *geographic area, including both cultural and natural resources and the wildlife or domestic animals therein, associated with a historic event, activity, or person or exhibiting other cultural or aesthetic values*."[18](Birnbaum, 1994, p. 1). Carmen Añon (1995) refere-as como áreas com significado, resultado de uma intervenção humana com uma função ou intenção específica e como parte de um processo vital e evolutivo.

Para além do reconhecimento, o *World Heritage Centre* (WHC) identificou um leque de tipologias de paisagens culturais, tanto as que se evidenciam pela estrutura espacial como as que exprimem significados e ligações sagradas com a natureza. Reconhece também a importância das mesmas na procura de novas técnicas sustentáveis de uso do solo ou na manutenção e valorização de bens naturais e biodiversidade. Foi também um

17 Tradução livre da autora: "Elas são ilustrações da evolução da sociedade humana e povoamentos ao longo do tempo, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou oportunidades conferidas pela sua envolvente natural, e pelas forças sucessivas, sociais, económicas e culturais, tanto externas como internas." (UNESCO, 2017, p. 11).

18 Tradução livre da autora: "(...) área geográfica, incluindo tanto os recursos culturais e naturais, como a vida selvagem ou os animais domésticos, associados a um evento, atividade, pessoa ou exibindo outros valores culturais ou estéticos." (Birnbaum, 1994, p. 1).

impulsionador da ideia de paisagem cultural, passando das raízes académicas para o campo profissional, pela aplicação prática, pelas orientações na identificação, avaliação e recomendações de gestão.

Ideias embrionárias dos finais dos anos de 1970 começam nos anos de 1990 a salientar-se. As conceções imateriais, qualidades simbólicas da paisagem, a herança cultural que sustenta e produz significado social, abre um leque de hipóteses de fontes de estudo da paisagem cultural. David Jacques (1995) escreve sobre o tema, num artigo intitulado *The rise of cultural landscapes*. Destacamos a seguinte passagem:

> *Humans were seen as passive receptors; they could not determine value but, through scientific evaluation, could identify and grade it, hopefully as objectively as possible. By contrast, the conception of value that is more representative of theoretical deliberation in the 1990s emphasises its subjectivity and dependence upon personal history, cultural inheritance and idealised conceptions of the world.*[19] *(Jacques, 1995, p. 91).*

A forte e indissociável componente social integrada na designação Paisagem Cultural é refletida em várias definições. Ken Taylor, nos seus textos e reflexões, demonstra este entendimento: "*They [Cultural Landscapes] tell the story of people, events and places through time, offering a sense of continuity, a sense of the stream of time. They also offer a cultural context setting for cultural heritage*."[20] (Taylor, 2008, p. 5). Peter Fowler, numa interessante visão comparativa com os primórdios da Humanidade, fala-nos de elementos chave do conceito de paisagem cultural,

19 Tradução livre da autora: "Os humanos eram vistos como recetores passivos; eles não podiam determinar valor, mas, através de uma avaliação científica, conseguiam identificar e classificá-lo, na esperança de o fazer da forma mais objetiva possível. Pelo contrário, a conceção de valor que é mais representativa de deliberação teorética nos anos de 1990, enfatiza a sua subjetividade e dependência da história pessoal, herança cultural e de conceções idealizadas sobre o mundo." (Jacques, 1995, p. 91).

20 Tradução livre da autora: "Elas [Paisagens Culturais] contam a história das pessoas, eventos e lugares através do tempo, oferecendo uma sensação de continuidade, da passagem do tempo. Oferecem também um contexto cultural enquanto património cultural. (Taylor, 2008, p. 5).

a apropriação de um espaço, por determinado grupo com significado para o mesmo, vejamos: *"(...) for example, 'our' hunting territory as distinct from 'theirs' could change neutral geographic space into culturally significant area of land in the perception of some humans, even though it continued to look the same to others."*[21] (Peter Fowler como citado em Luengo & Rossler, 2012, p. 35).

2.1.4. A Paisagem Cultural no séc. XXI

É na viragem do século XX para o século XXI, que aumenta o interesse pela paisagem como património cultural, fruto em parte da consciencialização das ameaças que a globalização pode trazer para a identidade e diversidade local e regional. A ideia de "produto cultural" é refletida nos artigos estabelecidos na Convenção Europeia da Paisagem (2000), apesar do termo Paisagem Cultural não ser, intencionalmente, aplicado, como já referido. Sobre o conceito de paisagem, Ilídio de Araújo[22] expressa uma definição que aqui se toma como referência, sendo mais do que o objeto que se vê, mas sim, um objeto e conteúdo: "(...) um pequeno compartimento geográfico com tudo o que o integra e caracteriza, ... permitindo distingui-lo de qualquer outro compartimento geográfico ou agregado de lugares ou *pagi* em país vizinho ou distante." (Araújo, 2022, p. 39).

Partindo deste pensamento, de que a paisagem é mais do que um conjunto de objetos visíveis e suscetíveis de desencadear emoções, cuja definição caracterizou até meados do século XX, Ilídio de Araújo desenvolve ainda a ideia de paisagem humanizada:

As paisagens humanizadas, em particular, são constituídas por

21 Tradução livre da autora: "(...) por exemplo, o 'nosso' território de caça, distinto do 'deles', pode alterar um espaço geográfico neutro, para uma área de terra culturalmente significante, na perceção de alguns humanos, mesmo que pareça igual para os outros." (Peter Fowler como citado em Luengo & Rossler, 2012, p. 35).

22 Ilídio de Araújo (1925-2015) pertenceu à 1ª geração de arquitetos paisagistas portugueses.

> *conjuntos de sistemas produtores de bens e serviços – uns bióticos (como as florestas, vinhas, pomares, searas, prados, rios, lagoas) outros inertes (como estradas, pedreiras, aeródromos, edifícios, estaleiros, redes de comunicações e de distribuição de água, gás, electricidade). (Araújo, 2022, p. 40)*

A estas paisagens modeladas para a produção de bens e serviços, a sua evolução está intimamente associada à evolução e ideologias das comunidades e sociedades que a produziram: " (...) todas elas são produto de uma determinada cultura ou de um processo de evolução cultural das gentes que ao longo de séculos ou milénios colonizaram o território que as suporta e que conduziu ou condicionou essa evolução." (Araújo, 2008, p. 63).

A "paisagem humanizada", também referida por Orlando Ribeiro (entre outros geógrafos), poderá corresponder ao que hoje pode ser generalizadamente entendido como Paisagem Cultural. É assim um testemunho da experiência e do conhecimento de determinado lugar, tal como referido por Caldeira Cabral:

> *(...) resultante da acção multissecular, contínua ou intermitente, do homem sobre a paisagem natural, apropriando-a e modificando-a a fim de a adaptar pouco a pouco às suas necessidades, segundo o que a sua experiência, os seus conhecimentos e a sua intuição lhe foram ensinando, experiência transmitida de geração em geração. (Francisco Caldeira Cabral, 1978, como citado em Pinto-Correia et al., 2001, p. 199).*

A paisagem humanizada pode refletir paisagens equilibradas, como o testemunha a citação do arquiteto paisagista Fernando Pessoa:

> *Porque as paisagens, que gerações imensas de povos modelaram, foram possíveis por darem origem a ecossistemas de substituição que são tanto mais equilibrados e perenes quanto se enquadrarem dentro dos limites que os ecossistemas e as espécies suportam. (Pessoa, 2018, p. 92).*

A ideia da Paisagem Cultural, fruto do processo de evolução cultural ao longo dos tempos, reúne algum consenso, mas enfrenta dificuldades de aplicação para caracterizar determinadas tipologias de paisagens culturais definidas pelo Património Mundial (UNESCO). Fatsar (2010), questiona sobre o fator tempo, assim como o modo de sustentabilidade das mesmas. Se uma paisagem evolutiva constitui um legado com forte intervenção comunitária e gerado ao longo de séculos, um jardim histórico (categoria de paisagens culturais desenhadas intencionalmente) pode ser construído rapidamente, sob a visão de uma única pessoa, podendo ser uma obra recente e exigindo, muitas vezes, manutenção altamente especializada (não executada pela comunidade em geral). No entanto, a necessidade de inventariação leva à criação de critérios e categorias que podem, como neste caso, levantar algumas dúvidas de aplicação do conceito.

A conjugação do tempo, com as realidades físicas e materiais e a subjetividade do observador, formatam em grande parte a complexidade do "sistema paisagem". Assumindo que a paisagem é uma construção, uma elaboração mental, humana, a componente cultural destaca-se, mesmo em espaços dominados por valores naturais. Remetendo para casos particulares, que abranjam maiores ou menores áreas, mas que expressam uma intervenção ou modo de vida identitário e representativo enquanto local de valores, o conceito de Paisagem Cultural pode simplesmente ser explicado da seguinte forma: - "(...) paisagens em que os valores culturais se destacam no conjunto e fundamentam a singularidade de um território, derivando daqui ou imanando daqui como objeto e espaço que exige gestão específica." (Dias, 2013, p. 8).

Salientamos também outras ideias que ajudam a perceber e destacar o conceito. Na verdade, aliado à noção de paisagem singular, os seus valores (não só culturais), catapultam estas paisagens para um nicho de territórios identitários e como tal, merecedores de uma atenção especial. Teresa Andresen (2015),

distingue a "paisagem do quotidiano", que se constrói de relações quotidianas e vulgares, da paisagem cultural, que encerra valores que a qualificam e distinguem. Á luz do Património Mundial, salientam-se ainda as paisagens culturais patrimoniais de valor universal, refletindo carácter e qualidade visual excecional, referindo a importância destas não apenas como arte erudita, no caso dos jardins, mas como "laboratórios" que permitem a evolução tecnológica.

As definições de Paisagem Cultural denotam atualmente uma visão holística, realçando os processos, dinâmicas relacionais Homem - Natureza e a dimensão temporal. São estas ideias, construtoras de uma paisagem com significado cultural, dinâmicas, em contínua evolução, que são genericamente partilhadas:

> *(...) It also commonly means that people and Nature have interacted, not just impacted, and the results of that interaction give the landscape in view its particular character (...) linking not just thought but action about these curious things, the relationships between humanity and time and between humanity and nature (...) essentially the term embodies this relational, processual concept, and its meaning is always going to be an exercise in interpretations, in significances, in values.*[23] *(Fowler, 2000, p. 204).*

Da compreensão da paisagem como sistema evolutivo, advém também a noção de mudança, integrada no conceito: - *"Cultural landscapes are the result of consecutive reorganizations of the land in order to adapt its use and spatial structure better to*

23 Tradução livre da autora: "(...) significa também que pessoas e natureza interagiram, não tiveram apenas impacto, e como resultado dessa interação, conferem a essa paisagem um caráter particular (...) associando não só pensamentos e ações, nestas curiosidades, relações entre humanidade e tempo e entre humanidade e natureza (...) o termo expressa essencialmente este conceito relacional, processual e o seu significado será sempre um exercício de interpretações, se significados, de valores." (Fowler, 2000, p. 204).

changing societal demands."[24] (Antrop, 2005, p. 2). A Paisagem Cultural é genericamente descrita, no séc. XXI, como um sistema complexo, construído de inter-relações entre comunidade e território, que expressa valores tangíveis e intangíveis e representa a identidade de determinada comunidade (Plieninger et al., 2014; Rossler 2006).

Novas abordagens de pesquisa sobre a paisagem começam a ganhar aceitação. Percebe-se que a paisagem desenha a sua própria história, que o fator tempo é parte integrante e construtor deste sistema, afetando e transcendendo a vida das pessoas. A paisagem tem a sua própria temporalidade e ritmos, distintos dos ciclos de vida individuais ou de comunidade (Crumley et al., 2017), entendendo-se que a relação entre paisagem e Homem é recíproca, moldamos o meio mas a paisagem também nos molda.

A "biografia da paisagem" surge como uma área atual de pesquisa, revelando a preocupação em integrar as mais variadas especialidades de estudo sobre a paisagem (Kolen & Renes, 2015) e de considerá-la como um sistema sócio ecológico, com interações em ambos os sentidos (Guerrero et al., 2018). Assiste-se agora ao foco na interação Homem/paisagem em detrimento do impacte humano na criação de paisagens culturais. Procura-se entender a Paisagem Cultural geradora e portadora de relações e características resultantes da evolução de padrões comportamentais, tanto humanos como de outras espécies (Roe & Taylor, 2014).

Desta forma, conclui-se que o conceito de Paisagem Cultural é naturalmente questionável e evolutivo, dada a riqueza e complexidade da paisagem, integrando não só elementos como processos e sendo objeto de estudo multidisciplinar e de inter-

24 Tradução livre da autora: Paisagens culturais são o resultado de reorganização consecutivas do terreno, de forma a adaptar melhor o seu uso e estrutura espacial, às exigências das mudanças sociais. (Antrop, 2005, p. 2).

pretações pessoais. Assim, considera-se na presente tese que a Paisagem Cultural é um produto cultural, gerado pelas relações com o meio, fruto de ideologias humanas, uma apropriação intencional, material e/ou imaterial do território/envolvente, refletindo um modo de vida (ou uma visão) específico. São paisagens representativas e identitárias, fruto muitas vezes de rearranjos de gerações e por isso, repositórios involuntários de experiências e sabedoria com as quais aprendemos e que nos confortam, respondendo a um sentimento de pertença e enraizamento. Não deixam, contudo, de ser paisagens vividas (na grande maioria dos casos), em mudança, que refletem preocupações e estilos de vida atuais, mas que apresentam características que suscitam conexões com a própria paisagem, levando a considera-las mais do que um simples recurso, um património.

Assumindo que a Paisagem Cultural representa, como Lewis (1979) refere, a nossa autobiografia involuntária, ela afigura-se como um palimpsesto (analogia comumente utilizada) representativa de um espaço, com uma história vivida, feita de traços reminiscentes do passado, em convívio com dinâmicas e elementos de novas realidades que darão lugar a mudanças futuras. Enquanto lugares de histórias e memórias, também materializam espaços funcionais e produtivos.

Considera-se assim a pertinência na identificação e conservação de paisagens culturais, frente a uma globalização que para além de muitos benefícios podem, pelo revés, conduzir a um desaparecimento destas paisagens identitárias. Por outro lado, modificações nas paisagens originadas por atuais responsáveis diretos e indiretos, por vezes sem grande sensibilidade (ou interesse para além do pessoal) e conhecimento sobre a complexidade do sistema paisagem, das implicações das ações em sistemas dinâmicos e muitos deles com caráter patrimonial, provocam disrupções e quebra de paisagens caracterizadas pela qualidade, equilibradas, harmoniosas e muitas delas detentoras de soluções criativas e sustentáveis.

2.2. A APLICAÇÃO DO CONCEITO

No ponto anterior analisou-se o conceito de Paisagem Cultural e sua evolução. Durante os anos de 1970 e 1980 os debates sobre a conservação de paisagens culturais foram cada vez mais intensos. Após o seu reconhecimento e inclusão como categoria da *World Heritage List* da UNESCO, em 1992, a inventariação, conservação e medidas para valorização tornaram-se práticas comuns, obtendo novo impulso a partir da Convenção Europeia da Paisagem (2000), em que a paisagem ganhou foco como área de estudo independente, reconhecendo o dever das autoridades públicas de definirem abordagens práticas, de forma a manter a qualidade da paisagem. Já no século XXI, destacam-se iniciativas internacionais de relevo, pois a investigação em paisagens alcançou um interesse público e académico generalizado.

Pretende-se agora analisar o que despoletou este interesse e de que forma foi sendo expresso nas práticas profissionais, objetivando a conservação e gestão das paisagens culturais.[25]

2.2.1. A conjuntura mundial: orientações e políticas internacionais para a proteção e conservação de paisagens culturais

A aplicação prática profissional do conceito de Paisagem Cultural está associada à evolução de recomendações, orientações, normas legislativas referentes aos temas paisagem, cultura e natureza. De um modo geral, os textos internacionais formalizam bases para o desenvolvimento de normas e legislações nacionais dos estados que os ratificam. Mais do que uma abordagem exaustiva, pretende-se destacar algumas iniciativas e

25 A descrição da aplicação do conceito resulta de uma narração de factos e acontecimentos que foram considerados mais marcantes, aliados a uma interpretação pessoal, e como tal, podem excluir outros acontecimentos que não foram considerados relevantes na explicação pretendida. Por outro lado, o facto existirem dados e informação redigidos em língua pouco acessível, ou não estarem disponíveis para consulta, dificulta o conhecimento sobre informação que poderia contribuir para a leitura deste tema.

documentos com maior relevância para o tema das paisagens culturais, que possam ser indicadores das preocupações e interesses dos técnicos, políticos e dos cidadãos, sendo assim reflexo das inquietações da sociedade num dado momento, permitindo analisar a evolução e o entendimento público da ideia de Paisagem Cultural.

Após a II Guerra Mundial, é crescente a preocupação em relação a ameaças ao património, focada inicialmente no património construído, mas visando também medidas de proteção da natureza, da paisagem e das identidades culturais. A carta de Atenas (1931) abre caminho para uma prática conservacionista, que apesar de centrada em monumentos construídos, expressa a necessidade da proteção da envolvente dos monumentos históricos.

A preocupação pela manutenção de diversidade cultural e valorização das identidades culturais de cada país começa a evidenciar-se. A Convenção Cultural Europeia (Council of Europe), assinada em Paris em 1954, molda um passo inicial para a identificação e avaliação do património cultural numa visão conjunta, de património europeu.

Figura 2.6. *Bogd Khan Uul, Mongólia.*
Nota. A par de *Yellowstone, Bogd Khan Uul* na Mongólia, incluída na rede de reservas da biosfera da UNESCO em 1996, é talvez a área protegida mais antiga a nível mundial, protegida pela entidade governamental da Mongólia em 1783 (Bonnett, 2016), pela forte conotação sagrada da montanha. (s.d.).

Os movimentos protecionistas da natureza, que já se verificavam em várias partes do mundo no final do séc. XIX, princípio do séc. XX, conduziram à criação dos primeiros parques e reservas naturais. Salienta-se a formação do *National Trust*[26] em 1895 (Reino Unido) ou o primeiro parque nacional nos EUA, *Yellowstone* em 1872. É de notar que nalgumas destas reservas naturais era atribuída uma ligação espiritual, sagrada ou atribuição de valor estético, reconhecendo-se valor cultural a par do valor natural (ver figura 2.6). Os grandes parques nacionais na América do Norte traduziram uma possibilidade de por em prática estratégias de conservação da natureza, inseridas na corrente conservacionista fruto em parte da existência de grandes áreas quase intocadas pelo Homem, ao contrário do que se verificava no continente europeu, intensamente humanizado.

O conceito de parque natural, com medidas menos restritivas que as de um parque nacional, desenvolveu-se na Europa no início do século XX como resposta a uma preocupação em conciliar o ordenamento do espaço rural com a promoção da economia e espaços de recreio (Pessoa, 1978), revelando uma necessidade de interligar âmbitos económicos, sociais e culturais à salvaguarda do património. Os primeiros parques naturais na Europa surgem nos países a norte, onde a industrialização crescente e polarizada em determinados aglomerados, conduzia a um declínio de população em zonas rurais mais remotas[27].

26 Fundado em 1895, por Octavia Hill, Sir Robert Hunter e Canon Hardwicke Rawnsley, o ***National Trust for Places of Historic Interest and Natural Beauty***, constituiu uma organização de beneficência para a proteção de parques, jardins, edifícios e lugares com valor histórico, estético e natural.

27 Sobre os Parques Naturais, que em Portugal começaram a ser classificados na década de 1970, o arquiteto paisagista Fernando Pessoa, apresenta-os como uma estratégia de conservação da paisagem cultural, embora o termo Paisagem Cultural não seja aplicado: "O parque natural pretende ser um exemplo de um plano harmonioso de ordenamento do território, geralmente aplicado a uma região rural de economia deprimida, onde, porém se manteve o equilíbrio homem-natureza de que resultou uma paisagem mista de natural e de humanizada, de rico conteúdo cultural e paisagístico. Procura assegurar o desenvolvimento correcto, através do planeamento integrado de todas as atividades."(Pessoa, 1978, p. 3).

Figura 2.7. *Parque Natural de Lüneburg Heide, Hamburgo.*

Seguindo o exemplo da América do Norte, em 1909 é formado o Nature Conservation Park Association, em Munique, com o intuito de proteção de grandes áreas de valores naturais em montanhas e vales associados às mesmas (Pessoa, 1978). Lüneburg Heide (Hamburgo) é classificado como um dos primeiros parques naturais, em 1910 (figura 2.7). Na Bélgica, Holanda, Escandinávia, surgem parques com o mesmo intuito aliando a ideia de "museus ao ar livre", com explícita defesa das paisagens rurais de cunho humano acentuado e de grande significado cultural e histórico (Pessoa, 1978).

A conservação de património destacou-se como um campo de trabalho nas sociedades evoluídas (Muñoz Viñas, 2005), ganhando um sólido corpo de conhecimento, reconhecido também a nível universitário, em meados do século XX. Ao analisarmos a questão de património natural, a visão conservacionista de 'natureza intocada', que dominou estratégias de conservação passadas, foi dando lugar ao reconhecimento de proteção de recursos de agrícolas e a importância de muitos destes ecossistemas alterados, no âmbito da manutenção da biodiversidade e bens naturais, e consequentemente, no interesse das paisagens culturais como representantes de usos do solo sustentáveis (Brown et al., 2004; Farina, 2000; Phillips, 1998).

Mas para além do reconhecimento dos ecossistemas agrícolas como recurso de biodiversidade, em 1962, na conferência geral da UNESCO, foram estabelecidas as *Recommendation concerning the Safeguarding of the Beauty and Character of Landscapes and Sites*, trazendo o tema da beleza e caráter das paisagens e sítios. Estas recomendações sugeriram aos seus Estados-membros, incorporarem na sua legislação ou noutras formas, medidas que respondessem aos princípios mencionados relativos à proteção de paisagens e sítios, incluindo paisagens parcial ou totalmente construídas pelo Homem. A necessidade de proteção surge assim do incremento de ações humanas relacionadas com extensas áreas agrícolas, comerciais, industriais, urbanas, cuja mecanização ou falta de planeamento viriam a afetar a beleza e carácter das mesmas, empobrecendo o património cultural e estético de regiões.

As leis dedicadas exclusivamente à conservação da paisagem (a nível europeu), são poucas, até ao ano 2000 (na sequência da Convenção Europeia da Paisagem) realçando-se a importância destas *Recomendações* neste âmbito de aplicação de medidas efetivas de proteção de determinadas paisagens e sítios, que englobavam implicitamente as Paisagens culturais: *"Protection should not be limited to natural landscapes and sites, but should also extend to landscapes and sites whose formation is due wholly or in part to the work of man (...)*[28] (UNESCO, 1962, p. 21). É de facto um dos documentos internacionais essenciais no entendimento da história das paisagens culturais, focando para além da proteção de sítios naturais, paisagens construídas pelo Homem. São ainda enunciadas medidas a adotar, como: fiscalização por parte das autoridades responsáveis; criação de servidões nos planos de urbanização e de ordenamento do

28 Tradução livre da autora: "Proteção não deve ser limitada a paisagens naturais e a sítios, mas devem ser alargadas a paisagens e sítios cuja formação é devida totalmente ou em parte a obra do Homem (...)" (UNESCO, 1962, p. 21).

território; classificação de vastas paisagens "por zonas"; classificação de sítios isolados; criação e manutenção de reservas naturais e de parques nacionais ou mesmo, na aquisição de sítios pelas coletividades públicas (UNESCO, 1962).

Uma figura seminal neste entendimento é Russel E. Train[29], que em 1965, durante a *Conference on International Cooperation* nos EUA, propôs a ideia de analisar conjuntamente, natureza e cultura, tendo influenciado discussões, na *16th UNESCO General Conference,* em 1970, onde trabalharam conjuntamente o ICOMOS – num primeiro esboço da Convenção *International Protection of Monuments, Groups and Buildings and Sites of Universal Value*, e o IUCN – *Convention for the Conservation of the World's Heritage Regarding Natural Sites* (Feliú, 2012) . Desta forma, esboçava-se uma necessidade de testar o conceito de Paisagem Cultural.

No âmbito da adoção destas medidas de proteção de paisagens, Prieur (1998), destaca, numa análise comparativa, países europeus que foram integrando a necessidade de proteção da natureza e das suas paisagens, ora na sua própria Constituição, como a Alemanha (1919); Itália (1947); Suíça (1962) e Portugal (1976) – que destacaremos mais à frente no ponto seguinte - ora integrada em leis nacionais específicas de proteção da natureza e de paisagens[30].

Em 1978 o *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) propõe categorias para áreas protegidas de forma a agilizar ações de conservação, tendo objetivos científicos, educacionais, recreativos e turísticos. A categoria V, correspondente às *Protected Landscape*s, define uma paisagem cultural, embora sem essa denominação: *"...distinctive landscape patterns are created by the integration of specific natural and cultural*

29 Presidente e diretor fundador do ***World Wildlife Fund*** (WWF) em 1961.

30 Outros países poderão ter tido um papel importante no assunto aqui tratado, sendo apenas mencionados alguns, como representatividade a nível europeu.

features that present aesthetically attractive land and water settings. These may result through traditional land use practices of a cultural group in response to their environment (...)"[31] (Comission on National Parks and Protected Areas, 1978, p. 17).

O anseio por uma mudança, que afasta os grupos de monumentos, cidades históricas, de meros objetos de análises visuais, para o estudo do lugar de experiências humanas, ganhava cada vez mais destaque. O reconhecimento do valor dos povos indígenas, que desde cedo foi indiciado na Austrália, trouxe para o debate a componente intangível do património, realçada na "Carta de Burra", adotada pelo ICOMOS Austrália em 1979. Nesta Carta, é evidenciado o significado cultural: "*Social value embraces the qualities for which a place has become a focus of spiritual, political, national or other cultural sentiment to a majority or minority group.*"[32] (Australia ICOMOS, 1988, p. 13).

Dez anos mais tarde, no âmbito do Simpósio Internacional sobre *Protected Landscapes* (Foster (ed.), 1988) em *Lake District* (Reino Unido), é redigida a "Declaração de Lake District". O conceito de Paisagem Cultural aparecia espelhado, delineando-se a importância destas, embora com uma terminologia diferente:" *It is vital to protect such landscapes both for their present value and for the contribution that they will make to spreading the philosophy and practices of sustainable development over much larger areas of the world.*"[33] (Foster (Ed.), 1988, p. 68)

Fenómenos que atualmente são bastante visíveis e transversais em todo o mundo, economias globais, avanços tecnoló-

31 Tradução livre da autora: "...são criados padrões de paisagem distintivos, pela integração de elementos específicos naturais e culturais apresentando uma configuração de água e terra esteticamente atrativa. Estes podem resultar de práticas tradicionais de uso do solo , de um grupo cultural, em resposta ao seu ambiente." (Comission on National Parks and Protected Areas, 1978, p. 17).

32 Tradução livre da autora: "Valor social abrange as qualidades pelas quais um determinado lugar se tornou foco, para um grupo maioritário ou minoritário, de sentimento espiritual, político, nacional ou cultural." (Australia ICOMOS, 1988, p. 13).

33 Tradução livre da autora: "É vital proteger tais paisagens, tanto pelo seu valor presente como pela contribuição que terão, difundindo a filosofia e práticas de desenvolvimento sustentável noutras áreas maiores, pelo mundo." (Foster (Ed.), 1988, p. 68)

gicos que conduzem à simplificação de muitas paisagens, começavam a suscitar reações generalizadas contra os mesmos (Phillips, 1998). A globalização e a massificação dos meios de cultura, começaria a despoletar algumas preocupações. A Paisagem Cultural, enquanto visão integrada de património, suscitava cada vez mais interesse, por fugir ao excesso de homogeneização da cultura humana. É então posta em causa a abordagem conservacionista de património natural, isolado do património cultural.

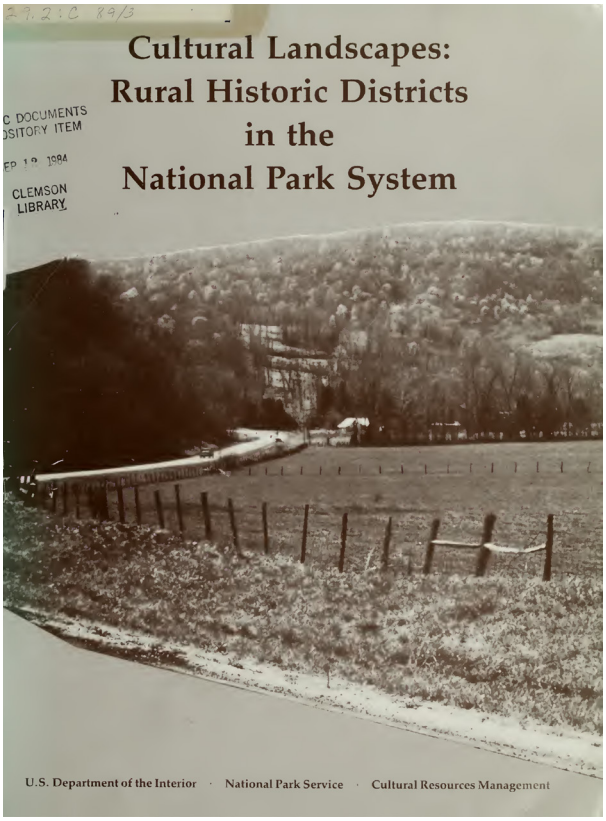


Figura 2.8. *Cultural Landscapes: Rural Historic Districts in the National Park System.*
Nota. Em 1984, o *National Park Service* (EUA) desenvolve o primeiro manual sobre identificação, avaliação e gestão de paisagens culturais rurais.

Poder-se-á dizer que a partir dos anos de 1980, assiste-se ao desenvolvimento de iniciativas e aplicação de figuras e terminologias para fins de registo do património cultural, percursoras da Paisagem Cultural. Nos finais dos anos de 1980, princípio dos anos de 1990, Ken Taylor (2017)[34] explica que, aproveitando o *momentum*, surgiu uma oportunidade de desenvolver a teoria e prática da ideia de Paisagem Cultural, fruto de uma crescente consciencialização de que o património construído não funciona como ilha isolada, mas sim de uma interdependência com as pessoas, as estruturas sociais e os ecossistemas.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o conceito estabeleceu-se rapidamente nas práticas protecionistas e estudos de paisagem. O National Park Service (NPS), entidade que lida com a gestão dos locais de valor histórico e ecológico, encetou medidas para a prática do conceito. Em 1981, o NPS aplica o termo Cultural Landscape como tipo de bem cultural. Incluído nas orientações técnicas, o guia "*Cultural Resource Management Guidelines" (figura 2.8)*, revela uma primeira abordagem práti-

34 Perito do Comité Científico Internacional de Paisagens culturais (UNESCO).

ca embora ainda associada a metodologias tradicionais. Robert Melnick, arquiteto paisagista e professor na Universidade de Oregon, assim como Cathy Gilbert (ex-aluna de Melnick), desenvolveram posteriormente estudos e orientações para identificação, caracterização, preservação e gestão da paisagem culturais. Como exemplo, o *"Cultural Landscapes: Rural Historic Districts in the National Park System"* (1984) surge como uma ferramenta pioneira nos EUA, demonstrando como identificar, avaliar e gerir paisagens culturais de carácter histórico e rural.

Posteriormente, são desenvolvidos guias para descrição, avaliação da paisagem cultural em geral, destacando-se Charles Birnbaum (1994, 1996), Robert Page e Susan Dolan (1998). Os EUA, apresentaram uma metodologia sistematizada para a inventariação e gestão de paisagens culturais, mas na Europa, também se desenvolviam simultaneamente, estudos, metodologias e legislação que abordavam a proteção da Paisagem Cultural, a nível das entidades governamentais de cada estado. A capacidade operativa nos EUA, tanto a nível de sistematização, como a nível de divulgação através de publicações, levou a que se destacasse, nestes anos, relativamente a outros países (Añón, 2020).

Ainda na década de 1980, na Austrália, Ken Taylor analisava a paisagem rural de *Lanyon Lambrigg Area*, integrando o valor social e histórico, conferido não só pelos seus proprietários como pelas pessoas que viviam aquela paisagem (Taylor, 2017). É neste contexto do reconhecimento de valores intangíveis, do valor cultural, socioeconómico e identitário de lugares de vivência diária, que também surgem iniciativas no Reino Unido.

Em 1983 é constituído o *Common Ground*, uma associação sem fins lucrativos, de forma a envolver as pessoas das comunidades em atividades que demonstravam o valor identitário dos lugares, expresso através de artistas, músicos, escritores. Apesar do conceito Paisagem Cultural ainda não estar difundido em práticas, a sua ideia estava patente. Em 1985, Angela King e

Sue Clifford, publicam um guia para ações de conservação local inserido na corrente de exaltação de paisagens comuns mas com valor identitário, que expressam sentido do lugar: - "*At a time when regional and local distinctiveness are disappearing so fast, it is important to try to retain the local character of a place* (...)"[35] (King & Clifford, 1985, p. 2). Neste guia, apresentam uma série de ações a realizar a nível local, sob diversos aspetos, desde celebrar a identidade local, à conservação de recursos - rios, prados, bosques, vida animal, paisagens, atividades agrícolas, etc.

Em 1985, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico Europeu (Convenção de Granada), considera três categorias de património arquitetónico: *monuments, groups of buildings, sites*, definidos no artigo 1. A categoria *site*, com tradução para língua portuguesa como "sítio" (definidos no artigo 1.3) é a que melhor responde ao conceito de Paisagem Cultural: "(...) *sites: the combined works of man and nature, being areas which are partially built upon and sufficiently distinctive and homogeneous to be topographically definable and are of conspicuous historical, archaeological, artistic, scientific, social or technical interest.*"[36] (Council of Europe, 1985, art. 1.3). Já anteriormente, a Convenção do Património Mundial de 1972, definia estas 3 categorias, com definições similares embora com objetivos diferentes no regime de identificação de património a nível mundial, sendo que as definições se tornaram mais técnicas na Convenção de Granada, perdendo-se a palavra valor, constante na Convenção de 1972: "*sites: works of man or the combined works of nature and man, and areas including archaeological*

35 Tradução livre da autora: " Numa altura em que a diferenciação local e regional estão rapidamente a desaparecer, é muito importante tentar manter o caráter local de um lugar." (King & Clifford, 1985, p. 2)

36 Tradução livre da autora: (...) sítios: as obras combinadas do Homem e da natureza, sendo áreas parcialmente construídas e suficientemente distintas e homogéneas para derem definidas topograficamente e que têm interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, evidente." (UNESCO, 1972, art.º 1).

sites which are of outstanding universal value from the historical, aesthetic, ethnological or anthropological point of view." [37] (UNESCO, 1972, art.º 1).

Após longos anos de debate, em 1992, as Paisagens culturais são integradas como categoria na lista de Património Mundial da UNESCO (sobre o papel da UNESCO no reconhecimento de paisagens culturais ir-se-á analisar mais à frente). Em 1999, um passo estratégico com grande repercussão, foi a alteração do *Scientific Committee on Historic Gardens and Sites* do ICOMOS-IFLA, criado em 1971, que passou a sua designação para *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ISCCL)[38]. A então presidente do Comité, Carmen Añón Feliú descreve que numa altura em que o conceito de Paisagem Cultural estava instalado e que incorporava jardins históricos como uma das suas tipologias, não fazia sentido centrar-se apenas numa das tipologias e ao mesmo tempo garantia-se um dos objetivos do Comité, defender o património (Añón, 2020). Ao integrar os jardins históricos[39] como paisagens culturais desenhadas e intencionais, abria-se caminho e reforçava-se o valor das paisagens culturais como lugares em que a marca do Homem é entendida como património.

O conceito de património ficou, deste modo, associado ao entendimento das paisagens culturais, situação generalizadamente compreendida, mas não universal. A carta de Cracóvia (2000) sobre os princípios para a conservação e restauro do património construído, define património e reconhece as paisagens culturais*:*

37 Tradução livre da autora: "sítios: Obras do homem, ou obras combinadas do homem e da natureza, e áreas que incluem sítios arqueológicos que são de valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico." (UNESCO, 1972, art.o 1).

38 Integra membros do ICOMOS e IFLA.

39 Em 1981, na "Carta de Florença" relativa à Salvaguarda de Jardins Históricos, os jardins históricos são considerados "monumentos vivos", representando um reconhecimento e perceções científicas das componentes naturais e dos ecossistemas. Foi preparada pelo Comité e registada pelo ICOMOS a 15 de dezembro de 1982 como uma adenda à Carta de Veneza cobrindo o campo específico correspondente.

> As paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da interacção prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente. (Conferência Internacional sobre Conservação, 2000, p. anexo).

O entendimento de práticas de conservação que aliassem património cultural e natural tinha-se atingido. A noção do significado cultural dos lugares estava incutida em documentos como a "Carta de Burra", já na sua versão original de 1979. Em 2003, a UNESCO realiza a "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível" reunindo várias recomendações concluídas ao longo dos anos anteriores salientando a componente imaterial do património cultural, como representante de valores e, como tal, garantia de diversidade cultural. O património cultural intangível, refletido em representações, expressões, práticas tradicionais, conhecimento, artefactos, assim como em espaços que as comunidades ou indivíduos reconhecem e transmitem de geração em geração, realça a importância do significado cultural também na paisagem.

Salientam-se também alguns documentos que, de forma indireta, trouxeram as paisagens culturais para as agendas políticas europeias. A conferência "Rio 92"[40], sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, realçou a necessidade de conciliar desenvolvimento socioeconómico com os recursos da natureza, o que implicitamente favorecia a defesa das paisagens culturais. A conferência desenvolvida pela UNECE - *Environment for Europe* - que decorreu em 1995 em Sofia, Bulgária, a par do estudo geral sobre o ambiente – *The Dobris Assessment* – realizado pela Agência Europeia para o Ambiente, no mesmo

40 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro.

ano, fundamentaram a *Pan-European Strategy for Biological and Landscape Diversity* (Council of Europe, 1996)[41]. Este crescimento e consciencialização de sustentabilidade e proteção da paisagem europeia, conduziu à Convenção Europeia da Paisagem (Roe, 2007).

Em 1995, tendo em conta anteriores Recomendações, Convenções e Diretivas, são estabelecidas Recomendações do Comité dos Ministros aos Estados-membros (Conselho da Europa) relativas à "Conservação de áreas de Paisagens culturais"[42] destacando-se princípios teóricos e operacionais para a conservação e gestão de áreas de paisagens culturais (Council of Europe, 1995). É deste modo formalizado um documento de referência, focado em paisagens culturais, sendo um importante avanço na operacionalização e tentativa de transpor a conservação da Paisagem Cultural em medidas consequentes e concretas. Não só se destacam linhas gerais de identificação de paisagens culturais (artigo 4), como estratégias para a constituição de normas e enquadramentos legais de conservação (artigos 5,6 e 7), como a informação e sensibilização pública (artigo 8), algo que posteriormente a Convenção Europeia da Paisagem também irá salientar, mas que já nestas Recomendações é descrito:

> *Member states are advised to conduct information and awareness-raising campaigns directed at the relevant authorities and the various sectors of the public concerned [...] The cultural dimension is an important aspect of the environment and should, wherever possible, be integrated into the broader field of environmental education.*[43] (Council of Europe, 1995, art.º 8).

41 Documento estratégico proposto na declaração de Maastricht: ***Conserving Europe's Natural Heritage*** (1993) e para além das bases mencionadas relaciona-se também com outras iniciativas e programas.

42 Recommendation Nº R (95), 9 (Council of Europe, 1995).

43 Tradução livre da autora: " Os Estados-membros são aconselhados a conduzir as ações de informação e sensibilização dirigidas às autoridades e aos vários setores de público alvo [...] A dimensão cultural e um importante aspeto do ambiente e deve, sempre que possível, ser integrado no âmbito geral da educação ambiental." (Council of Europe, 1995, art.º 8).

É também reconhecido o importante papel na formação e investigação, sendo sugeridas abordagens a desenvolver no ensino (artigo 9) : "*Specific programmes should be provided for students intending to work, and for practitioners already engaged, in the conservation of cultural landscape areas and general landscape policies.*"[44] (Council of Europe, 1995, art.º9). O crescente interesse pelo estudo e conservação da paisagem em geral, atinge então um marco inegável com a Convenção Europeia da Paisagem (CEP) (Conselho da Europa), assinada em Florença no ano 2000, sendo o primeiro tratado internacional exclusivamente dedicado à paisagem. Da paisagem urbana à rural, da excecional à mais comum ou degradada, a cada estado membro do Conselho da Europa foi incumbido o objetivo de implementar e desenvolver medidas que promovessem a identificação, gestão, o planeamento e a proteção das suas paisagens, incluindo a sensibilização da sociedade civil para o reconhecimento do valor das paisagens e para a participação na implementação de políticas da paisagem.

Avançando para o século XXI, é patente a preocupação pela sustentabilidade dos ecossistemas. O desenvolvimento sustentável é um paradigma atual e um objetivo inequívoco nas mais variadas políticas a nível global, que integra três processos essenciais: proteção ambiental, crescimento económico e equidade social (UNESCO / ICCROM / ICOMOS / IUCN, 2013). O *Millennium Ecosystem Assessment*, desenvolvido entre 2001 e 2005, permitiu analisar as consequências das alterações e mudanças no ecossistema para o bem-estar humano, assim como, estabelecer bases científicas para impulsionar ações que visassem a conservação e uso sustentável dos ecossistemas. Neste âmbito, salienta-se também a *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimen-*

44 Tradução livre da autora: " Devem ser proporcionados programas específicos para estudantes que pretendam trabalhar, assim como profissionais já dedicados, na área da conservação de paisagens culturais e de políticas gerais sobre paisagem." (Council of Europe, 1995, art.º9).

to Sustentável (Rio+20), em 2012, afirmando a necessidade de desenvolvimento sustentável em políticas mundiais, ou mais recentemente a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, das Nações Unidas. Nesta agenda, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), muito podem contribuir as Paisagens culturais, para, por exemplo, "Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo." O "Apelo à Acção de Berlim", apresentado na Cimeira do Património Cultural Europeu, em 2018, reforça a importância atual do reconhecimento do património cultural: "(...) O nosso património cultural é também um dos principais motores do desenvolvimento sustentável e do reforço da coesão social, bem como a fonte de um grande número de empregos recompensadores, tanto direta como indiretamente." (EUROPA NOSTRA et al., 2018, n. 6)

A multiculturalidade é também um dos eixos que se evidencia neste século. Em 2005 destacam-se duas Convenções, que embora remetam indiretamente para as paisagens culturais, apontam um caminho que aposta na identificação e conservação da diversidade cultural que passa pela educação e sensibilização das pessoas, tais como a "*Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*" (2005) UNESCO, assim como a *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* (Convenção de Faro), (2005) – realizada pelo Conselho da Europa. Nesta última, é expressa uma definição de património cultural que se pode aplicar à Paisagem Cultural, ao considerar património como um conjunto de recursos herdados do passado, reflexo e expressão da constante evolução dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições, resultado da interação das pessoas e lugares ao longo do tempo.

Atualmente, o interesse e a investigação pela Paisagem Cultural está disseminada, sendo no entanto, um tema recente e discutível, realizando-se conferências, projetos entre outras iniciativas relativos à sua salvaguarda, conservação, valorização, que solidificam um corpo de conhecimento sobre o tema.

2.2.2. A Paisagem Cultural nas políticas públicas em Portugal

Em Portugal, a proteção inicial de paisagens pode remeter-se à proteção das matas, que se efetuava para caçadas dos reis ou retiro de monges (Rego, 2001). Ao longo dos tempos, a utilidade destes espaços foi dando lugar a preocupações ambientais, como o regime das águas ou a conservação do solo, impulsionado por professores como Carlos Baeta Neves[45], pioneiro de ações de valorização ambiental e conservação da natureza.

Decorrente do contexto já explicado anteriormente, Portugal, enquanto estado-membro de organizações europeias, teve em conta várias Recomendações e ratificou várias Convenções que serviram de orientação geral ou bases para revisão de legislação e normas práticas. Em 1970, é decretada na Lei n.º 9/70, com a incumbência do governo para promover a proteção da natureza e dos seus recursos através da criação de criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas. São assim distinguidas as seguintes tipologias:

> Os parques nacionais podem abranger as seguintes zonas de reserva:
>
> a) Reservas integrais - áreas protegidas, onde se desenvolve o livre jogo dos factores ecológicos naturais sem qualquer intervenção exterior;
>
> b) Reservas naturais - território destinado, mediante adequadas providências, à protecção e conservação da flora e da fauna naturais, bem como da paisagem;
>
> c) Reservas de paisagem - espaços destinados à protecção e conservação dos locais e paisagens, assim como à protecção, consolidação, conservação e restauro de construções de interesse etnográfico ou técnico;

45 A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) foi fundada em 1948 pela iniciativa do prof. Carlos Baeta Neves (I.S.A.), em resposta ao apelo do poeta Sebastião da Gama, aquando da destruição da mata do Solitário na Arrábida.

> d) Reservas turísticas - zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objectivos do parque, e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções. (Lei 9/70, 1970, p. 802)

Seguindo os exemplos do que já se verificava na Europa, a criação de parques naturais em vez de parques nacionais iria permitir englobar toda a riqueza etnográfica e de paisagens humanizadas associada aos países europeus. É de facto interessante analisar que as estratégias para a prática da gestão da paisagem já integram a noção da salvaguarda de paisagens equilibradas (ecológica e culturalmente falando) e da sua conservação incluindo manutenção para perduração de valores.

No início do século XX, a figura de parque nacional (organismo estatal), tem objetivos rigorosos de conservação da natureza, enquanto que o parque natural, tendo gestão dos serviços regionais em conjugação com os poderes locais, permite que existam estratégias de conservação da natureza, mas em consequência do ordenamento equilibrado do território, pressupondo a dinamização da economia tradicional e a gestão racional dos recursos naturais. Em 1971 é classificado o primeiro parque nacional: Parque Nacional da Peneda Gerês (Decreto n.º 187/71, de 8 de maio).

A revogação em 1976 da lei de 1970,' denota uma acentuada preocupação com a conservação da "paisagem humanizada", destacando a criação do estatuto "paisagem protegida". Deste modo, mais do que a nomenclatura, importa salientar como foi sendo reconhecido que a conservação da paisagem e da natureza implicava a perceção de todas as valências, tanto as do património histórico construído, como sociais, estéticas, etnográficas da paisagem, a par do reconhecimento que também se efetuava noutros países da Europa. São assim, na revogação de 1976, distinguidas as "paisagens protegida"' (artigo 1º) que correspondiam a:

> *4 - Paisagem protegida. - Corresponde ao que por vezes se tem designado por reserva de paisagem; com efeito, propõe-se salvaguardar áreas rurais ou urbanas onde subsistem aspectos característicos na cultura e hábitos dos povos, bem como nas construções e na concepção dos espaços, promovendo-se a continuação de determinadas actividades (agricultura, pastoreio, artesanato, etc.), apoiadas num recreio controlado e orientado para a promoção social, cultural e económica das populações residentes e em que estas participam activa e conscientemente.* (Decreto lei n.º 613/76 - Revoga a Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, e promulga o novo regime de protecção à Natureza e criação de parques nacionais, 1976,art.º 1)

Esta definição encontra muitas pontes ao que aqui se tem explicado sobre Paisagem Cultural, sem contudo, destacar características de beleza ou de paisagem equilibrada com qualidade reconhecida. No entanto, o "Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico" (SNPRPP)[46], criado em 1975, integrado numa Secretaria de Estado do Ambiente, que assumia responsabilidades das políticas da conservação da natureza, é patente na própria designação a consideração da paisagem como património.

Como já mencionado anteriormente, foram vários os países europeus que decorrente do contexto europeu, incluíram na sua Constituição a necessidade de classificação e proteção de paisagens. Em 1976, Portugal expressa na sua Constituição (artigo 66º) o seguinte:

> *2. Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: [...] b. Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas; c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores*

46 Corresponde atualmente ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

> *culturais de interesse histórico ou artístico (...)"* (Constituição da República Portuguesa, 1976, art.º 66).

Em 1987, a Lei de Bases do Ambiente apresenta várias referências à paisagem incluindo a necessidade de criar instrumentos de gestão, que, tal como referido no artigo 19º:

> *se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural [...] Uma estratégia de desenvolvimento que empenhe as populações na defesa desses valores [...] O inventário e a avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e urbana, comportando elementos abióticos e culturais [...] A identificação e cartografia dos valores visuais e estéticos das paisagens naturais e artificiais.*(Lei de Bases do Ambiente, 1987,art.º 19).

Existem vários diplomas legais, tanto no âmbito do ambiente, ordenamento do território ou património cultural com referências diretas à paisagem e indiretamente ao conceito de Paisagem Cultural[47]. Reconhece-se, em termos de legislação portuguesa, que os valores e qualidades das mesmas devem constituir objetivos na gestão do território, mas há dificuldade no efetivar mecanismos e concretização em atuações práticas. No entanto, vão sendo atingidos alguns destes objetivos referentes às paisagens.

Num estudo encomendado pela Direção-Geral do Orde-

47 Outros instrumentos a nível nacional podem ser mencionados como contributo na preservação de recursos essenciais para a qualidade da paisagem. De entre vários, poder-se-á destacar, nas décadas de 1980 e 1990, a criação da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) em 1982 e 1983,que conduziram a uma salvaguarda de solos de maior produtividade agrícola e de áreas de valor e sensibilidade ecológicos ou suscetibilidade perante riscos naturais, diretamente associados à proteção destes em processos de ordenamento do território e de planeamento urbano. A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril), de 1987 e mais tarde, em 1995, o Plano Nacional de Política do Ambiente (Resolução do Conselho de Ministros nº 38/95, de 21 de Abril) que salienta a importância da conservação e valorização da paisagem do património natural e da paisagem. Em 1998, a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) desenha o quadro da política de ordenamento do território e de urbanismo, bem como dos instrumentos de gestão territorial que a concretizam, reforçando em 2007, com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial, estabelecendo o modelo de organização do território nacional.

namento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) à Universidade de Évora (que decorreu entre1999 e 2001) resultou na publicação em 2004 dos "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental" coordenado pelos professores Alexandre Cancela D'Abreu (arquiteto paisagista) e Teresa Pinto Correia (geógrafa) e pela arquiteta paisagista Rosário Oliveira. Este estudo permitiu compreender a paisagem de Portugal continental, caracterizando unidades de paisagem de forma a apoiar a tomada de decisões nos diferentes níveis de ordenamento do território. Embora as variáveis explicitamente consideradas para a identificação destas unidades serem do foro material: geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão do povoamento (Cancela d'Abreu et al., 2004), o estudo apresenta naturalmente uma base subjetiva do grupo de trabalho, procurando descrever-se o caráter das unidades identificadas. É, deste modo, um marco e um contributo no estudo das paisagens em Portugal, vindo ao encontro dos fundamentos da CEP, abrindo várias linhas de investigação sobre paisagem e formas de operacionalizar conceitos como identidade e caráter.

Atualmente, a adoção de medidas de proteção para uma Paisagem Cultural, são ainda as referentes à Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as 'bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural', sendo que os bens imóveis patrimoniais são enquadrados em categorias de monumento, conjunto ou sítio conforme o direito internacional da Convenção de Granada[48]. É a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), formada em 2012, a atual entidade de administração direta do Estado responsável pelos mecanismos de gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial.

A Lei do regime de proteção e valorização do património

48 Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, 1985 (CoE)

cultural (2001), promove a defesa, conservação e valorização do património cultural incluindo bens materiais, imateriais e a defesa da qualidade ambiental e paisagística e isso é explícito no artigo 70º, nas componentes do regime de valorização: "(...) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios (...)". No entanto, na passagem para as medidas de execução, e pelo fato de os mecanismos de classificação assentarem em pressupostos definidos para património imóvel construído, torna todo o processo obscuro, pouco evidente e com medidas desajustadas às realidades. A proteção da Paisagem Cultural pressupõe, que para ser consequente, se efetivem medidas de gestão adequadas, para a conservação e valorização.

A título de exemplo, em 2018 foi classificada a Paisagem Cultural de Sistelo como monumento nacional (Decreto n.º 4/2018, DR n.º10/2018), e como tal, segue legislação orientada para a classificação de monumentos edificados. As paisagens culturais portuguesas listadas no Património Mundial, são transpostas para a legislação nacional como monumento nacional. Perdeu-se por isso, em 2001, a oportunidade de incluir de forma adequada as paisagens culturais na Lei (lei n.º 107/2001, atrás mencionada). Contudo, não se pode deixar de referir, o trabalho que tem sido efetuado na inventariação do património cultural e na compilação e salvaguarda de arquivos e coleções de documentos, um passo essencial para a sua conservação. A DGPC, através do Inventário do Património Arquitetónico[49] (IPA) documenta o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de matriz portuguesa.

49 Criado no início da década de noventa do século XX pela, entretanto extinta, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido desenvolvido, desde 2007, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.), tendo sido integrado em 2015 na DGPC.

As categorias no inventário, destacando algumas sub-categorias, abrangem desde:

- Conjuntos arquitetónicos
- Conjuntos urbanos
- Edifício e estrutura (monumento)
- **Espaços Verdes**
  - Conjunto de espaços verdes
  - Espaço de circulação
  - Espaço de cultivo
  - Espaço de desporto
  - Jardim (com sub-categorias)
  - Parque (com sub-categorias)
- **Paisagem**
  - Componente de paisagem
  - Grupo de unidade de paisagem
  - Sub-unidade de paisagem
  - Unidade de paisagem
- **Sítio**
  - Sítio geológico (com sub-categorias)
  - Sítio Histórico (com sub-categorias)
  - Sítio Paleontológico (com sub-categorias)
  - Sítio Pré e proto-histórico (com sub-categorias)

A Paisagem Cultural, apesar de integrar a nomenclatura de alguns bens, não é diferenciada como categoria ou subcategoria. As paisagens culturais listadas no *World Heritage* são categorizadas ora como unidade de paisagem ou subunidade de paisagem, tal como acontece com a Paisagem Cultural do Sistelo, que não estando na *World Heritage List*, é listada como subunidade de paisagem.

Em 2003 foi criada a Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH), fundada pelas professoras e arquitetas paisagistas Cristina Castel-Branco, Ana Luísa Soares e a arquiteta paisagista Teresa Chambel com o objetivo de contribuir para o

estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com destaque para os parques, quintas e jardins históricos (*Estatutos da AJH - Associação Portuguesa dos Jardins Históricos*, 2003), pondo em prática as recomendações da Carta de Florença (1981). Não se pode contudo deixar de frisar que muito tem feito pelas Paisagens culturais em Portugal, nomeadamente por uma das suas tipologias – jardins, para o qual a AJH e a DGPC têm contribuído, tanto ao nível do inventário, da classificação, da gestão e conservação, das práticas de restauro de jardins históricos, veiculando a partilha de informação e promovendo o conhecimento técnico e científico essenciais para o reconhecimento do seu valor cultural, natural, socioeconómico e como recursos estratégicos para o futuro.

Avançou-se para a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, 2015) a qual reconhece o papel das paisagens culturais no fortalecimento da diversidade, das identidades locais e regionais, promovendo o desenvolvimento de programas que fomentem a sensibilização, informação, e medidas legislativas. Contudo, não tem tido uma operacionalização que permita listar, classificar e proteger Paisagens culturais, de forma evidente e clara, que muito ganharia com a inclusão desta categoria na legislação nacional.

No cronograma da figura 2.9, são sintetizados os principais documentos internacionais e nacionais que influenciaram de forma direta ou indireta, as formas legislativas e normas relativas às Paisagens culturais, desde a difusão do conceito até aos principais acontecimentos do séc. XXI.

▶ **Figura 2.9.** *Cronograma síntese de documentos e normas legais, relativas a paisagens culturais, desde a difusão do conceito até ao princípio do séc. XXI.* *Nota*. Elaborado pela autora, 2019.

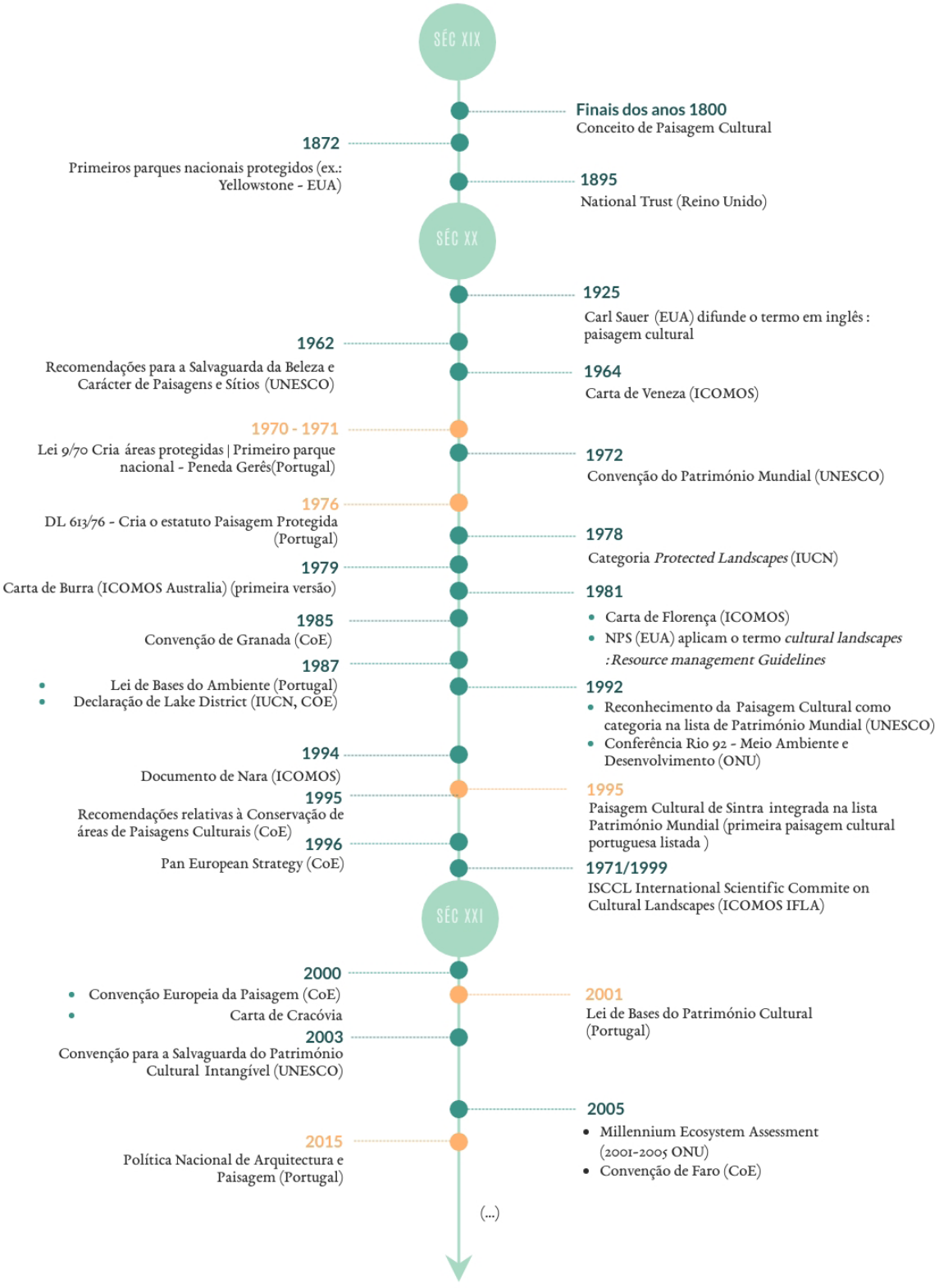
2.2.3. O contributo do *World Heritage* (UNESCO)

Se a prática do conceito de Paisagem Cultural foi rapidamente implementada nos EUA, no princípio dos anos de 1980, na Europa, o seu reconhecimento foi acompanhando a crescente inclusão de paisagens culturais na *World Heritage List* (WHL). O contributo do *World Heritage Centre*, UNESCO (WHC) é indiscutível

cronograma

Paisagem Cultural

da teoria à prática



no desenvolvimento da identificação e proteção de paisagens culturais, criado também em 1992 para a gestão do património mundial. Em 1972, a "Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)" promove a *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage* definindo património, formas de proteção e conservação e promovendo a WHL. Para tal, foi criado um comité intergovernamental para a implementação da Convenção, contando com o apoio consultivo do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) e do *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) (UNESCO 1972).

A operacionalidade da Convenção é estabelecida nas *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (OG)[50], documento este que tem revisões periódicas (anuais ou bianuais) refletindo novos conceitos, experiências e conhecimentos que se vão estabelecendo ao longo dos tempos e discutidos por peritos que posteriormente sugerem, em sessões do comité, a sua integração nas orientações técnicas.

Como já referido, o *World Heritage Committee* (WHCo) integra o conceito de Paisagem Cultural na categoria de bens culturais em 1992. Este reconhecimento advém de estudos realizados e do *momentum* descrito anteriormente. É a partir de 1984, que as questões relacionadas com paisagem se afirmam (World Heritage Committee, 1987). Os relatórios de trabalhos do WHCo, revelam dificuldades concetuais e práticas, na categorização de determinados bens, nomeadamente no caso de candidaturas com bens mistos e paisagens rurais. Para mais, as OG ofereciam orientações insuficientes e pouco claras relativas a bens mis-

50 Este documento - ***Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*** - apresenta critérios rigorosos para o registo dos bens na Lista do Património Mundial e para a assistência internacional proporcionada nos termos do Fundo do Património Mundial.

tos. Neste ponto, é realçado que apesar do intuito em integrar o património natural e cultural e interpretá-lo conjuntamente, houve uma polarização ora para bens naturais ora para bens culturais, sendo a sua avaliação efetuada de forma independente, pelo ICOMOS ou IUCN (World Heritage Committee, 1984). As candidaturas como bens mistos e paisagens rurais (cujos exemplos se multiplicavam como os terraços de arroz asiáticos ou as áreas de vinha europeia) não conseguiam enquadra-se nos critérios existentes, separados em natural e cultural:

> *Chabason described three types of problems connected with such properties. The first was the question of identification of exceptionally harmonious, beautiful, man-made landscapes as epitomized by the terraced rice-fields of S.E. Asia, the terraced fields of the Mediterranean Basin or by certain vineyard areas in Europe. (...) The second question concerned the evolution (equilibrium, transformation and regression) of such living landscapes in a similar manner as the evolution of historic towns. The third problem concerned the integrity of such landscapes which are seldom protected under national jurisdiction and require the concerted effort of the various land-owners and land-users in order to maintain their characteristics.*[51] (World Heritage Committee, 1984, p. 7).

Apesar do termo Paisagem Cultural não estar assumido, era explícito o seu entendimento e a necessidade de integrar bens que aliassem estas características. Em 1985 reúne-se um grupo de trabalho, na sede do ICOMOS em Paris, com membros do ICOMOS, IUCN e do *International Federation of Landscape*

51 Tradução livre da autora: "Chabason descreveu três tipos de problemas relacionados com estes bens. O primeiro, relacionava-se com a identificação de paisagens excecionalmente harmoniosas, belas, construídas pelo homem, como consubstanciado pelos campos de cultivo de arroz em socalcos no sudeste da Ásia, pelos campos em socalcos da bacia mediterrânica ou certas áreas de vinha na Europa. (...) A segunda questão era relativa à evolução (equilíbrio, transformação e regressão) destas paisagens vivas do mesmo modo que a evolução de cidades históricas. O terceiro problema era respetivo à integridade de tais paisagens que raramente são protegidas sob jurisdição nacional e exigem o esforço concertado dos vários proprietários e utilizadores de forma a manter as suas características." (World Heritage Committee, 1984, p. 7).

Architects (IFLA), entre outros especialistas, com o intuito de trabalhar as questões levantadas anteriormente, sendo referido que os critérios para bens naturais não consideravam elementos culturais na atribuição de valor universal, ao contrário dos critérios para bens culturais. Várias candidaturas apresentavam, no entanto, bens naturais e culturais, mas a sua classificação era pouco clara, ora como bem cultural, ora como bem natural (*Yosemite National Park* – bem natural), raramente integrando ambos os bens (*Kakadu National Park* – Austrália e *Machu Picchu Historic Sanctuary* – Perú), considerando-se até que: "(...) *this system of evaluation and subsequente approval of cultural/ natural properties is somewhat arbitrary* (...)"[52] (World Heritage Committee, 1985, p. 3).

Algumas candidaturas foram sendo indeferidas, ou por estarem incompletas ou necessitavam de uma avaliação aprofundada. *Fertö/Neusiedlersee Cultural Landscape* (Áustria/Hungria), foi um dos casos que se iniciou como bem natural, posteriormente como bem misto, e só em 2001 foi inscrita como paisagem cultural (Fowler, 2003). Das recomendações, resultaram alterações na descrição dos critérios a nível das OG, sem introdução de nova categoria para além de natural e cultural.

O Reino Unido, em 1987, propunha a inscrição do *Lake District National Park* (figura 2.10), na Lista de Património Mundial, como bem misto (cultural e natural) (World Heritage Committee, 1987), levantando de novo a questão. O *World Heritage Centre* (WHC), sentiu a necessidade de diferir a proposta para ser examinada posteriormente, à luz do reconhecimento de uma nova categoria que se revelava necessária: "*The Committee wished to leave open its decision on this nomination until it had further clarified its position regarding the inscription of cultural landsca-*

52 Tradução livre da autora: "O sistema de avaliação e a aprovação subsequente dos bens culturais/naturais é algo arbitrário." (World Heritage Committee, 1985, p. 3).

Figura 2.10. *The English Lake Distric, Inglaterra.*
Nota. Inscrita na lista do património mundial da UNESCO, como paisagem cultural, em 2017. Fotografia de N. Bodle, 2007. Copyright por Nick Bodle.

pes."[53] (World Heritage Committee, 1988, p. 10).

Uma nova visão era patente e precisava de ser solidificada para se estabelecer como categoria a nível da UNESCO (ver figura 2.11). Em 1991, na 15ª sessão do WHCo em Cartago (Tunísia), foi sugerida uma reunião de peritos já com este intuito, tendo sido realizado em outubro de 1992, em *La Petite Pierre* (França) o primeiro encontro de um grupo de peritos de diferentes áreas relacionadas com paisagens culturais, desde arqueologia, história, ecologia da paisagem, geografia à arquitetura paisagista. Participaram representantes do WHC como Saïd Zulficar, Mechtild Rössler; do ICOMOS: David Jaques, Peter Fowler, Henry Cleere; do IUCN: Bing Lucas; do IFLA: Hans Dorn, Pierre-Marie Tricaut, entre outros peritos de 8 Estados-membros que ratificaram a Convenção do Património Mundial.

Esta reflexão, que contava já com vários anos de trabalhos preparatórios, conduziu diretamente à integração da figura Paisagem Cultural e de três subcategorias de paisagens culturais, para efeitos de inscrição na lista de património mundial, pre-

53 Tradução livre da autora: "O Comité decidiu deixar em aberto a decisão sobre esta candidatura até ter mais clarificada a sua posição relativa à inscrição de paisagens culturais." (World Heritage Committee, 1988, p. 10).

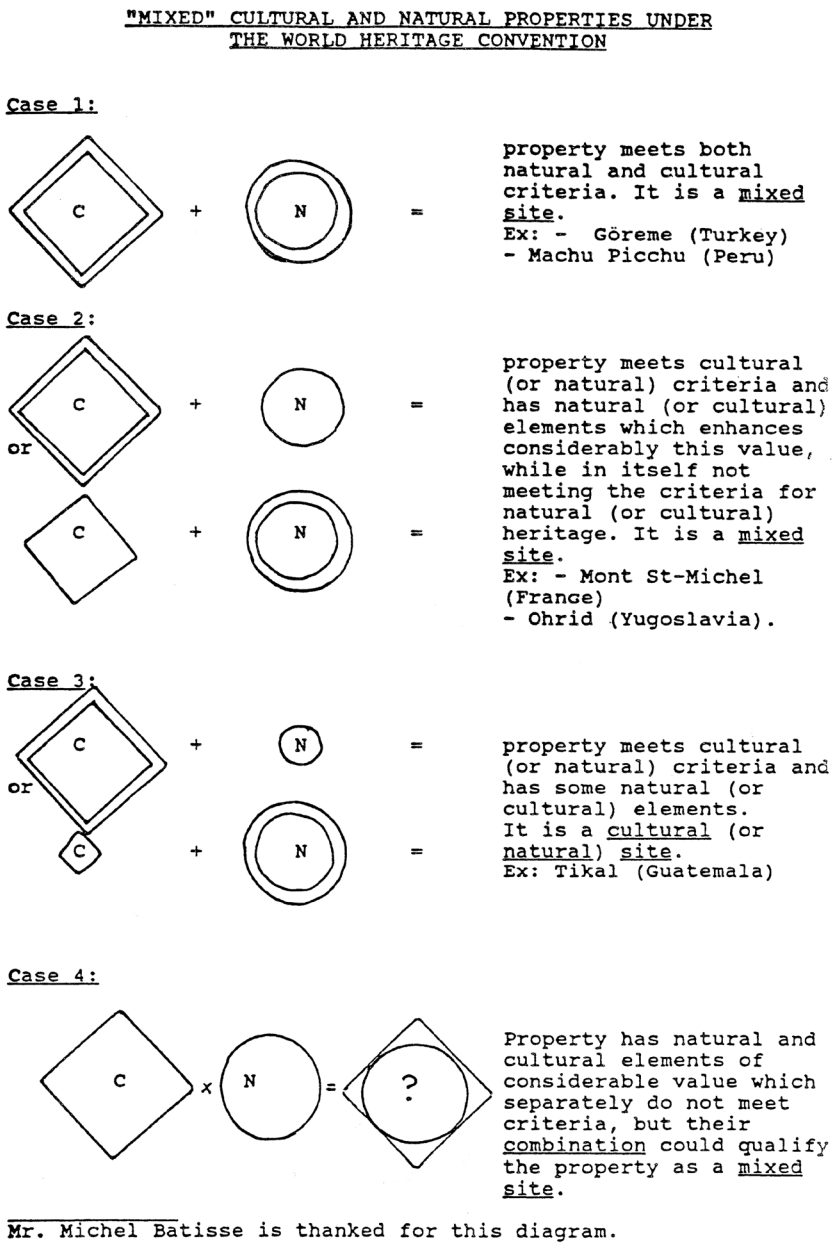


Figura 2.11. *Diagrama de três casos representativos de bens mistos e um quarto caso que representa uma paisagem cultural.* *Nota.* Diagrama de M. Batisse em 1987. **Em** *Notes on Rural Landscapes and the World Heritage Convention, Eleven session* **de** World Heritage Committee, 1987, WHC -UNESCO.

parando recomendações e critérios necessários (apresentados na sessão do WHCo[54] que se iria realizar em Santa Fé, em de-

54 World Heritage Committee, Sixteenth Session, Santa Fé, United States of America, 7-14 December, 1992

zembro do mesmo ano). Até 1992, as orientações técnicas (OG) definiam 3 figuras para bens culturais, nomeadamente monumentos, conjuntos e sítios.

Assim, com a inclusão de paisagens culturais, são definidas 3 categorias principais de paisagens culturais e 2 subcategorias, já patentes no documento de revisão das OG (World Heritage Committee, 1993):

1) Defined landscape designed and created intentionally by man

2) Organically evolved landscape

a) relict (or fossil) landscape

b) continuing landscape

3) Associative cultural landscape. (World Heritage Committee, 1994).

A integração da nova categoria - paisagens culturais - na lista de bens culturais da UNESCO, recentrou o foco de estudo neste tema, exigindo uma análise conjunta de candidaturas pelo IUCN e pelo ICOMOS (figura 2.12). Até ao ano 2000, a lista de paisagens culturais património mundial contava com 25 paisagens, sendo que em atualmente, em 2022, passados 30 anos desde a inclusão da categoria na WHL, a lista apresenta 123 paisagens culturais listadas (consultar mapa e gráfico da figura 2.13).

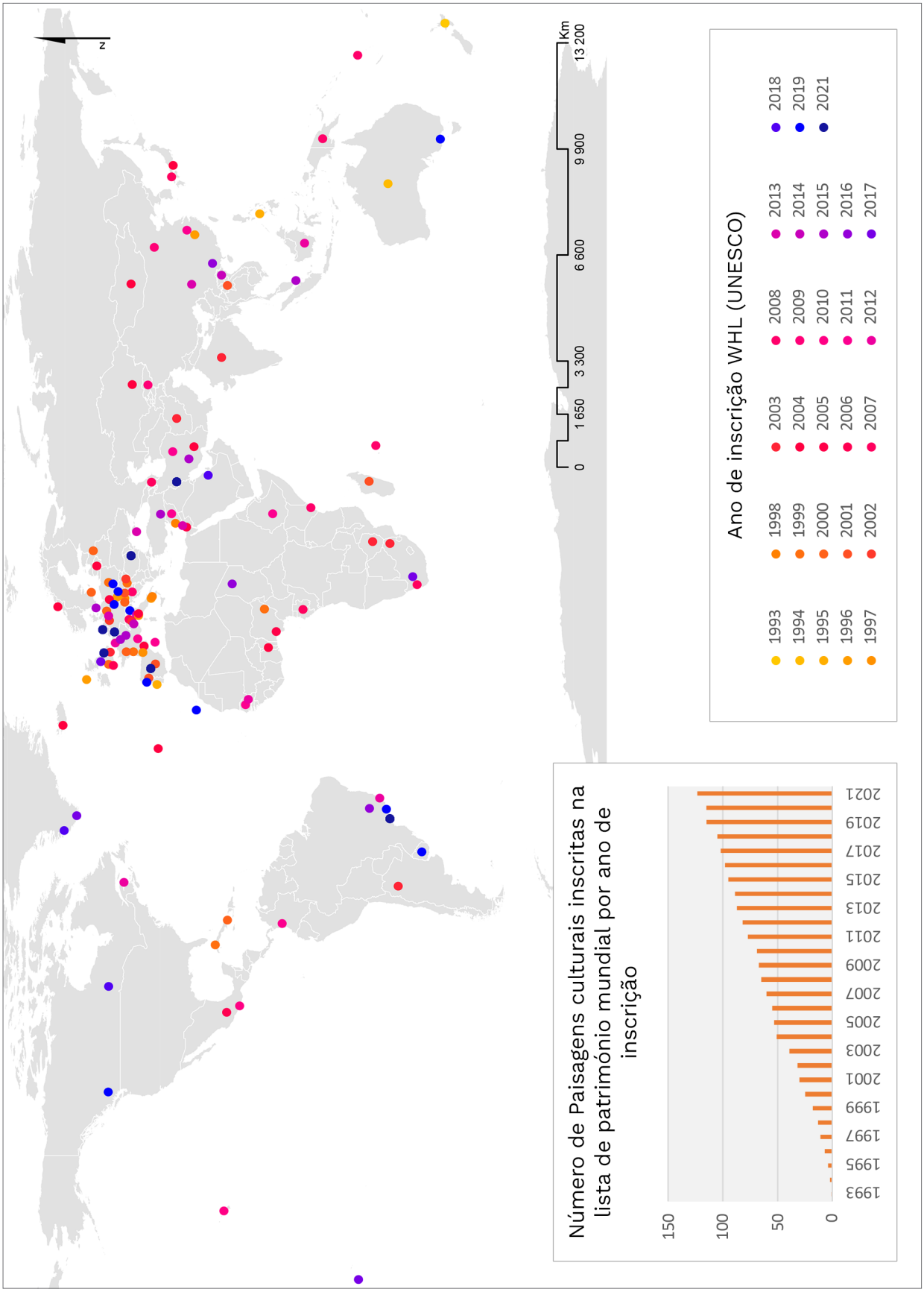
Ainda que existam problemas de representatividade por resolver (conforme mapa da figura 2.14), por motivos diversos, tais como: a capacidade operativa de cada país em legislar ou defender o património nacional ou o entendimento do próprio conceito de paisagem cultural e de património, a definição de paisagem cultural tem sido testada ao longo de 30 anos, com crescente representação.

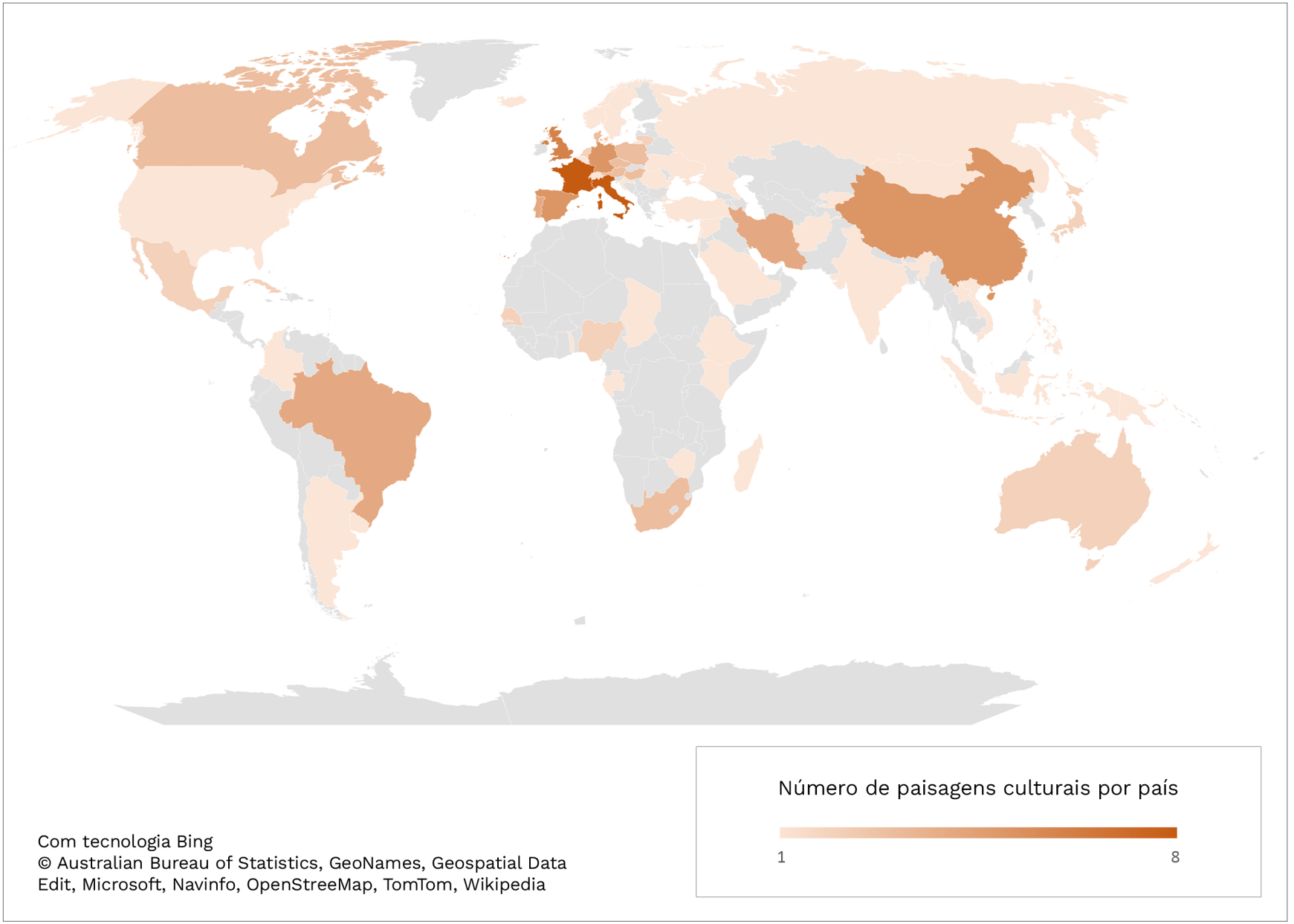
Figura 2.12. *Tongariro National Park, Nova Zelândia.*
Nota. Primeira paisagem cultural inscrita na lista do património mundial da UNESCO, em 1993. **De** S. A. Tabbasum, 2004, Copyright de UNESCO.

Em 2019, o WHCo, por forma a sistematizar e ter representatividade da diversidade cultural, identificou e definiu diversos tipos de bens culturais e naturais, adotando orientações técnicas específicas para estes casos (World Heritage Committee, 2019). Neste sentido, foram identificadas, para além das paisagens culturais (e respetivas tipologias): Cidades e centros históricos; Canais patrimoniais; Rotas do património (World Heritage Committee, 2019). É, no entanto, discutível se algumas destas figuras poderiam ou não ser também consideradas como paisagens culturais, sendo assim uma questão de estratégia de sistematização a nível da lista de património mundial.

O facto do WHC promover paisagens culturais excecionais, não invalida o esforço que tem sido realizado na investigação, reflexões teóricas, identificação de diferentes tipologias de paisagens culturais, que muito contribuem para análises de outras paisagens que não se refletem em estatutos de raridade e excecionalidade universal, mas que representam sistemas de sustentabilidade, qualidade de vida entre outros aspetos que temos vindo a salientar. É neste conjunto que se insere o caso de estudo que se irá apresentar nesta tese.

▶ **Figura 2.13.** *Mapa de distribuição de paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO, identificadas por ano de inscrição (1993-2021).*
Nota. Elaborado pela autora com dados do World Heritage UNESCO, 2022.


N
Km
0
1 650
3 300
6 600
9 900
13 200
Ano de inscrição WHL (UNESCO)
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2021
Número de Paisagens culturais inscritas na lista de património mundial por ano de inscrição
150
100
50
0
1993
1995
1997
1999
2001
2003
2005
2007
2009
2011
2013
2015
2017
2019
2021


Número de paisagens culturais por país
1
8
Com tecnologia Bing
© Australian Bureau of Statistics, GeoNames, Geospatial Data Edit, Microsoft, Navinfo, OpenStreeMap, TomTom, Wikipedia

2.3. DISCUSSÃO

Nos séculos XIX e XX é notória a mudança no modo de perceber e apreciar a natureza e a paisagem, abrindo caminho para uma nova perspetiva de apreender as qualidades e os valores da paisagem, pondo em relevo a perceção dos significados, da relação homem-natureza e de uma situação de equilíbrio necessária, estabelecendo-se uma ordem em que ambos participam. Surge um novo entendimento cultural da natureza e da paisagem e que abre caminho para as linhas de atuação que se lançaram para proteger e conservar (Cantero, 2000).

Da simples ideia de uma paisagem natural fisicamente alterada pelo Homem – a paisagem humanizada referida por vários autores - assistimos hoje a um conceito mais complexo, o de Paisagem Cultural, com significados e entendimentos diversos que naturalmente lhe foram associados à medida que se percebia tratar de entidade não só física, mas ideológica. Os estudos da paisagem que na forma tradicional sublinhavam a relação dos grupos sociais e formas espaciais, foram dando lugar a abordagens que integram a consciência social sobre o lugar, os significados conferidos pelas comunidades locais e pelos visitantes. Fruto das mudanças de paradigmas nos contextos científicos, o debate das paisagens culturais acompanha estas evoluções.

Enquanto objeto de vivência e de estudo do Homem, poder-se-á considerar que todas as paisagens são culturais e deste modo, o conceito remete para uma redundância, mas no entanto, existem particularidades e qualidades que não correspondem à paisagem quotidiana, se a analisarmos de um ponto de vista geral. Paisagem Cultural surge como um conceito útil para nomear determinadas paisagens que merecem particular atenção para "(...) perpetuar e transmitir para o futuro a mensagem e o conhecimento do passado (...)"(Resolução do Conselho de Ministros n.o 45/2015, 2015, p. 4660). Encerra em si a ideia de qualidade e importância histórica e cultural, uma pai-

◂ **Figura 2.14.** *Mapa de distribuição de países com paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da UNESCO (1993-2019) e respetiva quantificação de inscrições.*
Nota. Elaborado pela autora com dados do World Heritage UNESCO, 2022.

sagem que é humanizada, mas que se distingue das restantes por refletir modos de vida e/ou apropriações específicas, que qualificam uma entidade única, diferenciada pelo valor socioeconómico, ecológico, cultural que a caracteriza. Como tal, pode ser considerada património cultural, detentora de características, expressando valores, que se herdam, e dos quais usufruímos, aprendemos e os legamos às gerações seguintes. O conceito poderá representar melhor paisagens vernáculas, fruto em parte da consciencialização (pelo menos europeia) da perda de valores, como por exemplo, paisagens agrícolas tradicionais, mas não deixa de integrar, no seu entendimento, paisagens com forte evidência de desenho intencional (jardins) ou mesmo paisagens contemporâneas com evidente e reconhecido significado cultural.

Da economia de produção, assistiu-se no século XX à transição para uma economia de consumo, que aliada aos avanços industriais, tecnológicos, digitais e a fenómenos de globalização, suprimiram a escassez de bens, mas ao mesmo tempo, fomentaram o desperdício e a criação e acumulação de resíduos. Vivemos fenómenos de calamidades, em grande parte resultado das alterações climáticas. Criámos novas paisagens, de forte cunho humano, as quais questionamos serem novas paisagens culturais (paisagens representativas, reais ou do imaginário). O conceito de Paisagem Cultural permite, deste modo, uma constante reflexão, fruto do seu carácter evolutivo, sendo que será necessário repensar o peso dos processos naturais e o saber trabalhar com os mesmos, dentro do conceito, permitindo voltar a evidenciar a relação homem – natureza como forma de sustentabilidade, objetivos tão ambicionados atualmente.

A proteção e conservação da paisagem resultaram, na prática, em várias figuras legais e instrumentos de inventariação, proteção e gestão nacionais como a identificação de figuras de proteção da paisagem (paisagens protegidas, áreas protegidas, reservas naturais). Na prática, os conceitos refletem o pensa-

mento de especialistas nas mais diversas áreas e diferentes tutelas de gestão da paisagem e de património, provocando uma certa entropia no seu entendimento, ao longo dos tempos. Por outro lado, o fato de os instrumentos internacionais terem originalmente sido desenvolvidos ora para bens construídos, ora para bens naturais, fez com que os novos instrumentos relacionando paisagens culturais, resultassem de adaptações de legislação e normas existentes. O *World Heritage Centre*, debruçando-se sobre o tema Paisagem Cultural, enquanto entidade internacional, pretende ser pragmático, mas apenas confere linhas orientadoras, que por um lado permitem uma maior abrangência, por outro são omissos para uma efetiva operacionalidade de identificação e análise de paisagens culturais. A própria flexibilidade de entendimento inerente ao que pode ser considerado uma Paisagem Cultural, conduz a uma leitura e interpretações subjetivas que dificultam a passagem do conceito para a prática.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

CAPÍTULO 3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

No capítulo anterior foi analisado o conceito de Paisagem Cultural, sendo que outros estão relacionados com este. As traduções de termos e conceitos, em vários idiomas, não ajudam à clareza de definições, sendo estas díspares e efetuadas de forma diferente de país para país. Valores, atributos, características, elementos surgem descritos e aplicados de forma mais ou menos aleatória, conforme o idioma. Autenticidade, integridade ou significado cultural, são percecionado ora como valores em si, ora como qualificadores de valor.

A mudança, parte integrante do processo evolutivo das paisagens, será também analisada dentro do contexto de conservação das mesmas. Neste tópico, interessa compreender que tipo de mudanças podem interferir na conservação da identidade das paisagens e como se pode gerir a mudança em estratégias favoráveis à manutenção da mesma. Para tal, serão também explorados os tipos de mudança mais comuns e o modo como a monitorização das mesmas pode ser realizado. Outros processos ocorrem na evolução das paisagens, tanto de formação como de transformação, específicos para cada paisagem em análise, que importarão já no contexto de gestão de uma paisagem cultural específica.

A especificidade de paisagens culturais requer uma clarificação destes conceitos. Pretende-se, neste capítulo, explorar estes temas e desenvolver o conhecimento sobre conceitos chave em paisagens culturais que sustentam e estabelecem fundamentos teóricos para desenvolver uma abordagem e metodologia de caracterização da Paisagem Cultural, assim como, desenvolver recomendações para a sua conservação.

3.1. A IDENTIDADE E O CARÁTER DAS PAISAGENS

> *"The character of the landscape thus reflects the values of the people who have shaped it, and who continue to live in it. Culture itself is the shaping force. Landscape is a cultural expression that does not happen by chance but is created by design as a result of human ideologies"* (Taylor, 2008, p. 7)

Um dos aspetos mais relevantes da Paisagem Cultural é a sua capacidade de evidenciar determinada identidade e expressar o caráter de uma região ou de lugares. Tanto identidade como caráter são construídos sobre valores específicos das paisagens e das pessoas que nela habitam e como tal, considera-se que abrangem uma série de parâmetros que nos permitem entender uma paisagem em particular. Estas conceções - identidade e caráter – utilizadas em diferentes escalas e comumente associadas à paisagem, são conceitos teóricos complexos, cuja aplicação e definição é por vezes difícil e difusa no contexto de caracterização e conservação em paisagens. Não se pretende nesta investigação teorizar sobre estes conceitos, pois são temáticas vastas e em permanente discussão, mas sim explicitar e definir os conceitos que melhor respondem ao objeto em estudo, a Paisagem Cultural.

3.1.1. O lugar e a paisagem

Identidade e caráter são conceitos que partilham a ideia de particularidade, singularidade, individualidade, identificação ou distinção de lugares de menor ou maior escala. Antes de passar à análise dos conceitos de identidade e carácter, explicita-se aquilo que para a presente tese é a relação entre lugar[55] e Paisagem Cultural.

Cristina Castel-Branco (1992), na sua tese de doutoramento sobre o lugar e o significado, extrapola as interpretações que Norberg-Schulz[56] utiliza na arquitetura, sobre o conceito de lu-

55 Lugar é um termo com uso atual, entendido na presente tese como uma área geográfica que integra no seu conceito as dimensões tangíveis e intangíveis. Conceitos associados à Paisagem Cultural como *Sense of Place, Spirit of the Place,* remetem para o termo lugar. O significado cultural da paisagem, explícito na Carta de Burra (Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013) é sempre associado ao termo lugar. Este pode incluir desde uma edificação, um jardim, uma árvore, um sítio arqueológico entre outros exemplos que expressem dimensões materiais e imateriais.

56 Christian Norberg-Schulz (1926 - 2000) foi um arquiteto associado à fenomenologia na arquitetura, destacando-se o seu livro *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture* (1979).

Figura 3.1. *Aldeia de Monsanto, Idanha-a-Nova. Nota.* O lugar como expressão de simbolismos, integração dos elementos naturais existentes e parte do quotidiano da comunidade. Fotografia da autora, 2012.

gar construído pelo Homem, aplicando-os também aos jardins. Vários autores (Norberg-Schulz, 1980; Relph, 1976; Tuan, 1997) abordam o conceito de lugar, sendo que, na sua maioria, o ponto de vista espacial é indissociável de abordagens fenomenológicas, explanando-se por agora, algumas ideias fundamentais.

O lugar é permanente, integra uma localização específica no espaço que agrega uma dada função ou significado atribuído por indivíduos ou grupos sociais (Ribeiro, 1998; Tuan, 1997), evidenciando mais do que características naturais: significados culturais que representam o meio envolvente (Magalhães, 2001). Tal como um jardim, entendido como um lugar construído pelo o Homem, expressando o seu entendimento do Universo e da experiências leis da natureza, um microcosmos investido de significados (Castel-Branco, 1992), esta ideia pode ser extrapolada para outras tipologias de paisagens culturais. O lugar existe em diferentes escalas (Tuan, 1997), não teremos dimensões nem limites pré-definidos de um lugar, dada a natureza qualitativa do conceito. Relph (1976), descreve várias relações entre lugar, espaço, tempo e as comunidades e na sua sobreposição e cruzamento entre as várias interpretações: - "*In our everyday lives places are not experienced as independent, clearly defined entities that can be described simply in terms of their location or appearance. Rather they are sensed in a chiaroscuro of setting, landscape ritual, routine, other people, personal experience, care*

and concern for home, and in the context of other places."[57] (Relph, 1976, p. 29).

Assim, sendo o lugar dependente de significado que lhe é atribuído, de localização específica, mas de dimensão variável e relacionando-se de forma intercruzada com várias entidades ou processos, poder-se-á interpretar a paisagem como um conjunto de lugares, ou mesmo um lugar. Cristina Castel-Branco, aplicando ao jardim, refere: "o jardim é um lugar e faz parte de uma paisagem, sendo a paisagem um contínuo de lugares articulados entre si."(Castel-Branco, 1992, p. 6).

Em paisagens culturais de extensas áreas, fará sentido considerá-las como um articulando de vários lugares, que no seu conjunto e interpretação relacional, contam a história e significado dessa mesma paisagem cultural. O caso de estudo da paisagem cultural da rota de transumância entre a Serra da Estrela e as campinas de Idanha irão refletir a ideia de lugares, aqui mencionada.

3.1.2. Identidade e caráter

Após uma breve reflexão sobre lugar e paisagem, retoma-se a análise dos conceitos de identidade e caráter da paisagem. Pretende-se elucidar sobre o que representam, em que se materializam e como se podem identificar. Marc Antrop (2005) define de forma simples e metafórica a questão da identidade da paisagem comparando-a à personalidade de alguém. Se alguém mantiver a sua personalidade ao longo dos tempos, mesmo com as naturais mudanças físicas, essa mesma pessoa pode ser reconhecida o que metaforicamente acontece também com a paisagem, cujas características e respetiva consistência ao longo

57 Tradução livre da autora: "No nosso dia-a-dia, os lugares não são vividos de forma independente, entidades claramente definidas que podem ser descritas simplesmente em termos da sua localização ou aparência. Em vez disso, são sentidas num cenário chiaroscuro, em rituais na paisagem, rotinas, noutras pessoas, em experiências pessoais, no cuidado e atenção pela casa e no contexto com outros lugares." (Relph, 1976, p. 29).

Figura 3.2. *Paisagem na Baviera alemã.*
Nota. As povoações nos vales, a floresta e a topografia de serras na envolvente, os lagos e castelos em posição de destaque, contribuem para a identidade daquela paisagem. Fotografia da autora, 2010.

dos tempos, caso se mantenham, permitem reconhecer a identidade de determinada paisagem, mesmo com mudanças físicas na paisagem. Adriana Veríssimo Serrão (2013) descreve-nos a identidade da paisagem, no enlace da natureza e história, das propriedades morfológicas do terreno com a identidade cultural e histórica das populações, formando um complexo onde se processa a experiência vital.

O geógrafo Edward Relph acrescenta, a ideia de identidade como diferenciação, relacionando-se com o significado da paisagem, que iremos analisar mais à frente. Define "identidade de" como: - "*persistent sameness and unity which allows that (place) to be differentiated from others.*" [58](Relph, 1976, p. 45).

Outra noção alusiva à identidade é a de continuidade, essencial para o sentido de pertença e enraizamento a determinado local, revelando a importância da sua perduração. David Lowenthal expressa estas relações fundamentais para o Homem:

> *Simply to know that structures are durable may give residents a sense of being rooted in a place. (...) Those who lack continuity at home often search for it abroad. "Most Americans," notes Kevin Lynch, go away from home to Europe to feel at home in time.(...)*

58 Tradução livre da autora: " uniformidade persistente e unidade que permite que esse (lugar) seja diferenciado de outros." (Relph, 1976, p. 45).

> *Buffeted by change, we retain traces of our past to be sure of our enduring identity.*[59] (Lowenthal, 1975, p. 8,9).

A paisagem cultural, enquanto espaço de memórias, vivências, ideias e valores, define uma identidade coletiva, fundamental para o bem-estar humano. Poderá descrever-se a identidade como a relação com características peculiares de determinadas localizações, que nos revelam algo sobre o ambiente físico e social. A identidade de áreas de maior escala, como a identidade regional poderá ser uma reação coletiva das pessoas , em relação ao seu ambiente, ao longo do tempo (Hough, 1990). Várias características e elementos, e sua conjugação, permitem identificação de paisagens, cunhando-as com um "selo" de individualidade, de identidade, mesmo com profundas alterações.

Figura 3.3. *Ilha do Pico, Açores.*
Nota. O proeminente vulcão é um dos elementos naturais chave para a identidade da ilha. Fotografia da autora, 2012.

A definição de 'identidade da paisagem' é deste modo, aberta a várias interpretações, tornando difícil o seu debate científico, apesar de alguns aspetos serem facilmente identi-

59 Tradução livre da autora: "O saber simplesmente que as estruturas são duráveis pode dar aos residentes a sensação de enraizamento a determinado lugar.(...) Aqueles que sentem falta de continuidade em casa, procuram-na frequentemente no estrangeiro.(...) Fustigados pelas mudanças, retemos vestígios do nosso passado para estarmos seguros da durabilidade da nossa identidade." (Lowenthal, 1975, p. 8,9).

ficados: a associação ao carácter de determinada região, a um evento histórico ou à perceção de um determinado grupo sobre determinado local (Stobbelaar & Pedroli, 2011). Para mais, a perceção tanto pertence ao campo individual como ao de grupo (entenda-se aqui de uma comunidade). No estudo de Stobbelaar e Pedroli (2011), é apresentado um diagrama (ver figura 3.4) que demonstra o posicionamento de diversas abordagens e contributos para a definição de identidade, reforçando a ideia do leque de interpretações que o conceito pode adquirir.

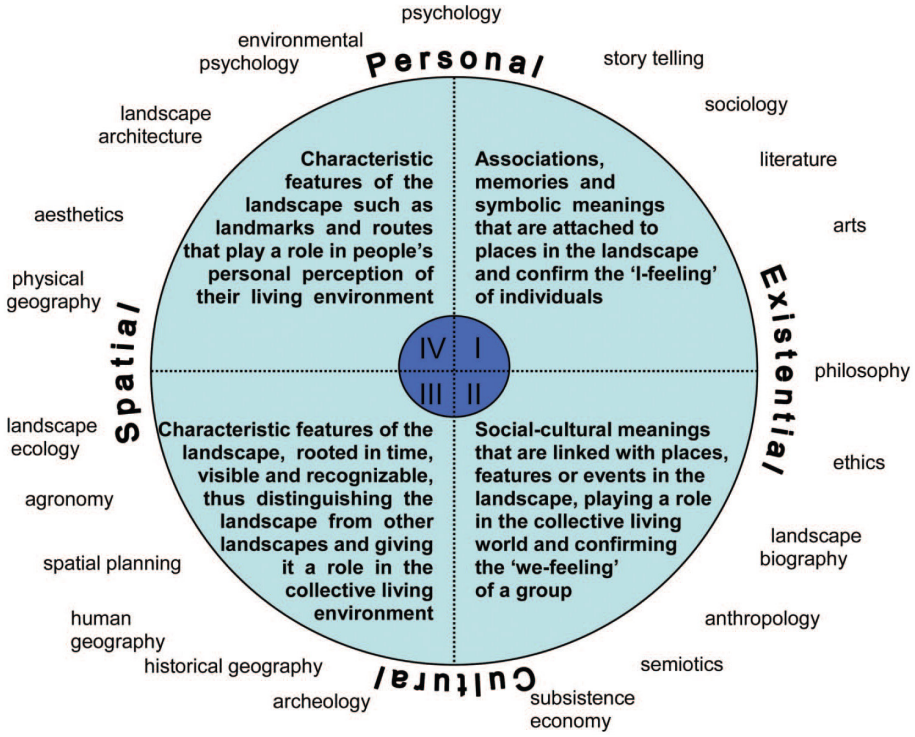


Figura 3.4. *The Landscape Identity Circle.*
Nota. Stobbelaar e Hendriks (2006) descrevem a identidade da paisagem sob dois eixos: *spatial-existential* (espacial-existencial) e *personal-cultural* (pessoal-cultural). **Em** *Perspectives on Landscape Identity: A Conceptual Challenge* (p. 325) **de** D. Stobbelaar e B. Pedroli, 2011.

Não haverá, deste modo, uma interpretação comum, o próprio conceito de identidade da paisagem altera-se ao longo do tempo, influenciado por contextos de mudança, de novas aspirações de intervenientes na paisagem e novas funções atribuídas à paisagem. A interpretação de identidade da Paisagem Cultural pode aproximar-se de uma abordagem cultural, constituída por processos e elementos físicos na paisagem, visíveis

e reconhecidos, e/ou por significados socioculturais que estão associados a determinado lugar/paisagem.

Estreitamente associado à identidade de um lugar, o conceito de carácter é revelador de características distintivas ou na sua ausência, de algo indiferenciado, comum. Aproxima-se e imiscui-se no significado de identidade, podendo por vezes ser utilizado para exprimir a mesma ideia. Certo é, que em diversas metodologias de estudo da paisagem é aplicado preferencialmente o conceito de caráter da paisagem. A nível europeu, o Reino Unido, através do guia *Landscape Character Assessment* (Swanwick & Land Use Consultants, 2002), aplicou a terminologia *landscape character* em instrumentos de análise e definição de tipologias de paisagem no país, disseminando uma metodologia que auxiliou o ações de planeamento, proteção da natureza e da paisagem, entre outros instrumentos de análise territorial (Wascher, 2005). A terminologia difundiu-se, sendo aplicada em projetos de investigação, como o *European Landscape Character Assessment Iniciative* (ELCAI) (Wascher, 2005) e inserida em metodologias de vários países. Em Portugal, as unidades de paisagem definidas em "Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental" (2004), remetem também para o caráter unificador de áreas, resultado do padrão específico de cada unidade de paisagem, acompanhando a terminologia aplicada no Reino Unido. O carácter é geralmente associado, nestas metodologias, a áreas com características relativamente homogéneas, sobretudo em componentes biofísicas, com padrões específicos repetíveis no seu interior e que se diferenciam de outras unidades envolventes (Pinto-Correia et al., 2001).

O caráter do lugar/ paisagem prende-se também com a essência, com qualidades intrínsecas que criam uma "ambiência" (Jackson, 1995; Norberg-Schulz, 1980). Certos autores aplicam o termo carácter com mais frequência do que identidade. Norberg-Schulz (1980) refere que todos os lugares possuem de-

Figura 3.5. *O caráter dos lugares como resultado de uma combinação de fatores bióticos, abióticos e humanos.*

Nota. Em cima: muros de pedra seca em Trás-os-Montes. Em baixo: poldras para passagem pedonal no rio Tâmega, Chaves. Fotografias da autora, 2012.

terminado carácter, que é mutável, variando com as estações, ao longo do dia, ou condições meteorológicas.

Comummente associado ao caráter, surgem também os conceitos de "espírito do lugar/*genius loci*" e *sense of place*. O espírito do lugar remete para uma crença antiga que revela que cada ser ou lugar tem o seu génio, um espírito guardião que determina o seu carácter ou essência (Norberg-Schulz, 1980 Jackson, 1995). O espírito do lugar pode persistir apesar de profundas alterações nas componentes de identidade, cidades como Paris ou Londres mantiveram a sua distinção apesar das várias revoluções tecnológicas, sociais, culturais (Relph, 1976). *Sense of place* relaciona-se com uma resposta psicológica e emocional a determinado lugar, tanto reveladora de sentimentos positivos ou negativos. Pode demonstrar vínculos e apegos das pessoas

a determinados lugares. pode ser definido como a sensação de pertencer a determinado lugar, uma reação emocional humana em relação a determinado lugar (Ribeiro, 1998), demostrando vínculos e apegos e como tal, permite perceber o espírito do lugar (Foote & Azaryahu, 2009). Jackson (1995) define *sense of place* como uma atual tradução, estranha e ambígua, do espírito do lugar - *genius loci*, disseminada principalmente por arquitetos e que reflete uma ambiência e qualidade de um lugar, criando uma sensação de bem-estar que nos faz querer voltar. Esta reação à paisagem, fruto de um contacto com a mesma durante determinado período ou alcançado de forma quase imediata relativa a um lugar ou paisagem desconhecida (ou não visitada anteriormente), revelam sentimentos benignos, experiências fenomenológicas que demonstram valor da paisagem. O "espírito do lugar" é um conceito inerente à interpretação de bens patrimoniais, sendo lido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, cores, odores, etc.) que oferecem significado, valor, emoções e mistérios a determinado lugar (ICOMOS, 2008). Esta definição, expressa na "Declaração para a Preservação do Espírito do Lugar" (ICOMOS, 2008), define também que o intangível e tangível devem ser lidos em conjunto, ambos interagem e constroem-se mutuamente.

Nesta reflexão, entende-se assim, que o conceito de identidade e caráter se imiscuem e são ambos aplicados na literatura sobre o tema e em metodologias de identificação e conservação de paisagens. A complexidade e diversidade de paisagens culturais, dadas as suas diferentes vertentes (histórica, socioeconómica, biofísica, entre outras) englobam exemplos diversos entre si. A aplicação destes termos pode também variar conforme a escala do objeto de estudo. Recorrendo a paisagens culturais portuguesas, como exemplos, o Alto Douro Vinhateiro representa uma paisagem cultural baseada na vitivinicultura, integrando

evidências físicas marcantes, como a construção de socalcos suportados por muros de xisto, que permitiram valorizar o espaço agrário em encostas íngremes e pedregosas (Bianchi de Aguiar & Dias (Coord), 2000). Apesar de integrar diferentes unidades de paisagem (e como tal, diferentes descrições de caráter da paisagem), a sabedoria de gestão da água, escassez de solo, construção em declives e a atividade vitivinícola desenvolvida pelas Quintas, denotou a paisagem com características distintas e reconhecíveis ao longo do rio Douro, cuja inscrição como património mundial permitiu afirmar e divulgar, a sua identidade.

Apontando como exemplo a Paisagem Cultural de Sintra, apesar de todas as camadas de história que inclui, o século XIX e a influência romântica moldaram a arquitetura tradicional, vernacular e os jardins construídos pela serra. O microclima da Serra de Sintra contribui para o caráter distintivo desta paisagem com forte cunho romântico. Neste caso, o conceito de identidade da paisagem cultural de Sintra é facilmente percetível como caráter, talvez em parte por integrar uma área menor e com uma unidade reconhecível.

No caso da paisagem cultural do caso de estudo da presente investigação - a rota de transumância da Serra da Estrela para as campinas de Idanha - o caráter destas paisagens (Serra da Estrela e Campinas de Idanha) é distinto. Uma Paisagem Cultural que engloba atividade de transumância (agro-silvo-pastoril), incorpora sempre duas paisagens distintas, do ponto de vista topográfico, biofísico, climático. São estas mesmas diferenças que foram percebidas e conjugadas pela atividade que tira partido destas polaridades e joga com a complementaridade espacial e sazonal para a finalidade pretendida. Pode considerar-se que cada uma das paisagens tem um caráter e que a Paisagem Cultural em causa, integra uma identidade com forte cunho da atividade pastoril e fabril, sendo o fio condutor e de interligação entre ambas. Assim, poderemos falar de um caráter bucólico de certos lugares de pastorícia ou mesmo, o caráter

fabril de aglomerados que se dedicaram à indústria transformadora de lã.

Deste modo, identidade e caráter expressam a ideia de um conjunto de características que permitem identificar e distinguir determinada paisagem em relação a outras. Este conjunto, apesar das possibilidades decorrentes de perceções individuais, de carácter diferenciado que possa assumir pontualmente, localmente ou sazonalmente, reúne um consenso social, humano sobre a mesma, fruto da construção da paisagem e transmissão do saber ao longo do tempo. Imprimem um cunho de unidade, cujo sentimento de perda de valores, tanto históricos, culturais, recreativos, biológicos, como outros, gera o medo de perda de identidade. São assim conceitos chave, cruciais para experienciar o lugar, onde coalesce o tangível e intangível (Taylor, 2017).

Com base na reflexão efetuada, poder-se-á afirmar que identidade e caráter são conceitos chave que fundamentam metodologias de identificação e conservação de paisagens culturais, respondendo em parte a uma das hipóteses formuladas na investigação. Recorrendo novamente a Relph, é sugerido que a identidade é composta por três componentes que se relacionam entre si e que influenciam a experiência do lugar: "(...) *the static physical setting, the activities, and the meaning.*"[60] (Relph, 1976, p. 46). Encontra-se nesta definição a identificação de componentes que podem materializar a identidade de um lugar[61] (identificadas também por Cristina Castel-Branco (1992), para caracterizar um jardim histórico) e, por extrapolação, responder a um enquadramento prático de como se expressa a identidade numa Paisagem Cultural. Aliando a dimensão intangível,

60 Tradução livre da autora: "(...) o enquadramento físico, estático, as atividades e o significado." (Relph, 1976, p. 46).

61 Vários autores analisaram e desenvolveram metodologias de caracterização em paisagens culturais específicas, como jardins históricos, com base nos conceitos de identidade e caráter, destacando os trabalhos desenvolvidos por Carmen Añón (1989), Cristina Castel-Branco (1992), entre outros trabalhos que destacam o *"sense of place"* em metodologias de planeamento da paisagem (Ribeiro, 1998; Gomes, 2011).

essencial para a identidade e caráter da paisagem, "*genius loci*", "*sense of place*", é possível, de forma diagramática, identificar em componentes gerais, o que representa a identidade e caráter da paisagem, conforme a figura 3.6.

Figura 3.6. *As componentes da identidade do lugar. Nota.* As componentes da identidade interagem e formam uma estrutura comum. **Adaptado de:** *Place and Placelessness* **de** E. Relph, 1976, Pion Ltd.

Assim, a análise da identidade baseia-se na descodificação de uma referência base (constituída por componentes físicas, atividades e funções, significados e simbolismos), permissiva a evolução e dinâmicas, mas prevendo a manutenção de valores num contexto atual, funcional e produtivo, da paisagem.

A conservação da paisagem cultural passará por uma gestão adequada da sua identidade, do caráter dos lugares, num contexto de mudanças nos mais variados quadrantes afigura-se deste modo como um objetivo atual, para mais, a evolução de políticas internacionais faz apelo ao reconhecimento da diversidade, assumida como identitária e cada vez mais como marketing territorial (Dias, 2013).

3.2. VALORES DA PAISAGEM E SIGNIFICADO CULTURAL

"place is in certain respects (a) like all other places, (b) like some other places (c) like no other place." (Steinitz, 2012, p. 6).

Figura 3.7. *'The Grotto and the Temple of Contemplation, Stowe' de Jean B. C. Chatelain, 1752.*
Nota. **Em** Yale Center for British Art, Paul Mellon Collection.

O interesse em relação à paisagem foi abrangendo campos temáticos diferentes, ao longo do tempo, como já referido. O significado da palavra paisagista, até ao séc. XVII designava os artistas que desenhavam, pintavam paisagens, associando paisagem a características positivas, aos conceitos de beleza e paraíso (Goodchild, 1984). Desde o séc. XVIII até meados do séc. XIX, 'paisagistas' incluíam jardineiros, e hoje em dia, profissionais que se dedicam ao ordenamento do território, de jardins a parques urbanos, ao ordenamento de paisagens rurais, etc. (Frolova et al., 2003), que reconhecem na paisagem diversos valores.

Ao refletirmos sobre Paisagem Cultural, somos levados a pensar a paisagem como detentora de valores, que a qualificam e distinguem. Os valores atribuídos a determinado objeto, lugar,

paisagem, sempre desencadearam ações de conservação pelas quais a sociedade faz um esforço para conservar aquilo que valoriza. A par de valores, a ideia de património também inclui saberes e bens representativos e identitários, que herdámos.

No conceito de Paisagem Cultural, a ideia de património e valores expandiu-se para além dos bens tangíveis (naturais ou culturais), sendo atualmente considerados multivalentes, mutáveis e moldados pelos fatores contextuais: forças sociais, oportunidades económicas, tendências culturais (Mason, 2002). Deste modo, a compreensão dos valores de determinada paisagem é algo complexo, dado que muitos valores se sobrepõem ou mesmo, competem entre si, além disso, referem-se apenas à paisagem analisada, não podendo ser extrapolados para outras, mesmo que partilhem valores semelhantes. Interessa então perceber como se atribui valor às paisagens culturais.

3.2.1. Os valores da paisagem

Aquilo que é valorizado pelo Homem tem sido pesquisado em variadas disciplinas, mas podemos indicar três teorias tradicionais sobre valores (Brown et al., 2002, p. 53):

a) Perspetiva de utilidade social, em que o valor representa a utilidade de determinado objeto para propósitos humanos;
b) Perspetiva coesiva em que os valores são construções meta-sociológicas que facilitam ações de coordenação;
c) Perspetiva de discurso social, em que valores representam juízos de avaliação resultado da interpretação de fenómenos sociais e propriedades emergentes de comunicação.

Ao mencionar valores na Paisagem Cultural, poder-se-á remeter para algo representativo de qualidades, de características positivas, tal como refere Mason (2002), na segunda definição : "*Values is most often used in one of two senses: first, as morals, principles, or other ideas that serve as guides to action (individ-*

ual and collective); and second, in reference to the qualities and characteristics seen in things, in particular the positive characteristics (actual and potential)"[62] (Mason, 2002, p. 7). Vários conceitos podem surgir associados à ideia de valores da paisagem, destacando-se três deles: qualidade, significado e património.

Atualmente é comum a vários estudos apresentarem-se os valores da paisagem como serviços do ecossistema, diversificados e interligados, (Plieninger et al., 2014). Os serviços do ecossistema podem conformar uma visão simplista, não representando ou dando enfoque ao valor imaterial e patrimonial da Paisagem Cultural como herança humana de um lugar, pelo que irá aplicar-se, na presente tese, o termo valores.

Perceber que valores estão associados a determinada paisagem permite a compreensão do significado cultural, do que confere qualidade à paisagem. A identificação de valores atribuídos a determinada Paisagem Cultural, constitui um primeiro passo para a sua conservação, para decidir sobre o que tem de ser conservado, como conservar, que prioridades estabelecer e como lidar com eventuais conflitos de interesse.

Os valores atribuídos à paisagem dependem em grande parte da perceção sensorial do lugar, de uma associação a determinados eventos históricos, a práticas e relações espirituais com o lugar/paisagem, a um *continuum* natural/cultural de elementos ou processos ou relacionados com outros elementos tangíveis do território (McClean, 2007; Stephenson, 2008). A título de exemplo, a civilização oriental, tem uma tradição de valorização dos lugares e da paisagem muito distinta da civilização ocidental.

Vejamos então duas ideias que revelam a complexidade da perceção de valor: a subjetividade associada a quem atribui valor e a multiplicidade de valores associados para um mesmo

62 Tradução livre da autora: "Valores são vulgarmente usados num de dois sentidos: primeiro, como moral, princípios, ou outras ideias que servem de guia para ações (individuais e coletivas); e segundo, em relação a qualidades e características apreendidas em coisas, em particular, características positivas (atuais e potenciais)". (Mason, 2002, p. 7).

Figura 3.8. *Shinboku em Shiogama Shrine, Miyagi (Japão).*
Nota. O xintoísmo revela uma profunda ligação espiritual com a natureza, materializando lugares de culto. Sendo comum encontrar nestes santuários árvores sagradas (*Shinboku*), a sua apreciação por parte de visitantes pode ser meramente estética ou de atribuição de valor puramente científico. (s.d.).

Figura 3.9. *Dancing around fire.ǂKhomani Cultural Landscape.*
Nota. O *povo ǂKhomani* (África do Sul), demostra um modo de vida único em paisagens desérticas, criando uma paisagem cultural cuja evidências construídas são poucas. A sustentabilidade do seu modo de vida baseia-se numa visão do povo como parte integrante do meio, numa relação harmoniosa entre humanos-flora-fauna. Copyright de F.O.Productions, 2009.

bem. Relativamente à primeira ideia, os valores que são atribuídos a determinada Paisagem Cultural, dependem do indivíduo ou de grupos (figura 3.8) . Um mesmo elemento poderia ter interpretações (e entendimento de valor) diferentes em paisagens distintas. Mesmo dentro de comunidades (entendidas como determinado lugar de relações próximas sociais, económicas), cada indivíduo tem as suas crenças e preferências, pelo que os valores variam de comunidade para comunidade (Brown et al., 2002) (figura 3.9). Certo é que, para entender a paisagem é

necessário perceber a natureza dos seus elementos e processos e a forma como o valor que lhe é atribuído é expressa (Stephenson, 2008).

Remetendo para a Carta de Burra (2013), são associados aos lugares com significado cultural, valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais,

Relembra-se que existem inúmeros tipos/formas de atribuir valor à paisagem. Sintetizando, podem listar-se valores associados à paisagem:

1) valor estético (inclui perceções sensoriais, expressões pela forma, escala, cor, texturas e materiais), económico (ex: matéria prima para obtenção de produtos);
2) valor recreativo;
3) valor para o bem-estar;
4) valor didático;
5) valor para diversidade biológica;
6) valor espiritual;
7) valor histórico (influência que teve ou como foi influenciado por determinada figura histórica, evento, fase, atividade);
8) valor futuro;
9) valor como subsistência;
10) valor terapêutico;
11) valor cultural (sabedoria, técnicas de antecessores);
12) valor científico (importância dos atributos na sua raridade, qualidade, representatividade).

Do panorama variado de entendimento de valor, cujos critérios de comparação ou hierarquização entre eles são difíceis de estabelecer, importa aplicar critérios para o objeto de análise, a Paisagem Cultural , pelo que interessa selecionar critérios que se ajustem a uma dimensão existencial, qualidades percetivas, conhecimento do local que por sua vez realçam o valor dos elementos e processos existentes, que caracterizam e formam uma base para uma gestão diferenciada (figura 3.10).

Figura 3.10. *O profundo conhecimento do local conduz à interpretação dos valores.*

Nota. Perdendo os valores, perde-se autenticidade, profundidade do jardim (C. A. Feliú, 2020). Os jardins de Versailles marcaram um momento, a capacidade de trabalhar ao nível do território, com novos instrumentos que permitiram dominar o espaço indefinido, diferenciando o modo de tratamento de um jardim medieval ou barroco, murado. Tem deste modo um valor científico, histórico, social (entre outros), que se espelham em inúmeros elementos e processos.

Para além de valores de elementos e processos, os significados e valores dos lugares são construídos pela experiência do lugar e como tal, fazem parte de um modo de perceber o espírito do lugar, segundo um mapa mental e experiências adquiridas (Ribeiro, 1998; Stenseke, 2000). Assim, poder-se-á assumir que a paisagem não detém valores em si mesma, são atribuídos consoante a perceção humana, tanto das comunidades locais como do visitante. A avaliação do lugar pelo visitante para além de estética, segundo os seus cânones de beleza é também dependente de cada indivíduo: - "*To understand a person's environmental preference, we may need to examine his biological heritage, upbringing, education, job, and physical surroundings*." [63] (Tuan, 1990, p. 64). A valorização individual da paisagem, resulta de uma impressão visual, de uma emoção intuitiva ou simplesmente de algo que faz parte da identidade individual de quem analisa.

63 Tradução live da autora: " Para perceber a 'preferência ambiental' de uma pessoa, podemos precisar de analisar o seu património biológico, a sua formação, educação, emprego, e a envolvente física." (Tuan, 1990, p. 64).

O modo como as pessoas descrevem e representam a paisagem, tanto nos dá informação sobre quem a perceciona, como sobre a paisagem em si, pelo que estudos sobre atitudes, preferências e comportamentos, são importantes na identificação dos valores da paisagem cultural, que não será fácil, dado que não há uma visão cultural coerente e unânime, fruto, como analisado, das atitudes, ideologias, crenças ou expectativas individuais (Wylie, 2007) e coletivas. A título de exemplo, um estudo sobre a paisagem rural (Haartsen et al., 2000) denota que a perceção e valorização da paisagem é diferente do ponto de vista da comunidade que a vive no dia-a-dia, demonstrando uma vertente mais sociocultural do que a do visitante, ou indivíduo fora da comunidade local, que a aprecia preferencialmente segundo os seus aspetos funcionais e visuais/figurativos.

As atitudes (e o que se valoriza) em relação à paisagem é específico para determinada paisagem, com implicações na elaboração de políticas locais, que não poderão assumir referências universais. Peter Howley (2011) refere ainda que as preferências sobre paisagens estão relacionadas com fatores demográficos e sociais (variando conforme os grupos de população, por exemplo) sendo os valores ambientais uma das componentes mais relevantes nas preferências.

Sabendo-se também que o que conhecemos e valorizamos, mais facilmente sentimos necessidade de cuidar, o valor educativo da paisagem deve estar patente e ser fomentado, tal como referido em várias convenções sobre paisagem e património (Lei de bases do património cultural, 2001; Council of Europe, 2000, 2005). É de salientar que a didática da paisagem (Nogué et al., 2009), ou seja, a aprendizagem que leva à interpretação de uma paisagem, é da maior importância para a valorização da mesma, pelo que Drury e McPherson (2008) preconizam que se devem oferecer meios para que as comunidades locais ou visitantes conheçam as paisagens, nas mais variadas componentes. Os valores reconhecidos tendem a crescer ao longo do tempo, tan-

to em "força" como complexidade, à medida que a perceção e conhecimento sobre os mesmos se aprofunda e evolui.

Poder-se-á avaliar o valor de elementos e processos de forma isolada, padrões pré-definidos ou por parâmetros de referência, quer sejam a forma, escala, unidade, contraste, diversidade, materiais, etc., mas tem-se concluído que a forte dependência da perceção de valor, pela comunidade que os cria, nos conduz a uma análise integrada, uma visão holística.

Na Paisagem Cultural e tendo em conta o processo evolutivo natural, a mudança de entendimentos sobre valor induz-nos a considerar que o valor dos elementos não é absoluto e está associado ao significado da paisagem. Marc Antrop, refere: "*each element only gets its meaning, significance or value according to the context or the surrounding elements*."[64] (Antrop, 2000, p. 19). É de facto necessário, para perceber o valor dos elementos, contextualizá-los, pois o mesmo elemento pode adquirir um significado e valor diferente, em lugares distintos (figura 3.11).

Figura 3.11. *Empilhamento de pedras com funções distintas.*
Nota. (Esquerda) Mariolas na Serra da Estrela como sistema de sinalização e orientação de caminhos, empilhando pedras, utilizados pelos pastores. Fotografia da autora, 2016. (Direita) O mesmo sistema de empilhamento de pedras pode ter um significado meramente estético, sem função de sinalização. Praia do Farol, Vila Nova de Milfontes. Fotografia de P. Arsénio, 2019.

64 Tradução livre da autora: " Cada elemento só ganha significado ou valor consoante o contexto ou elementos que os rodeiam." (Antrop, 2000, p. 19).

Carlos Delphim, fala-nos desta importante contextualização dos elementos e paisagem: - "O conceito de Paisagem Cultural lida com todos os elementos que compõem o complexo sistema que é a paisagem sem sacralizá-los individualmente, mas antes integrando-os de forma articulada ao contexto." (Delphim, 2009, p. 1)

De facto, defendendo-se que a Paisagem Cultural é baseada em relações e processos, assumem-se os elementos como parte de um todo:

> *The landscapes we inherit are not simply composed of sums of objects, but rather of multiple landscape systems. They are not just a set of points, lines and areas, but rather a system of interconnections, among these being visual, spatial and symbolic relations, as well as functional and environmental relations.* (Scazzosi, 2004, p. 341).

3.2.2. O SIGNIFICADO CULTURAL DA PAISAGEM

Na Paisagem Cultural, ao representar a estreita ligação do Homem com o meio envolvente, o significado cultural tem uma função chave. O significado da paisagem exprime "sentido; aceção"[65], tal como o termo inglês *significance*, e engloba diversos valores específicos, naturais, sociais, espirituais, os quais fazemos corresponder a determinado lugar ou paisagem, ou a que somos impelidos a associar (Drury & McPherson, 2008). A Carta de Burra incide sobre lugares com significado cultural, definindo-o no artigo 1 como: - "*aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations.(...) is embodied in the place itself, its fabric, setting, use, associations, meanings, records, related places and related objects*." [66](Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013).

65 *In* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008- 2020, https://dicionario.priberam.org/significado [consultado em 07-04-2020].

66 Tradução livre da autora: " valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes ou futuras." (Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013).

Figura 3.12. *Englischer Garten em Munique.*
Nota. Prática de surf no rio *Eisbach*. Um novo uso do lugar. Fotografia da autora, 2010.

O significado cultural pode ser descrito, decifrando o *genius loci* do lugar, as características da paisagem (elementos e processos) com o seu contexto e história. Revela-se como "a capacidade que a paisagem possui de ser associável a períodos e acontecimentos históricos, a personagens, ou ainda a significados e tradições atribuídos a diferentes grupos de populações." (Ribeiro, 2001, p. 59). Poderá existir um ou mais períodos históricos com significado para paisagem, os quais serão mais ou menos reconhecíveis mediante a integridade dos seus elementos e processos. O significado cultural pode alterar-se ao longo do tempo, ou por novos usos e funções ou porque surgiram novas informações sobre a paisagem (figura 3.12) . Desde modo, tal como expresso na Carta de Burra, as ações de conservação do património cultural devem ser flexíveis a novos pressupostos, quer sejam alterações ou adições, uma vez que fazem parte da história e usos do lugar.

As ações de conservação devem ponderar e não impedir esta interpretação, suportada por evidências científicas ou por um corpo de conhecimento que o permita e valide. O significado pode também adjetivar-se histórico[67], enquadrando a importân-

67 Nos EUA, as paisagens culturais são consideradas com significado na história da América. Neste pressuposto, o NPS aplica o critério "*historic significance*" no registo das mesmas atribuindo um nível de importância histórica a nível internacional, nacional, estadal ou local (Page, 2009).

cia e atividades da paisagem em determinada corrente de pensamento, evento ou período(s) histórico(s). Mais uma vez é um conceito relevante no estudo de paisagens culturais, pois ao ser expresso por sinais visíveis com significado para a comunidade (monumentos, templos, áreas de práticas espirituais, pontos de vista chave, etc) permite reforçar o sentido de identidade e fomentar a consciencialização sobre o lugar (Tuan, 1997). A interpretação do significado cultural da paisagem é essencial para descrever os valores da Paisagem Cultural, para as comunidades e/ou para a sociedade.

Deste modo, conclui-se que o reconhecimento dos valores e a determinação das relações entre os elementos da paisagem que permitem descrever o significado cultural, pode integrar alguns pressupostos para uma abordagem focada em paisagens culturais:

- uma abordagem holística e relacional: interpretando elementos e processos (que espelham os valores atribuídos à paisagem), como inter-relacionados e em sistema, e não como áreas isoladas ou individuais;

- uma abordagem que envolva a comunidade: perceber que elementos e processos são fundamentais para a comunidade local ou a nível nacional;

- uma abordagem dinâmica e flexível: perceber que os elementos e processos têm origens no passado e no presente.

Isto significa que os valores atribuídos à paisagem podem derivar, para efeitos de análise, de uma conjugação de características e de uma série de elementos e processos específicos da paisagem, tangíveis e intangíveis, que articulados por relações, ora funcionais, espirituais, estéticas, simbólicas entre outras, dentro de um contexto e em determinado espaço físico, nos permitem perceber o significado cultural desse mesmo contexto, dessa Paisagem Cultural.

3.2.3. Autenticidade e Integridade na identificação do Significado Cultural

> *"Espacio, tiempo y memoria aseguram la autenticidad como forma de mantener la identidad, aceptando una mirada dinâmica como parte integrante de esa identidade."* (Añón, 2012)

"Autenticidade", "Integridade" e "Significado Cultural" são conceitos indissociáveis da Paisagem Cultural, principalmente os dois primeiros, quando referente a paisagens inscritas no *World Heritage List* (WHL). A sua expressão, como critérios na avaliação de bens patrimoniais, tem sido exaustivamente analisada e exigida para bens inscritos nesta lista.

Nos lugares e paisagens com grande procura turística, tanto integridade como especialmente autenticidade, são pontos críticos na perspetiva de experiência turística. Ambos se relacionam com qualificação de valor e representação do significado dos lugares, revelando-se assim, essenciais no estudo e salvaguarda das paisagens culturais. Mas autenticidade mantém-se como um conceito controverso e consequentemente de difícil operacionalidade. Pretendemos fazer uma breve análise sobre estes conceitos e a sua aplicabilidade no âmbito das paisagens culturais.

Os conceitos de autenticidade e integridade têm sido associados a património construído, sendo que autenticidade permanece um dos grandes conceitos relativos à conservação de património cultural, conformando-se, por exemplo, num critério requerido para a inscrição de determinado bem cultural na WHL. Só em 2005 é que integridade passa a ser um requerimento para as candidaturas a património cultural, até então, era apenas aplicado a património natural (Rossler, 2006). Antes da adoção destes conceitos pelo *World Heritage Committee* (WHCo) e a sua aplicação como critérios, estes já eram incluídos na análise

de paisagens culturais, a título de exemplo, pelo *National Park Service* (EUA), sendo necessário descrever os parâmetros *"significance, integrity e suitability"* (Rössler, 2008, p. 47).

Desde a integração da categoria Paisagem Cultural em 1992, na WHL, que autenticidade e integridade desempenham também um papel fundamental, não só no processo de inscrição, como na avaliação, conservação e gestão das paisagens culturais classificadas. Segundo Rossler (2008), a aplicação integrada de autenticidade e integridade para paisagens culturais foi uma mais-valia, o teste de autenticidade (que explicaremos adiante), por si só, não era suficiente em grande escala ou seja, para paisagens culturais, complexas, integrando camadas de história ao longo do tempo, como resultado das interações de pessoas no meio envolvente.

Vejamos por agora em que consiste o critério autenticidade. O termo foi abordado em 1977 por Ernest Allen Connally[68], em debates no ICOMOS e prontamente aceite (Stovel, 2007). É utilizado como critério no património mundial em 1978, derivando do uso do conceito integridade, aplicado nos Estados Unidos da América desde 1953, nos processos de candidatura ao *National Register of Historic Places* (Stovel, 2007). Herb Stovel (2007) descreve-nos as dificuldades de interpretação e aplicação da autenticidade, patente nas discussões e nas próprias candidaturas a património mundial, desde a introdução do conceito: - "*While interest in authenticity may have been there since the beginning, understanding of what was implied in terms of evaluation requirements has generally lagged far behind*." [69] (Stovel, 2007, p. 22).

68 Secretário-geral do ICOMOS em 1977.

69 Tradução livre da autora: "Enquanto o interesse na autenticidade esteve provavelmente presente desde o início, a perceção do que implicava em termos de requisitos para avaliação ficou para trás." (Stovel, 2007, p. 22).

O conceito permaneceu vago, sem uma definição simples que permitisse uma interpretação clara e prática. Remete para o conhecimento e compreensão das fontes de informação sobre a origem e características do património cultural as quais representam tudo o que possa dar a conhecer o significado, natureza, especificidades e história do património, materializando-se, no que o *World Heritage Committee* (WHCo) adotou como "atributos" (forma, materiais, usos e funções, etc).

Integrado no "Guia para a Implementação das Orientações da Convenção do Património Mundial", o "teste de autenticidade" para património cultural surge como um critério chave. A necessidade de comprovar a autenticidade é exigida pelo WHCo, mas o conceito é de inevitável associação ao significado cultural e identidade de uma paisagem cultural, quer seja classificada ou não. Deste modo, autenticidade é um conceito qualificador de bens, sendo que o WHCo o relaciona diretamente com a credibilidade e veracidade das fontes de informação. A Carta de Veneza (1964) é o primeiro documento internacional que refere o conceito de autenticidade relacionado com património cultural (Nezhad et al., 2015). É mencionada a historicidade e evidências físicas, mas estas representam apenas um aspeto de autenticidade, sendo necessário reconhecer outras vertentes. O Documento de Nara (1994) veio clarificar um pouco a interpretação de autenticidade e apresenta uma base prática para a sua análise, nos bens propostos para a lista de património mundial, associando o conceito ao património cultural, exaltando um aspeto muito revelante: que o mesmo está dependente dos contextos específicos de cada cultura. Propõe os atributos para definir autenticidade:

> *authenticity judgements may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors.* (ICOMOS, 1997).

No Reino Unido, as abordagens metodológicas de conservação do património histórico referentes ao conceito e definição de autenticidade, remetem para o Documento de Nara e como tal, semelhante ao aplicado pelo *World Heritage Centre* (WHC), UNESCO (Drury & McPherson, 2008).

Num estudo elaborado pelo ICOMOS com 60 paisagens culturais inscritas na lista de património mundial (Rössler, 2008), foram analisadas as questões de autenticidade e integridade, concluindo-se que: idiomas, património intangível e aspetos relacionados com sentimento e espiritualidade foram pouco referidos. Esta limitação de aplicabilidade prática de autenticidade em parâmetros subjetivos é hoje assumida pelo WHCo, sendo que é referido que independentemente deste facto, estes parâmetros são essenciais para a perceção do carácter e sentido do lugar (World Heritage Committee, 2017). De facto, verifica-se que a aplicabilidade de um teste de autenticidade baseado nos atributos definidos no documento de Nara, revelam-se pouco eficazes ou abrangentes para a escala da paisagem. A dificuldade da sua interpretação é realçada pela complexidade e diversidade de diferentes tipologias de paisagens. Carmen Añón (2012), comenta que a perceção da autenticidade em paisagens exige um conhecimento profundo dos valores, não só do espaço como da sua essência, da sua mensagem ou "razão de ser". A Paisagem Cultural deve expressar singularidade e identidade reconhecível sendo *"...guardián de memorias pero expressión de continuidade y movimento."*[70] (Añón, 2012, p. 9). Nesta reflexão, autenticidade é também entendida como mutável, fruto de uma perceção circunstancial ou soma de várias autenticidades.

O modo de operacionalizar autenticidade é, por tudo isto, um tanto vago e impreciso, fruto da complexidade e abrangência do conceito. Algumas características das paisagens, como a

70 Tradução livre da autora: "...guardiã de memórias, mas expressão de continuidade e movimento." (Añón, 2012, p. 9).

Basic Framework for Assessing and Sustaining Authenticity of Cultural Landscapes

Definition	Evaluation	Management Strategy
Define the significance, meaning, and multiple values of the property. Monitor definition of significance, meaning, and value over time. Continually adapt that definition of significance, meaning, and value in response to changing social context.	Identify characteristics of the property — physical features and processes, the tangible and intangible — that relate to its significance. Evaluate the property's authenticity — or its ability of the characteristics to convey the property's significance, meaning, and value. Monitor authenticity over time.	Preserve, protect, and sustain those significant characteristics — physical features and processes, the tangible and intangible — into the future. Continually review, re-evaluate, adapt and innovate in response to significance and authenticity assessment and changes in social context.

Figura 3.13. *Enquadramento teórico de análise e gestão da autenticidade em paisagens culturais. Nota.* **Em** Considering the Authenticity of Cultural Landscapes (p.26), **de** N. Mitchell, 2008, Association for Preservation Technology International.

presença de água, os usos do solo, a flora e a fauna, os ecossistemas, os elementos construídos, incluem dinâmicas e mudam ao longo dos tempos. Outros são mais permanentes, como a geologia, os tipos de solos, a topografia, exposições e declives.

A dinâmica inerente às paisagens desafia as metodologias convencionais para preservação de património cultural construído, no qual se baseia a avaliação da autenticidade. Na declaração de *San Antonio* (1996) – *Interamerican symposium on authenticity in the conservation and management of the cultural heritage* – é reconhecida a dinâmica como característica inerente às paisagens culturais, promovendo novas abordagens na discussão de autenticidade, sugerindo como táticas, a gestão da mudança ao longo do tempo. Nora Mitchell (2008) apresenta um enquadramento teórico para análise e manutenção da autenticidade em paisagens culturais (ver figura 3.13).

Neste enquadramento, a noção de dinâmicas da paisagem, mudanças e evolução de conceitos relacionados com as mudanças nos contextos sociais são tidas em conta. Inclui três passos sequenciais: definição, avaliação e estratégias de gestão. No geral, a metodologia consiste numa definição, numa constante monitorização, reavaliação e adaptação de estratégias face à preservação e proteção de características significativas da paisagem, tangíveis e intangíveis, relacionadas com significados e valores em estreita ligação com alterações do contexto

social. Veremos a importância deste enquadramento teórico no presente caso de estudo.

O conceito de autenticidade, para além de qualificar elementos da paisagem, abrange outras perspetivas, revelando-se também ao nível das experiências turísticas, como um fator em que o genuíno, a história e cultura dos lugares com fortes significados, potenciam a ligação do visitante ao local. Para o turismo, autenticidade baseia-se na experiência fenomenológica do visitante, enquanto que em relação ao património construído, autenticidade baseia-se nas qualidades intrínsecas do objeto (Amoêda et al., 2016).

A autenticidade na Paisagem Cultural pode assim ser interpretada através da perceção e leitura das características intrínsecas, genuínas na paisagem, tanto dos elementos como dos processos (fontes de informação credíveis e verídicas, transmissão de processos tradicionais ou nas materialidades originais) como na experiência fenomenológica, na qual deve ser oferecido a quem a vivencia, todas as ferramentas para conhecer os valores ou despoletar as memórias sociais de lugares. De facto, assistimos hoje a uma tensão entre a autenticidade e a experiência autêntica do património. O reconhecimento social de património é efetivado pela mensagem que transmite, pelo ativar de memórias sociais (Bandarín, 2018), no entanto, a rutura de usos e funções que originalmente detinha, conduzem (em conjunto com fenómenos de globalização que geram partilhas globais de expetativas por parte do visitante) à procura de uma experiência autêntica mas descolada da mensagem original do património, em prol de uma experiência vivenciada em muitos locais patrimoniais, como a criação de mercados temáticos, feiras e novos interesses com temas comuns e transversais.

A dificuldade de aplicação prática do conceito de autenticidade é também patente nas diferentes interpretações. Nos EUA é apenas aplicado o conceito de integridade histórica (Page et al., 1998), não definindo um conceito diferenciado para au-

Figura 3.14. *Vinha da Ilha do Pico.*
Nota. A estrutura de muros em pedra solta, mantém integridade e permite perceber a sua configuração e importância na proteção da vinha em relação aos ventos e água do mar. Fotografia da autora, 2012.

tenticidade e definindo com rigor, sete critérios que muito se assemelham aos estabelecidos para o teste de autenticidade para património mundial.

Retoma-se agora o conceito de integridade que desde cedo foi integrado como critério nos Estados Unidos da América para a classificação de locais históricos. Em 1987, nos EUA, através do *National Register Bulletins on Cultural Landscapes*, alargaram o leque de aplicação do conceito para várias tipologias de paisagens culturais, sem ser as intencionalmente desenhadas, incluindo assim, paisagens rurais, campos de batalha, locais tradicionais e arqueológicos, entre outras.

A integridade de um determinado bem está relacionada com a sobrevivência de características materiais do mesmo (Birnbaum, 1994) mas não só. No início dos anos de 1990, acompanhando a evolução do entendimento sobre paisagens culturais, Herb Stovel refere a mudança de paradigma, da questão de "como manter a integridade do elemento?" questiona-se agora a integridade de processos - tradicional, funcional, técnico, artesanal. Analisando a definição da UNESCO: - "*Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes.*"[71] (World Heritage Committee, 2017, p. 27) percebe-se que se relaciona com a existência de

71 Tradução livre da autora: " Integridade é a medida da totalidade e do aspeto intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos." (World Heritage Committee, 2017, p. 27).

Figura 3.15. *Moinhos de rodízio para moagem de farinha, Vale do rio Ponsul (Penha Garcia).*
Nota. O funcionamento dos moinhos, movidos pela corrente do curso de água, é ainda hoje percetível, sendo possível, pontualmente, observar a moagem de farinha, em todo o seu processo original. Fotografia da autora, 2012.

elementos e componentes específicos, que justificam o valor da paisagem cultural (Valor Universal Excecional - VUE), no caso do património mundial. Com isto, poderemos inferir que um elevado grau de integridade favorece a perceção da identidade e do significado da paisagem cultural, que não será apenas apreendida pela comunidade local, mas também pelo visitante. Como tal, a legibilidade da paisagem é necessária para a sua compreensão: *"Identity appears only when the elements of a landscape are coherent and become legible*."[72] (Antrop, 2005, p. 8).

Esta relação entre integridade dos elementos e a perceção da paisagem é assim essencial: aquilo que conseguimos entender, mais facilmente conseguimos proteger e gerir, sendo que um elevado grau de integridade, permite interpretar de forma mais clara o contexto da paisagem (Birnbaum, 1994). As características da paisagem que são necessárias para a compreensão da paisagem cultural, precisam, deste modo, estar legíveis e assim, integridade revela-se como um conceito importante na qualificação de valor e na leitura da paisagem cultural.

Apesar de integridade expressar um conceito mais inteligível (relativamente a autenticidade), o processo para determiná-la revela-se também complexo a nível da paisagem, principalmente pelo facto de integrar mudanças. Nenhuma paisagem

72 Tradução livre da autora:" A Identidade revela-se só quando os elementos de uma paisagem são coerentes e se tornam legíveis." (Antrop, 2005, p. 8).

Figura 3.16. *Ruínas da aldeia do Monte dos Alares (Rosmaninhal).*
Nota. O significado cultural de um lugar é percetível quando os elementos, funções, processos estão visíveis ou são de fácil compreensão (elevada integridade). Na sua ausência, pode suscitar nostalgia ou inquietação, mas não transmite o significado histórico e cultural do lugar. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

pode apresentar-se igual ao que fora há 50 ou 100 anos atrás, pela sua natural dinâmica de mudança (crescimento e expansão da vegetação, alterações do uso do solo, deterioração de estruturas, etc). Tendo esta noção presente, integridade pode ser definida como a capacidade da paisagem expressar, através da leitura de elementos e processos chave, o seu significado histórico (Page et al., 1998; Ribeiro, 1998), ou seja, a integridade (histórica) é determinada pela evidência do carácter geral do período histórico/evento que conferiu significado e pelo grau de reversibilidade de elementos incompatíveis com a perceção desse mesmo caráter (Page et al., 1998, p. 72).

Percebemos assim que a integridade é necessariamente um conceito que deve envolver a conservação de elementos, especialmente aqueles, que na sua conjugação, explicitam o caráter e a identidade da paisagem cultural, integrando a evolução temporal e mudanças que foram ocorrendo (figura 3.16).

Com isto, poder-se-á concluir que discernir os conceitos de autenticidade e integridade é possível, mas será mais importante perceber que estão interligados e dependentes do significado cultural da paisagem, contribuindo para explicitar a identidade da mesma.

Autenticidade e Integridade são conceitos relacionados com valores e devem ser aplicados como qualificadores dos elementos da paisagem, não são valores por si só. A sua associação no estudo da Paisagem Cultural é estritamente depen-

dente das características e dos elementos, processos, significados que a representam. A nossa capacidade de compreender o valor depende em parte da autenticidade da informação e da presença e legibilidade de elementos e processos (integridade) que compõem o significado cultural, reforçando a identidade da paisagem. É de notar, que decisões sobre integridade, precisam de uma avaliação profissional, com base no conhecimento do local em estudo, dos seus elementos definidores de caráter e de associações históricas. Será sempre necessária uma análise caso a caso, pois estes conceitos são dependentes do tipo de paisagem, da sua escala e da sua identidade.

O interesse e debates sobre o destaque do conceito de autenticidade surgem a par do interesse pelo genuíno, pela informação fidedigna dos elementos e processos sobreviventes desde um passado, mais ou menos remoto e estão originalmente relacionados com o património construído.

Ao transpormos estes conceitos para a escala da paisagem, para um sistema que engloba complexidade de processos e elementos, que expressa dinâmicas e mudanças, valores tangíveis e intangíveis, a aplicação independente destes conceitos torna-se uma tarefa por vezes inglória e infrutífera.

Como as comunidades locais são quem primeiramente atribui valor à paisagem - entendidos de forma diferente pelos visitantes - os juízos de valor não se prendem a critérios fixos, pois variam de cultura para cultura. Cada comunidade cria os seus valores e atribui um significado diferente a autenticidade, que para além disso, se vai alterando ao longo dos tempos, fruto de mudanças normais dos contextos sociais, económicos, culturais, etc. Assumir as limitações, dicotomias e contradições que surjam, de forma a não simplificar a riqueza que um lugar ou paisagem encerra, deverá fazer parte do estudo da Paisagem Cultural e de qualquer avaliação de qualidade de valor.

A tentativa de tornar mensuráveis estes qualificadores é discutível e sem consenso, uma vez que se prendem com

a subjetividade dos valores culturais e com a sua perceção e entendimento, mutável ao longo dos tempos. Contudo, não se poderá negar que na prática, o esforço de operacionalizar estes conceitos, quer seja através de indicadores ou critérios, servem para orientar e/ou informar técnicos e decisores nas ações de classificação, conservação e gestão de valores em paisagens culturais.

Relembra-se, novamente Herb Stovel (2007), sugerindo que mais importante que a definição universal de autenticidade e integridade, será começar com duas premissas: numa primeira, relativa à definição, assumindo que ambos os conceitos coalescem pois referem-se à capacidade da paisagem expressar o seu significado cultural; a segunda premissa relaciona-se com a aplicabilidade, referente à capacidade dos gestores da paisagem assegurarem o significado cultural. É neste último ponto que encontramos a operacionalidade dos conceitos. Neste sentido, conclui-se que a aplicação dos mesmos é útil na identificação, conservação, gestão e estratégias de valorização da paisagem cultural e o modo como integrar estes conceitos deve ser realizado caso a caso.

Autenticidade está diretamente associada ao significado, permite ler e interpretar a paisagem, a sua essência, pelo que alterações que destruam ou comprometam a mesma, conduz à perda desta legibilidade. A identificação dos elementos e componentes que qualificam a paisagem, o grau de integridade em que se encontram, auxilia na descrição do significado cultural da paisagem, pelo que, a sua explicitação inclui um passo essencial em qualquer abordagem de determinação de valores da paisagem (Mason, 2002, p. 5). A interpretação das relações entre os elementos e componentes, explicitam o significado cultural da paisagem e permitem a sua avaliação como património local, regional, nacional ou internacional. Ao longo do tempo, será essencial gerir a mudança, que afeta o seu significado e, consequentemente, a leitura da paisagem.

3.3. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM. AS MUDANÇAS NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

> *"Landscapes are dynamic and change is one of their properties"* (Antrop, 2005, p. 12)

Na análise anteriormente explanada, foram focados alguns conceitos relativos à Paisagem Cultural, reconhecendo-se que a conservação das mesmas ao longo do tempo, depende de uma gestão contínua da sua autenticidade, mantendo a integridade possível face a mudanças que naturalmente vão ocorrendo. Os processos evolutivos da paisagem demonstram mudanças que ocorrem ao longo dos tempos, sendo pertinente analisar algumas considerações sobre mudanças num contexto de conservação de paisagens culturais.

A paisagem evolui como um todo, gradualmente e só em raros momentos da história o homem se apercebe das modificações na paisagem. A magnitude de muitas transformações não é percetível ao comum cidadão, comparativamente com a escala temporal em que ocorre. Francisco Caldeira Cabral referia esta especificidade do objeto de estudo da Arquitetura Paisagista – a paisagem humanizada – contrapondo com a evolução de edifícios cujos estilos deixam traços físicos inconfundíveis, no âmbito da arquitetura:

> A própria lentidão do movimento evolutivo faz com que as gerações tenham uma noção estática da natureza e não se apercebam sequer da influência do homem, que às vezes até parece totalmente ausente, e é, no entanto, pressentida em toda a parte pelos olhos que foram treinados para a ver.[73] (Caldeira Cabral, 1993, p. 46).

Se considerarmos um exemplo concreto, recorrendo-se ao presente caso de estudo, a presença de vastas áreas de matos

73 A Missão do Arquitecto Paisagista – conferência realizada na sala de actos do ISA em 18 de Maio de 1956.

na Serra da Estrela, pode, erradamente sugerir que a atividade humana é rara, mas: “Os matos na Europa refletem uma história de atividade humana e utilização com mais de 5.000 anos.”(-Queirós et al., 2013, p. 6), sendo áreas úteis para agricultura, pastorícia, caça entre outros usos.

A análise da evolução da paisagem permite-nos perceber que há processos evolutivos originados por fatores externos e outros internos. Se por um lado as alterações a nível geológico ou climático se processam ao longo de um período temporal e por isso pouco percetível, por outro, há fatores que num período inferior a 100 anos permitem detetar as forças que originaram tais mudanças. Os processos ambientais e culturais estão interligados e moldam as paisagens e a sua vegetação agrícola ou seminatural ao longo de milhares de anos. Naveh (1994) refere, sobre as paisagens mediterrânicas, que a sua ‘ecodiversidade’ é resultado da interação de três grandes forças modeladoras: biologia, ecologia e cultura.

A compreensão dos processos evolutivos de determinada paisagem passa assim pela análise de evidências pertencentes a vários campos, desde das áreas de Ciências Naturais, das Ciências Sociais ou mesmo da área de Economia e Política.[74] A análise cruzada de dados, destes vários campos disciplinares, permite examinar e interpretar comportamentos socioculturais, a evolução demográfica, a ocupação territorial incluindo mudanças nos padrões espaciais, revelando o processo evolutivo da paisagem, incluindo, principais mudanças que ocorreram. O estudo da evolução da paisagem incluindo a previsão dos sentidos de mudança, auxiliam no processo de conservação de paisagens e gestão das mesmas ao longo do tempo.

74 A mudança e os impactes no ecossistema têm sido temas de estudo pertinentes. Disciplinas como “*Land Change Science* (LCS) ou *Land Systems Science* (LSS)” compõem campos de estudo interdisciplinar sobre características físicas do sistema terrestre, abrangendo as componentes humanas e naturais, locais ou globais dos sistemas (Meyfroidt, 2016).

Enquanto entidade evolutiva e dinâmica, a paisagem abraça inúmeras mudanças. Os fatores e processos que determinam essas mudanças têm origens diversas e muitas vezes velocidade e direções que podem não corresponder ao balanço necessário para a perduração da identidade de determinada paisagem cultural. Antrop (2005) realça a mudança como processo normal e constante nas paisagens culturais, sendo expressão das interações entre dinâmicas culturais e naturais, resultado de rearranjos das paisagens de forma a adaptar o seu uso e estrutura espacial às necessidades da sociedade. Em termos de conservação, atingir um nível específico de condições inalteráveis não pode ser objetivo, para manter a identidade de uma Paisagem Cultural é necessário gerir as suas características; elementos, processos e as mudanças que ocorrem, dentro de parâmetros que se considerem desejáveis para a sua perduração.
Neste sentido, a sua análise e avaliação em diferentes momentos temporais é essencial no processo de conservação de determinada Paisagem Cultural.

3.3.1. A conservação da paisagem

Para a reflexão sobre a evolução da paisagem e suas mudanças, entendeu-se que seria revelante referir umas breves notas sobre conservação da paisagem. O conceito de conservação evoluiu da aplicação isolada a espécies animais e vegetais (do campo da Biologia e Ecologia) para a conservação de ecossistemas e mais tarde, da paisagem, conforme testemunham vários autores (Rackham, 1986; Phillips, 1998; Farina, 2000; Muñoz Viñas, 2005; Agnoletti, 2014; Poulios, 2014). Entendeu-se que pelo planeamento e gestão articulada de pequenas áreas específicas era conseguido com o entendimento da matriz, paisagem (Farina, 2000). Acompanhando esta visão, as estratégias de conservação evoluíram assim de ambientes predominantemente naturais para ambientes humanizados ou culturais (Cancela d'Abreu et al., 2004).

Por outro lado, há também uma tradição de aplicação do conceito a nível de bens patrimoniais construídos. Mas nem todos os países e entidades adotam o termo "conservação", no sentido geral de proteção de bens ou recursos. Nos EUA, por exemplo, é dado maior realce ao termo "preservação", mesmo quando aplicado a paisagens culturais, talvez inserido numa tradição de legislação nacional, que desde o início do séc. XX, enquadra a preservação histórica em políticas governamentais, focando na preservação de recursos culturais (Slaiby & Mitchell, 2003). O conceito de conservação é amplamente aplicado, tanto em termos de bens culturais como naturais, especialmente para bens patrimoniais (ICOMOS, 2012). No entanto, o seu entendimento não é estanque e universal, não só pelos diferentes objetos de estudo a que se refere, como pelos diferentes tipos de especialidades que trabalham em conservação de determinado bem.

A conservação da paisagem passará por estratégias que permitam intervenções equilibradas e harmoniosas, tanto no âmbito do ordenamento do território, do urbanismo e da natureza, capazes de garantir as funções ecológicas da paisagem e promover a qualidade ambiental, as características do património construído e a identidade dos lugares (Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, 2015). Remetendo para instrumentos internacionais sobre paisagem, a definição de conservação relaciona-se com uma aplicação de medidas que permitam a salvaguarda de bens para o futuro: "(...) *the dynamic application of appropriate legal, economic and operational measures to preserve specific assets from destruction or deterioration and to safeguard their future*."[75] (Council of Europe, 1995). A nível do património histórico, a conservação pode ser lida como a gestão dos valores reconhecidos perante processos de mudança, no presente e para o futuro: "*The*

75 Tradução livre da autora: "(...)a aplicação dinâmica de medidas legais, económicas, operacionais apropriadas para a preservação de bens específicos, em relação à sua destruição, deteorização e salvaguarda para o futuro." (Council of Europe, 1995).

process of managing change to a significant place in its setting in ways that will best sustain its heritage values, while recognising opportunities to reveal or reinforce those values for present and future generations" [76](Drury & McPherson, 2008, p. 71).

Para poder operacionalizar a conservação é importante ter um plano de gestão que conduza ações sobre a paisagem, ao longo do tempo de forma a orientar as mudanças num sentido favorável à manutenção de bens considerados como valores de determinada paisagem. Em 2008, o *English Heritage*[77] apresentou um documento onde explicita princípios para a conservação de lugares históricos, os quais são elencados a seguir, considerando-se que podem ser extrapolados para a conservação de paisagens culturais:

- The historic environment is a shared resource;
- Everyone should be able to participate in sustaining the historic environment;
- Understanding the significance of places is vital;
- Significant places should be managed to sustain their values;
- Decisions about change must be reasonable, transparent and consistente;
- *Documenting and learning from decisions is essential.*[78] (Drury & McPherson, 2008, pp.19-24)

76 Tradução livre da autora: O processo de gestão de mudanças, de um lugar com significado e seu contexto, de forma a melhor sustentar os seus valores patrimoniais, reconhecendo simultaneamente oportunidades para revelar ou reforças esses valores para as gerações presentes e futuras. (Drury & McPherson, 2008, p. 71).

77 Em 2008, Paul Drury and Anna McPherson prepararam para o então denominado E*nglish Heritage,* organização atualmente designada como *Historic England,* um documento intitulado *Conservation Principles, Policies and Guidance, for the sustainable management of the historic environment.*

78 Tradução livre da autora: " A ambiência histórica é um recurso comum; todos devem participar para manter a ambiência histórica; entender o significado dos lugares é vital; lugares com significado devem ser geridos de forma a suster os seus valores; decisões sobre mudanças devem ser razoáveis, transparentes e consistentes; documentar e aprender através de decisões e essencial." (Drury & McPherson, 2008)

A prática da conservação de jardins históricos já tinha levantado todas estas questões de conservação de lugares que integram e relacionam dinâmicas naturais com simbolismos e significado cultural. Estas dinâmicas foram sendo integradas em metodologias de conservação por vários especialistas (Añón, 1989; Birnbaum, 1996; Goodchild, 2005; Watkins & Wright, 2007). Numa visão mais abrangente, a Carta de Burra relativa a lugares com significado cultural, define conservação como o processo de cuidar de determinado item (ou lugar) de forma a que retenha o seu significado cultural (Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013), incluindo estratégias para intervenção em lugares com significado cultural. Em 1996, nos EUA, o *National Park Service* publica *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties* (Birnbaum, 1996), com o intuito de planear quais as estratégias ou ações adequadas em intervenções em paisagens culturais, de forma a prevenir ações com efeitos indesejáveis. A conservação das paisagens culturais passa por um processo de planeamento aprofundado desde a identificação e documentação das condições existentes, da avaliação do nível de integridade e significado existente no sentido de desenvolver uma abordagem de preservação e um plano de gestão.

É neste sentido que a abordagem de conservação de paisagens culturais é entendida na presente tese, como o processo de cuidar de determinado bem, através da sensibilização e ações da comunidade e sociedade em geral, com respeito pela identidade local e valores que são associados à paisagem, de forma a contribuir para a perduração do legado e património material e imaterial, no presente e no futuro (Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013; Conferência Internacional sobre Conservação, 2000; ICOMOS New Zealand, 2010).

3.3.2. Forças motrizes de mudanças

Interpretar o processo evolutivo da paisagem implica perceber como se refletem as mudanças que ocorrem ou o que as origina, sendo estas questões pertinentes consoante o objetivo de estudo. A conservação da paisagem é necessária pois as mudanças são inerentes ao processo evolutivo da mesma. Para além de mudanças causadas por fatores naturais, o Homem intervém na Paisagem Cultural pelas suas decisões e atividades, sendo assim um ator de mudança na paisagem ao longo dos tempos. As decisões e ações humanas são impulsionadas por alterações de necessidades, exigências e interesses da sociedade. A mudança - impactes individuais ou cumulativos de transformação - é assim originada por uma determinada pressão num sistema.

Os fatores de pressão, ou forças que geram a mudança na paisagem, podem ser abordadas como "*driving forces*" (Antrop, 2000; Geist et al., 2006; Meyfroidt, 2016; Bürgi et al., 2017), termo este mais corrente entre outros como "*keystone processes*" (Marcucci, 2000) ou "*drivers*" (Wood and Handley 2001). Nesta investigação assume-se como termo – forças motrizes.[79] Estas forças causam mudanças visíveis, ou seja, intervêm na trajetória evolutiva da paisagem (Bürgi et al., 2004).

Meyfroidt (2016) define as forças motrizes como fatores que são causa de mudança, frequentes ou hipotéticos e indiciam ou estão associados aos resultados. No entanto, não são suficientes para estabelecer e explicar os efeitos e mecanismos causais. Formam um sistema complexo de dependências, interações e atuam em vários níveis temporais e espaciais (Meyfroidt, 2016), como tal, a sua análise é complexa.

Outro termo geralmente associado à mudança é a ameaça. Este pode ser entendido como qualquer processo cuja ausência

79 Certos estudos referem "promotores de alteração" como: "fatores naturais ou antrópicos que direta, ou indiretamente, podem modificar a estrutura, a função e os serviços prestados pelos ecossistemas." (Aguiar et al., 2009, p. 313). Considera-se representarem a mesma ideia.

de monitorização ao longo do tempo conduza a uma degradação da qualidade da paisagem, de características que qualificam a paisagem cultural (Lennon & Mathews, 1996). Neste ponto, a monitorização das mudanças, que podem constituir ameaças, sendo fundamental em procedimentos de gestão da Paisagem Cultural (ICOMOS, 2005; World Heritage Committee, 2015).

Qualquer estudo de mudança na paisagem integra dois passos fundamentais: detetar a mudança na paisagem e atribuí-la a um determinado conjunto de forças que a causam (Bürgi et al., 2004; Geist et al., 2006). A análise da mudança implica entender que podem ocorrer mudanças em componentes específicas da paisagem sem com isso alterar a identidade da mesma. Isto quer dizer que a paisagem, em todas as suas vertentes (naturais, económicas, sociais, etc.) integram dinâmicas próprias (Antrop, 1998), como por exemplo, a sucessão ecológica da vegetação como dinâmica intrínseca.

Antrop (1998), realça a importância, para além da análise das mudanças nos padrões espaciais, a persistência e taxas de velocidade a que ocorrem as mudanças na paisagem, análises comuns no estudo da ecologia da paisagem, uma vez a interpretação cruzada de vários dados enriquece e complementa hipóteses de mudanças que possam desvirtuar a identidade. Conhecendo à partida constrangimentos e limitações a ter em atenção, deve-se ter presente que as mudanças na paisagem são várias e ocorrem de uma forma mais ou menos caótica (Antrop, 1998), sendo assim praticamente impossível determinar todas as mudanças que ocorrem. Por outro lado, a paisagem enquanto sistema, atravessa períodos de mudança abrupta e não linear, o que limita previsões baseadas em tendências passadas (Muller et all 2014). Na paisagem, o fator tempo adquire uma importância vital, a mudança na paisagem implica uma adaptação tanto humana como da flora e fauna: "*The more time they give for this process and the smoother the change is, the more*

likely they can cope well with the change."[80] (Bürgi et al., 2004, p. 862). Podem assim ser distinguidas diferentes modalidades de mudança, consoante as trajetórias e relação temporal (Bürgi et al., 2005), conforme demonstram os gráficos da figura 3.17:

Figura 3.17. *Trajetórias de mudanças.*
Nota. O eixo (Xx) representa a linha temporal e o eixo (Yy) a estrutura da paisagem em análise. MUDANÇAS: a) constantes e lentas; b) constantes e rápidas; c) mudança em aceleração; d) mudança em desaceleração; e) mudança pontual e rápida no passado distante; f) mudança pontual e rápida num passado recente. **Adaptado de**: Driving forces of landscape change – current and new directions (p. 863), **de** M. Bürgi et al., 2004, Kluwer Academic Publishers.

As mudanças graduais (lentas) são mais adequadas ao restabelecimento de uma situação de equilíbrio e podem apenas ser identificadas por visitantes esporádicos, enquanto que mudanças abruptas e rápidas podem resultar numa perda de identidade do local. Lewis (1979) fala-nos sobre grandes mudanças culturais, originadas por acontecimentos súbitos; - "*Most major cultural change does not occur gradually, but instead in great sudden historic leaps, commonly provoked by such great events as wars, depressions, and major inventions. After these leaps, landscape is likely to look very different than it did before."*[81] (Lewis, 1979, p. 7).

É possível, no entanto, determinar que certas características locais podem indiciar determinadas mudanças - *attractors* (Bürgi et al., 2004) - exemplificado, por exemplo, pela melhoria de acessibilidades, desenvolvimento de indústria ou habitação. Por outro lado, forças de origem política podem ditar grandes marcos na paisagem, sem possibilidade de as antever no espaço e tempo

80 Tradução livre da autora: " Quanto mais tempo for dado a estes processos, mais suave é a mudança sendo mais provável adaptarem-se à mudança." (Bürgi et al., 2004, p. 862).

81 Tradução livre da autora: A maioria das grandes mudanças culturais não ocorre gradualmente, mas sim em grandes saltos históricos súbitos, normalmente provocados por grandes acontecimentos como guerras, crises ou invenções de relevância. Depois destes saltos, a paisagem é suscetível de parecer muito diferente do que era antes.

(Bürgi et al., 2017). No entanto, é possível destacar cinco principais (mais comuns) tipos de forças motrizes que causam mudanças na paisagem (Bürgi et al., 2004; Brandt et al., 1999;) sendo elas: socioeconómicas; políticas; tecnológicas; naturais e culturais.

As primeiras estão de certa forma interligadas, representam os mercados económicos, fenómenos resultantes da globalização, acordos organizacionais, sendo expressos em programas políticos, leis e regulamentos. A tecnologia exprime-se, por exemplo, nas vias rodoviárias e ferroviárias. As forças naturais são respeitantes ao local e são variáveis ao longo do tempo como o solo, clima, topografia. Também se consideram forças naturais, eventos súbitos, geralmente de ação rápida, avalanches, deslizamentos de terra, tornados. A cultura permanece como um conceito vago, dado a sua complexidade, estando imiscuído noutras tipologias. Num estudo comparativo que integra seis paisagens culturais europeias (Bürgi et al., 2017), as seguintes forças são determinadas como dominantes: construção de acessos e infraestruturas, mudanças políticas, alterações no mercado de trabalho, inovação tecnológica, e as alterações climáticas, consideradas até como a força futura prevalecente para impactes e mudanças na paisagem cultural (Melnick, 2016).

Certas forças atuam de forma mais frequente, como as alterações nas acessibilidades, a urbanização e a globalização (Antrop, 2005) ou mesmo forças caracterizadas pela imprevisibilidade: as calamidades. A atividade de recreio também pode assumir o papel de pressão sobre a paisagem. Começou por abranger de forma passiva zonas costeiras (praias), atingindo um nível de pressão que levou à desqualificação, durante o século XX de muitas zonas costeiras na Europa. A procura de lugares autênticos, no seu estado natural, tem conduzido a uma procura do interior dos países, zonas rurais, zonas de montanha, floresta, colocando em risco o equilíbrio de alguns ecossistemas (Antrop, 2000).

Para além do tipo de forças motrizes, estas podem ser caracterizadas quanto à sua abrangência de atuação, como intrínsecas ou extrínsecas (Bürgi et al., 2005), ou seja, se são específicas para o sistema em estudo, ou gerais, aplicáveis a vários sistemas. Refere-se como exemplos, os regulamentos de um município (força intrínseca) e as leis internacionais (forças extrínsecas). Podem também diferenciar-se, entre forças diretas (*proximate/direct causes*) e indiretas (*underlying/indirect causes*) (Geist et al., 2006; Meyfroidt, 2016). As forças diretas envolvem uma ação física na paisagem e são geralmente associadas a um conjunto de atividades (exemplo: introdução ou remoção de espécies; intensificação de práticas de agricultura, florestação, construção de infraestruturas; adições externas (uso de fertilizantes; pesticidas e sistemas de rega); colheitas e consumos de recursos; alterações climáticas e geralmente atuam a níveis locais. As forças indiretas, justificam circunstâncias e operam de forma mais difusa. São variáveis de natureza sociopolítica (políticas governamentais, institucionais e legais), económica (globalização; mercado comercial), demográfica, tecnológica, cultural (crenças; escolhas de consumo) e biofísica (Brookfield, 1999; Geist et al., 2006; Millennium Ecosystem Assessment, 2005).

Ao contrário das anteriores, estas forças abrangem commummente áreas regionais ou globais. Tal como caracterizamos as forças, os intervenientes na mudança (atores) também podem ter uma ação direta na mudança (como por exemplo agricultores, investidores imobiliários) ou indireta (na elaboração de leis, políticas, mercados).

Recorrendo aos relatórios periódicos do *World Heritage Committee* (WHCo), destacam-se as principais forças motrizes identificadas pelos gestores e responsáveis dos bens patrimo-

niais, destacando o relatório da Europa[82] (World Heritage Committee, 2015). O WHCo, identifica ainda catorze grupos principais de forças (referidas como fatores ou ameaças) que provocam mudanças, cada qual integrando várias forças secundárias. Destacam-se os **14 principais grupos** e respetivos fatores[83]:

1. Uso de Recursos Biológicos
(pesca; silvicultura; conversão uso do solo; criação de gado e pastoreio; caça, etc.)

2. Desenvolvimento e Construção
(construção imobiliária; exploração comercial; áreas industriais, centros de interpretação e equipamentos para visitantes; equipamento e infraestruturas de alojamento)

3. Alterações Climáticas e Eventos extremos
(subida do nível médio das águas do mar; desertificação; seca; cheias; tempestades, alterações de temperatura, etc.)

4. Espécies Invasoras e Exóticas
(terrestres; marinhas; água doce; material genético alterado, etc.)

5. Condições locais que afetam elementos físicos
(poeiras, pragas, micro-organismos; radiação; humidade relativa; temperatura; vento; água – chuva ou lençóis freáticos)

82 Os relatórios periódicos são divididos por regiões. Selecionou-se o relatório da Europa de forma a cingir a análise a uma área geográfica e cultural, na qual se insere também o cado de estudo da presente investigação.

83 Com base nos relatórios periódicos de 2008, o *World Heritage Committee* (WHCo) adotou uma lista standard de 14 principais fatores/ameaças que afetam os bens inscritos na *World Heritage List* (WHL). Estes, assim como os fatores secundários, podem ser consultados W*orld Heritage State of Conservation Database* disponível em: http://whc.unesco.org/en/factors/.

6. Fatores institucionais ou de gestão
(atividades de gestão; atividades de monitorização/ baixo impacto e alto/impacto)

7. Outras atividades humanas
(conflitos civis; destruição deliberada de património; terrorismo; atividades ilegais; treinos militares; guerra)

8. Extração de recursos físicos
(minério; petróleo e gás; extração de água)

9. Poluição
(ar; água subterrânea; água marinha; resíduos sólidos, etc.)

10. Infraestruturas e serviços associados
(Infraestruturas de energias renováveis e não renováveis; serviços locais, etc.)

11. Uso social/cultural do património
(alterações no conhecimento e modos de vida tradicionais; Perceção de valor patrimonial por parte da sociedade; usos de carácter associado, rituais, espirituais ou religiosos; identidade; coesão social; alterações na comunidade e população local - demografia; impactos de turismo/visitantes/recreio)

12. Eventos súbitos de origem geológica ou ecológica
(Avalanches; deslizamentos de terra; terramotos; fogos; erosão; erupções vulcânicas; tsunamis)

13. Infraestruturas relacionadas com transportes
(aéreas; terrestres; subterrâneos; marinhos)

14. Outros fatores não cobertos pelos anteriores

No geral, a análise do WHCo (World Heritage Committee, 2015) permite destacar 3 grupos principais de forças motrizes (no relatório referente à Europa) que afetam de forma similar tanto património cultural, natural ou misto, sendo eles: construção (imobiliário e infraestruturas de transportes); turismo/visitantes/ atividades de recreio e fatores relacionados com alterações climáticas (níveis de humidade relativa; desastres naturais) (World Heritage Committee, 2015). No entanto, é de notar que a mesma força motriz tanto pode causar mudanças positivas num bem (paisagem) e negativas noutras, como é o caso do turismo, conforme exemplifica o gráfico da figura 3.18.

As forças podem ter origem dentro da área em análise ou fora e os impactes destas forças motrizes podem ser atuais ou potenciais, revelando a importância da identificação das forças motrizes, sua gestão e diagnóstico do seu estado (estável, em crescimento ou decréscimo). Os fatores de cariz social e cultural geram maior subjetividade na interpretação e classificação pelos vários gestores das paisagens (World Heritage Committee, 2015). Fatores como: alterações no conhecimento e modos de vida tradicionais; perceção de valor patrimonial por parte da sociedade; usos de carácter associado, rituais, espirituais ou religiosos; identidade; coesão social, são destacados pelo impacte positivo, mas englobam uma percentagem significativa que lhe atribui impacte negativo. Destacam-se pelos impactos positivos: as atividades de gestão; pesquisas de baixo impacto (atividades de monitorização) e equipamentos interpretativos e de apoio ao visitante, que partilham o mesmo resultado em propriedades de bens naturais e mistos.

A construção imobiliária e efeitos do uso de infraestruturas de transportes terrestres ganham destaque negativo (de notar que as dissonâncias de impacte visual são um ponto importante no património mundial), assim como os fatores relacionados com alterações climáticas (humidade relativa, água da chuva e lençóis freáticos) cuja percentagem de impacto atual é rele-

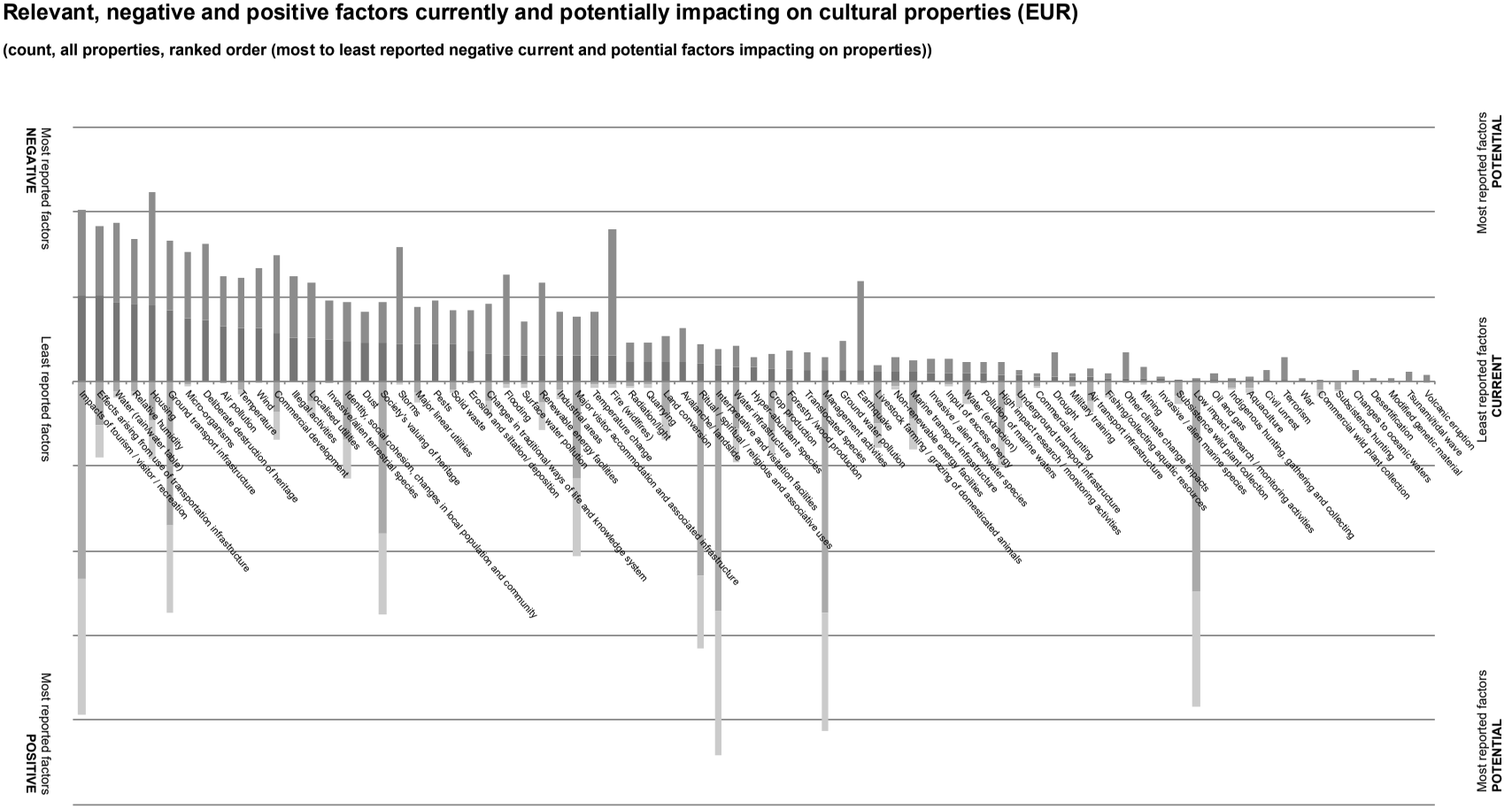


Figura 3.18. *Fatores relevantes, negativos ou positivos que atualmente ou potencialmente afetam bens culturais, europeus.*

Nota. **Em** *Final Report on the Results of the Second Cycle of the Periodic Reporting Exercise for the Europe Region and Action Plan* (p. 47), **de** World Heritage Committee, 2015, WHC – UNESCO.

Second Cycle of Periodic Reporting –
Part I: Final Report and Action Plan for Europe

vante. Ressalva-se, também, que eventos súbitos como fogos e tempestades são referidos com impactes negativos potenciais, revelando a preocupação face a estes fatores. Se analisarmos os resultados em propriedades de bens naturais e mistos, aos fatores de impacte negativo adicionamos os resíduos sólidos, atividades ilegais e o uso de recursos naturais.

Analisando casos específicos de paisagens culturais, destacam-se, na presente tese, paisagens culturais portuguesas listadas como património mundial. O Alto Douro Vinhateiro enquadra-se nas tendências gerais verificadas acima, salientam-se algumas particularidades. Como impacte negativo, apesar da vitalidade de atividades relacionadas com a viticultura, a perda de população residente é uma ameaça atual e crescente, sendo que as medidas de gestão diretas, por si só, não conseguem inverter esta ameaça (North Regional Coordination and Development Commission (CCDR-N) (Coord.), 2014). No caso da Paisagem Cultural da Vinha do Pico, destacam-se as forças de impacte negativo, tendo como exemplo os eventos súbitos (erupções, terramotos, tsunamis – potenciais), espécies invasoras e equipamentos de energia renovável (Regional Government of Azores (Coord.), 2014). Analisando a Paisagem Cultural de Sintra, os problemas relativos a tempestades, espécies invasoras, são referidos, mas tendo a entidade de gestão capacidade de resposta. Neste caso, são identificadas mais ameaças potenciais do que atuais (Parques de Sintra - Monte da Lua, SA, 2014).

Atendendo agora a uma paisagem cultural francesa (de cariz agro-pastoril, semelhante à paisagem de caso de estudo da presente investigação) - *Les Causses et les Cévennes* - os impactes negativos descritos são as infraestruturas, energias renováveis e não renováveis; poluição de águas subterrâneas e existência de resíduos sólidos (potencial). O uso de recursos naturais (pastoreio, produção de sementes, exploração de madeira) são fatores positivos, tanto atuais como potenciais. Fatores de ordem social e cultural, como saberes e modo de

vida tradicional e a perceção de valor patrimonial são potencialmente negativos (indiciando deste modo haver perda deste conhecimento) (Entente Interdépartementale, 2014; Les Causses et les Cévennes Paysage culturel , 2011).

Esta análise geral permite perceber que as forças motrizes geram mudanças na paisagem, as quais podem ter trajetórias e relações temporais diferentes, podem ser benéficas ou constituir ameaças à degradação de qualidades identificadas na paisagem. A mesma força gera mudanças que se consideram positivas em determinadas paisagens e negativas noutras, pelo que reforça a ideia de individualidade e identidade específica de cada paisagem. Será deste modo, útil, identificar e analisar as possíveis, potenciais e forças motrizes atuais para determinada paisagem cultural, no processo de conservação da identidade e gestão da Paisagem Cultural.

3.3.3. A GESTÃO DA MUDANÇA

As mudanças na paisagem, com origem humana, incluem, como já analisado anteriormente, três peças cruciais interligadas: forças motrizes, atores (intervenientes) e a mudança da paisagem, propriamente dita (Hersperger et al., 2010). As dinâmicas de atuação de diferentes forças implicam que seja difícil a previsão de um cenário futuro pelo que será necessário, para a conservação da paisagem cultural, gerir a mudança na paisagem, num processo constante e adaptado à realidade de cada momento. A deteção de forças motrizes e a sua monitorização ao longo do tempo fazem parte do processo de gestão, e consequentemente, da conservação da paisagem. Os diagramas abaixo (figura 3.19), sistematizam um procedimento de análise relativo às mudanças na paisagem.

A síntese revela a complexidade de análise, as forças motrizes atuam no espaço e no tempo e desencadeiam processos. Além da definição dos elementos e componentes da paisagem (que integram no contexto em estudo, características da paisagem

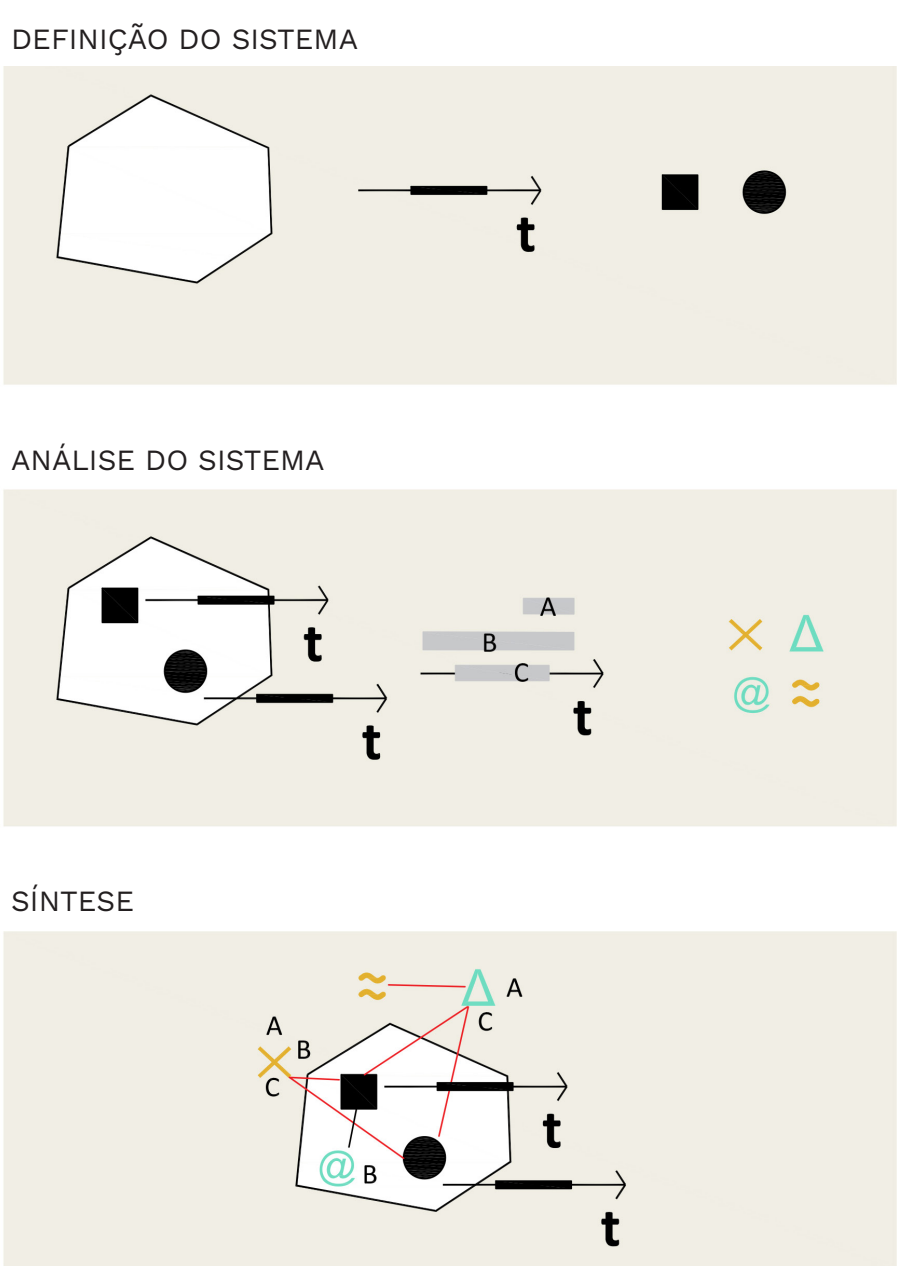


Figura 3.19. *Diagrama de análise de forças motrizes e mudanças na paisagem.* *Nota.* O processo de análise da mudança na paisagem é dependente da identificação dos seus elementos e processos, atores relevantes de mudança e da escala temporal. **Adaptado de:** *Driving forces of landscape change – current and new directions* (p. 865), **de** M. Bürgi et al., 2004, Kluwer Academic Publishers.

cultural), a identificação dos atores de mudança, o(s) período(s) temporais de acontecimentos mais importantes (cronologia) a nível socioeconómico, político, tecnológico, ecológico, entre outros acontecimentos pertinentes para a paisagem em questão é parte integrante da análise, pois têm potencial impacte na mudança. O estudo dos processos compreende a comparação de pelo menos duas situações temporais de mudança. Assim, será possível verificar a existência de variações - periódicas, casuais ou mesmo tendências conclusivas – tendo como base a

frequência, ritmo e magnitude (Antrop, 1998). As variações indiciam se a paisagem se mantém estável ou está em processo de desvirtuação do seu carácter e identidade.

Um método estatístico comum para analisar a mudança na paisagem (e frequentemente aplicado) é o recurso a tabelas de contingência (especificamente para a paisagem: matrizes de análise cruzada de categorias em dois momentos temporais). Este método é bastante útil para fatores facilmente mensuráveis mas destinam-se a analisar a persistência e detetar processos de mudança na paisagem mais prevalentes, assim como, analisar padrões resultantes dos processos ocorridos (Pontius Jr. et al., 2004). Estes métodos não pretendem detetar os mecanismos que geram as mudanças (causas) e carecem de complemento de dados qualitativos para uma análise abrangente da paisagem. No Reino Unido é aplicada uma metodologia que permite monitorizar a mudança com possíveis implicações no carácter da paisagem inglesa - *Tracking Change in the Character of the English Landscape* - 1999-2003 (Haines-Young, 2007). Com base em áreas geográficas diferenciadas pelo seu carácter – *joint character áreas* (JCA) – tem como objetivo responder às questões "onde e como está a ocorrer a mudança na qualidade da paisagem?". Baseia-se em 7 temas de análise que determinam o carácter da paisagem:

1) árvores e floresta;
2) elementos de delimitações;
3) agricultura;
4) aglomerados e padrões de desenvolvimento;
5) habitats seminaturais;
6) elementos históricos;
7) elementos costeiros e fluviais.

Cada tema é ponderado nos termos da sua contribuição para o carácter geral. É feita uma análise integrada objetivando a natureza da mudança para cada JCA. Posteriormente, numa matriz

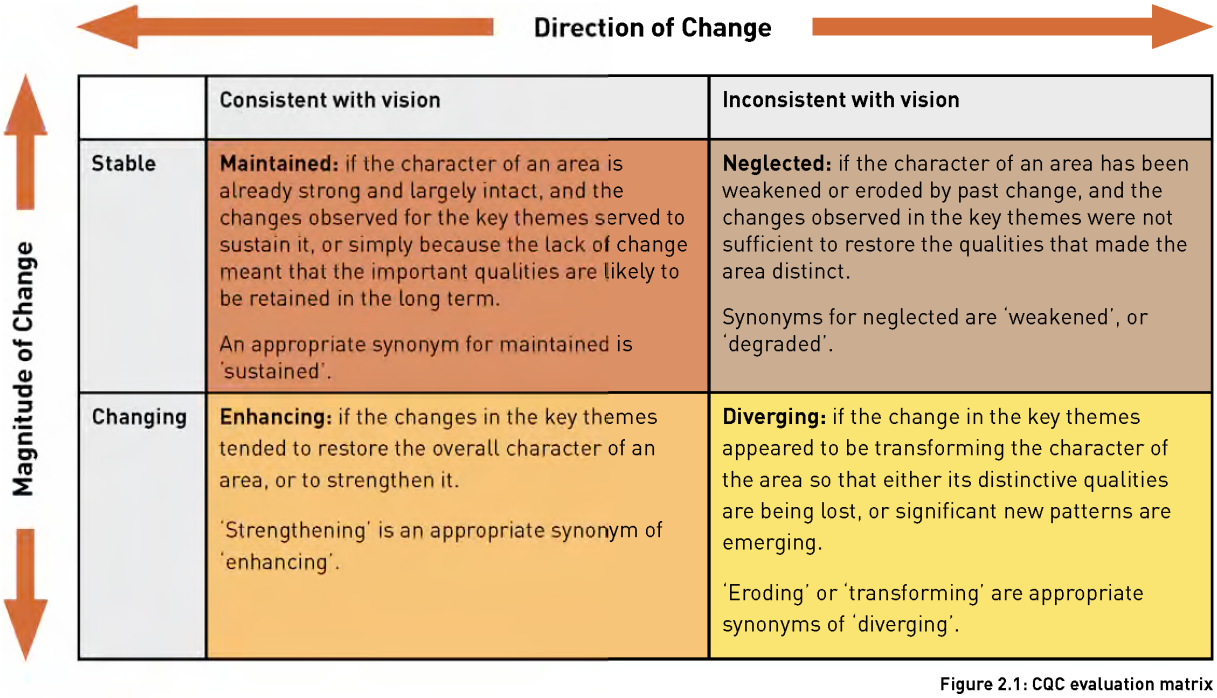


Figure 2.1: CQC evaluation matrix

de avaliação, a mudança é classificada quanto à sua magnitude (estável ou em mudança) e sentido (se é consistente ou não). Esta metodologia exclui do seu objetivo causas sobre a mudança e forças motrizes ambientais, sociais e económicas, sendo que, terá de ser colmatada nestes campos, para uma análise global das mudanças na paisagem. Para mais, componentes de natureza intangível, não são considerados na avaliação do carácter geral. A maior parte dos temas permite, com maior ou menor facilidade, estabelecer limites de referência, mas são baseados a nível espacial, de percentagem de cobertura de determinada classe. A matriz de avaliação, de carácter descritivo, é apresentada na figura 3.20.

Figura 3.20. *Matriz de avaliação de mudanças no caráter da paisagem, Inglaterra.*
Nota. **Em** *Tracking change in the Character of the English Landscape, 1999 – 2003* (p.9), **de** R. Haines-Young, 2007, Natural England.

Perceber a magnitude e a direção da mudança em relação aos objetivos de manutenção do caráter da paisagem este método oferece, no entanto, uma orientação para a gestão da paisagem.

A nível do património mundial, o *World Heritage Committee* (WHCo) estabelece também algumas diretrizes para o estudo da mudança, através da monitorização dos bens e valores patrimoniais (R. Smeets & Westrik, 2004). Os questionários periódicos sobre o seu estado de conservação, integram itens relevantes para a análise de forças motrizes de mudanças no património e suas consequências. Uma vez identificados os fatores de

pressão, já referidos anteriormente, cada Estado-membro deve avaliar cada fator mediante 6 critérios, alguns das quais com parametrizações quantitativas estabelecidas. A ver:

1. Escala espacial (extensão da área da propriedade afetada em dado momento): restrito (afetando menos de 10%); localizado (afetando entre 11 e 50%); extenso (afetando entre 51-90%); difundido/alastrado (afetando entre 91-100%).
2. Escala temporal (frequência da ocorrência): única ou rara; esporádica ou intermitente; frequente; contínua.
3. Impacto (relevância): insignificante; baixo; significativo; elevado.
4. Ação de gestão (capacidade de resposta em termos de: tempo de dedicação do staff, recursos e meios, orçamento, conhecimento/formação): sem capacidade; capacidade baixa; capacidade média; capacidade elevada.
5. Tendência (evolução e impacto geral): em decréscimo; estável; em crescimento.
6. Desenvolvimento sustentável (o fator contribui para um impacto (negativo/positivo), sustentabilidade ambiental, desenvolvimento social inclusivo, desenvolvimento económico inclusivo, paz e segurança.

O questionário periódico do património mundial (*Periodic Report Questionnaire -Section II - Third Cycle (2018-2024)*, 2018), aperfeiçoou em relação ao anterior, questões sobre abordagem de sustentabilidade e implementação de um enquadramento de monitorização dos bens listados. Pretende analisar se os programas de monitorização e indicadores respondem a questões essenciais como: estado de conservação do bem, eficácia do sistema de gestão, tipo de governação (*governance*); compatibilidade com outras designações de conservação; contribuição para um desenvolvimento sustentável; capacidade de desenvolvimento.

A reflexão anterior permite identificar a mudança como parte integrante de dinâmicas na paisagem e como tal, da evolução histórica de cada paisagem. A conservação das paisagens culturais depende, assim, de um equilíbrio entre a manutenção de valores e dinâmicas de mudança, sendo necessário um processo contínuo de análise da identidade, assim como, procedimentos de gestão da paisagem que passam pela identificação de forças motrizes, atores e processos de mudança na paisagem, no tempo e no espaço, sendo a monitorização do estado dos elementos que definem o caráter da paisagem (materiais e imateriais) necessários para analisar impactes, tendências que se revelam em métodos diversos na operacionalidade destas questões.

3.3.4. Notas sobre monitorização da evolução da paisagem

A análise da evolução da paisagem, concretamente as mudanças que nela ocorrem e afetam o caráter e identidade da mesma, necessitam de uma investigação cronológica. Sabendo que as forças motrizes pertencem a quadrantes diversos (socioeconómicos, políticos, tecnológicos, naturais ou culturais), o diagnóstico da mudança na paisagem cultural reflete-se também neste leque de quadrantes.

Monitorizar a paisagem permite acompanhar processos, elementos, dinâmicas de forma a que se possa diagnosticar se a evolução segue (no contexto da presente investigação) uma trajetória adequada à conservação de valores da paisagem e numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Uma das técnicas mais comuns na monitorização é a existência de valores de referência ou limites que permitam conservar determinada característica. Piorr (2003) numa análise sobre indicadores agroambientais, refere que os indicadores de paisagem (que iremos analisar mais à frente) deverão ter estas referências como termo de comparação temporal, sobre o seu progresso.

Na análise de determinados processos, como a capacidade de carga turística de determinada área, é possível definir limites e analisar se o grau de mudança é aceitável, sendo explicitada em standards quantitativos, como por exemplo: *Limits of Acceptable Change (LAC)* (Stankey et al., 1985). O processo de definição destes limites requer que os gestores de habitats/paisagens definam as condições desejáveis para que possam empreender medidas e ações. Algumas entidades desenvolvem estes limites, com terminologia semelhante: *Treshold of Potencial Concern (TPC)* (Heritage Chairs and Officials of Australia and New Zealand, 2014), correspondendo a limites máximos e mínimos de estado e desempenho desejáveis, referentes a indicadores selecionados para determinado ecossistema.

Correspondem assim, a sinais de alerta para que sejam tomadas medidas de intervenção para repor um estado desejável (Joubert (Coord), 2008). De forma esquemática, a situação de risco de determinada característica pode ser representada segundo a figura abaixo (figura 3.21):

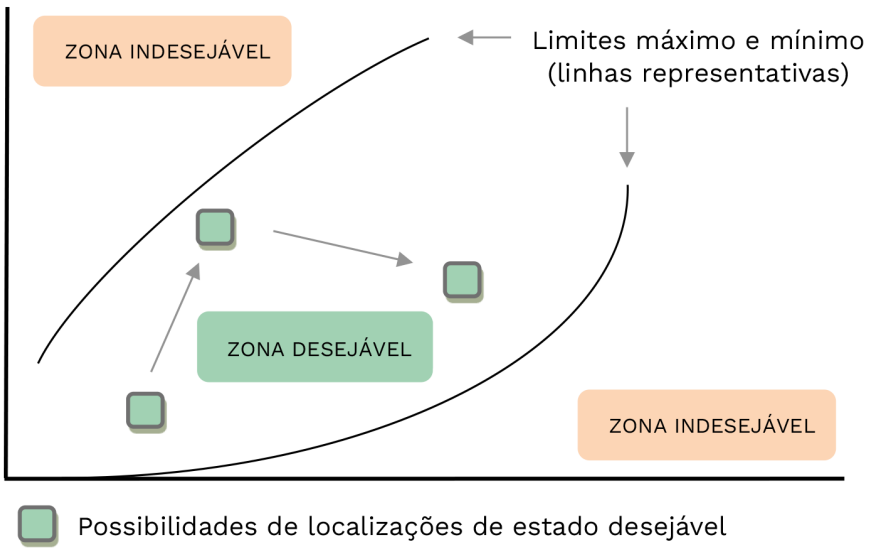


Figura 3.21. *Diagrama relativo ao estado de conservação de um determinado elemento identitário da paisagem.* ***Nota.*** Elaborado pela autora, 2019.

A nível do diagnóstico de conservação da Paisagem Cultural, será difícil estabelecer limites do que é aceitável para perceber se a identidade da paisagem cultural se mantém, dada as várias características da paisagem e as diversas naturezas dos seus elementos e componentes (materiais e imateriais). Reconhecem-se, no entanto, que certos elementos sejam capazes de ser mensuráveis, permitindo mais facilmente definir limites de mudanças aceitáveis e valores de referência para análise de elementos e processos em específico.

Outra técnica difundida para a monitorização da paisagem é o recurso a indicadores. Os indicadores da paisagem permitem descrever, avaliar e comunicar aspetos relevantes da paisagem como o seu estado, a sua evolução, as políticas da paisagem desenvolvidas pelas instituições públicas, o comportamento da sociedade face à paisagem e o grau de consciência e satisfação respeitante à mesma (Nogué et al., 2009). Formalizam um recurso desenvolvido para reduzir uma grande quantidade de informação/dados para uma forma simples, retendo a informação necessária para responder a determinada pergunta (Wascher, 2004). Podem expressar-se através de um parâmetro, uma variável, uma medida, um valor, uma fração, um índice, um sinal, ou mesmo uma pequena informação (Nogué et al., 2009). Apesar do seu potencial ser percetível, existem condicionantes no seu uso. O estudo de metodologias com recurso a indicadores para análise e avaliação do estado da paisagem teve um incremento na Europa após a Convenção Europeia da Paisagem (Cassatella & Angioletta, 2011). O mais conhecido modelo teórico com recurso a indicadores ambientais é o "DPSIR"[84] (Hasund, 2011; E. Smeets et al., 1999; Wascher, 2004b), desenvolvido pela OCDE . Este modelo, adotado pela Agência Europeia do Ambiente, é um modelo causal, que descreve as interações entre a sociedade e o meio ambiente. Utiliza uma diversidade de sistemas de indicadores

84 Acrónimo de: *driving forces, pressures, states, impacts, responses.*

ambientais para caracterizar 5 fases: *driving forces, pressures, states, impacts, responses* [forças motrizes, pressões, estados, impactos, respostas].

Em 2011, foram sintetizados (com base em estudos europeus) os principais indicadores aplicados para estudo da paisagem (Cassatella & Angioletta, 2011), concluindo que a caracterização e análise da paisagem é efetuada essencialmente em parâmetros percetuais, ecológicos e de uso solo, sendo que o valor económico da paisagem seria menos analisado, destacando-se a quase ausência de métodos de análise de valores histórico-culturais**.** Por outro lado, a abordagem teórica de avaliação é pouco incisiva na paisagem, como ponto fulcral do estudo, sendo que na sua grande parte os indicadores incorrem em análises de paisagens rurais e agrícolas ou referentes a meios urbanos. A maioria dos estudos é referente a aspetos naturais e ambientais (Cassatella & Angioletta, 2011). Como os indicadores de paisagem foram inicialmente desenvolvidos para o caso particular de paisagens rurais, com o intuito de avaliar o efeito de políticas agrícolas, ao transpor estes indicadores agroambientais para a paisagem em geral, conduziu a deturpações no processo de avaliação (avaliações negativas de parâmetros) pois seriam favorecidos aspetos ecológicos e de uso do solo, descartando, por exemplo, aspetos referentes a especificidades de paisagens urbanas (Cassatella & Angioletta, 2011).

A formulação e seleção de indicadores depende, do objetivo e área de pesquisa (informação sobre o estado, transformações, respostas a mudanças) do contexto territorial, da escala, sendo vasta a literatura referente à seleção de indicadores, que são criados e desenhados para determinado fim (Hasund, 2011). Sensíveis à escala, área e objeto de estudo, a sua operacionalidade é por vezes de difícil execução. Muitos indicadores não têm valores de referência ou limites pelo que a sua aplicação e interpretação é mais limitada.

Observa-se também uma sobreposição de conceitos, isto é, existem indicadores similares, com diferentes designações, mas que se referem ao mesmo fenómeno. Indicadores de natureza quantitativa, integram parâmetros quantificáveis, muitos deles aceites internacionalmente (definem limites máximos e mínimos para vários atributos como qualidade do solo, água, ar) facilitando uma leitura transversal em vários países, representando uma vantagem em termos comparativos e facilidade de aplicação. O uso de indicadores qualitativos envolve avaliações pessoais, de especialistas, como por exemplo "qualidade da paisagem" e "perceção de valor", entre outros valores subjetivos, de difícil justificação e monitorização.

Como referido, os indicadores qualitativos são menos utilizados quando se trata de paisagem, deixando questões sociais e económicas menos exemplificadas. Não deixa de ser interessante analisar o potencial do recurso a indicadores para monitorização da paisagem, e no presente caso, na possibilidade de monitorizar a evolução da paisagem, da sua identidade e conservação.

Identificam-se, no entanto, alguns problemas principais relativos à monitorização da paisagem:

1) a maioria dos instrumentos/indicadores de monitorização estão desenvolvidos para aspetos físicos da paisagem (e não aspetos imateriais, de perceção ou valores étnicos e culturais) (Cassatella & Angioletta, 2011; Piorr, 2003);
2) as mudanças gerais em determinada paisagem (apesar de ocorrerem mudanças rápidas em elementos específicos) é um processo que tende a ser gradual, não havendo capacidade financeira, ou de recursos humanos, de sustentar programas de monitorização a longo prazo, em grandes regiões (Kienast et al., 2015a), levando a que as áreas analisadas geralmente estejam associadas a amostras reduzidas e dados para períodos

a longo prazo sejam menos evidentes.

3) restrições referentes à aplicabilidade de indicadores da paisagem, tais como: a disponibilidade de dados, falta de abordagens metodológicas em contextos internacionais, falta de limites e níveis de referência, falta de aferição de indicadores à escala de trabalho, sobreposição de indicadores resultando em sobrestimação de resultados, entre outros (Piorr 2003).

Numa proposta para o desenvolvimento de indicadores adaptados à monitorização da paisagem como ponto fulcral, Cassatella e Voghera (2011) propõem 5 categorias de indicadores, relacionados com várias dimensões da paisagem:

1) ecologia da paisagem (categoria interpretativa com maior possibilidade comparativa a nível internacional);
2) património histórico-cultural (manifestações materiais e aspetos intangíveis);
3) perceção social e visual (primeiro, o aspeto de perceção estética (maioritariamente visual) relacionada com características da estrutura da paisagem, num segundo item, relacionado com a dimensão intangível, o tipo de valor que a sociedade confere aos atributos da paisagem);
4) uso do solo;
5) economia territorial.

Verifica-se que esta proposta de 5 categorias tipológicas já abrange várias componentes da paisagem, incluindo aspetos intangíveis permitindo também comparações com as principais tipologias de forças motrizes analisadas anteriormente, que geram mudanças na paisagem.

A seleção de indicadores para informar cada tipologia de monitorização referente à paisagem, em especial numa Paisagem Cultural, terá de refletir particularidades (relativas às características que definem determinada paisagem cultural) e com isto perceber, que não são universais e extremamente sensíveis aos

valores atribuídos à paisagem pelas suas populações: "*One of the fundamental differences between environmental indicators and landscape indicators lies in the fact that the latter cannot necessarily be generalized and applied to any context, for they lose their specific characteristics, which is one of the values of landscape*."[85] (Cassatella & Peano, 2011, p. 5)

Para mais, conceitos que se relacionam com qualidade visual, estética da paisagem entre outros relativos a perceção, são dependentes e específicos de determinada comunidade e dos seus sinais antropológicos na paisagem. Ao contrário de alguns indicadores ambientais, os indicadores para a paisagem (especificamente sobre o caráter da paisagem) têm, deste modo, baixo nível de transferibilidade entre contextos:

> *Thus one could argue on the basis of recent developments in the literature, that while a landscape indicator is an environmental indicator that has some explicit reference to a prescribed set of landscape units, an indicator of landscape character is a measure that is not only spatially explicit, but also one that is referenced to some shared but abstract understanding of the perceived patterns that may each landscape unit 'locally distinctive'.*[86] (Wascher (Ed.), 2005, p. 93)

Numa Paisagem Cultural, a presença humana é componente vital, os indicadores socioeconómicos (perfis sobre demografia, população residente, instrução e tipo de visitantes, atividades culturais preferidas ou participação em atividades tradicionais) devem ser incluídos

85 Tradução livre da autora: "Uma das diferenças fundamentais entre indicadores ambientais e indicadores da paisagem, reside no facto de os últimos não poderem ser generalizados e aplicados em qualquer contexto, pois perdem as suas características específicas, que são um dos valores da paisagem." (Cassatella & Peano, 2011, p. 5)

86 Tradução livre da autora: "Podemos argumentar, com base em literatura recente, que enquanto um indicador da paisagem é um indicador ambiental que tem uma referência explícita a um conjunto de unidades de paisagem, um indicador do caráter da paisagem é uma medida que não é explícita somente espacialmente, mas também é referente a um conhecimento abstrato partilhado de reconhecimento de padrões que fazem com que dada unidade de paisagem seja distinta, localmente." (Wascher (Ed.), 2005, p. 93).

(R. Smeets & Westrik, 2004) e incluírem representatividade da região geográfica específica que representam (Niemeijer & de Groot, 2008; Bottero, 2011; Kienast, et al, 2015).

Objetivos de desenvolvimento sustentável especificamente em paisagens que ainda mantém um papel social ativo na sociedade contemporânea, com modos de vida tradicionais, depende da capacidade de se criar uma base económica e empresarial capaz de gerar valor acrescentado e de reter ou mesmo atrair população à região (Andresen & Rebelo, 2013). As atividades tradicionais que geram produtos diferenciados dispõem, a título de exemplo, de um indicador - as designações DOP[87] - que cunham produtos tradicionais com valor específico e que seguindo legislação europeia conferem uma boa oportunidade de comparação com outros países e podem ser indicadores de conservação de características específicas e identitárias.

Esta reflexão sobre a evolução da paisagem, as suas mudanças e monitorização ao longo do tempo têm reflexos no entendimento da identidade de determinada paisagem cultural, e como tal, relevantes para a conservação das mesmas.

3.4. DISCUSSÃO

Neste capítulo foram analisados conceitos que se relacionam e auxiliam a leitura e interpretação da Paisagem Cultural, contribuindo assim para o que se designou de fundamentos teóricos. Identidade e caráter, os valores e o significado cultural e as mudanças que ocorrem na evolução da paisagem, foram selecionados como temas essenciais para o entendimento de paisagens culturais. Poder-se-á dizer que a identidade da paisagem, resulta da interação de processos e elementos físicos que integram

87 Nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário desse local ou região, cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico específico, incluindo fatores naturais e humanos, cujas fases de produção têm lugar na área geográfica delimitada. Em https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/produtos-por-regime-de-qualidade/dop-denominacao-de-origem-protegida

a história, assim como, fatores naturais, sociais económicos e culturais de populações e comunidades. Essa mesma identidade, segundo Relph (1976) pode ser decomposta em componentes: componentes físicas, atividades e funções e significados e simbolismos. Estas componentes englobam, assim, uma série de elementos e componentes que caracterizam a paisagem, que lhe conferem unicidade e a tornam diferenciadora.

Entendeu-se que para a identificação e leitura dos elementos definidores de caráter e identidade da Paisagem Cultural, é necessário analisar, o seu contexto espacial, histórico, relacional, sob o risco de uma análise isolada dos elementos, perderem coerência e permanecerem como exemplos pontuais de algo sem a sua associação original. Esta interpretação de relações entre os elementos e componentes, permite descrever o significado cultural a paisagem.

São justamente os valores identitários, que frente a processos de globalização, alterações climáticas, problemas de gestão de resíduos, compõem hoje, um leque de elementos e dinâmicas que despertam cada vez mais interesse. Do artesanal aos movimentos de *slow food*, das práticas culturais na sua forma mais genuína, às técnicas e conhecimentos de trabalhar, integrando os elementos e processos naturais, formatam valores que voltam a suscitar interesse e procura promovendo formas de desenvolvimento sustentável.

A mudança, no sentido lato, compondo dinâmicas inerentes ao próprio processo evolutivo da paisagem, pode conduzir a trajetórias de desenvolvimento não desejáveis (ou compatíveis) com a conservação da identidade da paisagem. Pelo que foi analisado, o *World Heritage Committee* (2015)*, no relatório aos bens do património mundial na Europa,* destacou a construção, o turismo e fatores relacionados com alterações climáticas como as principais forças motrizes de mudanças, em 2015.

É percetível, principalmente em paisagens rurais, que a facilidade de processos mecânicos e o afastamento de relações

físicas com o território (principalmente de práticas agrícolas) conduzem a sentimentos de medo, de perda de conhecimento do passado e de valores, como exemplo. Com isto, não se pretende dizer que devemos voltar a práticas ancestrais e estagnar a sua evolução, tanto tecnológica como económica, mas sim fomentar a participação das comunidades nas práticas tradicionais associadas à paisagem, procurar valorizar o património cultural pela identificação, divulgação e manutenção, por exemplo, de mão-de-obra especializada (necessária na conservação de jardins históricos) num contexto atual e de futuro, que incorpora mudanças.

Os valores que associamos à Paisagem Cultural, refletem a sua identidade. São atribuídos pela comunidade local e vivenciados / percecionados pelo visitante consoante os seus conhecimentos e experiências passadas. Fruto de construções físicas ou associações simbólicas com o local, são de natureza tangível e intangível. Qualificam a Paisagem Cultural e revelam-se de extrema importância pois correspondem a significados e valores partilhados (Ribeiro, 1998), integrando o significado cultural e expressando a identidade da paisagem. Evocam memórias, associações e sentimentos, essenciais para o bem-estar humano. Nesta perspetiva, e pelo debate atual, as questões económicas não podem ser encaradas como entraves aos valores tradicionais, mas sim, incorporadas de forma compatível com o património. Empregos locais, baseados no *genius loci* dos lugares e fomentados por novas tecnologias podem integrar estratégias para a conservação de paisagens culturais.

A conservação de paisagens culturais relaciona-se com a capacidade de gerir a identidade da paisagem cultural, o caráter dos lugares, dependente do seu uso, e, portanto, da capacidade de reconversão dos sistemas de produção e uso a circunstâncias completamente diferentes (especialmente em paisagens que mantém um papel ativo na sociedade). A gestão destas paisagens lida com a gestão de economias locais e mudanças, sen-

do que as qualidades distintivas destas paisagens são recursos essenciais. A perceção do valor cultural da paisagem pode ser afetada pelas mudanças na estrutura e deterioração de processos na paisagem. O debate atual sobre a Paisagem Cultural reconhece as mudanças, não só sobre a paisagem em si mas também sobre conceitos como cultura e valores.

Permanecem como desafios descortinar o que irão valorizar as comunidades sobre o seu território, no futuro. Quer seja pela reunião de memórias, materializadas em fotografias, filmes, música, escrita, entre outras atividades vividas pela sociedade, a passagem do saber e da identidade de uma geração para a outra, contribui para o vínculo à paisagem e para a manutenção de um leque de conhecimentos alargado. O que será necessário atualmente, é alterar a forma de ver, a nossa consciência sobre a mesma e a priorização de alguns valores sobre outros, nos variados campos, cultural, ecológico, social, económico, recreativo, de forma a contrariar processos de desertificação e abandono rural, a título de exemplo.

A análise da evolução da paisagem a longo termo, permite perceber as transformações, que envolve um conjunto de interações dinâmicas entre inúmeras variáveis naturais e culturais, cada uma delas alterando com diferentes magnitudes e em ritmos diferentes. As interdependências que as paisagens gozam, de características naturais e culturais e os valores que daí resultam, devem deste modo integrar a investigação e metodologias práticas. As ações de conservação devem estar inseridas num objetivo geral de desenvolvimento sustentável, oposto a medidas de estagnação no tempo.

CAPÍTULO 4

ABORDAGEM PRÁTICA À PAISAGEM CULTURAL: DA CARACTERIZAÇÃO À CONSERVAÇÃO

CAPÍTULO 4. ABORDAGEM PRÁTICA À PAISAGEM CULTURAL: DA CARACTERIZAÇÃO À CONSERVAÇÃO.

O conceito de Paisagem Cultural é entendido, na presente tese como um produto cultural gerado pelas relações com o meio, fruto de ideologias humanas, uma apropriação intencional, material e/ou imaterial do território/envolvente, refletindo um modo de vida (ou uma visão) específico, resultando em paisagens com valores e qualidades reconhecidas, tal como explicitado no ponto 2.

Nos capítulos anteriores foram descortinados e debatidos alguns fundamentos teóricos relativos a paisagens culturais, desde o caráter e identidade, o significado cultural ou mesmo as dinâmicas de mudança em sistemas vivos. Entendeu-se que a existência de várias abordagens e de múltiplos objetivos de gestão de paisagens culturais - dada a diversidade de tipologias, a complexidade das relações sociais, ecológicas, económicas e culturais, as diferentes áreas de formação dos técnicos que lidam com as questões de conservação e gestão da paisagem, entre outros fatores - criam obstáculos à passagem da teoria para a operacionalidade.

Neste capítulo é dado agora ênfase à caracterização e conservação das paisagens culturais. A caracterização conforma o primeiro e essencial passo para a identificação, conservação e gestão de paisagens culturais, o qual determina todos os passos subsequentes. É através da leitura da paisagem que é possível caracterizá-la. A leitura da paisagem constitui a base necessária para definir estratégias e ações de conservação da paisagem (Rosina & Scazzosi, 2017). Esta leitura necessita de uma interpretação da paisagem enquanto sistema vivo, das relações entre os seus elementos, funções e significados. Mais do que uma descrição, a interpretação da paisagem cultural permite perceber os valores atribuídos aos lugares, tanto no passado como no presente.

Deste modo, pretende-se ensaiar uma abordagem e metodologia de caracterização que oriente na identificação dos elementos e componentes da paisagem definidores do caráter

e identidade, que distingue determinada paisagem cultural. Todas as análises paisagísticas partilham os mesmos passos de investigação com o objetivo, comum, de obter um aprofundado conhecimento do lugar, nomeadamente sobre a sua fisiografia, clima, solos e geologia, fauna e flora, usos e funções, funcionamento dos sistemas naturais, processos sociais e culturais.

É após o processo de caracterização da paisagem cultural que se podem iniciar outros processos, como de inventariação, classificação patrimonial ou mesmo os planos de gestão e conservação da paisagem, como referido.

Sendo a paisagem uma entidade dinâmica, para além da caracterização, ir-se-ão, também, propor recomendações para a sua conservação e gestão. Pretende-se estabelecer uma orientação para o trabalho de técnicos, comunidade local e outros agentes responsáveis pela conservação de paisagens culturais.

Para tal, propõe-se explorar no ponto 4.1, abordagens existentes de caracterização de paisagens com o objetivo de as comparar e realizar uma reflexão crítica, incluindo a terminologia aplicada. Pretende-se ainda propor uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, baseado na reflexão crítica anterior. No ponto 4.2, com base no ponto anterior e à luz do que foi discutido na presente tese sobre o conceito de Paisagem Cultural e dos fundamentos teóricos analisados nos pontos 2 e 3, será sugerida uma abordagem de caracterização de paisagens culturais e explorada uma metodologia para a aplicação prática da abordagem. Por último, no ponto 4.3 com base, nos pressupostos analisados anteriormente, serão recomendadas estratégias para a conservação do caráter e identidade de paisagens culturais.

4.1 ABORDAGENS DE CARACTERIZAÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS

A determinação da identidade e caráter da Paisagem Cultural, pressupõe que se interprete a paisagem como um lugar(es) onde coalescem o tangível (elementos físicos e funções) e o intangível (significados e/ou simbolismos). É reconhecido que existem características comuns entre paisagens culturais (IFLA CLC, 2008; Melnick et al., 1984), as quais podem servir de guia para que, numa análise específica de determinada paisagem cultural, se possam reconhecer essas características e identificar quais os elementos e componentes que as representam e que são definidores do caráter e identidade da paisagem.

O processo de caracterização pode ser entendido como a identificação das características da paisagem, podendo estas ser compreendidas como categorias onde se agrupam elementos ou componentes, individuais ou em grupo e que contribuem para o caráter da paisagem (Birnbaum, 1996). Desde o nível de um pequeno jardim até ao nível de uma extensa paisagem, a caracterização é o passo inicial e fundamental.

Pretende-se agora analisar e comparar diferentes abordagens desenvolvidas com o intuito de caracterizar a Paisagem Cultural e desenvolver posteriormente planos de gestão e conservação. Para efeitos desta investigação, selecionaram-se abordagens elaboradas por instituições ou organismos de diferentes países, tendo para tal sido definidos e aplicados os seguintes critérios:

a) Adequação ao conceito de paisagem e seu significado cultural, histórico, patrimonial e sua conservação, discutidos no ponto 2;
b) Produção por grupos ou instituições/organismos dedicados ao estudo e prática da conservação de paisagens culturais;
c) Abordagens pioneiras ou utilizadas e testadas em vários tipos de paisagens por um período de tempo significativo e divulgadas internacionalmente em idioma acessível;

d) Integração, de acordo com a visão mais contemporânea, de valores intangíveis, evidenciando os significados e simbolismos inerentes à Paisagem Cultural, complementando uma leitura da paisagem enquanto sistema socioecológico.

As abordagens selecionadas são, então, as desenvolvidas:
(1) pelo IFLA *Cultural Landscapes Committee* (IFLA-CLC) e ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA ISCCL);
(2) pelo *National Park Service* dos Estados Unidos da América;
(3) por entidades públicas da Austrália;
(4) pelo *The Countryside Agency* e *Scottish Natural Heritage*, Reino Unido : *Landscape Character Assessment, Guidance for England and Scotland.*

Neste ponto (4.1), pretende-se analisar e fazer uma reflexão crítica e comparativa destas abordagens, assim como, da terminologia aplicada. O objetivo desta reflexão é produzir, em síntese, orientações técnicas de caracterização de paisagens culturais, síntese esta apresentada no ponto seguinte.

4.1.1 IFLA *Cultural Landscapes Committee* (IFLA-CLC) e ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA ISCCL)

O IFLA *Cultural Landscapes Committee* (IFLA-CLC)[88], enquanto Comité Interno da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, e em estreita ligação com o ICOMOS, pretendeu explicitar e partilhar, internacionalmente, definições e boas práticas resultantes de conhecimento especializado dos seus membros integrantes sobre paisagens culturais. Contribuiu, concretamente, para as abordagens de caracterização da Paisagem Cultural

88 O IFLA-CLC constituiu um grupo interno de trabalho, na área profissional da arquitetura paisagista, dentro da IFLA, dedicado à salvaguarda, proteção, preservação e conservação de paisagens culturais através de apoio técnico, educação, investigação entre outras medidas determinadas pelos membros do grupo e expostas em relatórios de trabalhos anuais (IFLA CLC, 2008).

pela leitura integrada de elementos, incluindo não só, características físicas, mas também valores intangíveis e significados da paisagem. Apesar de este Comité ter já terminado a sua atividade[89], a abordagem por ele proposta foi, pelo seu interesse e qualidade, considerada como referência nesta tese, para comparação com abordagens desenvolvidas por outros organismos, permitindo enriquecer o debate crítico sobre este tema particular.

O IFLA-CLC elaborou uma lista de características específicas - *Character-defining features checklist* - que auxilia na leitura do caráter da Paisagem Cultural (incluída para comparação na tabela 1), e que seguidamente se transcreve e traduz:

Each aspect of the physical landscape **[Aspetos físicos da paisagem]**

1) *Land Uses, Patterns, Clusters* [Usos do solo, padrões, aglomerados/conjuntos];
2) *Natural Systems* [Sistemas naturais];
3) *Spatial Organization* [Organização Espacial];
4) *Visual Relationships* [Relações visuais];
5) *Topography, Surface Drainage* [Topografia, Drenagem superficial];
6) *Vegetation* [Vegetação];
7) *Circulation Systems* [Sistemas de circulação];
8) *Water Features, Natural and Constructed* [Elementos de água, naturais e construídos];
9) *Non-Habitable Landscape Structures and Buildings* [Edifícios e estruturas não habitáveis];

89 Patrícia O´Donnell, atual presidente do comité ICOMOS-IFLA ISCCL, numa entrevista concedida para a presente investigação, referiu que, em 2020, o grupo foi destituído, sendo atualmente o ISCCL o organismo internacional com Comité dedicado a paisagens culturais. Atualmente, é o ICOMOS-IFLA ISCCL que, relativamente a paisagens culturais, agrega objetivos de intercâmbio científico, partilha de conhecimentos e promoção de abordagens interdisciplinares relativas à gestão e proteção do património paisagístico.

10) *Spatial Character of Habitable Structures* [Caráter espacial de estruturas habitáveis];
11) *Vocabulary of Site Furnishings and Objects* [Terminologia de mobiliário e objetos de exterior];

Intangible values and meanings **[Valores e significados intangíveis]**

12) *Location for festivals* [Local de festivais];
13) *Setting for traditional music, dance, performance* [Espaço para música tradicional, dança, exibições];
14) *Route of pilgrimage* [Rota de peregrinação];
15) *Setting for worship* [Espaço de culto];
16) *Place of memory of past events* [Lugar de memória de eventos passados];
17) *Place of traditional practices* [Lugar de práticas tradicionais];
18) *Gathering place for native plants* [Lugar de coleção/recolha de plantas nativas];
19) *Gathering place for craft* materials [Lugar de coleção/recolha de materiais artesanais];
20) *Traditional place for experience at a special time of year* [Lugar tradicional de vivência num período especial do ano].

Apesar de ser pouco clara a terminologia (características, aspetos, elementos) poder-se-á interpretar que a identificação de características que espelham valores e significados intangíveis, denotam a adoção de princípios sobre o património cultural intangível enriquecendo e tornando mais completa a caracterização de determinada paisagem cultural. Estas características, tanto físicas como intangíveis, são exploradas através de pesquisa documental, testemunhos orais sobre a história dos lugares e trabalho de campo (IFLA CLC, 2008). Estes métodos permitem guiar a pesquisa, documentar e caracterizar a paisagem,

indiciando o quão evidente é o caráter atual da paisagem e que considerações se devem ter em conta para a paisagem futura.

Desde 2006 que os peritos em paisagens culturais, membros do ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA ISCCL), têm trabalhado num documento designado *Guidelines for Reviews and Site Mission Evaluations of World Heritage Nominations of Cultural Landscapes*. Este guia serve como documento técnico do Comité para avaliar candidaturas de paisagens culturais a Património Mundial, tendo revisões periódicas de três em três anos, sofrendo aperfeiçoamentos pelos membros do Comité, segundo informações obtidas pela monitorização da aplicação do guia. Apesar de se tratar de um documento interno, a sua divulgação e utilização como auxiliar na preparação de candidaturas a Património Mundial foi sugerida por alguns membros do Comité[90]. Trata-se, consequentemente, de um documento referencial que, embora não esteja ratificado pelo ICOMOS e ainda se apresente em versão de trabalho, será, por isso, analisado no âmbito desta tese e utilizado no estudo comparativo entre abordagens.

Deste documento, destaca-se a descrição e caracterização de paisagens culturais, sendo sugerida a leitura integrada de elementos, assim como a interpretação da Paisagem Cultural como sistema de relações: "*Cultural landscapes manifest as an aggregate of features or elements that have or had a related dynamic function with regard to human interactions. Cultural landscape relationships may be considered as systems* (...)"[91] (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018, p. 16). Estas relações podem

90 Em 2015, numa reunião do ICOMOS-IFLA ISCCL, David Jaques, Fran Han, Nupur Prothi e Nancy Pollock-Ellwand notaram que o guia poderia ser útil não só na revisão e avaliação de candidaturas, mas também, na preparação das candidaturas em que os membros do ISCCL estavam presentes (O'Donnell & Ramsay (coord.)2018).

91 Tradução livre da autora: "Paisagens culturais manifestam-se como um agregado de elementos particulares ou outros que têm ou tiveram uma função dinâmica relacionada com interações humanas. As relações da Paisagem Cultural devem ser consideradas em sistema. (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018, p. 16).

incluir: padrões mais ou menos visíveis de usos do solo; respostas aos sistemas ecológicos; elementos particulares naturais ou elaborados pelo Homem; o uso da topografia; sistemas de comunicações, rotas, trilhos, estradas e canais; sistemas naturais (vento, céu, sol, lua, chuva, brumas; sistemas intangíveis de mitos, lendas, histórias, memórias e inspirações. (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018). A abordagem do Comité aplica ainda o termo 'atributos' (*attributes)*. É entendido, neste documento, que os atributos representam elementos que conferem significado patrimonial: "*Features or elements that hold the heritage significance are referred to as attributes. Some attributes may appear to be very modest yet contribute to heritage significance.*" [92] (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018, p. 17). Para cada categoria de Paisagem Cultural (intencionalmente desenhadas, evolutivas, associativas) foi identificado um conjunto de atributos mais comuns (ver tabela 1).

São também referidos, para além das categorias de paisagens culturais, 'Tipos' (grupo de lugares com características similares, como por exemplo: paisagens vinhateiras) e 'Estilos'(expressões estilísticas em paisagens intencionalmente desenhadas), assim como 'Temas' entendidos como tópicos históricos, representando atividades 'chave', que descrevem processos ou eventos sociais, económicos, políticos ou tecnológicos marcantes (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018). Poderão ser úteis na comparação e entendimento de relações entre paisagens culturais.

92 Tradução livre da autora: " Elementos particulares entre outros, que sustentam o significado patrimonial são referidos como atributos. Alguns atributos aparentam ser modestos, no entanto contribuem para o significado patrimonial." (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018, p. 17).

Tabela 1. *Tabela de atributos potenciais (potencial attributes) referentes a cada uma das três categorias de paisagens culturais do ICOMOS-IFLA ISCCL. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020, com dados do *ICOMOS-IFLA International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (2018).

ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee* (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)	**ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee*** (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)	**ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee*** (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)
Potential attributes of Designed Landscape	**Potential attributes of an Organically evolved Cultural Landscape**	**Potential attributes of an Associative Cultural Landscape**
Designed stylistic layout of features.	Layout pattern of natural and built features and their relationships	A landscape feature such as a mountain, river, waterfall, rock formation, forest.
Use of natural features such as topography and water systems.	Land use continuity, to include agricultural uses, for example, seasonal grazing systems.	Shrines, temples, or statues associated with the landscape.
An array of features such as pathways, paving, circulation routes, tree plantings, garden beds, water features, walls, statuary demonstrating a design style relevant to the period of construction or later periods relating to extensions or changes.	Use of natural landscape systems for protection, drainage, soils, water supply, material resources such as timber and stone.	Tracks or pilgrimage routes to the place where traditional practices are undertaken.
Views and vistas set from the landscapes and within the landscape, terminal features of vistas, patterns and textures and skylines of views and vistas	Use of natural vegetation for food and protection.	Viewpoints valued by people for experiencing the aesthetic beauty of a landscape or feature.
Particular choices of plant material.	An array of features such as roads, tracks or pathways, structures relating to the land-use activity, tree plantings for particular uses, boundary demarcations and fences, water systems, housing for workers on the property.	Community traditions or activities such as ceremonies or events that safeguard the traditional, spiritual or religious practice.
Demonstrated skills in traditional or period landscaping techniques such as horticulture, pruning, grafting, topiary and irrigation systems.	Demonstrated skills in traditional or period land management such as vernacular architecture, horticulture, pruning, grafting, installation of irrigation systems and sustainability practices.	
	Conservation of natural biota, wildlife and land features.	
	Extant ruins and/or known below-ground archaeological features.	

4.1.2 *National Park Service* (NPS), Estados Unidos da América

Desde os anos de 1960 que o NPS desenvolve inventários dos bens culturais dos EUA tais como elementos históricos, sítios arqueológicos e objetos museológicos (Page, 2009), exercendo, também, ações de preservação de lugares com interesse histórico[93].

O termo Paisagem Cultural é aplicado pelo NPS em 1981 e incluído, em 1984, no primeiro manual sobre identificação, avaliação e gestão de paisagens culturais rurais – '*Cultural Landscapes: Rural Historic Districts in the National Park System*' – já mencionado no ponto 2. Precursor deste documento, o guia para inventariação nacional - *The Cultural Landscapes Inventory* [94] - foi finalizado em 1997[95], com o intuito de orientar a identificação e documentação das qualidades e atributos distintivos de uma dada paisagem cultural que lhe conferem significado e necessidade de preservação (Page *et al*., 1998). Em 1998, o guia *Cultural Landscape Report* (CLR), é desenvolvido com o objetivo de avaliar as mudanças na paisagem, de forma a estabelecer medidas de proteção face a uma proposta de transformação na paisagem.

Estes manuais e guias permitem incluir informação sobre a história das paisagens e as mudanças ocorridas nos contextos geográfico e social, nas funções e usos, assim como na orienta-

93 Desde 1966, através do *National Historic Preservation Act,* o NPS tem como missão a coordenação da identificação, avaliação e proteção destes bens culturais. Em 1992, estabelece o *Olmsted Center for Landscape Preservation*, dedicado à gestão dos sítios históricos e parques, trabalhando com universidades, agências governamentais, entre outras organizações, de forma a partilhar assistência técnica na pesquisa, planeamento, gestão e educação sobre paisagens culturais. A par do NPS, em 1998 é criada a *The Cultural Landscape Foundation* (TCLF) promovendo a inventariação e a divulgação de paisagens culturais.

94 O documento - *The Cultural landscape Inventory* (CLI) - integra uma descrição de lugares e elementos, quer contribuam ou não para efeitos de elegibilidade no *National Register of Historic Places,* orientando as ações de gestão e preservação. Para cada propriedade, integra níveis e hierarquias como *landscape, landscape feature, component landscape* e *component landscape feature. National Register of Historic Places* é uma lista oficial que integra os lugares históricos dos EUA, com interesse em preservar.

95 Em 1994 foi dado início à aplicação da metodologia do C*ultural Landscapes Inventory*, formalizando um inventário de todas as paisagens culturais a preservar nas regiões geridas pelo NPS.

ção para a sua proteção. Para tal identificam previamente elementos que distinguem determinada paisagem cultural e que a caracterizam: "*CLR can be a useful tool to protect the landscape's character-defining features from undue wear, alteration or loss*"[96] (Page *et al*., 1998, p.10). É sobre estes dois últimos guias, extensos e detalhados, que se irá analisar a abordagem de caracterização, pela forma como os elementos que distinguem determinada paisagem cultural são definidos e como contribuem para uma leitura do significado cultural da paisagem.

O NPS reconhece treze tipos de características - *Landscape Characteristics* – que, potencialmente, existem em qualquer Paisagem Cultural e que orientam a identificação de evidências físicas, processos, padrões tangíveis e intangíveis dos lugares (Page, 2009; Page *et al*., 1998). Estas características, seguidamente elencadas e descritas serão depois comparadas com as de outras abordagens, (tabela 3):

1) *Archeological Sites* [Sítios arqueológicos]: Sítios com vestígios à superfície e sub-superficialmente, relacionados com usos do solo históricos e pré-históricos;
2) *Buildings and Structures* [Edifícios e estruturas]: Construções tridimensionais como casas, celeiros, estábulos, pontes e memoriais;
3) *Circulation* [Circulação]: Espaços, elementos e materiais que constituem sistemas de deslocações;
4) *Cluster Arrangement* [Disposição de estruturas]: Localização de edifícios e estruturas na paisagem;
5) *Constructed Water Features* [Elementos de água construídos]: Elementos construídos com objetivos estéticos ou funcionais*;*
6) *Cultural Traditions* [Tradições culturais]: Práticas que in-

96 Tradução livre da autora: "CLR podem constituir uma ferramenta útil para a proteção contra o desgaste, alterações ou perda, dos elementos definidores de caráter da paisagem." (Page *et al*., 1998, p.10)

fluenciaram o uso do solo, padrões de compartimentação, formas construtivas e uso de materiais;

7) *Land Use* [Uso do solo]: organização, forma e configuração da paisagem em resposta a usos do solo; *(...)*
8) *Natural Systems and Features* [Sistemas e elementos naturais]: aspetos naturais que, frequentemente, influenciam o desenvolvimento e configuração da paisagem;
9) *Small-Scale Features* [Elementos de pequena escala]: elementos que conferem e combinam detalhe e diversidade, com objetivos estéticos;
10) *Spatial Organization* [Organização espacial]: disposição de elementos que criam planos horizontais e verticais, criando espaços;
11) *Topography* [Topografia]: Configuração tridimensional da superfície da terra, caracterizada por elementos e/ou componentes e orientação;
12) *Vegetation* [Vegetação]: Árvores, arbustos,, herbáceas e outras plantas de revestimento, autóctones ou introduzidas;
13) *Views and Vistas* [Vistas e perspetivas]: Elementos que criam ou permitem ângulos de visão, naturais ou criados intencionalmente.

As características da paisagem são entendidas como aspetos tangíveis e intangíveis que influenciaram a história do desenvolvimento da paisagem ou são produtos da sua evolução, respetivamente (Page, 2009). A cada característica estão associados elementos específicos (*features*)[97] : "*The characteristics are categories under which individual and associated features can be grouped.*"[98] (Page *et al*., 1998, p. 65). A noção de 'elemento' e a sua relação com 'característica' é assim estabelecida:

97 Não existindo um termo específico, em português, entende-se que representam elementos específicos, particulares e distintivos.

98 Tradução livre da autora: " As características são categorias sob as quais elementos individuais ou associados, podem ser agrupados." (Page et al., 1998, p. 65).

> *Landscape feature: a physical unit that is part of the existing character of a landscape, can be managed as an individual element, and is identified as contributing or noncontributing to the historic significance of the landscape. Examples include a woodlot, earthwork, hedge, lawn, specimen tree, alley, barn, agricultural field, and vista. In the CLI, each landscape feature is identified in association with one of thirteen landscape characteristics.*[99] (Page et al., 1998, p. 25).

A interpretação destes elementos da paisagem deve ser entendida na relação que estabelecem com outros elementos e com o contexto espacial e histórico:

> *Cultural landscapes are composed of a collection of features which are organized in space. (...) Individual features in the landscape should never be viewed in isolation, but in relationship to the landscape as a whole (...). Overall, it is the arrangement and the interrelationship of these character-defining features as they existed during the period of significance that is most critical to consider prior to treatment. As such, landscape features should always be assessed as they relate to the property as a whole.*[100] (Birnbaum, 1996, p. 15).

A caracterização é integrada no primeiro passo de qualquer *Cultural Landscape Report* (CLR), acompanhada pela descrição da

99 Tradução livre da autora: "Elemento da paisagem: uma unidade física que é parte do caráter existente da paisagem, podendo ser gerida como elemento individual, contribuindo, ou não, para o significado histórico da paisagem. Exemplos incluem um compartimento de mata, uma modelação do terreno, uma sebe, um relvado, um exemplar de árvore, uma alameda, um celeiro, um campo agrícola ou uma vista. No CLI, cada elemento da paisagem é identificado em associação com uma das treze características da paisagem" (Page et al., 1998, p. 25).

100 Tradução livre da autora: "Paisagens culturais são compostas por uma coleção de elementos organizados no espaço. (....) Os elementos individuais da paisagem não devem ser vistos isoladamente, mas em relação com a paisagem, como um todo. (...) No geral, é a disposição e as inter-relações destes elementos definidores de caráter, tal como existiam no seu período de maior significado, o mais importante aspeto a ter em consideração antes de uma qualquer intervenção. Assim, estes elementos devem ser sempre avaliados no que se refere à paisagem, como um todo." (Birnbaum, 1996, p. 15).

história do local, condições existentes, análise e avaliação da paisagem. Uma vez caracterizada a paisagem cultural e identificados os elementos definidores do seu caráter (*landscape features*), é possível descrever o significado cultural, realizar diagnósticos sobre o seu estado de conservação e encetar medidas de proteção e gestão. Do mesmo modo, se elementos da paisagem têm significado para a história do lugar e apresentam integridade, podem contribuir para o caráter histórico da propriedade e, deste modo, responder a critérios específicos para a sua proteção legal e integração em registos nacionais de proteção do património.

4.1.3 Abordagens de entidades públicas da Austrália

Uma das referências, para análise de abordagens, da região Ásia-Pacífico, é a Austrália. A sociedade australiana caracteriza-se pela multiculturalidade, sendo essencial a coexistência dos valores culturais de diferentes grupos de população, nomeadamente do povo aborígene (Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites, 2013). O que é valorizado pelas comunidades locais, o significado cultural dos lugares, é uma das questões presentes nas abordagens australianas, razão pela qual se selecionaram para análise.

Um dos subgrupos de trabalho do ICOMOS Austrália é o *National Scientific Committee on Cultural Landscapes and Cultural Routes* (NSC-CLCR), que tem, como um dos seus objetivos, promover um fórum de discussão e partilha de ideias e práticas relacionadas com o tema de rotas culturais e paisagens culturais na Austrália. Não havendo uma abordagem comum para todo o país, são tidos como referência, para a presente tese, guias elaborados por entidades públicas, a nível de cada Estado, ou a nível nacional, que o NSC-CLCR recomenda.

Tal como se verifica noutros países e organizações, as abordagens de caracterização e gestão de paisagens culturais na Austrália vão sofrendo alterações ao longo do tempo, face a no-

vos entendimentos ou partilha das aplicações práticas de abordagens. Estas assentam no estipulado na *Carta de Burra*, nas categorias de Paisagem Cultural estabelecidas pelo Património Mundial e nos estudos de preservação de sítios rurais históricos[101], desenvolvidos pelo *National Park Service* dos EUA (Australian Heritage Comission, 2000). Neste ponto ir-se-á analisar o enquadramento *Australian Historic Themes Framework,* desenvolvido pelo *Australia Heritage Commission* (atual Australia Heritage Council), assim como, a abordagem aplicada pelo *Cultural Heritage Working Group of the Australian Alps Liaison Committee*, descrita no guia*: Cultural Landscape Managment Guidelines for identifying, assessing and managing cultural landscapes in the Australian Alps national parks* (1996). Por último, será ainda abordado o diagrama metodológico seguido pelo *Department of Environment, Climate Change and Water,* Nova Gales do Sul, descrito no guia: *A practical guide for park management* (2010).

De uma forma geral, a categoria de Paisagem Cultural é aplicada, usualmente, a lugares históricos que, culturalmente, são significativos ou a paisagens desenhadas tais como parques e jardins.

O *Australian Heritage Comission*, recorrendo às categorias de paisagens culturais definidas no *World Heritage - Designed landscapes; Evolved landscapes (relict and continuing landscapes); Associative landscapes* - fez corresponder, a cada categoria, uma lista orientadora (*checklist)* de características físicas e não físicas que orientam na identificação dos elementos e na definição do significado cultural da paisagem. Estes elementos, referidos como *feature* são entendidos como: " (...) *component or element of a landscape, including human structures, sites or complexes, as well as natural features, eg: avenue of exotic*

101 Para além de existir uma *National Heritage List*, cada Estado tem a sua própria legislação, havendo listas estatais - *State Heritage List* e a nível local, as *Local Government Heritage list* (Brown, 2008).

trees, alluvial deposit containing gold." [102] (Lennon & Mathews, 1996, p. 5).

É assim outra abordagem que elenca uma série de características (ou elementos) passíveis de serem reconhecidos em paisagens culturais (ver tabela 2). Esta lista guia irá ser comparada no ponto 4.1.5 com a do ICOMOS-IFLA (ponto 4.1.1) que também descrimina as características por categorias de paisagens culturais.

Não sendo específico para paisagens culturais (inclui outros lugares com valor patrimonial) o *Australian Heritage Commission* (2001)[103], desenvolveu também 9 temas principais - *Australian Historic Themes* - (descritos abaixo), que relacionam património cultural, histórico e natural e que se desenvolvem em sub-temas:

1. Tracing the evolution of the Australian Environment [Traçando a evolução do Ambiente Australiano]
2. Peopling Australia [Povoamento Australiano]
3. Developing local, regional and national economies [Desenvolvimento de economias locais, regionais e nacional]
4. Building settlements, towns and cities [Construindo aglomerados populacionais, vilas e cidades]
5. Working [Trabalho]
6. Educating [Educação]
7. Governing [Administração]
8. Developing Australia's cultural life [Desenvolvimento da vida cultural australiana]
9. Marking the phases of life [Marcando fases da vida]

102 Tradução livre da autora: " (...) componente ou elemento de uma paisagem, incluindo estruturas humanas, sítios ou complexos, assim como, elementos naturais, ex. alameda de árvores exóticas, depósitos aluviares contendo ouro." (Lennon & Mathews, 1996, p. 5)

103 Este enquadramento foi iniciado em 1993, originalmente designado como *Principal Australian Historic Themes Project* (Australian Heritage Commission, 2001).

Tabela 2. *Tabela das checklists indicativas (indicative checklist) referentes a cada uma das três categorias de paisagens culturais do Australian Heritage Comission. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020, com dados do *Australian Heritage Commission* (2000).

Australian Heritage Comission (Australian Heritage Comission, 2000)	**Australian Heritage Comission** (Australian Heritage Comission, 2000)	**Australian Heritage Comission** (Australian Heritage Comission, 2000)
Indicative Checklist for Designed Landscapes	**Indicative Checklist for Evolved Landscapes**	**Indicative Checklist for Associative Landscapes**
Characteristics of design style and later styles	Patterns of spatial organisation	Features associated with the meanings
Expressions of the design style	Land uses and activities	Important stories associated with the place or features within it
Relationship to natural features	Associated history of the landscape economy and its development	Features associated with the stories
Features relating to the place (plantings, hard landscaping, fabric, views, vistas, statues, garden beds, water features, lighting etc)	Responses to the natural environment	Evocations of the landscape
Exotic or introduced plants	Vegetation and landform related to landuse	Social, aesthetic symbolic or other meanings of the place
Architects, engineers, planners, landscape architects, nursery men etc. involved	Buildings, structures, objects	Events associated with the place
Integrity of features of the place related to type	Circulation networks	Stories that relate to community or group endurance, bravery, comandeship, resistance, tension and conflict associated with the place
Expressions of class and ethnicity	Boundary demarcations	Individuals associated with the event
Associated historical events	Gardens, windbreaks	*Important individuals associated with the place*
Associated history	The range of skills expressed in the landscape	Influence of the event on the region or country
Literature influences	New techniques expressed in the landscape	Non-tangible events associated with the landscape eg. 'haunted'
Design influences	Cultural traditions - vernacular architecture, engineering works	Fictional ascription to the place
Symbolism behind the design	Comparative richness of site - types or unusual mix of site types	
Interpretation and exploration of the symbolism	Degree of modification	
Community use	Archaeological potential, research potential	
Boundary demarcation	Coherent clusters or thematic layers	
	Association with important people	
	Associated comunity development	
	Clarity of the expression	

Estes são aplicados a nível nacional, estatal ou local. Constitui uma ferramenta para auxiliar a identificação, avaliação, interpretação e gestão de lugares patrimoniais (Australian Heritage Commission, 2001). Estes 'temas históricos' procuram estabelecer ligações, promovendo a interpretação conjunta dos diferentes lugares históricos e paisagens culturais, e do seu contributo a nível nacional em termos de atividades históricas, eventos ou processos. Trata-se de um enquadramento genérico, nacional, que é aplicado nos guias das diversas entidades estatais .

Do ponto de vista da identificação de elementos distintivos de uma determinada paisagem cultural, pode auxiliar e estimular, numa fase inicial, o reconhecimento de elementos e sua interpretação, face a outras paisagens: "(...) *identify major themes and important historic periods that relate to the landscape. This will help you to recognize cultural landscape features, and to interpret what you see in the field.*" [104] (Lennon & Mathews, 1996, p. 22).

O *Cultural Heritage Working Group of the Australian Alps Liaison Committee* apresentou em 1996 o guia: *Cultural Landscape Management, Guidelines for identifying, assessing and managing cultural landscapes in the Australian Alps national parks*. Este descreve um enquadramento estratégico de análise, avaliação e gestão por três passos sequenciais (Lennon & Mathews, 1996), sendo eles:

Step 1 – Assess cultural significance [Avaliar o significado cultural]

Step 2 – Develop the conservation policy and strategy [Desenvolver a política e estratégia de conservação]

Step 3 – Implement the strategy [Implementar a estratégia]

104 Tradução livre da autora: "(...) identificar os temas principais e períodos históricos mais importantes relacionados com a paisagem. Isto vai ajudar no reconhecimento de elementos distintivos da paisagem cultural e na interpretação do que se vê no terreno." (Lennon & Mathews, 1996, p. 22)

É no primeiro passo que a paisagem cultural é caracterizada, iniciando-se como uma exploração do contexto geral, identificação e documentação dos elementos da paisagem (*landscape features),* recorrendo tanto a trabalho de campo como a pesquisa documental sobre a história da paisagem).

Desta forma, nesta abordagem, que apresenta claras aproximações à do *National Park Service* dos Estados Unidos da América, acima debatida, após a identificação dos temas históricos, são aferidos os elementos que definem o caráter distintivo da paisagem. Assim, em determinada Paisagem Cultural, podem existir os seguintes elementos (*features)* e características (*characteristics)* (elencadas também na tabela 3):

Features & Characteristics [Elementos & Características] (Lennon & Mathews, 1996, p. 25)

1) *Vistas, vantage points and landmarks* [Vistas, pontos estratégicos e de referência];
2) *Circulation* [Circulação];
3) *Networks* [Redes];
4) *General patterns in the landscape* [Padrões gerais na paisagem];
5) *Imprints of past* [Marcas do passado];
6) *Landuses* [Usos do solo];
7) *Water bodies* [Massas de água];
8) *Vegetation Characteristics* [Características da vegetação];
9) *Clusters of Structures* [Conjunto de estruturas];
10) *Divisions within the landscape* [Compartimentações na paisagem];
11) *Building materials and construction techniques* [Técnicas e materiais de construção].

Com base na informação recolhida, é possível avançar para a avaliação do seu significado cultural. Incidiu-se, nesta análise, na fase em que são documentados e descritos os elementos e características da paisagem. A identificação de elementos recorrendo aos temas históricos é acompanhada por pesquisa e documentação para a qual se recorre a uma lista.

De um modo geral, estas abordagens australianas integram, como passos essenciais, a descrição de uma dada paisagem cultural e a avaliação do seu significando cultural, necessários para a definição de estratégias de conservação e gestão. Descrever o contexto físico da paisagem, delimitar a mesma recorrendo também à identificação de características da paisagem cultural, desenvolver uma pesquisa histórica e estabelecer as conexões e relações entre as características e períodos históricos, formatam processos de análise essenciais e sequenciais.

Na figura 4.1 é apresentado o diagrama metodológico para aplicar uma abordagem prática referente a paisagens culturais, do Estado de Nova Gales do Sul (NSW), desenvolvida pelo *Department of Environment, Climate Change and Water (NSW)*, desde a identificação à conservação e gestão. Os passos sequenciais até à caracterização da paisagem (*step 3)* resumem os objetivos para a caracterização de uma dada paisagem cultural.

4.1.4 *Landscape Character Assessment* (LCA), Reino Unido

Com a fundação do *National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty*, em 1895, hoje designado de *National Trust*, o Reino Unido conta com uma longa tradição de preservação de lugares históricos, nomeadamente incluindo o valor estético em análises da paisagem. Desenvolveu abordagens de identificação do caráter da paisagem, nos finais dos anos de 1980 (Cheng, 2012; Fairclough & Herring, 2016), estabelecendo uma referência para o estudo da mesma. São várias as metodologias aplicadas no Reino Unido que diferem entre Inglaterra, País de Gales e

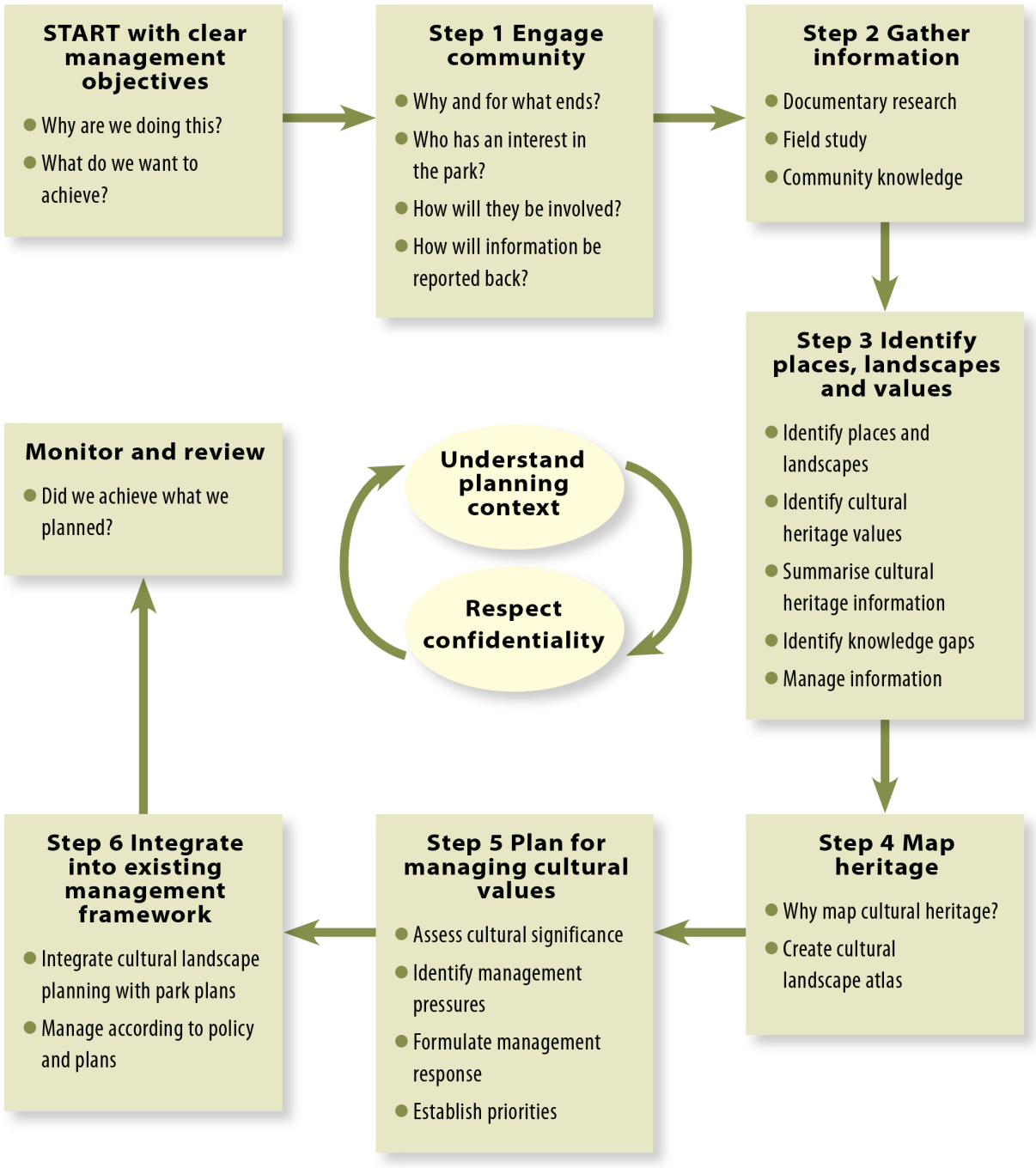


Figura 4.1. *Diagrama metodológico desde a carcacterização à gestão de paisagens culturais, desenvolvida pelo Department of Environment, Climate Change and Water NSW, Australia.*

Nota. **Em** Cultural Landscapes. A practical guide for park management (p.7), **de** S. Brown, 2010, Department of Environment, Climate Change and Water NSW.

Escócia, produtos de circunstâncias e tempos em que foram sendo desenvolvidas. Sucederam-se adaptações e testes em aplicações práticas ao longo do tempo, salientando-se aqui uma abordagem - *Landscape Character Assessment* (LCA), *Guidance for England and Scotland,* que não incidindo em paisagens culturais, é pioneira e uma referência para o estudo do caráter da paisagem.

O *Landscape Character Assessment* (LCA), foi desenvolvido nos finais dos anos de 1980[105], sendo a principal abordagem de caracterização de paisagens (Fairclough & Herring, 2016; Swanwick & Land Use Consultants, 2002), e a que será comparada com as analisadas nos pontos anteriores. Serviu como guia no planeamento da paisagem, quebrando a tradição de uma análise mais restringida ao valor cénico, até então dominante (Cheng, 2012, p. 14).

Posteriormente, entre 1993 e 1994, o então *English Heritage*[106] desenvolveu uma outra abordagem - *Historic Landscape Characterisation* (HLC), - de identificação e interpretação da paisagem histórica[107], recorrendo a ferramentas de Sistemas de Informação geográfica (SIG) e a métodos da área da arqueologia (Fairclough *et al*., 2002), aplicados a uma escala global, interpretando a dimensão histórica da paisagem[108]. O *Landscape*

105 A primeira versão intitulava-se *Landscape Assessment: a Countryside Commission approach*. Countryside Commission. CCD18 (1987).

106 Agência nacional para a promoção e proteção dos locais históricos de Inglaterra. Em 2015, o *English Heritage* subdividiu-se, na atual organização governamental *Historic England* e no *English Heritage Trust.*

107 A definição de paisagem histórica é lida, nesta abordagem, como a forma em que a arqueologia lê e interpreta os vestígios físicos e outros elementos históricos da paisagem atual, enquanto indicadores do passado e como o caráter da paisagem evoluiu no tempo através da interação das pessoas com o seu meio ambiente (Fairclough et al., 2002).

108 A Historic Landscape Characterisation (HLC), apesar de difundida e com muitas similaridades nos seus objetivos e métodos em relação ao LCA, divergem nalguns pontos. O foco do HCL é a dimensão histórica da paisagem, analisando o caráter da paisagem atual através da sucessão de eventos históricos, ao invés da identificação de elementos individuais e sítios arqueológicos (Fairclough et al., 2002; Turner, 2006). Pretende caracterizar a dimensão histórica que distingue determinada paisagem urbana ou rural no presente , recorrendo a uma sistematização de identificação e descrição de vários atributos históricos da paisagem (Clark et al., 2004).

Character Assement (LCA) foi referência para a metodologia, desenvolvida em Portugal, de identificação de unidades de paisagem[109] (Pinto-Correia *et al*., 2001), baseando-se, principalmente, em características físicas como a geologia, a topografia ou a ocupação do solo, entre outras[110]. Tem sido aplicada, com abordagens semelhantes, por toda a Europa, principalmente depois da Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2000), com a qual partilha diversos fundamentos, nomeadamente porque ambas foram desenvolvidas nos anos de 1990 (Turner, 2006).

A designação Paisagem Cultural não é usada nesta abordagem. Fowler (2000), explica que, num país como o Reino Unido, em que todas as paisagens são influenciadas pelo Homem, o termo não é útil. Por sua vez, a designação de Paisagem é aplicada para caracterizar um lugar que inclui características particulares resultantes de forças motrizes de mudanças, de uma ação conjunta tanto de origem natural como humana, ao longo do tempo (Fairclough et al., 2002; Roe, 2007; Turner, 2006). No entanto, entendeu-se que, pela prática e influência que o Reino Unido teve na implementação e impulso nas abordagens de interpretação do carácter da paisagem, deveria aqui ser mencionada a par de outras específicas para paisagens culturais.

A abordagem do *Landscape Character Assessment* define o caráter como um padrão de elementos na paisagem, distinto, reconhecível e consistente, que permite diferenciar uma paisagem de outra, sem distinção de qualidade (superior ou inferior) (Swanwick & Land Use Consultants, 2002). O processo de caracterização materializa-se na identificação de áreas com carácter similar, na sua classificação e mapeamento, incluindo a

109 Este estudo foi desenvolvido entre 1999 e 2001, coordenado pelos professores Alexandre Cancela D'Abreu (arquiteto paisagista) e Teresa Pinto Correia (geógrafa) e pela arquiteta paisagista Rosário Oliveira. Foi publicado em 2014 sob a designação de "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental",constituindo hoje uma referência para o estudo das paisagens portuguesas.

110 As características são lidas como elementos ou combinações de elementos que têm um contributo particular para o caráter distintivo do lugar (Swanwick & Land Use Consultants, 2002).

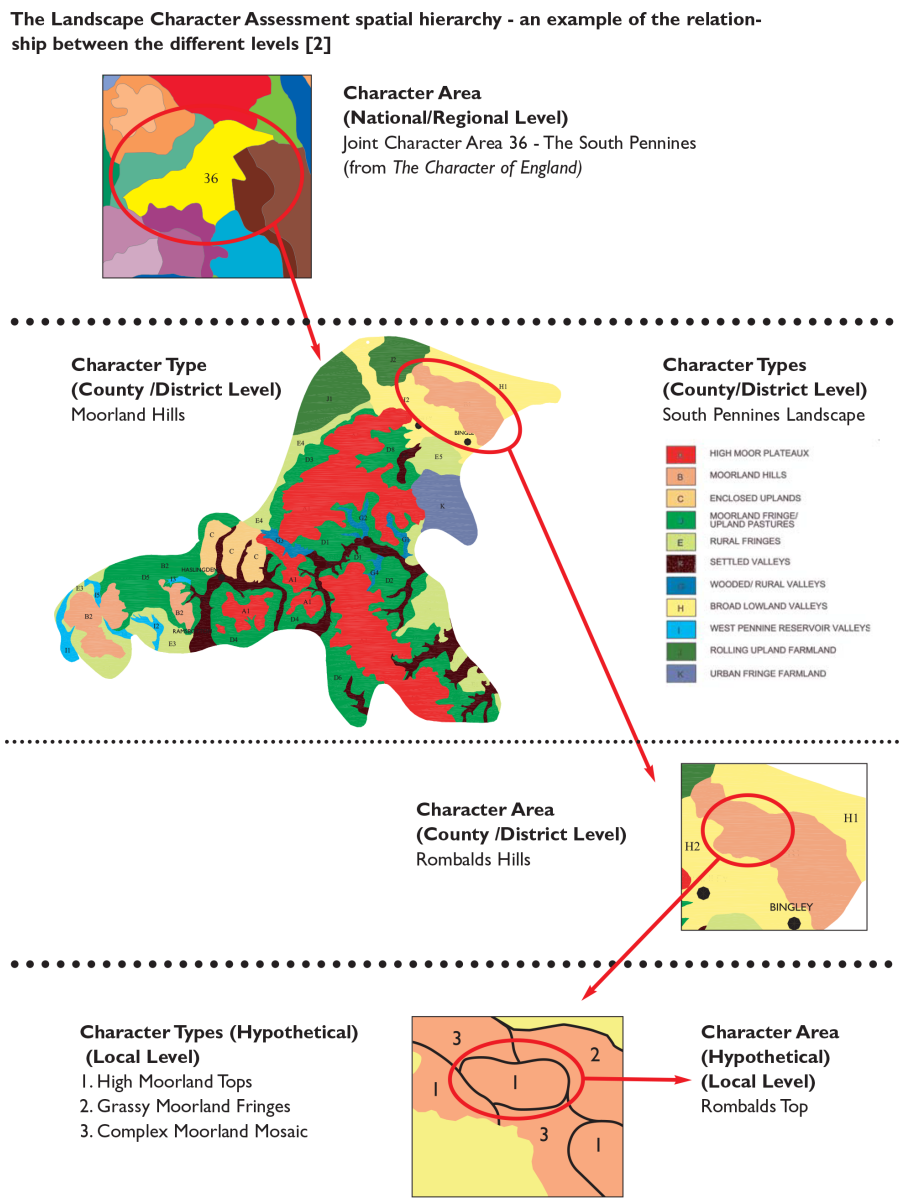
descrição do carácter. Pressupõe uma avaliação da paisagem no presente, mas permissiva a todos os processos de mudança que ocorrem e poderão ocorrer, constituindo uma ferramenta útil na interpretação da paisagem: "*Assessment is not a tool designed to resist changes that may influence the landscape. Rather it is an aid to decision-making, a tool to help understand what the landscape is like today, how it came to be like that, and how it may change in the future.*"[111] (Swanwick & Land Use Consultants, 2002, p. 3) .

A abordagem inicia-se com uma pesquisa documental e trabalho de campo, baseada na identificação do carácter da paisagem, na geologia, geomorfologia, vegetação, florestas, uso do solo, evolução histórica, povoados e aspetos estéticos (Clark *et al*., 2004). São definidas as *Landscape Character Types* e as *Landscape Character Areas*, com hierarquias de escala, sendo estas últimas áreas geográficas individuais e únicas, correspondendo ao que, em Portugal, se adotou como 'unidades de paisagem' (Pinto-Correia *et al*., 2001).

O *Landscape Character Assessment* distingue, também, caraterísticas-chave (*key characteristics*) entendidas como combinações de elementos que contribuem para o caráter do lugar de determinada área (Swanwick & Land Use Consultants, 2002). Estas características podem ser "positivas" ou "negativas" e, em qualquer um dos casos, são tidas em conta para a compreensão do caráter da paisagem. Contudo, quando analisamos paisagens culturais, o objetivo é identificar as características que as qualificam e, deste modo, está implícito o seu valor 'positivo':

> *Key characteristics should therefore be the prime targets for monitoring change and for identifying landscape indicators. They usu-*

111 Tradução livre da autora: " A avaliação não é uma ferramenta desenhada para resistir a mudanças que podem ter influência na paisagem. É um auxiliar no processo de decisão, uma ferramenta para ajudar a perceber como é a paisagem atualmente, como ficou no que é, e como pode mudar no futuro." (Swanwick & Land Use Consultants, 2002, p. 3).



Source: Derived from LUC (1999) South Peninnes Landscape Character Assessment. For SCOSPA, Bradford.

Figura 4.2. *Landscape Character Types e Landscape Character Areas, segundo uma hierarquia de escalas.* *Nota.* **Em** Landscape Character Assessment Guidance for England and Scotland (p.12), **de** C. Swanwick and lands Use Consultants, 2002, The Contryside Agency and Scottish Natural Heritage.

ally encompass the interaction of landform, land cover, semi-natural vegetation, field pattern, aspects of settlement and aesthetic characteristics like open skies, long views, or a strong sense of enclosure.[112] (Swanwick & Land Use Consultants, 2002, p. 45)

112 Tradução livre da autora: " As características-chave devem ser o alvo principal para monitorizar a mudança e para identificar indicadores da paisagem. Englobam, usualmente, a interação entre o relevo, a cobertura do solo, vegetação seminatural, padrões de uso do solo, aspetos de aglomerados populacionais e características estéticas como céu aberto, vistas profundas ou um forte sentido de clausura." (Swanwick & Land Use Consultants, 2002, p. 45)

Esta abordagem explora o caráter da paisagem, embora sem qualquer intenção de destacar qualidades e valores, aproximando-se deste modo do que vem descrito na Convenção Europeia da Paisagem.

A caracterização da paisagem, segundo a abordagem do LCA, processa-se essencialmente nos quatro primeiros passos de um processo que envolve trabalho de campo e pesquisa documental, tal como é ilustrado no diagrama da página ao lado (figura 4.3).

A abordagem do LCA tem sido testada ao longo dos anos, tendo sido desenvolvidos mais métodos e técnicas que auxiliam o processo já bem estabelecido (Tudor, 2014). Neste último aspeto, o *Natural England*[113], com base no *Landscape Character Assessment*, já diferencia as associações culturais da paisagem (arte, literatura, eventos, mitos, folclore, etc.), na fase de pesquisa documental, sendo visível que as questões imateriais são determinantes no caráter da paisagem, acompanhando o entendimento deste facto, ao longo do tempo.

4.1.5 Comparação crítica entre abordagens

Em todas as abordagens analisadas, a caracterização é entendida como um passo fundamental a partir do qual é possível fazer a leitura e interpretação de uma determinada paisagem. Inclui a identificação de elementos específicos que existem na paisagem e que, no seu conjunto, lhe conferem um determinado carácter. De um modo geral, esta identificação é possível através uma sequência de passos, que se iniciam com pesquisa documental e trabalho de campo.

As terminologias associadas à caracterização, não são coincidentes, dificultando a comparação das diferentes abordagens. O termo *feature*, não tem uma tradução direta em português, entendendo-se que representa um elemento ou uma

113 Consultor governamental em Inglaterra para o *Department for Environment, Food & Rural Affairs.*

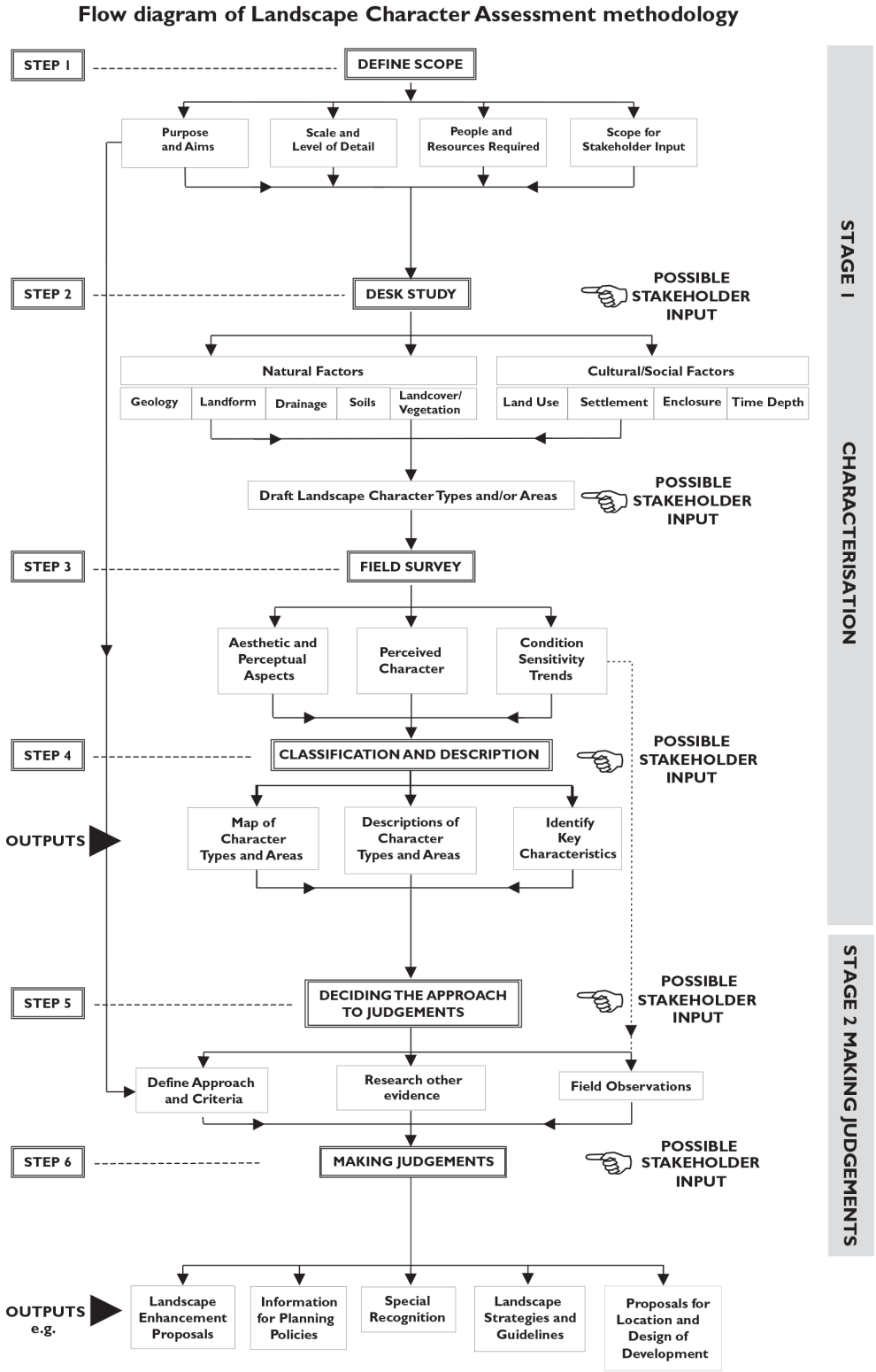


Figura 4.3. *Diagrama de análise e metodologia do Landscape Character Assessment.*

Nota. **Em** Landscape Character Assessment Guidance for England and Scotland (p.13), **de** C. Swanwick and lands Use Consultants, 2002, The Contryside Agency and Scottish Natural Heritage.

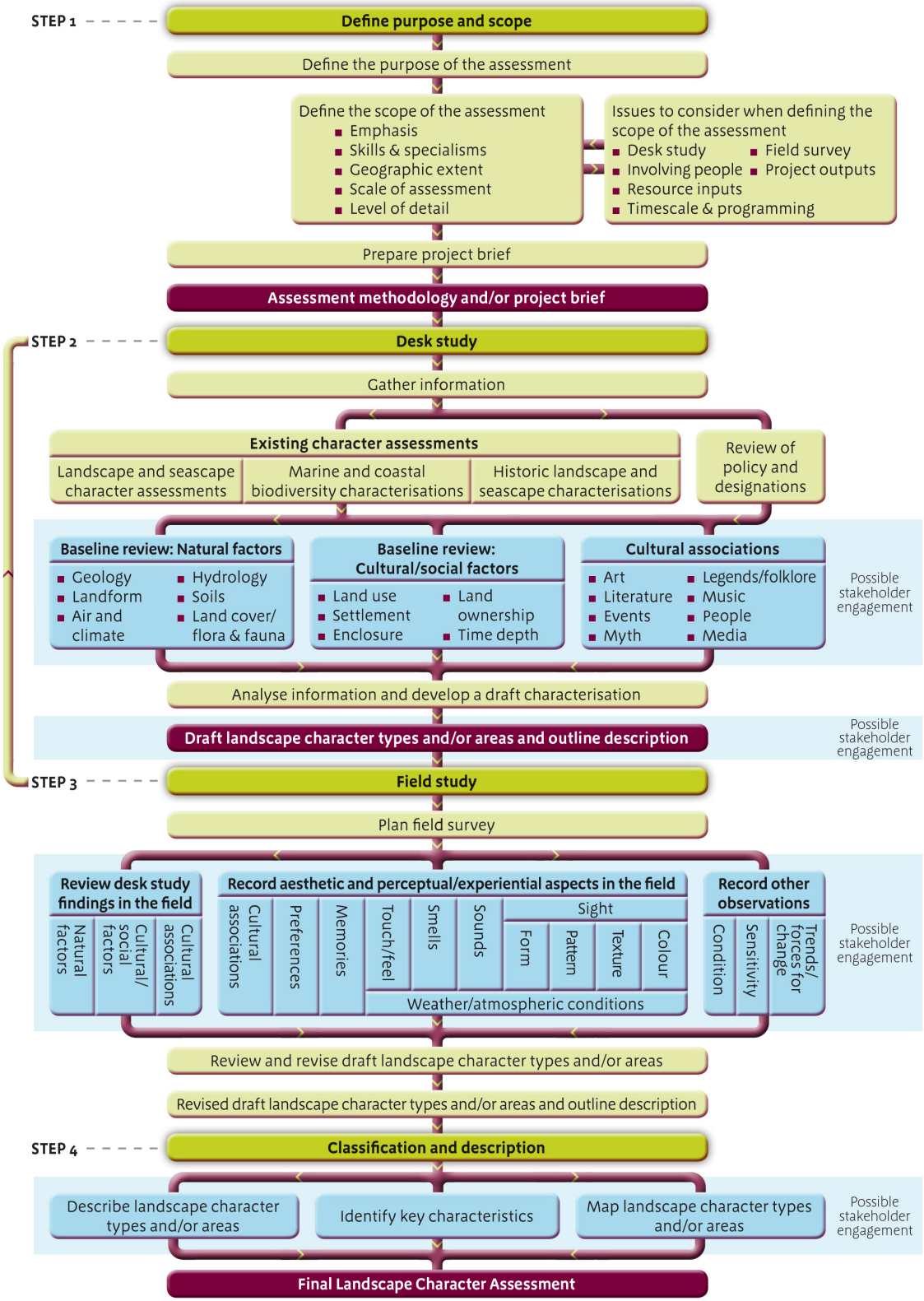


Figura 4.4. *O processo do Landscape Character Assessment, adaptado pelo Natural England.*

Nota. **Em** An Approach to Landscape Character Assessment (p.15), **de** C. Tudor, 2014, Natural England.

componente da paisagem particular e distintiva. A aplicação de características, elementos e atributos representam por vezes a designação de um mesmo elemento. Repara-se que a nível da abordagem do ICOMOS-IFLA, o termo atributo tanto é referente a qualidades de elementos (como o seu uso para a descrição de autenticidade), como é aplicado a elementos da paisagem que conferem significado patrimonial. Esta interpretação de atributos é partilhada pelo Património Mundial, sendo descritos atributos de identidade tanto como elementos tangíveis como intangíveis[114].

Verifica-se que algumas abordagens identificam uma lista de características mais comuns em paisagens culturais, permitindo auxiliar o processo de identificação dos elementos particulares e distintivos. Isolados ou dispostos em conjuntos, os elementos estão interligados e interdependentes, em sistemas. É neste ponto que, tal como Ilídio de Araújo nos descreve a paisagem humanizada, os elementos, bióticos e abióticos, podem ser entendidos, organizados em sistemas naturais ou artificiais, e tendo como intuito a produção de bens ou serviços (Araújo,

114 Em 2020 foi realizado em Fukuoka, Japão, um workshop de peritos de património em contexto urbano (baseado no *Historic Urban Landscape Reccommendation* (2011), focando bens do *World Heritage List*. Foram identificados vários atributos que sustentam a identidade do património urbano, sendo eles: WIDER CONTEXT: skylines; valleys; hills; natural features; interaction with the environment; hydrology; topography; views and vistas; spatial patterns; orientation (e.g. to seaside, mountains, river fronts); origin of city plan. URBAN ELEMENTS: axes; city walls; streetscapes; street sections; festival routes; markets; architectural identities; historical layers; public spaces; distribution of open spaces; vistas and views; panorama view; stairways; street furniture; urban water systems and water elements (fountains, ground tanks, canals, cisterns, ghat); materials and building techniques; ground paving textures; height; density; land-use pattern; spatial organisation; plot size and proportion; street patterns (width); economic activities; social inclusion; local communities and social groups; migrant communities; rhythm- the marking of time; interface; active streets; circulation patterns; sounds; smells; public/ private interface; activities; street vendors/ cafes; flora and fauna; spiritual dimension; industrial dimension; building crafts; infrastructure. MONUMENTS/ BUILDINGS: scale; materials; building techniques; form; plot setbacks; colour; textures; craftsmanship; design qualities/ ornamentation; height (already in operational guidelines); relationship to green; volume; relationship of build and open spaces. ELEMENTS OF INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE: festivals; dance; music; markets; community congregation; sense of ownership; spatial practices; social mix; cultural diversity o; spirit of place. (Agency for Cultural Affairs, Japan et al., 2020, p. 13)

2022). São compreendidos como integrantes de sistemas que constituem a paisagem (sistemas rodoviários, portuários, agrícolas, silvícolas, etc.), mas que em paisagens culturais, denotam qualidade e conhecimento e representam valores tangíveis e intangíveis, constituindo um legado para as comunidades locais e para a sociedade em geral.

Os elementos ou componentes específicas, de forma isolada ou em conjunto, contribuem para o significado cultural da paisagem. Esta ideia é partilhada nas abordagens analisadas, embora com designações diferentes como 'características-chave' (*key characteristics)*, 'elementos da paisagem' (*landscape features)*, que podem variar entre elementos que se destacam (como um grupo de árvores, uma montanha, uma torre de igreja, entre muitos outros) ou elementos que possam parecer 'modestos', mas que contribuem para a o seu significado cultural.
Sugere-se na presente tese, que os seguintes termos referentes a paisagens culturais sejam entendidos como:

a) Características: categorias onde se agrupam elementos individuais (ou em grupo) e componentes que têm um contributo particular para o caráter distintivo da paisagem;
b) Elementos: componentes individuais da paisagem, naturais ou construídas, que podem assumir destaque e ser distintivas numa dada paisagem.
c) Componentes: processos ou elementos cuja conjugação ou interação serve uma dada composição de algo funcional, estrutural ou representativo da paisagem.
d) Atributos: qualidades inerentes de elementos e componentes. Descrevem desde a sua forma e conceção, materiais e substâncias, usos e funções, raridade, fragilidade, resiliência ou mesmo aspetos intangíveis como espírito e sentimento. Os atributos podem descrever igualmente características de bens naturais, relacionam-se com a relevância visual ou estética, a escala da extensão dos elementos físicos ou *habitats* naturais, a integridade dos

> processos físicos ou ecológicos, a naturalidade e integridade dos sistemas naturais, a viabilidade de populações de espécies raras e a raridade (UNESCO Brasil & IPHAN, 2013).

É, de facto, evidente que a elaboração de uma listagem das características mais comuns, potencialmente identificáveis numa dada paisagem cultural, otimiza uma sistematização geral. Serve de guia para a leitura da paisagem, também evidenciada na abordagem do *Landscape Character Assessment*. As características mais comuns podem ser entendidas como categorias onde se reúnem uma série de elementos ou componentes. A explicitação do significado cultural, bem patente como um dos passos na abordagem do NPS-EUA e da Austrália, tem por objetivo descrever o carácter da Paisagem Cultural e do seu contexto histórico. Tanto as características físicas como não físicas estão presentes nas abordagens, sendo, no entanto, destacado na *checklist* do IFLA *Cultural Landscape Committee* a documentação, análise e integração de valores imateriais da Paisagem Cultural.

Será também de salientar que o uso de temas históricos[115] pode ser útil para enquadrar paisagens culturais dentro de um panorama nacional ou internacional, quando referente à história de processos culturais, atividades ou acontecimentos, sendo esta análise mencionada tanto nas abordagens australianas como pelo ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes*.

Neste sentido, as abordagens analisadas apresentam listas orientadoras de características mais comuns (termo adotado na tese) que potencialmente existem em paisagens culturais (ver tabela 3). Algumas das características são indicadas em todas as abordagens embora com designações nem sempre coincidentes.

115 Entendidos como atividades e/ou processos com importância no desenvolvimento, cultura e identidade de determinado lugar (Victorian Government, 2009) – esta informação deve estar presente no ponto em que analisou o caso australiano.

Tabela 3. *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização de paisagens. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020.

IFLA *Cultural Landscapes Committee* (IFLA CLC, www.iflaclc.org, 2008)	**National Park Service, EUA** (Page *et al,* 1998; Page 2009)	**Cultural Heritage Working Group of the Australian Alps Liaison Committee** (Lennon & Mathews, 1996)	**Landscape Character Assessment, UK** (Swanwick & Land Use Consultants, 2002)
Character-defining features checklist	***13 Landscape Characteristics***	**Features & Characteristics**	**Key Characteristics**
Land Uses, Patterns, Clusters	Land Use	Landuses	Land use
Vegetation	Vegetation	Vegetation Characteristics	Land cover/vegetation
Water Features, Natural and Constructed	Constructed Water Features	Water bodies	River and Drainage systems
Visual Relationships	Views and Vistas	Vistas, vantage points and landmarks	Aesthetic and Perceptual Aspects
Circulation Systems	Circulation	Circulation	
Spatial Organization	Spatial Organization	General patterns in the landscape	Settlement pattern
		Divisions within the landscape	Patterns of field enclosure
		Networks	
Topography, Surface Drainage	Topography		Landform
Natural Systems	Natural Systems and Features		Geology
			Soils
Non-Habitable Landscape Structures and Buildings	Small-Scale Features	Building materials and construction techniques	
Spatial Character of Habitable Structures	Buildings and Structures	Clusters of Structures	
	Cluster Arrangement		
Place of memory of past events	Archeological Sites	Imprints of past	Time depth
Place of traditional practices	Cultural Traditions		
Gathering place for native plants			
Gathering place for craft materials			
Traditional place for experience at a special time of year			
Vocabulary of Site Furnishings and Objects			
Location for festivals			
Setting for traditional music, dance, performance			
Route of pilgrimage			
Setting for worship			

É o caso da topografia, da vegetação, dos sistemas de água, dos usos do solo, dos padrões espaciais, das vistas e de questões estéticas. Outras características mencionadas nas abordagens do *National Park Service,* EUA e nas australianas, seguindo também a *checklist* do IFLA *Cultural Landscape Committee*, englobam os sistemas de circulação, os edifícios e estruturas. A componente intangível é também referida, embora na abordagem do *National Park Service* seja remetida para práticas que influenciaram estruturas e formas de uso do solo. A abordagem do *Australian Heritage Comission* e as indicações dos comités de paisagens culturais (tanto da IFLA como do *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA), destacam e exemplificam formas de descrever os valores intangíveis pelas associações simbólicas, espirituais, religiosas e, também, pelas práticas culturais associadas a lugares ou a elementos naturais, como locais de celebrações pontuais, de veneração de elementos naturais ou mesmo de recolha de plantas nativas, entre outros.

É interessante verificar que, através da categorização da Paisagem Cultural – paisagens intencionalmente desenhadas, paisagens evolutivas e paisagens associativas (UNESCO, 1992) – e tal como apresentado pelas abordagens do *Australia Heritage Commission* e do ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* - é possível reunir um conjunto de características específicas, próprias de cada categoria de paisagem. A análise por categoria torna-se, por isso, um método mais específico (ver tabela 4).

As paisagens culturais resultam da manifestação de um conjunto de elementos cujas relações, dinâmicas, funções, expressam significado cultural. A análise individual de características naturais, feita separadamente da análise das características sociais/culturais, não conduz a uma interpretação da Paisagem Cultural. O elencar elementos distintivos e componentes da paisagem, por si só, não é suficiente para determinar o que

Tabela 4. *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização para categorias específicas de paisagens culturais. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020.

ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee* (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)	**Australian Heritage Comission** (Australian Heritage Comission, 2000)
Potential attributes of Designed Landscape	***Indicative Checklist for Designed Landscapes***
Designed stylistic layout of features.	Characteristics of design style and later styles
	Expressions of the design style
Use of natural features such as topography and water systems.	Relationship to natural features
An array of features such as pathways, paving, circulation routes, tree plantings, garden beds, water features, walls, statuary demonstrating a design style relevant to the period of construction or later periods relating to extensions or changes.	Features relating to the place (plantings, hard landscaping, fabric, views, vistas, statues, garden beds, water features, lighting etc)
Views and vistas set from the landscapes and within the landscape, terminal features of vistas, patterns and textures and skylines of views and vistas	
Particular choices of plant material.	Exotic or introduced plants
Demonstrated skills in traditional or period landscaping techniques such as horticulture, pruning, grafting, topiary and irrigation systems.	Architects, engineers, planners, landscape architects, nursery men etc. involved
	Integrity of features of the place related to type
	Expressions of class and ethnicity
	Associated historical events
	Associated history
	Literature influences
	Design influences
	Symbolism behind the design
	Interpretation and exploration of the symbolism
	Community use
	Boundary demarcation

Tabela 4. (continuação) *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização para categorias específicas de paisagens culturais. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020.

ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee* (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)	**Australian Heritage Comission** (Australian Heritage Comission, 2000)
Potential attributes of an Organically evolved Cultural Landscape	***Indicative Checklist for Evolved Landscapes***
Layout pattern of natural and built features and their relationships	Patterns of spatial organisation
Land use continuity, to include agricultural uses, for example, seasonal grazing systems.	Land uses and activities
	Associated history of the landscape economy and its development
Use of natural landscape systems for protection, drainage, soils, water supply, material resources such as timber and stone.	Responses to the natural environment
Use of natural vegetation for food and protection.	Vegetation and landform related to landuse
An array of features such as roads, tracks or pathways, structures relating to the land-use activity, tree plantings for particular uses, boundary demarcations and fences, water systems, housing for workers on the property.	Buildings, structures, objects
	Circulation networks
	Boundary demarcations
	Gardens, windbreaks
Demonstrated skills in traditional or period land management such as vernacular architecture, horticulture, pruning, grafting, installation of irrigation systems and sustainability practices.	The range of skills expressed in the landscape
	New techniques expressed in the landscape
	Cultural traditions - vernacular architecture, engineering works
Conservation of natural biota, wildlife and land features.	Comparative richness of site - types or unusual mix of site types
	Degree of modification
Extant ruins and/or known below-ground archaeological features.	Archaeological potential, research potential
	Coherent clusters or thematic layers
	Association with important people
	Associated comunity development
	Clarity of the expression

Tabela 4. (continuação) *Tabela comparativa entre abordagens de caracterização para categorias específicas de paisagens culturais. Nota.* Elaborado pela Autora, 2020.

ICOMOS-IFLA *Cultural Landscapes Committee* (O'Donnell & Ramsay (coord.), 2018)	**Australian Heritage Comission** (Australian Heritage Comission, 2000)
Potential attributes of an Associative Cultural Landscape	***Indicative Checklist forAssociative Landscapes***
A landscape feature such as a mountain, river, waterfall, rock formation, forest.	Features associated with the meanings
	Important stories associated with the place or features within it
Shrines, temples, or statues associated with the landscape.	Features associated with the stories
	Evocations of the landscape
Tracks or pilgrimage routes to the place where traditional practices are undertaken.	
Viewpoints valued by people for experiencing the aesthetic beauty of a landscape or feature.	Social, aesthetic symbolic or other meanings of the place
Community traditions or activities such as ceremonies or events that safeguard the traditional, spiritual or religious practice.	Events associated with the place
	Stories that relate to community or group endurance, bravery, comandeship, resistance, tension and conflict associated with the place
	Individuals associated with the event
	Important individuals associated with the place
	Influence of the event on the region or country
	Non-tangible events associated with the landscape eg. 'haunted'
	Fictional ascription to the place

distingue e confere significado cultural a determinada paisagem. Deste modo é necessário analisar a Paisagem Cultural enquanto sistema de relações funcionais, espaciais, visuais, entre espaços e elementos, integrando o natural e o cultural, assim como, o tangível e o intangível: "*Landscape description needs interpretive characterisation rather than recording data*."[116] (Rosina & Sca-

116 Tradução livre da autora: "A descrição da paisagem necessita de uma caracterização interpretativa ao invés de um elenco de dados." (Rosina & Scazzosi, 2017, p. 28).

zzosi, 2017, p. 28). Como tal, o significado da paisagem pode ser perdido quando elementos ou componentes importantes da Paisagem Cultural são removidos (Birnbaum, 1996). Uma análise integrada permite reforçar a ideia de que a análise isolada de componentes naturais, que auxiliam a identificação do caráter da paisagem, como a geologia ou os solos, não integra relações que são necessárias para caracterizar paisagens culturais, sendo necessário analisá-las enquanto sistemas naturais e socioculturais.

A partir da análise efetuada anteriormente, existem deste modo relações prováveis de descreverem paisagens culturais que, entre outras, representam:

- Padrões de usos do solo - Formas espaciais que demostram conhecimento de técnicas na agricultura, silvicultura, pastorícia, horticultura, jardinagem, como por exemplo: socalcos para plantações de culturas, compartimentação de campos agrícolas, áreas de plantações florestais, áreas de mata, canteiros de plantas ornamentais, etc.;

- **Organização espacial e funcional de elementos** - Disposição e distribuição de elementos (visíveis ou ao nível do subsolo), que expressam significados e simbolismos, representam influências e estilos ou têm funções relacionadas com atividades específicas, como por exemplo: a organização de plantações para sebes, alamedas e canteiros de plantas, a integração de elementos de água para rega ou para obtenção de efeitos ornamentais, a disposição e função de elementos construídos como edifícios e estruturas, terreiros, eiras, etc.;

- Sistemas de circulação - Rede de elementos e configurações que estabelecem circuitos de comunicação/movimentação de pessoas e bens, como por exemplo: caminhos e passeios de

jardins e parques, trilhos rurais e florestais, estradas, canais e sistemas de água, rotas mercantis e religiosas, etc.;

- Sistemas naturais - Elementos e processos de sistemas naturais e seu uso com finalidades de proteção, integração, irrigação, recolha de alimentos e matérias primas, como por exemplo: uso de árvores, grutas ou lapas como abrigos; gestão de cheias para melhorar a fertilidade de solos; exploração e extração de recursos naturais e matérias primas como pedra, madeira, alimentos; leitura e compreensão dos ciclos naturais para gestão das práticas pecuárias, agrícolas e silvícolas, etc.);

- Uso da fisiografia e recursos naturais associados - Aproveitamento das características físicas da superfície terrestre, que, pela sua forma, natureza, altimetria, declive, exposição ou outro aspeto natural, permite ter funções de defesa ou sobrevivência (como fortes, castelos); construir formas de transporte ou condução de bens (como funiculares) sistemas subterrâneos (minas), terrestres (canais) e aéreos (aquedutos) de condução de água; sistemas de extração de minério, etc.); criar energia (como azenhas e moinhos de água, moinhos de vento), etc.;

- Beleza associada a sistemas naturais ou construídos - Vistas e panoramas que incluem elementos naturais ou construídos, como por exemplo: montanhas, clareiras a céu aberto, horizontes longínquos, padrões cromáticos, texturas e formas do terreno e vegetação, elementos de água, perspetivas e enquadramentos para elementos construídos, etc.;

- Associações tangíveis e intangíveis a elementos naturais e/ou construídos - Lugares ou elementos que evocam significados, simbolismos, representem influências ou estão associados a pessoas, personagens, usos comunitários, histórias e eventos históricos, memórias e inspirações. Podem ser exemplos: luga-

res dedicados a cerimónias relacionadas com elementos ou sistemas naturais como montanhas, vulcões, rios, florestas, o sol, a lua, a chuva, assumidas pela sociedade ou por comunidades locais; lugares associados a à dimensão religiosa (santuários, caminhos de peregrinação e processionais); lugares associados a ocupações humanas em períodos remotos (sítios arqueológicos); lugares de práticas culturais como a recolha de plantas para fins alimentares e medicinais; lugares associados a acontecimentos (como batalhas), a obras de literatura, a personagens, ao teatro e cinema; lugares associados a estilos e influências arquitetónicas e de desenho de jardins, etc.

A comparação apresentada na tabela 3 permite concluir há características comuns nas 4 abordagens analisadas (embora com designações diferentes) e que a abordagem do IFLA CLC especifica mais os valores intangíveis. Desta forma, será possível sistematizar uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, com uma terminologia selecionada e com base nos fundamentos analisados anteriormente, conforme será apresentada no ponto seguinte.

As características mais comuns auxiliam, sistematizam e permitem organizar os dados a recolher sobre determinada paisagem. Estes dados, que integram elementos individuais e componentes, devem ser interpretados de forma a descrever as relações que caracterizam determinada Paisagem Cultural. É desta forma que se consegue a caracterização interpretativa da paisagem, descrevendo-a enquanto sistema de relações que expressam de forma integrada valores tangíveis e intangíveis.

4.1.6 Proposta para uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais

No ponto 4.1.5, explanou-se a utilidade de uma lista orientadora de características mais comuns em paisagens culturais, no processo de análise da paisagem. Com base nos fundamentos teóricos já referidos e pela comparação já realizada entre abordagens internacionais, propõe-se, uma *checklist* para aplicação em paisagens culturais, reunindo e selecionando características sugeridas nessas abordagens. Deste modo, são propostas onze características principais e sua descrição, a ver:

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS

1. FISIOGRAFIA

Descrição de formas topográficas ou de outros elementos da fisiografia, relevante para a identidade do lugar, tendo influenciado no desenvolvimento e forma da paisagem cultural. Estas formas podem ser naturais ou fruto de construções humanas. Podem estar associados a funções específicas, proporcionar interesse visual ou estar associadas a significados atribuídos por uma comunidade.

Ex.: Montanhas, Serras; Vales e Rios; Planícies e Planaltos; Formações geomorfológicas de destaque, etc.

2. COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS

Composição e organização tridimensional de formas físicas e associações visuais que definem lugares. Descrevem padrões físicos, composição de elementos como a localização de edifícios, estruturas, espaços, respondendo a questões funcionais, estéticas ou simbólicas.

Ex.: Aglomerados residenciais; Conjunto de estruturas associadas a atividades agrícolas, industriais, religiosas; Campos e delimitações agrícolas, Sítios arqueológicos; Jardins, Parques , etc.

3. USO DO SOLO

Organização, forma e ocupação do solo resultado de atividades humanas que moldaram a paisagem para a produção de bens e serviços ou para a extração de matérias primas.

Ex.: Culturas agrícolas e silvícolas, pastagens; florestas; pedreiras, áreas de caça, etc.

4. FLORA, VEGETAÇÃO E FAUNA

Espécies, espécimes ou comunidades vegetais com relevância pela sua associação histórica, espiritual, valor enquanto reserva genética, qualidades funcionais, medicinais ou ornamentais. Enquanto sistemas naturais, destacam-se no desenvolvimento e forma da paisagem cultural.

Ex. Habitats, corredores verdes, galerias ripícolas, matas, florestas, sebes, alamedas, árvores notáveis. Atividades humanas relativas à exploração pecuária ou conservação de raças e espécies protegidas.

5. ELEMENTOS E SISTEMAS DE ÁGUA

Relevante enquanto sistemas ou elementos funcionais, de recreio ou estéticos. Integrados em sistemas hidrológicos naturais ou construídos, com estruturas de captação, condução, armazenamento ou mesmo ornamental.

Ex.: Lagos, fontes, tanques, caleiras, repuxos, rios, ribeiras, etc.

6. CIRCULAÇÃO

Podem ocorrer de forma isolada ou integrar redes ou sistemas. Podem ser relevantes pela sua função, alinhamento, materiais construtivos, composição, infraestruturas associadas.

Ex.: Estradas, Linhas ferroviárias, Caminhos pedonais e/ou passagem de gado; Rotas mercantis, Canais de navegação, etc.

7. ELEMENTOS CONSTRUÍDOS HABITÁVEIS

Estruturas habitáveis relacionadas com determinada atividade, associação, relevantes de forma individual ou grupo, função, disposição, materiais, localização.

Ex.: Elementos de grande escala - palácios, castelos, igrejas, capelas, adegas, lagares. Elementos de pequena escala - abrigos, casas de fresco (jardins), etc.

8. ELEMENTOS CONSTRUÍDOS NÃO HABITÁVEIS

Estruturas não habitáveis relacionadas com determinada atividade, associação, relevantes de forma individual ou grupo, função, disposição, materiais, localização.

Ex.: Elementos de grande escala - miradouros, mirantes, pontes. Elementos de pequena escala - marcos orientação, esculturas, estatuária, bancos de jardim, etc.

9. VISTAS E ENQUADRAMENTOS VISUAIS

Destaque ou enquadramento visual resultante de uma composição ou elemento natural ou construído, associados a efeitos estéticos. Enquadramentos visuais com funções de orientação, simbolismos e significados para diferentes grupos de pessoas.

Ex.: Pontos de vista, perspetivas de e para a paisagem, com enquadramentos de vegetação, céu, água. Elementos de destaque '*eye catcher*'; Torres de vigia, Miradouros, etc.

10. LUGARES DE CULTO, MEMORIAIS, PRÁTICAS TRADICIONAIS OU DE EVENTOS PASSADOS

Lugares com associações simbólicas, espirituais, crenças religiosas, eventos marcantes ou especiais na história da paisagem ou da comunidade/sociedade. Lugares associados a práticas de dança, música, festas religiosas ou outras celebrações. Materializam-se em panoramas, recintos construídos, ou lugares naturais com ou sem delimitações marcada.

Ex.: Lugares de inspiração para obras de literatura e ficção, lugares de batalhas históricas, sítios arqueológicos, etc.

11. LUGARES DE RECOLHA DE MATERIAIS E PLANTAS NATIVAS

Lugares que refletem costumes, preferências e conhecimentos locais de indivíduos ou comunidades. Contribuem como fonte de matéria prima para produtos secundários.

Ex.: Áreas geralmente sem delimitações construídas, zonas de bosque, matas, florestas, etc.

A *checklist* poderá ser particularmente útil na perceção de falhas de conhecimento (necessidade de recolha de mais dados). Poderá também concluir-se que não existem elementos nem componentes que respondam a determinada característica na lista, dado que cada Paisagem Cultural é única, sendo esta lista apenas orientadora e representativa, não vinculativa. Por outro lado, determinado elemento ou componente pode incluir-se numa ou mais das características elencadas na *checklist*, descrevendo várias características da paisagem.

Para além de sistematização, este enquadramento pode assumir um papel de "crivo", de entre toda a informação recolhida, para uma seleção de elementos e componentes reveladores da identidade de determinada paisagem cultural.

Da análise do ponto 4.1, verificou-se que entidades como o ICOMOS-IFLA *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* e o *Australia Heritage Commission*, baseando-se na categorização de paisagens culturais do Património Mundial da UNESCO, apresentam um conjunto de características comuns que podem ser espectáveis encontrar em cada categoria, sendo assim uma lista mais específica.

Estas listas orientadoras podem também ser métodos úteis quando se tem como objetivo identificar uma possível categoria e tipologia de paisagem cultural. As características mais comuns e específicas para as categorias de paisagens intencionalmen-

te desenhadas, paisagens evolutivas e paisagens associativas[117], podem ser elencadas conforme as seguintes listas, que reúnem e seleccionam a informação das abordagens analisadas:

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS INTENCIONALMENTE DESENHADAS

1. COMPOSIÇÃO ESPACIAL
2. VARIEDADE DE ELEMENTOS CONSTRUÍDOS RELACIONADOS COM UM DETERMINADO ESTILO OU PERIODO HISTÓRICO (caminhos, estatuária, elementos de água, plantações, mobiliário, muros, vedações, materiais construtivos)
3. RELAÇÃO COM ELEMENTOS NATURAIS (efeitos funcionais, estéticos, recreativos)
4. ESCOLHA DE VEGETAÇÃO NATURAL, PLANTAS INTRODUZIDAS E EXÓTICAS
5. VISTAS E ENQUADRAMENTOS VISUAIS
6. SIMBOLISMOS E SIGNIFICADOS EXPRESSOS NA COMPOSIÇÃO
7. DEMONSTRAÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS OU TÉCNICAS DE ESPECIALIDADES DA HORTICULTURA, JARDINAGEM, IRRIGAÇÃO
8. ASSOCIAÇÃO OU INFLUÊNCIA DE EVENTOS HISTÓRICOS, HISTÓRIAS, PESSOAS, PERSONAGENS, LITERATURA

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS EVOLUTIVAS (vivas e relíquias)

1. PADRÕES E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
2. VARIEDADE DE ELEMENTOS CONSTRUÍDOS RELACIONADOS COM UMA DETERMINADA ATIVIDADE PRODUTIVA (estradas, edificações, plantações para produção agrícola, compartimentação de campos, proteção, extração de matérias primas, produção industrial)

117 Categorias indicadas nas Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial (World Heritage Committee, 2021)

3. RELAÇÃO COM SISTEMAS NATURAIS (para proteção, transporte (uso da topografia), produção ou recolha de alimentos, extração de matérias primas)
4. ESCOLHA DE VEGETAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
5. DEMONSTRAÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS SUSTENTÁVEIS OU TÉCNICAS ESPECIALIZADAS (tanto nas atividades agrícolas, pastorícia, silvicultura, pecuária, horticultura, estruturas de arquitetura vernácula, sistemas de irrigação, etc.)
6. CONSERVAÇÃO DE BIODIVERSIDADE ANIMAL E VEGETAL
7. ASSOCIAÇÃO AO USO E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS
8. POTENCIAIS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS ASSOCIATIVAS

1. ASSOCIAÇÕES A ELEMENTOS NATURAIS (simbolismos e significados referentes a montanhas, rios, florestas, formações geológicas)
2. ELEMENTOS CONSTRUÍDOS COM EVOCAÇÕES NA PAISAGEM (igrejas, templos, estatuária com simbolismos ou significados religiosos ou espirituais)
3. LUGARES DE PRÁTICAS E TRADIÇÕES COMUNITÁRIAS (cerimónias, eventos, práticas espirituais, festas religiosas)
4. ROTAS DE PEREGRINAÇÃO (com destino aos lugares de práticas tradicionais)
5. PONTOS DE VISTA ASSOCIADOS À APRECIAÇÃO ESTÉTICA (da paisagem ou de um elemento em particular)
6. ASSOCIAÇÃO OU INFLUÊNCIA DE EVENTOS HISTÓRICOS, HISTÓRIAS, PESSOAS, PERSONAGENS, LITERATURA, CINEMA (ficção)

Estas *checklist*, mais específicas, podem ser aplicadas na análise, a nível da descrição do significado cultural, auxiliando a interpretação quando já estão reunidos e descritos os elementos, componentes, os processos e relações que se estabelecem, contribuindo para a identificação dos valores específicos reconhecidos numa determinada paisagem, e, ao mesmo tempo, indiciando uma categoria e tipologia de paisagem.

4.2 PROPOSTA DE ABORDAGEM E METODOLOGIA PARA A CARACTERIZAÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS

Os conceitos relacionados com paisagens culturais, abordados no ponto 3 e a comparação crítica entre abordagens práticas de caracterização de paisagens culturais, analisadas anteriormente (ponto 4.1), permitem sintetizar algumas premissas orientadoras para o desenvolvimento de uma abordagem de caracterização. Deste modo enunciam-se 5 premissas:

1. A Paisagem Cultural é construída, idealizada por uma pessoa, por grupos ou comunidades que estabeleceram uma ligação ideológica, histórica, económica, sociocultural e/ou espiritual com a paisagem. Deste modo, a participação das comunidades ou indivíduos na identificação e gestão dos elementos identitários de paisagens culturais é uma mais-valia para a perduração de valores, implicando uma conservação contínua da paisagem;
2. Cada paisagem cultural é única, detentora de elementos e componentes que a caracterizam, distinguem e qualificam. Embora seja possível identificar características mais comuns entre paisagens culturais, os seus elementos e componentes, assim como os atributos que os descrevem, não são extrapoláveis de uma paisagem para outra;
3. Os elementos e componentes que caracterizam determinada paisagem, identificam-se como elementos isolados, padrões espaciais, processos ou aspetos de natureza imaterial. Mas a descrição do caráter e identidade da paisagem cultural,

depende de uma caracterização interpretativa das relações que se estabelecem entre os elementos e componentes e de uma leitura integradora de natureza e cultura.

4. A mudança na Paisagem Cultural é uma constante. Diferentes acontecimentos ao longo da sua evolução, podem imprimir-lhe novos significados, usos, funções ou alterações das suas características físicas. Deste modo, o entendimento do seu significado cultural é variável, mediante novas informações, novas perceções, necessitando de uma reavaliação periódica.
5. A conservação da paisagem cultural tem por base uma caracterização prévia da mesma, identificando os elementos e componentes que traduzem o seu caráter e identidade, necessários para identificar linhas permanentes que orientam intervenções futuras, mantendo uma paisagem equilibrada, harmoniosa salvaguardando os valores que lhe são reconhecidos.

Pretende-se, deste modo, desenvolver uma abordagem de caracterização de paisagens culturais que envolve o estudo de dimensões tão complexas, tanto de processos naturais como das ações humana. Procura-se igualmente explorar uma metodologia para a aplicação prática da abordagem. Reconhecendo os critérios de rigor apresentados em métodos quantitativos, a investigação e construção de conhecimento para os objetivos propostos inclui o uso de técnicas de investigação qualitativas, adequadas às questões subjetivas inerentes ao objeto de estudo. Recorre-se à análise de dados descritivos e indutivos, comparações entre abordagens já testadas, focando no processo em detrimento do resultado. Deste modo, a abordagem de caracterização assenta nos pressupostos teóricos analisados no ponto 3 e na análise comparativa de abordagens existentes, já realizada no ponto 4, que permitiu propor uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais. A metodolo-

gia para aplicação da abordagem pretende descrever os passos para a operacionalidade da mesma.

4.2.1. Abordagem de caracterização de paisagens culturais

A caracterização da paisagem pode ser entendida como um processo de identificar áreas de caráter similar, descrevendo o seu caráter (Swanwick & Land Use Consultants, 2002). Esta interpretação é aplicada na abordagem do *Landscape Character Assessment - Guidance for England and Scotland. The Countryside Agency (2002)*, que procura identificar áreas e tipologias de paisagem pelo reconhecimento de um mesmo carácter. Na presente investigação, a caracterização da Paisagem Cultural, já mencionada no ponto anterior, é entendida como um procedimento para identificar e descrever o carácter e identidade de determinada paisagem, pela identificação, descrição e leitura interpretativa de relações das suas características.

A caracterização inclui um processo de análise detalhada de diferentes aspetos da paisagem - naturais, culturais, tangíveis e intangíveis - mas é pela análise das relações, visuais, espaciais, simbólicas, assim como ecológicas e funcionais, que se conseguirá descrever a paisagem cultural e as qualidades que a caracterizam e que lhe permitem ter significado cultural. A abordagem de caracterização proposta, para a paisagem cultural, pode seguir uma série de passos sequenciais que se descrevem mais à frente. A identificação dos elementos e componentes que caracterizam determinada paisagem, permitem descrever um conceito mais abrangente, o de identidade e caráter da paisagem. Considerou-se que a identidade da paisagem pode ser composta (ou decomposta) em três componentes (conforme ponto 3.1) que se relacionam entre si: significados e simbolismos; atividades e funções e as componentes físicas da paisagem. As três componentes de identidade, por si só, auxiliam a elencar dados e factos, no entanto, como tem vindo a ser

explicitado, é necessário na paisagem cultural uma caracterização interpretativa.

Na prática, é comum a divisão da paisagem em dois, separando os aspetos materiais e mentais, objetivos e subjetivos, ciência e arte, natureza e cultura. John Wylie (2007) denomina as 'tensões' da paisagem, mas como já analisado, fruto da evolução do conceito de paisagem ao longo dos tempos, a equação 'natureza + cultura = paisagem' foi dando lugar a um entendimento de relações, de processos contínuos em que a natureza molda a cultura e a cultura molda a natureza. Pensar nos processos naturais e culturais de forma independente levanta assim problemas não só teóricos como de aplicabilidade. Os processos culturais não são simples respostas a dadas condições naturais. Os vários elementos e componentes da paisagem relacionam-se, assumindo-se assim, que o valor deles não é absoluto nem resulta de um somatório de objetos, pontos ou linhas, ou seja, na paisagem cultural fazem parte de um sistema de múltiplas interações, que se pretende produtivo, funcional, representativo não só de estratificação física da paisagem, como da estratificação de memórias e conhecimentos.

É deste modo, de todo o interesse, analisar a paisagem cultural como um sistema de dinâmicas, socioecológicas, económicas ou mesmo espirituais. Entendendo-se aqui que a paisagem é um sistema que integra Homem e Ambiente, não como dois sistemas em separado, mas como componentes interativas de um sistema integrado, complexo e dinâmico, analisando-se as suas relações de forma bidirecional. Esta preocupação do estudo integrado de relações, não é uma novidade. Julian Steward (1955), antropólogo americano, já em 1955 lançava as ideias sobre mudanças culturais (processos internos, aculturação) e o conceito de ecologia cultural, posteriormente alvo de

várias reflexões[118]. Para mais, a perceção de valores e benefícios de serviços da paisagem, resultante de uma leitura integrada é referida em literatura sobre o tema (Carpenter et al., 2012; La Rosa et al., 2016; Millennium Ecosystem Assessment (Program), 2005), sendo, no entanto ainda vaga, a forma como é aplicada.

Propõe-se assim a identificação e descrição dos elementos e componentes definidores do caráter e identidade recorrendo a 3 grupos de análise da paisagem cultural que permitem descrever relações:

a) Evolução histórica da paisagem;
b) Dinâmicas socioecológicas e económicas;
c) Composição e configuração da paisagem.

Esta análise permitirá contextualizar, agrupar, sistematizar e relacionar os dados referentes de várias análises parcelares, tanto biofísicas como de vegetação e flora, históricas, sociais, entre outras necessárias no estudo da paisagem[119]. Estes grupos de análise permitem revelar as várias relações que se podem estabelecer entre partes do sistema (paisagem) e deste modo perceber quais os elementos e componentes que qualificam e distinguem a paisagem. A comparação crítica entre abordagens, efetuada no ponto 4.1.5, permitiu concluir que existem relações prováveis de descreverem paisagens culturais, as quais representam padrões de uso do solo, organizações espaciais e funcionais, sistemas de circulação, sistemas naturais, uso da fisiografia, a beleza associada a sistemas naturais ou construídos

118 A título de exemplo, os estudos do filósofo e ecologista Timothy Morton, questionam a dicotomia entre natureza e civilização, levantando várias questões sobre o que é intrínseco e extrínseco ao Homem: "*The environment is that which cannot be indicated directly. We could name it apophatically. It is not-in-the-foreground. It is the background, caught in a relationship with a foreground. As soon as we concentrate on it, it turns into the foreground.*" (Morton, 2007, p. 175).

119 O estudo da paisagem sugerido integra uma visão holística, baseia-se em métodos na área da arquitetura paisagista, recorrendo a abordagens paramétricas mais objetivas e a abordagens fenomenológicas para complementar a componente mais subjetiva, incluindo dados analíticos e de perceção do lugar.

e associações tangíveis e intangíveis a elementos naturais ou construídos. Deste modo, sintetizam-se estes grupos de análise de seguinte modo:

a) A **evolução histórica da paisagem** permite informar sobre eventos (naturais ou culturais), fatores, pessoas, práticas, expressões e estilos de composição, funções e usos passados e presentes que caracterizam a paisagem e que têm especial destaque na história da paisagem, ou mesmo, significado e importância a nível da história local, regional, nacional ou mundial. Pela análise da evolução histórica da paisagem, é também possível identificar cronologicamente, acontecimentos ou pessoas que tiveram impacto na trajetória evolutiva da paisagem, perceber como foi sendo conservada e gerida a paisagem e como tal, indiciar potenciais forças motrizes de mudança (processos e atores de mudança).
b) A **composição e configuração da paisagem** integra a análise de características tangíveis, que podem estar relacionadas com aspetos intangíveis. Relaciona-se a espacialidade de elementos e componentes, com a organização tridimensional das formas físicas, de sistemas ou elementos naturais ou construídos, criando espaços e padrões, por vezes com associações visuais ou intangíveis.
c) As **dinâmicas socioecológicas e económicas** descrevem processos e relações que o Homem estabelece, integra no seu modo de vida, nas suas perceções sobre o mundo, relativas a processos naturais, ecológicos, a elementos bióticos e abióticos e que resultam em elementos e componentes tangíveis, da paisagem ou descrevem associações. O fator economia contribui para a leitura interpretativa de formas e práticas expressas nas paisagens, tanto num jardim de origem mais erudita como em paisagens vernáculas, com sistemas tradicionais de uso do solo, por exemplo.

A utilização da *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, pode ser útil neste processo de caracterização, sendo um ponto essencial nas abordagens desenvolvidas pelo *National Park Service* (EUA). Recorrendo à *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, poder-se-á agora responder a cada uma das 11 características elencadas, concluir que há características que não representam a paisagem em estudo ou mesmo, identificar falhas de conhecimento que exigem mais recolha de dados.

Após a caracterização interpretativa da paisagem cultural os passos seguintes de síntese e diagnóstico poderão incluir desde uma avaliação do estado de conservação, identificação de forças motrizes de mudança atuais, quais as pressões e vulnerabilidades existentes, a atribuição de valor patrimonial, entre outras possíveis conclusões.

Apresenta-se na figura 4.5 um diagrama representativo da abordagem proposta, centrando na caracterização da paisagem cultural, objetivo de investigação proposto e no encadeamento com passos subsequentes.

Posteriormente à caracterização, poderão ser delineadas ações, estratégias e propostas de intervenção, que podem incluir desde a categorização da Paisagem Cultural em estudo, a sua inserção e descrição em inventários, medidas de proteção patrimonial, seleção de técnicas de intervenção física na paisagem, ou num âmbito mais abrangente, delinear planos de gestão da paisagem cultural.

Os passos seguintes à caracterização incluem o diagnóstico das condições existentes, da integridade e do grau de autenticidade evidenciado. A interpretação do significado cultural, é então possível após a caracterização. O significado cultural da paisagem é um conceito relativamente simples. Na prática o seu propósito pode ser considerado como um auxiliar para a identificação e avaliação dos elementos que fazem com que

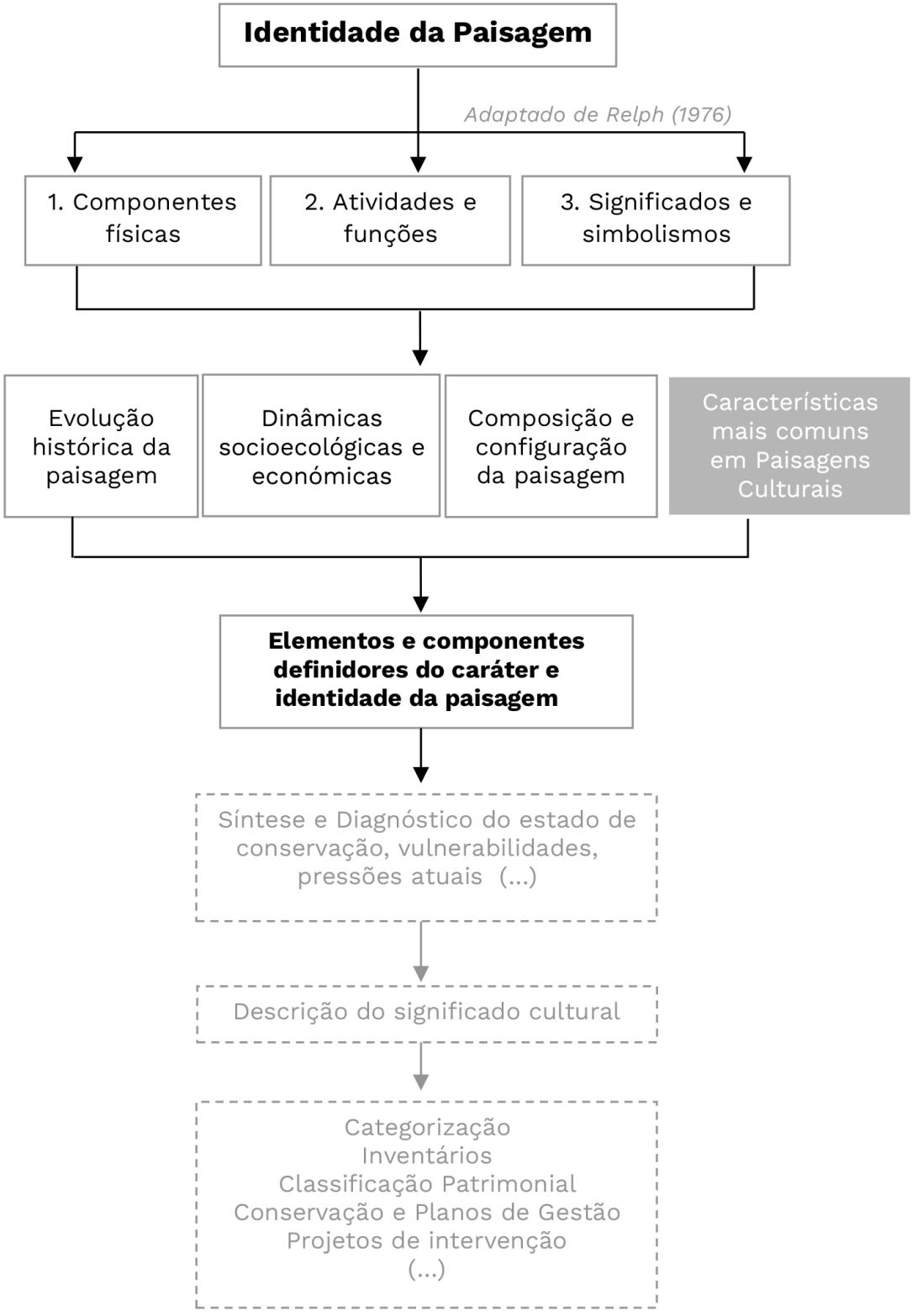


Figura 4.5. *Diagrama da proposta de abordagem de caracterização em paisagens culturais e passos subsequentes.*
Nota. Elaborado pela autora, 2019.

um lugar tenha valor para nós e para a sociedade (Kerr, 2013). A nossa capacidade de compreender o valor depende em parte da autenticidade da informação e da presença e legibilidade de elementos e processos que exprimem o significado cultural (tal como referido no ponto 3.3.3). Permite também que posteriormente sejam tomadas decisões e delineadas estratégias para a conservação da Paisagem Cultural.

4.2.2 Metodologia para a caracterização de paisagens culturais

A abordagem proposta no ponto anterior remete para uma caracterização interpretativa da paisagem cultural como forma de identificar e descrever os elementos e componentes que dão caráter e identidade à paisagem. Neste ponto, é agora analisada uma metodologia para a aplicação prática da abordagem, focando no processo e tendo em conta os passos metodológicos que as abordagens de caracterização analisadas no ponto 4.1 apresentam. Deste modo elencam-se 3 passos sequenciais de trabalho, descrevendo o objetivo de cada um. A metodologia descrita pode ser exemplificada segundo o fluxograma abaixo:

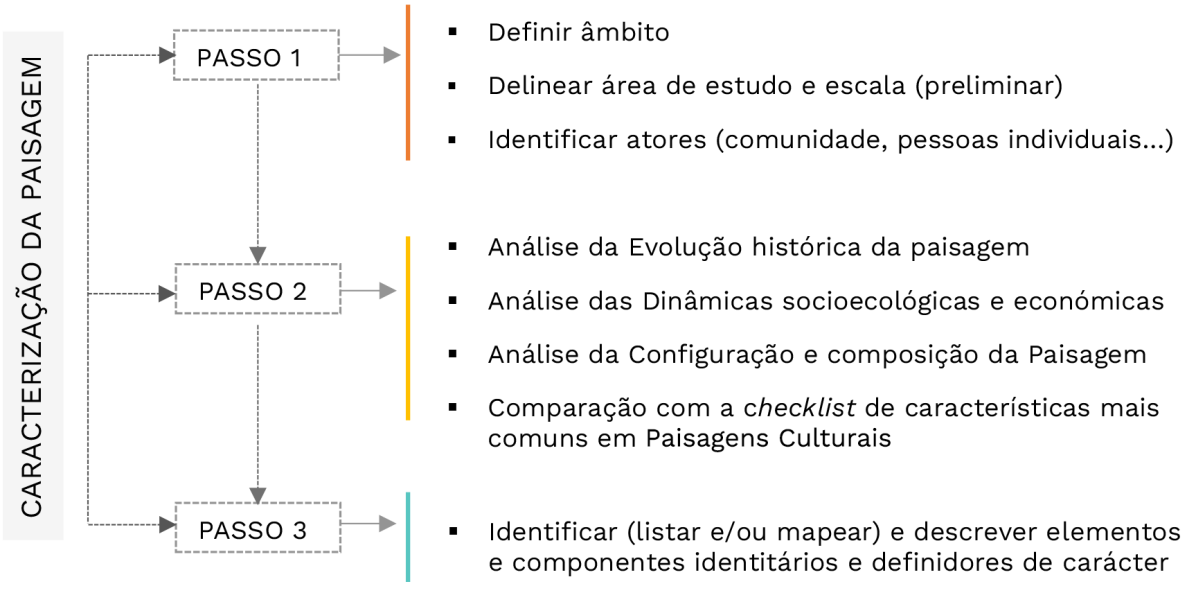


Figura 4.6. *Fluxograma da metodologia proposta para a caracterização de paisagens culturais.*
Nota. Elaborado pela autora, 2020.

PASSO 1: Âmbito, contextualização geográfica e identificação de atores.

Este primeiro passo, pretende descrever o âmbito do trabalho, identificar limitações e grau de profundidade que se irá ter em consideração, nas técnicas e métodos a utilizar e no formato do trabalho.

É realizada a definição preliminar da área e da escala de trabalho, recorrendo a métodos que permitam a sua localização e contextualização geográfica. A escala revela-se fundamental no processo de caracterização. Uma paisagem cultural pode incluir desde uma pequena área, de poucos hectares, a grandes regiões de quilómetros quadrados (Brown, 2010). Pode englobar lugares pontuais, ao longo de áreas mais extensas de forma a representar todos os elementos e componentes que permitam caracterizar e descrever o significado cultural da paisagem. A definição preliminar da área de estudo exige já uma pesquisa inicial e a formulação de uma hipótese de limite para descrever a paisagem em estudo (posteriormente ajustado). De notar que, tal como na definição de unidades de paisagem (Cancela d'Abreu et al., 2004), os limites sugerem uma transição progressiva, uma vez que raramente o caráter altera-se através de uma linha de mudança brusca, na paisagem.

Será assim necessário iniciar-se pela sua localização geográfica, podendo optar-se por selecionar limites entre: unidades administrativas; diferenças entre elementos topográficos naturais (vales, rios, linhas de cumeadas); elementos contruídos como muros, sebes, estradas, limites de áreas urbanas ou residenciais (Page, 2009).

Na análise de um sistema, e recordando o que já foi referido no ponto 3.2.3, para além da área, é necessário identificar os atores intervenientes na paisagem. Os potenciais atores da paisagem, representam aqueles que têm uma ligação social e histórica ao local (Brown, 2010). A identificação de indivíduos, grupos de pessoas, comunidades irá ter também um papel importante

em fases posteriores, em estratégias de conservação e gestão da paisagem. Para o processo de caracterização da Paisagem Cultural, identificar a comunidade passa por considerar principalmente os utilizadores do dia-a-dia (insiders) em oposição aos outsiders (Kizos et al., 2018), ou seja, os produtores, proprietários e membros da comunidade, trabalhadores e técnicos que efetivam a gestão da paisagem local[120]. A nível do *World Heritage Centre*, é também reconhecida a importância das comunidades na identificação dos valores da paisagem: "(...) *values-led approach has the benefit of not concentrating on fabric alone but on a broader set of values that are important not only to a group of heritage experts but to a variety of legitimate stakeholders*."[121] (UNESCO / ICCROM / ICOMOS / IUCN, 2013, p. 27).

PASSO 2: Recolha de dados, documentação e análise.

A recolha de dados é essencial no processo de caracterização. A revisão da literatura, a análise documental, o trabalho de campo (levantamentos de campo e experiência pessoal do lugar), assim como, a consulta da comunidade[122], fazem parte de um conjunto de técnicas ou métodos comuns para a caracterização da paisagem.

120 Outros atores integram o leque de pessoas com atuação na paisagem como: entidades governamentais, investigadores e académicos; media; grupos de interesses "especiais" tais como ambientalistas, caçadores, visitantes ou turistas, etc.

121 Tradução livre da autora: "(...) abordagens orientadas pelos valores têm a vantagem de não se concentrarem apenas nos elementos construídos, mas sim, num leque amplo de valores que são importantes não apenas para peritos sobre património, como para uma variedade de intervenientes na paisagem." (UNESCO / ICCROM / ICOMOS / IUCN, 2013, p. 27).

122 O conhecimento local pela participação pública deve ser incluído nos estudos de uma paisagem, mas em fases que os especialistas considerem uma mais-valia. Steinitz (2012), explica-nos claramente razões para tal: provavelmente não terão interesses além dos seus, nem tempo e energia para se dedicar a um processo que geralmente é longo e difícil, especialmente em áreas extensas que exigem processos complexos, tornando-se ineficiente. O conhecimento da comunidade é referente a eventos passados, a histórias e sentimentos individuais ou comunitários relativos a lugares (Brown, 2010), ou conhecimento adquirido pela experiência, que irão complementar os dados obtidos pela pesquisa documental e trabalho de campo. A participação no processo de análise pode ser realizada através de técnicas como discussão em grupo (focus group), workshops, conversas informais, inquéritos, questionários ou entrevistas.

As fontes de dados para o trabalho de pesquisa englobam desde:

- documentos escritos publicados e não publicados (publicações, jornais, revistas, catálogos, manuscritos, registos locais, registos municipais, estudos de vegetação e património, censos, relatórios de datações históricas, biografias de pessoas 'chave', entre outros);
- documentos gráficos (mapas, cartografia temática, planos, inventários, pinturas, desenhos, fotografias, filmes, vídeos, etc.);
- registos orais atuais ou passados (que podem estar documentados nos formatos anteriores, ou gravações áudio, especialmente relacionados com proprietários, famílias, trabalhadores, comunidade, da paisagem em estudo);
- dados de observação direta incluindo arqueologia da paisagem[123] e registos fotográficos (trabalho de campo).

Estas fontes de dados devem informar sobre aspetos tangíveis e intangíveis, fornecer dados para análises parciais sobre o clima, relevo, geologia e hidrologia, solos, flora e fauna, vistas notáveis, estruturas construídas, a ocupação do território e usos do solo, a evolução demográfica entre outros relevantes para a paisagem em estudo.

Devem ser incluídos dados que auxiliam na interpretação de usos e funções, significados e simbolismos referentes a: conhecimento e técnicas tradicionais, perspetiva das comunidades e associações locais, expressões artísticas existentes, tradições culturais, rituais, práticas e conceitos espirituais, outras características que contribuam para entender a identidade da paisagem cultural e o conjunto de valores tangíveis e intangíveis, sociais, culturais, ecológicos, espirituais entre outros. Neste sentido, é necessário envolver a comunidade para perceber o que a paisagem em estudo significa (Appleton, 1975; Brown,

123 Entendido na presente tese como "*the study of features visible on the surface*" (Rackham, 1986).

2010). Especialmente, para o caso de paisagens evolutivas ou associativas, sugerem-se duas questões para consulta da consulta da comunidade:

- Que lugares, elementos naturais ou construídos têm um significado especial?
- Que tipo de valor atribui a esses lugares ou elementos? (valor estético; económico; valor recreativo; valor para o bem-estar; valor didático; valor para diversidade biológica; valor espiritual; valor histórico; valor futuro; valor como subsistência; valor terapêutico; valor cultural; valor científico, entre outros).

Para a análise de dados e das relações que se estabelecem, os dados anteriormente recolhidos podem ser interpretados segundo os 3 grupos de análise da paisagem cultural (Evolução Histórica da Paisagem, Dinâmicas socioecológicas e económicas Composição e configuração da paisagem,).

A par desta interpretação, é neste passo, que o recurso à *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais potencia uma "filtragem" da informação, auxiliando a identificação de evidências físicas, processos, padrões, expressões dos aspetos tangíveis e intangíveis dos lugares, que caracterizam a Paisagem Cultural. Esta descrição deverá ser acompanhada por cartografia temática, planos, registos fotográficos, entre outros elementos gráficos que integrem a caracterização.

PASSO 3: Identificação e descrição dos elementos e componentes identitários e definidores de carácter

O passo anterior permite decifrar factos que geraram a distinção da paisagem e quais os elementos e componentes que a caracterizam e conferem qualidades à paisagem e, como tal, têm valores associados. Ao mesmo tempo, a análise da evolução histórica da paisagem irá permitir identificar períodos de significado histórico e cultural que lhes estão associados e também momentos ou forças motrizes que influenciaram a trajetória

evolutiva da paisagem (como referido no ponto 3.2.2) , importantes para uma análise do estado passado e atual da paisagem.

Nesta fase, descrevem-se os elementos e componentes, consolidam-se limites da área em estudo da paisagem que integrem todos os elementos e componentes considerados identitários e essenciais à compreensão e descrição do significado cultural da paisagem.

4.3 RECOMENDAÇÕES VISANDO A CONSERVAÇÃO DE PAISAGENS CULTURAIS

O processo de caracterização permite identificar quais as características e quais os elementos e components que qualificam e são diferenciadoras da paisagem. Mas tratando-se de uma entidade viva, que apresenta dinâmicas e múltiplas interações, a Paisagem Cultural exige, para a sua conservação, um processo contínuo de análise e avaliação dos seus elementos, componentes identitários, significado cultural e gestão de mudanças que ocorrem, conformando-se num constante procedimento adaptativo, reinventado.

A conservação da paisagem cultural não pressupõe manter o passado 'divorciado' do presente, criando descontinuidade com os processos e gerações presentes e futuras. Poulios (2014), sugere 3 princípios que devem reger abordagens sobre património vivo onde se incluem várias tipologias de paisagens culturais:

1) Reconhecer as comunidades locais como os tutores, a longo termo, dos seus lugares patrimoniais;
2) Envolver as comunidades nos processos conservação e gestão, beneficiando do seu conhecimento tradicional, sistemas de gestão e práticas de manutenção;
3) Associar conservação com desenvolvimento sustentável das comunidades, através de processos de gestão da mudança e fazendo com que o património seja re-

levante nas necessidades das comunidades contemporâneas.

Da análise efetuada no ponto 3.2.1 conclui-se que para operacionalizar a conservação é necessário delinear um plano de gestão que descreva medidas e ações na paisagem, ao longo do tempo, de forma a orientar as mudanças que ocorrrem, num sentido favorável à manutenção de elementos e componentes identitários de determinada paisagem, essenciais para o significado cultural da mesma.

Analisou-se, no ponto 3.2.3 a importância de gerir a mudança, originada por fenómenos naturais e por ações humanas, interligando as forças motrizes, os atores (intervenientes) e a mudança propriamente dita. A integridade (e autenticidade) de elementos e componentes identitários da paisagem benificiam de uma constante monitorização, reavaliação e adaptação de estratégias relativas à conservação da paisagem face às mudanças que ocorrem nos contextos físicos, sociais ou económicos, tal como proposto por Nora Mitchel (2008) no seu enquadramento de avaliação e manutenção da autenticidade em paisagens culturais (como considerado no ponto 3.3.3).

A gestão das mudanças e a monitorização dos valores associados à paisagem são, desta forma, procedimentos inerentes à conservação das paisagens culturais.

A gestão da paisagem cultural depende não só de abordagens técnicas, mas do envolvimento da comunidade (reiterando a ideia de Poulios (2014), tal como no processo de caracterização da mesma. Melhorar a comunicação entre todos os atores da paisagem, permite o *empowerment* das comunidades e enriquece o processo de decisão e gestão continuada e adaptada às realidades. Este conceito é referente ao desenvolvimento comunitário, que pode ser entendido como ações e práticas participativas dos cidadãos, da aprendizagem social baseada na experiência, promovendo competências sociais e cognitivas (Baião 2010).

Claro é, que a participação pública deve ser pensada: como pode a comunidade ser envolvida e de que forma a informação recebida pode ser integrada na gestão da paisagem. Outra questão pertinente, referente à sociedade, é o grau de conhecimento sobre a paisagem. A valorização do património cultural passa pelo conhecimento sobre o mesmo. A paisagem, enquanto património cultural beneficia também da divulgação dos valores que lhes são reconhecidos explorando o poder comunicativo da paisagem (Nogué et al., 2009) na transmissão de saberes herdados e na consciencialização do estabelecimento de um equilíbrio entre valores, tanto de natureza económica, cultural, ecológica, social, recreativa ou mesmo espiritual.

Sublinhado no ponto 3.2.4, a monitorização é um procedimento que permite avaliar periodicamente os processos, elementos, dinâmicas que caracterizam a paisagem, conferindo dados para desenvolver avaliações sobre a evolução de determinado lugar: se a trajetória é adequada à conservação de valores que são atribuídos à paisagem, ou se há uma perspetiva de desenvolvimento sustentável. A monitorização testa as expectativas (ou as projeções), se o que é esperado se concretiza ou não (tem consequências inesperadas), sendo um procedimento importante, a nível de lugares com significado cultural, cujo controlo das mudanças beneficia de dados de monitorização como base para tomada de decisões.

Não se pretende neste ponto indicar metodologias, métodos ou técnicas específicas tanto de monitorização, algumas das quais mencionadas no ponto 3.2.4, como valores de referência ou limites (por ex.: capacidade de carga turística), grau de mudança aceitável (num período de tempo determinado), indicadores de estado para a paisagem, entre outros. Os métodos e técnicas são vários e complexos. Deverão ser selecionados conforme a paisagem em estudo e os objetivos (definindo em planos de gestão as condições desejáveis para a conservação dos valores da paisagem).

Sugerem-se recomendações visando a conservação da Paisagem Cultural tendo por base a conservação da sua identidade e caráter. A análise individual em dado momento, dos vários elementos, processos ou padrões espaciais, divididos por categorias ou tipologias (ex.: uso do solo, património construído, etc.), é relevante e necessária para a avaliação da integridade[124], das condições existentes ou da evolução de algo em específico, mas beneficia de uma leitura de interdependências entre pessoas, estruturas sociais, entre ecossistemas. Deste modo, serão sugeridas linhas estratégicas de monitorização do estado de conservação da paisagem cultural, segundo esta leitura abrangente.

4.3.1 Linhas estratégicas de monitorização do estado de conservação de paisagens culturais

Os processos relativos à gestão das paisagens, podem ser tecnicamente complexos, envolvendo diversos atores (intervenientes) e interesses. O que aqui se recomenda, para auxiliar planos de gestão de paisagens culturais, é que haja uma análise e avaliação periódica, segundo linhas estratégicas com auxílio à monitorização do estado de conservação das mesmas. Ao materializar a identidade em elementos e componentes identitários que se relacionam, interagem e integram um sistema, a conservação da Paisagem Cultural ao longo dos tempos deverá reconhecer essa mesma identidade e o significado cultural da paisagem, através de uma leitura abrangente e interpretativa, tal como no processo de caracterização já descrito nos pontos anteriores.

A leitura a realizar irá refletir como está a Paisagem Cultural a evoluir em termos de conservação ou alteração da sua

124 Tal como abordado no ponto 3.3.3, a integridade de um determinado bem relaciona-se com a sobrevivência de características materiais do mesmo (Birnbaum 1994), assim como a manutenção de processos tradicionais, funcionais, artesanais.

identidade, pretendendo-se responder a questões que informem sobre:

a) Os elementos e componentes que caracterizam a paisagem cultural estão presentes? Qual o seu estado de conservação?
b) Como estão a funcionar as dinâmicas socioecológicas e económicas relativamente à conservação dos elementos e componentes identitários?
c) Identificam-se forças motrizes de mudança ou atores que tenham tido impacto no que é valorizado na paisagem cultural e consequentemente na interpretação do seu significado cultural?
d) Como está o significado cultural da paisagem a ser transmitido na sociedade em geral?

São, deste modo, sugeridas três linhas estratégicas de leitura, para monitorização, cujos objetivos de análise e avaliação se descrevem resumidamente:

CONDIÇÃO DOS ELEMENTOS E COMPONENTES IDENTITÁRIOS E DEFINIDORES DE CARÁTER

Foca o estado de conservação de elementos e componentes. Pode considerar-se desde a sobrevivência de características materiais como também, a sua função e funcionamento, a permanência (ou evidência) de um ou vários elementos que permitem interpretar determinada relação, processo, dinâmica, dentro do contexto da paisagem cultural. Uma vez identificados os elementos e componentes definidores do caráter de determinada paisagem cultural, estes devem ser avaliados não só individualmente, mas também a nível relações que estabelecem, no sentido de determinar o seu contributo e representatividade para o entendimento do significado cultural.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL E SOCIEDADE NA MANUTENÇÃO DOS VALORES

Relaciona-se com as medidas de ação, diretas ou indiretas a curto e a longo prazo, públicas e privadas referentes à proteção legal de paisagens, conservação e gestão. Indicativo das dinâmicas socioecológicas, económicas, culturais que existem, como estão a funcionar em prol da conservação da paisagem cultural (na manutenção, produção e gestão dos elementos e componentes identitários ou de outros recursos e serviços que valorizem e conservem os anteriores).

PERCEÇÃO, DIDÁTICA E VITALIDADE CULTURAL DA PAISAGEM

Analisa dois aspectos que se relacionam: um deles, a perceção dos valores que são atribuídos à paisagem, aferindo o significado cultural; por outro lado, a forma como os valores da paisagem são transmitidos e qual o grau de conhecimento da paisagem cultural, não só a nível de comunidades locais como da sociedade em geral. Reflete assim perceções visuais, sociais, espirituais, culturais, entre outras, dos residentes locais, da comunidade ou de outros utilizadores e visitantes. Contribui para a perceção do que é valorizado na paisagem no momento em análise. Relaciona-se também com formas de comunicação, com a transmissão do saber, crenças, tradições e dos conhecimentos expressos em formas físicas na paisagem.

Esta linha estratégica pode servir para avaliar a necessidade de implementar políticas e processos de consciencialização. A dimensão comunicativa da paisagem é pouco explorada (Nogué et al., 2009), mas fundamental numa sociedade de informação e comunicação. Outros conceitos podem ser associados, como a 'vitalidade cultural', relacionada com evidências de criação, disseminação, apoio às artes e cultura, enquanto dimensão diária na vida das comunidades (Jackson et al., 2006). A promoção cultural e histórica da paisagem passa por objetivos não só turísticos como de produção de géneros específicos, publicações

científicas, estudos e pesquisas que podem ser analisados com base nesta linha de monitorização.

Outros meios de transmissão não formais (como rituais, *performances*, práticas e experiências tradicionais) ou formais (programas educacionais, pedagógicos, websites, entre outros) devem ser encorajados como forma de manter o 'espírito do lugar' e auxiliar o desenvolvimento sustentável e social da comunidade (ICOMOS 2008).

> *Recognizing that spirit of place is transmitted essentially by people, and that transmission is an important part of its conservation, we declare that it is through interactive communication and the participation of the concerned communities that the spirit of place is most efficiently safeguarded, used and enhanced. Communication is the best tool for keeping the spirit of place alive.*[125] (ICOMOS 2008, art. 8)

Cada linha estratégica de motorização do estado de conservação da paisagem cultural contribui para a análise e avaliação, num dado período de tempo, como evoluíram as dinâmicas intrínsecas da paisagem, quais os intervenientes atuais na paisagem e se o significado da paisagem cultural e seus valores se mantêm. Deste modo é possível detetar mudanças que apontem para o desvirtuar da identidade dessa mesma paisagem avaliando o maior ou menor grau de estabilidade e continuidade dos elementos e componentes, das suas relações, que caracterizam a paisagem cultural.

Pretende-se também que contribuam para concluir se as medidas de gestão da paisagem estão adequadas para objetivos de conservação da identidade, ou na ausência destas, estabele-

125 Tradução livre da autora: "Reconhecendo que o espírito do lugar é transmitido essencialmente pelas pessoas, e que a transmissão é uma parte importante da conservação, declaramos que é pela comunicação interativa e pela participação da comunidade envolvida que o espírito do lugar é salvaguardado, usado e realçado de forma mais eficiente. Comunicação é a melhor ferramenta para manter o espírito do lugar vivo." (ICOMOS 2008, art. 8).

cer parâmetros e objetivos, identificar a capacidade de resposta (ou concertação de esforços) por parte das entidades com responsabilidade sobre a paisagem em questão e ainda, medidas para valorizar e promover o património paisagístico e cultural, também como bem social e económico.

Relembrando um dos princípios de conservação relativos a ambientes (contextos) de importância histórica, apontados por Drury e McPerson (2008), analisados no ponto 3.2.1, as decisões sobre mudanças devem ser, além de razoáveis, transparentes e consistentes. Neste sentido, são indicadas várias ideias que sugerem procedimentos consistentes, ponderados e baseados proporcionalmente com a importância dos bens e do seu significado cultural, aplicando conhecimento especializado e envolvimento público. A ver:

a) decisões sobre mudanças em contextos históricos, exigem a aplicação e conhecimento especializado, experiência e avaliação em processos consistentes e transparentes com base em normas e políticas públicas;
b) a amplitude e aprofundamento de conhecimentos, avaliação e envolvimento público deve ser o suficiente para informar e justificar decisões a tomar, com um uso eficiente dos recursos;
c) potenciais conflitos entre valores patrimoniais de determinado lugar e outros interesses públicos devem ser minimizados procurando os meios menos prejudiciais de forma a responder a esses interesses. Se os conflitos não puderem ser evitados, o peso dado aos valores patrimoniais em decisões, deve ser proporcional ao significado do lugar e ao impacto da mudança proposta nesse mesmo significado (Drury, McPherson 2008).

Sabendo que existem metodologias para monitorizar mudanças na paisagem, tendo já sido apontado no ponto 3.2.3, onde foi destacada a metodologia aplicada no Reino Unido referente a mudanças no caráter da paisagem - "*Tracking Change in the*

Character of the English Landscape - 1999-2003" (2007), também se concluiu que não são analisadas nas metodologias as forças motrizes e causas de mudanças ambientais, sociais e económicas, que se consideram relevantes para a interpretação da Paisagem Cultural. Para além deste fato, são analisados os estados de elementos e componentes que dão carácter mas não é realizada uma análise abrangente das relações estabelecidas. No entanto, para esta análise abrangente, tal como no processo de caracterização, analises individuais e parcelares sobre os vários elementos e componentes são necessárias.

Deste modo, em termos concetuais, as linhas estratégias de monitorização integram análises parcelares referentes aos elementos e componentes identificados na paisagem como identitários e que conferem caráter. Recorrendo a uma escala qualitativa que varia entre bom (+) a mau estado (-), poderão analisar-se e avaliar-se quais as tendências da paisagem em estudo. Graficamente poderá responder ao seguinte diagrama circular.

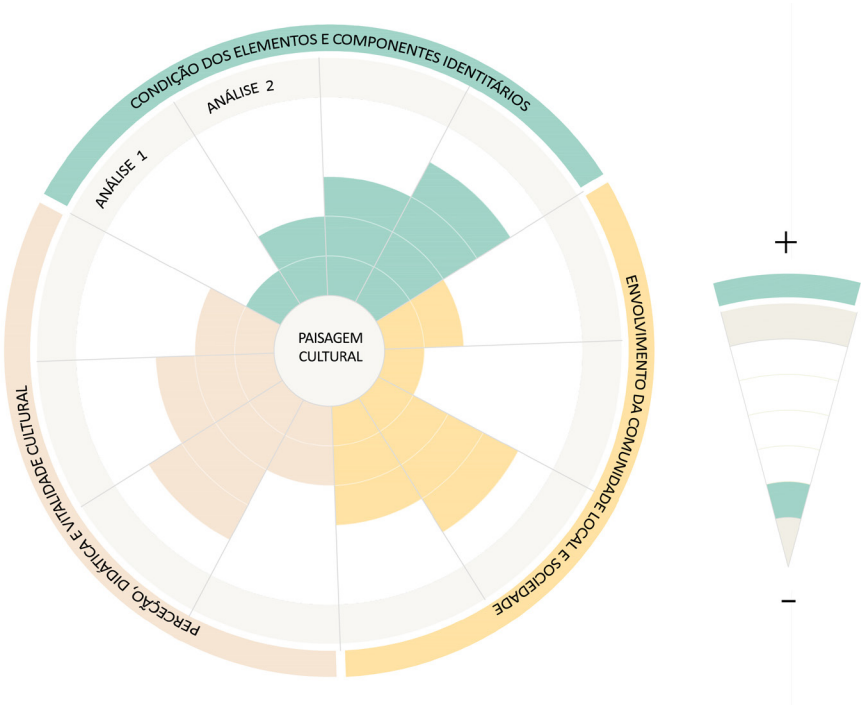


Figura 4.7. *Diagrama concetual de análises parcelares que devem ser interpretadas segundo as três linhas estratégicas de monitorização do estado de conservação da Paisagem Cultural.*
Nota. Elaborado pela autora, 2020.

Estas recomendações e linhas estratégicas de monitorização da conservação permitem estabelecer um enquadramento teórico, de orientação, para o desenvolvimento de planos de gestão da paisagem cultural, tendo presente que focam a conservação da indentidade e do significado cultural da paisagem. Como tal, a gestão da mudança surge como um desafio primordial. Recordando Ilídio de Araújo:

> *(...) gerir racionalmente uma paisagem é velar pela congruência da composição e articulação dos seus diversos sistemas produtivos (...) com o objectivo final de todos e de cada um deles, objectivo este que é o de que no seu conjunto eles contribuam, harmonicamente e sem mutuamente se prejudicarem.* (Araújo 2022, p. 60)

Acrescenta-se, nesta nota, que na Paisagem Cultural, a gestão deve garantir a manutenção dos valores que contribuem para a distinção e qualidade atribuída á paisagem e que lhe conferem um estatuto de legado, de património paisagístico e histórico.

4.4 DISCUSSÃO

No ponto 4 foram abordados dois processos relevantes em paisagens culturais: a caracterização da paisagem cultural e a descrição de recomendações para a sua conservação.

A caracterização da Paisagem Cultural constitui um primeiro procedimento que permite a identificação de elementos e componentes específicas que distinguem determinada Paisagem Cultural e que refletem valores. É, deste modo, uma base que determina ações seguintes, uma vez que a prática da conservação e gestão da paisagem será direcionada para o que foi identificado na caracterização da Paisagem Cultural.

Em relação às várias abordagens existentes de caracterização, todas incluem a análise e documentação referente a determinada Paisagem Cultural, realizada em dado momento. Demonstram que existem características comuns em paisagens culturais a partir das quais se podem extrair os elementos e

componentes definidores de caráter e identitários referentes a dada paisagem em estudo. A comparação com características mais comuns em paisagem culturais permite uma melhor orientação e assertividade num processo complexo e difícil. A especificidade das paisagens culturais reduz o leque de generalização, procurando-se 'filtrar' o que qualifica e distingue a paisagem, e, como tal, contribui para que tenha significado cultural.

O *World Heritage Centre*, cuja informação é uma referência transversal a todos os temas abordados na tese, enquanto organismo internacional, pretende ser pragmático, mas apenas confere linhas orientadoras, que por um lado permitem uma maior abrangência, por outro são omissos para uma efetiva operacionalidade de identificação e análise de paisagens culturais.

Enquanto ferramentas de trabalho, a abordagem e metodologia de caracterização propostas permitem uma análise e sistematização de informação, comparando não só com características mais comuns em paisagens culturais (*checklist*), mas caracterizando de forma interpretativa relações que se estabelecem entre elementos e componentes. Pretendeu-se desenvolver uma metodologia adaptativa, no sentido de possibilitar recuar passos para colmatar informação, tanto nos conteúdos analisados como na área de estudo. Inclui ponderações e apreciação subjetiva, não só pelos técnicos que as realizam, mas também dependente da leitura que as comunidades fazem sobre a sua paisagem e o que valorizam.

As recomendações para a conservação das paisagens culturais incidem na gestão da mudança, processos inerentes e inevitáveis, de forma a que as paisagens mantenham o seu significado cultural, fruto da sua valorização enquanto património paisagístico e histórico. Entendeu-se que através da monitorização da paisagem cultural é possível avaliar o estado de conservação da mesma, interpretando tendências evolutivas, cuja análise dos dados resultantes de monitorização, sustentem decisões sobre intervenções no rumo da paisagem cultural como

por exemplo, a manutenção, restauro /reabilitação ou atribuição de novas funções ecológicas, recreativas, histórico-culturais, de usos tradicionais ou novos usos desejados por uma sociedade atual exigente, que procura padrões de qualidade, segurança mas também de identidade e autenticidade. Esta transversalidade por áreas de âmbitos tão diferentes, desde o funcionamento ecológico da paisagem à sua componente mais social, de significado e simbolismos conduziram a uma proposta de linhas estratégicas para de monitorização do estado de conservação de paisagens culturais que permitam uma leitura integrada, de relações que se estabelecem na paisagem que a caracterizam, para além do estado de conservação individual de elementos ou componentes.

CAPÍTULO 5

APLICAÇÃO DA ABORDAGEM E METODOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO A UM CASO DE ESTUDO: A ROTA DA TRANSUMÂNCIA ENTRE A SERRA DA ESTRELA E AS CAMPINAS DE IDANHA

Parte deste capítulo foi disseminado na seguinte publicação: Carvalho, R., & Marques, T. P. (2020). Paisagem Cultural de Transumância: A Rota da Serra da Estrela para as Campinas de Idanha. CEM Cultura, Espaço & Memória (Vol. 11). 24-42.

CAPÍTULO 5. APLICAÇÃO DA ABORDAGEM E METODOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO A UM CASO DE ESTUDO: A ROTA DE TRANSUMÂNCIA ENTRE A SERRA DA ESTRELA E AS CAMPINAS DE IDANHA

> *"A paisagem é, em termos culturais, a expressão mais significativa do território, expressão que melhor traduz a obra de sucessivas gerações na progressiva humanização da terra."* (Gonçalo Ribeiro Telles, 1988, Textos Escolhidos, 2016, p.145)

Este capítulo permite sintetizar conceitos e análises efetuadas nos pontos anteriores e contribui para esclarecer uma das questões de investigação, descritas no ponto 1 da presente tese: perante fatores que fomentaram mudanças em determinada paisagem cultural, que por sua vez conduziram ao declínio ou extinção de atividades que a originaram no seu modo tradicional, como se analisam e avaliam no presente, os elementos e dinâmicas que definem a identidade dessa paisagem?

Responde-se também ao último objetivo de investigação proposto, demonstrando a aplicabilidade da proposta de caracterização de paisagens culturais apresentada no ponto 4, recorrendo a um caso de estudo: a rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha.

O exercício de investigação proposto na presente tese foca um caso de estudo, que se insere numa tipologia de paisagens humanizadas, não urbanas, associadas a sistemas de produção e de otimização dos ecossistemas, remetendo para a categorização do *World Heritage* (WH) de paisagens evolutivas, paisagens estas que mantém um papel na sociedade contemporânea, intimamente associado a um modo de vida tradicional (World Heritage Committee, 2021). A escolha deste caso de estudo, que representa uma paisagem cultural com fortes raízes numa atividade tradicional e que atualmente está praticamente extinta, pretende responder a uma das questões de investigação propostas.

Neste sentido, o caso de estudo irá ser interpretado como uma paisagem cultural e, pode ser lido segundo a definição apresentada pelo ICOMOS-IFLA para Paisagens Rurais:

> *(...) rural landscapes are terrestrial and aquatic areas co-produced by human-nature interaction used for the production of food and other renewable natural resources, via agriculture, animal husbandry and pastoralism, fishing and aquaculture, forestry, wild food gathering, hunting, and extraction of other resources, such as salt.(...) Rural landscape as heritage encompasses physical attributes – the productive land itself, morphology, water, infrastructure, vegetation, settlements, rural buildings and centers, vernacular architecture, transport, and trade networks, (...) also includes associated cultural knowledge, traditions, practices, expressions of local human communities' identity and belonging, and the cultural values and meanings attributed to those landscapes by past and contemporary people and communities. Rural landscapes as heritage encompass technical, scientific, and practical knowledge, related to human-nature relationships* (ICOMOS IFLA ISCCL, 2017, par. A. Definitions).[126]

Esclarece-se que análises específicas em diversos campos, a formação de uma equipa multidisciplinar para desenvolver um estudo sobre a paisagem e a participação pública (comunidades e entidades), são essenciais para um procedimento de caracterização da Paisagem Cultural, com dados mais completos para estabelecer relações, identificar os elementos e componentes definidores de caráter e identitários, e com isso, determinar os valores atribuídos à paisagem. Contudo, para a presente investigação, serão realizadas análises pontuais dentro das dimensões

126 Tradução livre da autora: "(...) paisagens rurais são áreas terrestres e aquáticas resultado da interação homem-natureza, com a finalidade de produção de alimentos e outros recursos naturais renováveis, tanto via agricultura, pecuária, pastorícia, pesca e aquacultura, silvicultura, coleta de produtos silvestres, caça e extração de outros recursos como o sal.(...) A paisagem rural como património, engloba atributos físicos – a terra produtiva, a morfologia, água, infraestruturas, vegetação, povoações, centros e edifícios rurais, arquitetura vernácula, transportes e redes de comércio (...) inclui também conhecimento cultural tradições, práticas, expressões da identidade e de pertença de comunidades humanas locais e os valores e significados culturais atribuídos a estas paisagens pelas pessoas e comunidades passadas e presentes. Paisagens rurais como património englobam conhecimento técnico, científico e prático, relacionado com as relações homem-natureza." (ICOMOS IFLA ISCCL, 2017, par. A. Definitions)

tangíveis e intangíveis da paisagem, focando no processo e na demonstração da aplicabilidade da abordagem e metodologia de caracterização da paisagem cultural, proposta no ponto 4.2, em detrimento de uma caracterização aprofundada.

Deste modo, pretende-se efetuar uma breve contextualização sobre o tema da transumância e a sua relação com o conceito Paisagem Cultural, através da revisão de literatura e análise documental referente à história da transumância a nível europeu e nacional, e efetuando uma análise crítica com base nos fundamentos já analisados nos pontos anteriores. De seguida, para a contextualização do caso de estudo, proceder-se-á à delimitação geográfica da área e à identificação de intervenientes na paisagem cultural (atores). Seguindo os passos da metodologia de caracterização sugerida, serão deste modo apresentadas as análises e a caracterização interpretativa segundo os 3 grupos de análise propostos. Por último, comparando com a *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, é "filtrada" a informação e análise efetuada. Descrevem-se, posteriormente, os elementos e componentes definidores do caráter e identidade da paisagem cultural, resultante da caracterização interpretativa realizada.

5.1. A TRANSUMÂNCIA E BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NA REGIÃO MEDITERRÂNICA

Prática comum e ancestral na europa mediterrânica, a transumância pode caracterizar-se como uma modalidade pastoril[127] que envolve a deslocação espacial, periódica e sazonal dos gados, ocorrendo geralmente entre os pastos de montanha e os de

127 A pastorícia envolve diversas estratégias de mobilidade, com maior ou menor extensão dos trajectos percorridos, resposta à variabilidade de fatores como a disponibilidade de pasto/alimento, o número de cabeças de gado e o seu tipo (ovino e caprino ou bovino), condições climáticas e geográficas ou mesmo aspetos sócio-económicos e políticos. Estas estratégias não serão aprofundadas na tese, sendo objeto de estudo nas áreas de antropologia, etnografia, arqueologia, entre outras (sobre este assunto ver: Khazanhov, 1984; Bartosiewicz & Greenfield, 1999; Wendrich & Barnard 2008).

vales e zonas baixas, com uma finalidade de assegurar a sua subsistência alimentar, refletindo uma racionalização da criação de gados em função da capacidade de oferta de pastos das regiões (Bunce et al., 2004; David de Morais, 1998; Herzog et al., 2005).

A pastorícia sempre teve um papel preponderante na subsistência das populações. As suas raízes remontam ao nomadismo, onde as tribos se deslocavam, em percursos determinados pelas estações do ano, consoante a existência de pastos frescos para os seus rebanhos (Braudel, 1995; Calado Pinheiro (coord.), 2008; Carrer & Migliavacca, 2019; Costello & Svensson, 2018). Com o desenvolvimento da agricultura, as populações começaram a fixar-se, passando apenas um segmento da população a efetuar migrações periódicas de acompanhamento dos rebanhos. A transumância incide assim neste último fenómeno: um grupo específico de determinada comunidade (os pastores) levam os rebanhos para diferentes zonas de pasto, sazonalmente, quer dentro da região ou fora dela, sendo que a maioria da população permanece no mesmo local, onde produz as suas culturas agrícolas (Calado Pinheiro (coord.), 2008; Carrer & Migliavacca, 2019; Chambino, 2008).

As diferenças oro climáticas entre outras características ecológicas específicas na região mediterrânica criaram condições à prática da transumância. Esta, surge como uma adaptação ao meio e estratégia face aos verões secos e quentes das zonas mais baixas e os invernos frios, chuvosos e com neve (montanhas acima dos 1000m de altitude) (Pinto-Correia & Vos, 2004), característicos da região mediterrânica e que correspondem a áreas com categorias climáticas de secura: semiárido e sub húmido seco (Cherlet et al., 2018), tendo esta estratégia impacto nas economias locais.

A concentração da população pastoril na zona mediterrânica, distribui-se nas áreas montanhosas que predominam no sul da europa (Bunce et al., 2004), norte de África, na península balcânica e na anatólia (ver figura 5.1).

Figura 5.1. *Mapa topográfico 3D, representativo das zonas montanhosas da europa do sul e restante região mediterrânica (sem escala).*

Analisando a evolução histórica da transumância no mediterrâneo, no século XVI, esta era prática comum na península ibérica, sul de França e Itália. Na península balcânica, anatólia e mesmo no norte de áfrica, predominava uma forma de nomadismo ou seminomadismo (Braudel, 1995). Mas os indícios de transumância em pequena escala datam do Neolítico (9.000 a 6.000 a.C.). As grandes rotas de transumância iniciam-se na Idade do Bronze (2.000 a.C.), impulsionadas pela formação de lugares centrais de comercialização de bens (séc. XIV-XV), controlo de rotas mercantis, explorando os bens negociáveis como os têxtis de lã e derivados de leite (Carrer & Migliavacca, 2019). Desde o império romano até à idade média tardia, a carne, o leite e os subprodutos da lã estavam sob controlo económico local, regional ou mesmo nacional (Whittaker, 1988). No mapa (figura 5.2), são notórios os vários fluxos, rotas e áreas de pastagens na região mediterrânica.

A transumância, apesar de impulsionada por um determinismo oro climático e ecológico, é também fruto de dinâmicas populacionais, de uma emergência de complexidade social e económica ao longo do tempo, do desenvolvimento de controlo político sobre o território, da expansão de redes comerciais ou mesmo da gestão pecuária (Bartosiewicz & Greenfield, 1999; Carrer & Migliavacca, 2019; Costello & Svensson, 2018). A análise da evolução da transumância no mediterrâneo indica grande diversidade regional na prática da atividade (Braudel, 1995; Carrer & Migliavacca, 2019; Costello & Svensson, 2018), no tipo de fluxos, sazonalidade de ocorrência e duração.

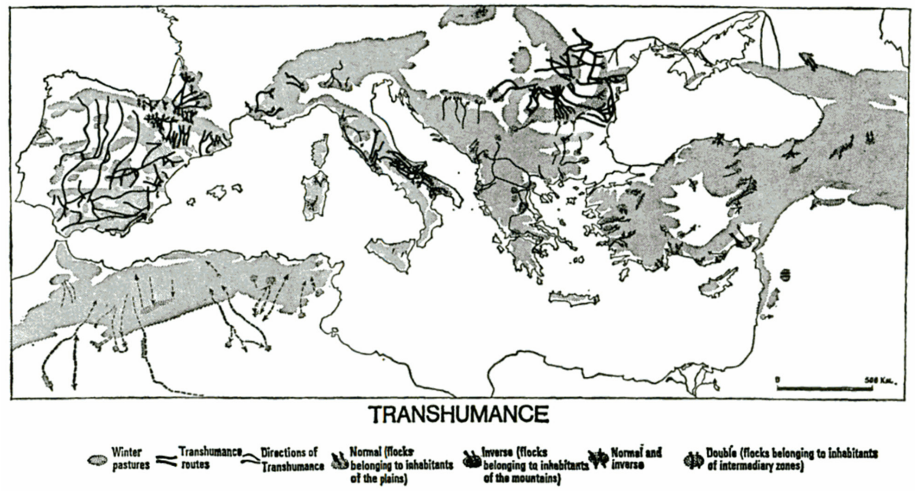


Figura 5.2. *Fluxos, rotas de transumância e áreas de pastagens na região mediterrânica.*
Nota. Mapa de *Elli Muller* (1938). **Em** *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip* **de** F. Braudel, 1995, University of California Press.

A transumância não é, deste modo, simples e bem definida, mas as diferentes práticas mediterrânicas partilham, no entanto, de pontos em comum. As rotas e destinos dos movimentos transumantes são guiados por um conjunto de razões, nas quais são incluídas as qualidades nutritivas das pastagens, os direitos e proprietários desses locais, as relações sociais, os acordos relacionados com terras aráveis e agricultadas. De qualquer forma, estes movimentos dependem também da existência de baldios ou outras formas de organização comunitária (Costello & Svensson, 2018).

Relativamente a condições biofísicas e usos do solo, a transumância nas várias regiões mediterrânicas partilha semelhanças: as áreas de montanha são menos adequadas para culturas cerealíferas de grande escala e com maior potencialidade para formas mistas de uso do solo (agro-silvo-pastoril), potenciando zonas de pasto natural e nutritivo no verão, para rebanhos de ovinos e caprinos ou para bovinos. No inverno, as zonas de vale, são explorados os prados e as áreas de agricultura refletindo assim, métodos eficientes de exploração económica de meios naturais distintos (Costello & Svensson, 2018).

A nível de elementos construídos na paisagem, os caminhos para os gados, os abrigos entre outras estruturas, nas zonas de montanha e de vales, partilham também traços comuns, com clara evidência na história da região mediterrânica, como refletem as figuras 5.3 e 5.5.

Figura 5.3. *Traços comuns da vida pastoril, associados à transumância, na região mediterrânica.*
Nota. Gravura de Pastores na *Campanga di Roma: 'Shepherds penning their sheep, campagna.',* Charles Coleman, 1850. Copyright de RA collection books.

As rotas de transumância, expressas fisicamente no território (designadas em Portugal por *canadas* (que serão descritas mais à frente) constituem "(...) o sistema de comunicações mais antigo que punha em contacto os povos peninsulares." (Calado Pinheiro (coord.), 2008, p. 121). A figura 5.4 ilustra dois tipos de canadas.

Figura 5.4. *Caminhos de transumância.*
Nota. (Esquerda) Cañada Real burgalesa, Valladolid, Espanha, **de** F. Sanz acedido em 2021. (Direita) Caminhos murados de transumância em Marchastel, Lozére (França). **de** C. Lajeunie, acedido em 2021, Flickr.

Figura 5.5. *Os abrigos de pastores integram um testemunho de traços semelhantes no mediterrâneo.*
Nota. (Esquerda) Cabana oval *"bajta"* nas pastagens em Velinka, nos Alpes Julianos (Eslovénia). (Direita) Abrigo em pedra seca *"caciara"*, Abruzzo (Itália), **de** L. de Marcellis, 2008.

Hoje, praticamente extinta em Portugal, a transumância manteve-se até aos nossos dias em países como Espanha, França, Itália, Grécia e Roménia (Soares de Sousa et al., 2005), embora que de forma residual ou reduzida a rotas menores ou a grupos étnicos específicos, como no caso da Grécia (Bunce et al., 2004). Atualmente, são ponderados os custos em manter grandes rebanhos nas serras, durante o inverno (alimento e abrigo) em comparação com custos de transporte do gado, do trabalho de profissionais que auxiliam o pastoreio, questões administrativas ou mesmo, o arrendamento de pastos (Bartosiewicz & Greenfield, 1999). Deste modo, como descrito por Oliveira & Sousa (2000), a transumância, mais do que uma atividade setorial pecuária deu origem a uma cultura, criou um modelo social, económico, arquitetónico que revela usos e costumes, arte popular e religiosidade.

5.2 A ROTA DE TRANSUMÂNCIA ENTRE A SERRA DA ESTRELA E AS CAMPINAS DE IDANHA: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO

> *"Esses rebanhos são ao longe uma sombra negra (...) ao perto, uma torrente de cabeças, animada e colorida (...) ensurdecedor ruídos de guisos e chocalhos (...) verdadeiros exércitos em marcha."* (Girão, 1936, como citado em Ribeiro, 1941, p. 45)

Neste ponto ir-se-á demostrar a abordagem e aplicabilidade da metologia proposta para a caracterização de paisagens culturais recorrendo a um caso de estudo: a rota de transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha. Estabelece-se à priori, que se pretende, recorrendo a uma base de dados relativamente informada, exemplificar e demonstrar a aplicabilidade da metodologia e a forma de explicitar uma caracterização interpretativa, pelo que as análises específicas biofísicas, sociais, económicas, entre outras, são incorporadas numa análise de relações que descrevam a paisagem cultural.

Sobre a atividade de transumância, a sua análise restringe-se, nesta investigação, à região mediterrânica e à transumância de gado ovino e caprino, representativo do caso de estudo. Na região mediterrânica, a atividade de transumância incide nas zonas montanhosas do sul da europa e zonas de vale adjacentes, já referidos no ponto 5.1. O caso de estudo localiza-se em Portugal, na região da Beira Interior, descrevendo a paisagem da rota da transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha, uma das rotas que teve maior expressão para a atividade de pastoreio, identitária da região da Beira Baixa e da Beira Alta.

A nível temporal e dado que a transumância de médio/longo curso terá terminado em meados do século XX, ir-se-ão analisar documentos ou dados desde a Idade Média (séc. XIII) até meados do século XX, altura em que se terá extinguido a atividade de transumância de médio/longo curso na região da Beira Baixa. Os dados referentes a períodos temporais mais recentes (séc. XX e séc. XXI), serão úteis para efeitos de análises comparativas.

Em relação à metodologia, pretende-se seguir os passos metodológicos que se resumem no fluxograma abaixo, já apresentado no ponto 4.2.

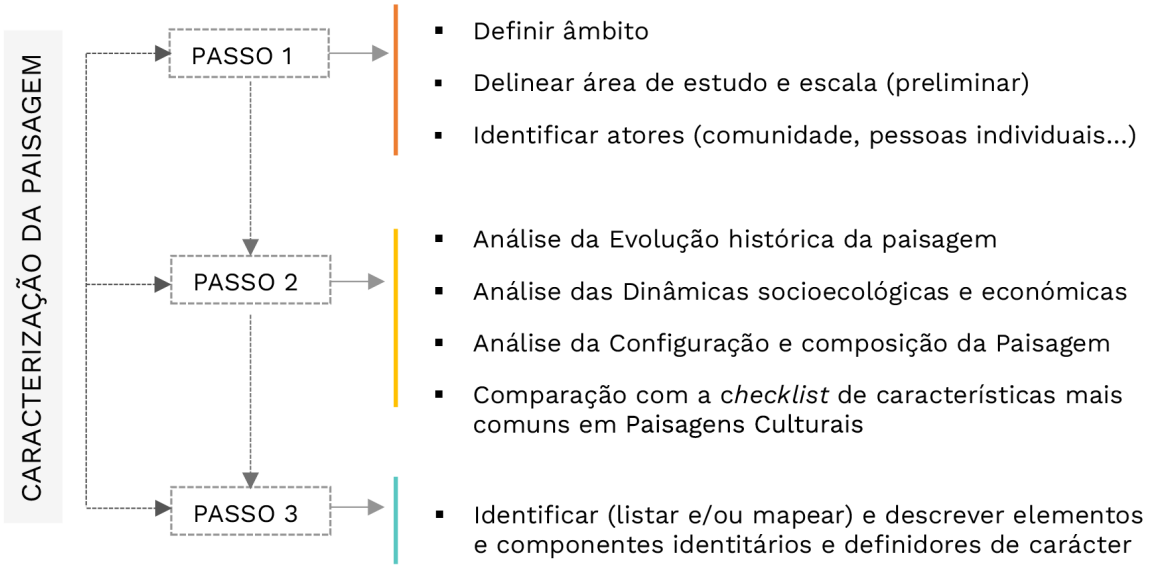


Figura 5.6. *Fluxograma da metodologia proposta para a caracterização de paisagens culturais. [já apresentado na figura 4.6]*
Nota. Elaborado pela autora, 2020.

Os pontos a seguir descritos refletem, deste modo, a sequência de passos metodológicos e a caracterização interpretativa sugerida.

5.2.1 Âmbito, área de estudo e atores da paisagem (passo 1)

5.2.1.1 A paisagem cultural de transumância

Designar paisagem cultural de transumância pode ser discutível, mas considera-se, nesta tese, que a designação reflete mais do que uma tradição e uma atividade socioeconómica, mas sim, um modo de humanização de paisagens. A transumância de rebanhos revela um modo de vida particular, uma atividade humana (criação de gado) que demonstra um profundo conhecimento sobre o território, sobre o qual o Homem constrói e se apropria, segundo as suas necessidades, refletindo um sistema de gestão dos recursos naturais e de inter-relações culturais, económicas e sociais. Paisagens de transumância são nesta tese consideradas paisagens culturais, que tiveram em determinada altura, uma atividade de transumância que em conjugação com outras atividades paralelas de importância socioeconómica relacionadas com a atividade de pastorícia, imprimiram um forte cariz identitário à região. Evoluíram ao longo dos séculos pela adaptação das atividades pastoris humanas a ambientes adversos e frágeis de montanha (Herzog et al., 2005) e abrangem paisagens de contrastes topográficos, climáticos, de flora e vegetação, diferentes modos de ocupação espacial do território, numa relação dinâmica agro-silvo-pastoril, de simbiose entre ambas (Queirós et al., 2013). Fortemente dependentes da atividade humana, nestas paisagens foram desenvolvidas estruturas sociais e administrativas das comunidades e regiões relacionadas com a prática de transumância (Costello & Svensson, 2018), desencadeando relações sociais, cooperativas que são pontos-chave na formação da identidade dos locais. Poder-se-á, à partida, descrever que intervenientes podem estar associados a esta paisagem cultural (atores), sendo assim identificados alguns grupos:

Figura 5.7. *Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia de Artur Pastor, década de 1950.

criadores e pastores de gado ovino e caprino; empresários e trabalhadores na indústria da lã; entidades de gestão da paisagem em estudo com responsibilidade direta e os habitantes da região. A análise das dinâmicas socioecológicas e económicas irão permitir completar e aferir o envolvimento destes grupos nos processos de caracterização e conservação da paisagem.

Paisagens culturais de transumância, revelam património material e imaterial, reunindo não só artefactos e elementos físicos, como, tradições e conhecimento local especializado e uma apreciação estética da paisagem associada ao bucólico e ao pitoresco. O papel significativo da transumância, prende-se não só na origem como na manutenção de muitas paisagens culturais europeias, associadas a áreas de montanha, podendo a sua prática ser considerada uma das características distintivas do mundo mediterrânico (Braudel, 1995). O valor atualmente atribuído (numa visão geral de sociedade) a estas paisagens, pertence ainda ao campo do património natural e etnográfico, subestimando o seu valor enquanto prática essencial do ponto

de vista de economia agro-silvo-pastoril (García, 1999).
No entanto, o seu valor cultural e representativo a nível de regiões, é reconhecido, tendo em 2019 sido inscrito na lista de património cultural intangível da Humanidade (UNESCO), como:
- *Transhumance, the seasonal droving of livestock along migratory routes in the Mediterranean and in the Alps (Austria, Greece and Italy*).

Estas paisagens podem ser expressas como paisagens rurais, cujo património cultural é comum a nível europeu. Deste modo, a paisagem cultural da rota da transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha, será analisada e descrita, focando nos elementos e componentes que permitem caracterizar a paisagem no sentido de descrever o seu significado cultural.

5.2.1.2 A Serra da Estrela: ponto nevrálgico das rotas de transumância em Portugal

Em Portugal, a transumância está associada a sistemas de produção animal extensivos, sendo mais expressivos nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior, Ribatejo, Alentejo e parte do Algarve e Minho (zonas serranas) englobando, as áreas de pastoreio de montanha, planalto, montado e restolhos de cereais (Roquete, 2004). Esta atividade teve maior expressão nas rotas associadas à Serra da Estrela, predominando os rebanhos de cabras e ovelhas. Os rebanhos transumantes eram especialmente destinados à produção de lã, em oposição ao gado 'estante' (o que ficava nas povoações e imediações) que se destinava principalmente para abate e produção de leite (Trindade, 1965).

Outro fenómeno, envolve a deslocação temporária de habitantes de determinadas localidades, como o exemplo das 'brandas e inverneiras' de Castro Laboreiro (Ribeiro, 1941). As brandas correspondem a pequenas aldeias, acima dos 1000m de altitude, em vertentes de ribeiras, correspondendo a habitações onde a população passaria a primavera e verão. As inverneiras localizam-se no vale, entre os 700 a 800m de altitude, sendo a migração

sazonal da população dependente da exploração agrícola.

Na presente tese, analisam-se as rotas de transumância associadas à Serra da Estrela. A partir desta, as rotas efetuavam-se para norte, oeste, sul e sudeste (ver figura 5.8). Os rebanhos do Sabugueiro desciam para a Idanha, os de Mangualde da Serra para Coimbra, os das terras de Celorico da Beira para o Douro e os das abas ocidentais da serra - Oliveira do Hospital, Nelas, Santa Comba, Canas de Senhorim, entre outras localidades - para a Serra de Montemuro (Amaral, 1970) .

A movimentação transumante, a partir da Serra da Estrela, pode ser classificada consoante a época do ano em que se realiza e a altitude do local de destino. Quando ocorre a deslocação das pastagens serranas para as terras baixas acontece a "invernada" ou "transumância descendente". Quando os rebanhos sobem para as pastagens da serra, denomina-se "transumância ascendente ou transumância estival" (Ferreira & Cunha, 2006; Ribeiro, 1991).

Se atendermos à extensão percorrida, os movimentos locais (entre localidades próximas) correspondem à "transterminância" (David de Morais, 1998; Ferreira & Cunha, 2006), sendo os movimentos de longo curso correspondentes à ideia mais generalizada de transumância. Para além destas movimentações cíclicas e organizadas, existiam pontualmente deslocações por motivos de epidemia, para 'mudança de ares' dos rebanhos (David de Morais, 1998). Centremo-nos apenas no primeiro fenómeno.

As rotas de transumância podem também ser distinguidas quando à sua duração (David de Morais, 1998):

a) migração de longa duração (cerca de seis meses):

- dos agostadouros[128] das terras altas da Serra da Estrela para as terras baixas do Alentejo;

128 Os agostadouros são aqui considerados sinónimo de restolho - léxico pastoril (Chambino, 2008).

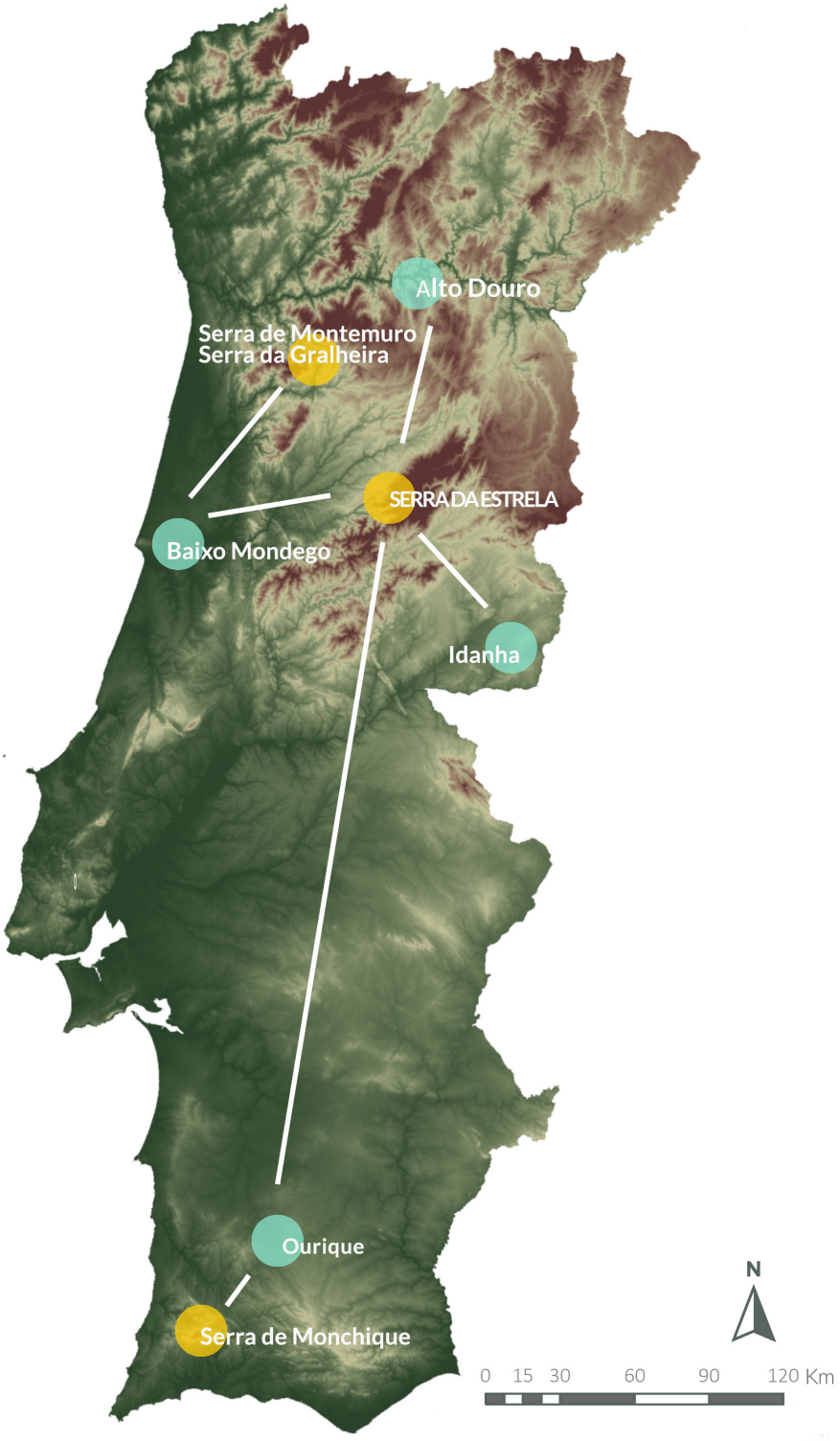


Figura 5.8. *Mapa com os principais destinos das rotas de transumância de rebanhos, associados à Serra da Estrela.*

Nota. Elaborado pela autora, 2018, baseado **em** *O pastoreio em Portugal (subsídios para o seu estudo)*, **de** A. Martinho, 1993.

b) migração de média duração (três a cinco meses):

- da Serra da Estrela para as campinas da Idanha;
- da Serra da Estrela para a região do Alto Douro;
- da Serra da Estrela para o baixo Mondego.

c) deslocações restritas no tempo (cerca de dois a três meses apenas):

- transumância de verão (de zonas em que os campos estavam, nessa época, ocupados por culturas, para terras altas onde abundavam pastos estivais): do médio-Mondego para as serras de Montemuro e Gralheira;
- transumância de inverno: do sul do Baixo Alentejo para a Serra Algarvia, designadamente Serra de Monchique;

> *os bovinos eram a espécie envolvida nesta deslocação, sendo possível que ela decorresse, fundamentalmente, do facto de se alugarem invernadoiros alentejanos para pastoreio dos gados das terras altas do Centro do País, escasseando, os pastos para os bovinos locais."* (David de Morais, 1998, p. 17).

5.2.1.3 Definição preliminar da área de estudo

Tendo sido umas das principais rotas efetuadas, selecionou-se, como caso de estudo, a paisagem que integra a rota de transumância do Sabugueiro para as campinas de Idanha, entre a Serra da Estrela e a região de Idanha-a-Nova. Da rede de caminhos de transumância que se estabeleceram ao longo dos tempos, a Serra da Estrela é, como vimos, o ponto nevrálgico. Daqui partem e chegam os rebanhos, o começo e a meta de percursos mais ou menos extensos que divergem pelas vertentes da serra, para norte, oeste e sul e sudeste.

Apesar de muitas das regras praticadas na transumância terem sido importadas de Castela (como se irá descrever na análise da evolução histórica da atividade em Portugal), em termos de dimensão da atividade, não há comparação com o país vizinho, cuja escala territorial e importância socioeconómica da

pastorícia diferem de Portugal. A maior expressão da transumância em Portugal (Beira Baixa e Alentejo) justifica-se não só pelo modo de ocupação do solo onde predominam espaços livres e amplos, como pelas condições fisiográficas e climáticas que muito se aproximam do centro de Espanha onde as condições adversas impulsionaram este modo de vida[129]. A influência do oceano atlântico e do mar mediterrâneo conferem grande diversidade climática. Em Espanha, as áreas são vastas, principalmente no centro, caracterizadas pela aridez e justificando as grandes rotas de transumância.

As rotas de transumância da Serra da Estrela para a vertente este e sudeste da serra, desenvolvem-se na Beira Alta e Beira Baixa, no interior do país, englobando os distritos da Guarda e de Castelo Branco. Estas rotas estão documentadas e cartografadas num estudo coordenado por Elisa Calado Pinheiro (2008) e no qual se baseiam as identificações das rotas aqui representadas. Localizam-se nos concelhos da Guarda, Belmonte, Penamacor, Manteigas, Seia, Covilhã, Fundão e Idanha-a-Nova.

A partir da Serra da Estrela partiam várias rotas em direção às terras baixas circundantes. De Manteigas, do Sabugueiro (concelho de Seia) e da aldeia de Fernão Joanes (concelho da Guarda) partiam as rotas principais (de uso mais frequente).

A via pecuária mais importante da região é a que liga o Sabugueiro (e pontos mais altos da Serra da Estrela) para as campinas de Idanha-a-Nova (Calado Pinheiro (coord.), 2008; Ribeiro, 1941), sendo esta a rota que se propõe analisar na presente investigação como representativa das rotas de transumância na região.

Em 1941, Orlando Ribeiro esboça em planta, o trajeto desta rota, patente na figura 5.9.

129 Perto de dois milhões de ovinos eram ainda registados em transumância no século XX (Ribeiro, 1941), realizando, no entanto, parte das deslocações em caminhos-de-ferro.

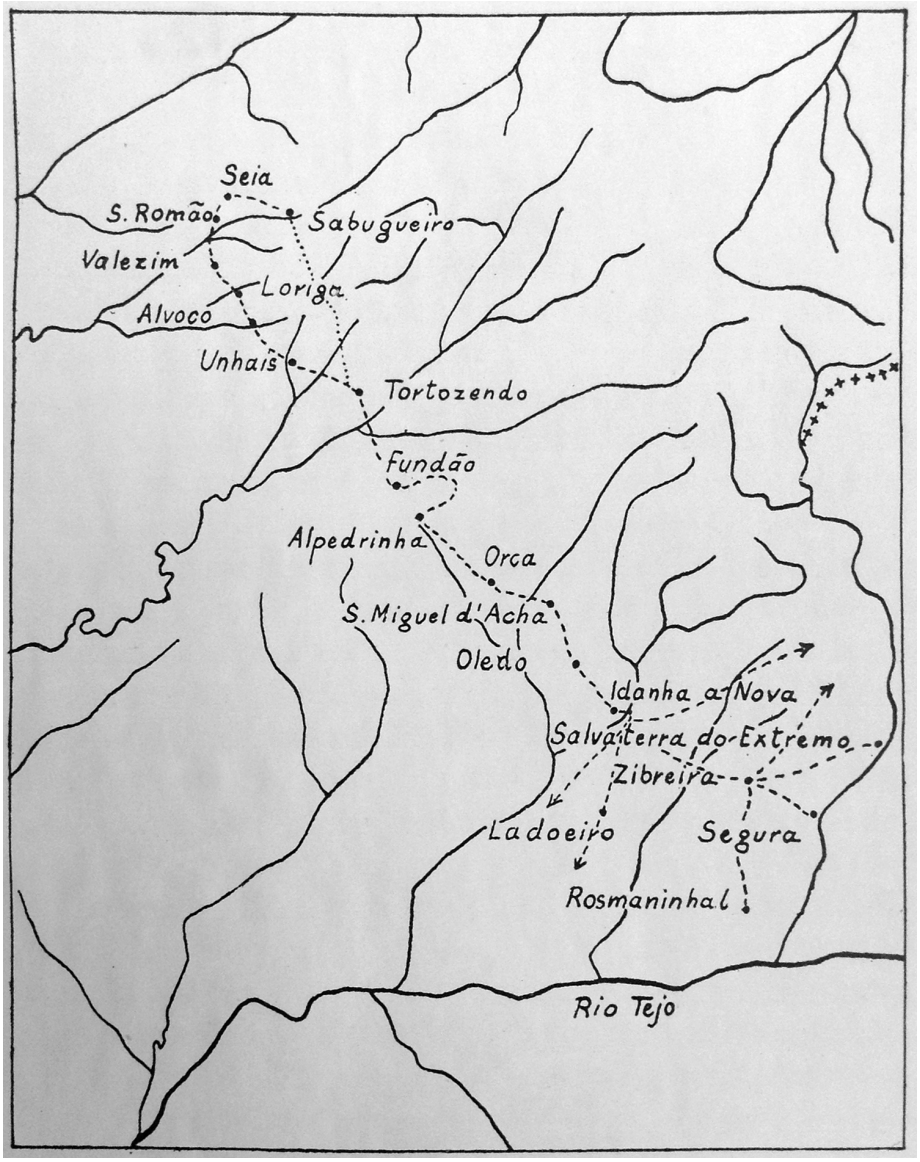


Figura 5.9. *Percurso da "Invernada" da região da Serra da Estrela para o concelho de Idanha-a--Nova. (Finais da década de 30, século XX) Orlando Ribeiro 1941.*
Nota. Registo de finais da década de 1930. **Em** *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela* (mapa 6) **de** O. Ribeiro, 1941, Sep. da Rev. da Faculdade de Letras.

Deste modo, para a definição de uma área de estudo preliminar, optou-se por delimitar uma área envolvente correspondente a divisões administrativas (concelhos) como primeira delimitação da área em estudo ilustrado no mapa da figura 5.10. Assim, as posteriores análises limitam-se pelos concelhos de Seia, Covilhã, Fundão e Idanha-a-Nova, os quais são atravessados pela rota em análise.

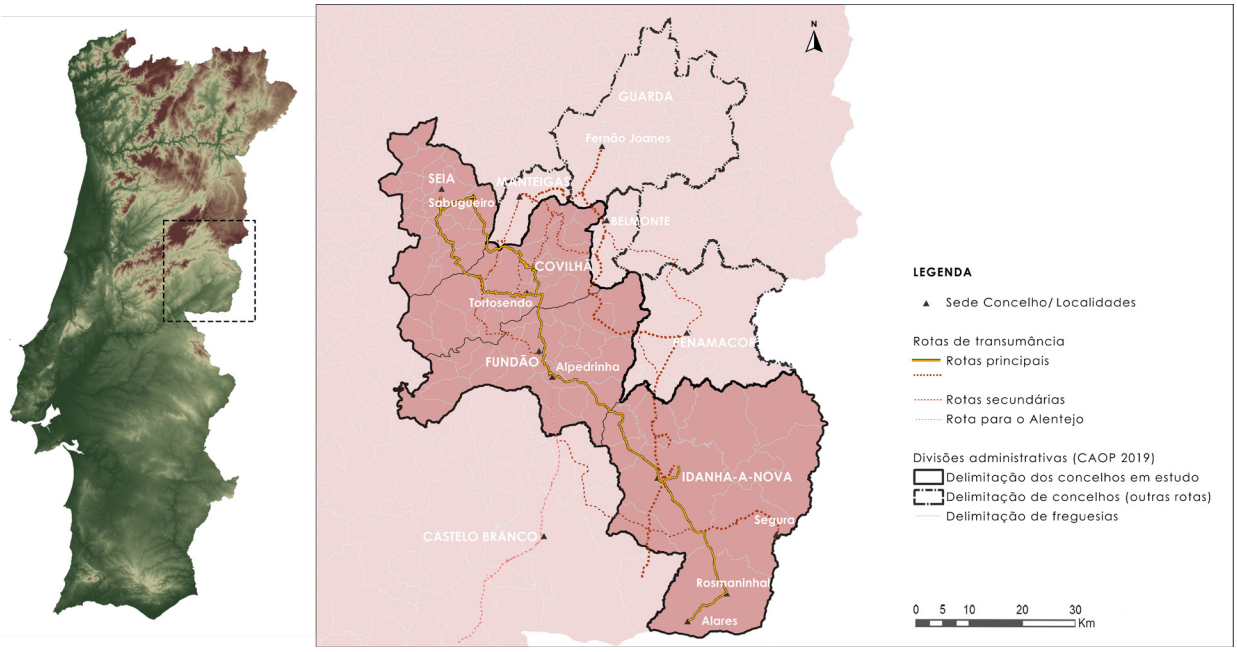


Figura 5.10. *Identificação das rotas de transumância entre a Serra da Estrela e a Beira Baixa (enquadramento geográfico).*
Nota. Mapa elaborado pela autora, 2017, baseado nas rotas identificadas **em** *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha) - Reconhecimento e valorização patrimonial*, **de** E. Calado Pinheiro (coord.), 2008, Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

5.2.2 Evolução histórica da paisagem (passo 2): Notas sobre a evolução histórica da transumância em Portugal

A paisagem engloba em si várias histórias: da história geológica, à flora e vegetação, às ocupações e atividades humanas, entre outras. Salienta-se, nesta descrição da evolução histórica da paisagem, aquilo que foi inicialmente identificado pela autora, como identitário e como força motriz de desenvolvimento desta paisagem em estudo: a transumância como forma de pastoreio e a cultura da lã.

Como breve nota histórica e porque o tema já foi amplamente descrito nas áreas de geografia, história e etnografia, pretende-se apenas salientar alguns aspetos que justificam a importância da atividade de transumância nas sociedades. Assim, remontando à Roma Antiga, a existência de um pretor encarregado pela inspeção dos caminhos dos gados e a nomeação a partir do ano 192 a.C., de um magistrado próprio para a vigilância dos pastos do Sul reforçam o interesse pela atividade (Trindade and Ribeiro, 1981a). A importância da atividade pastoril e a necessidade da sua regulamentação com finalidades profícuas para as populações, desde cedo é indiciada. Atendendo à história de Roma Antiga (início do séc. VIII a.C.), o território era dividido de forma a manter uma parte para os rebanhos: “

Rómulo teria dividido o território romano em três partes: *ager regius* (do rei) *res sacra* (domínio religioso) e *ager privatus* (lotes particulares). Havia ainda uma parte indivisa *ager publicus* ou *pascua publica*, onde os patrícios criavam o rebanho comum."(-Trindade & Ribeiro, 1981, p. 13).

Por muito bucólico que nos afigure nos dias de hoje o que era a atividade de transumância em Portugal, a deslocação de grandes rebanhos - dezenas de milhares de animais (Amaral, 1970) - que atravessavam tanto terrenos incultos como cultivados, aldeias e vilas, sugeria a existência de uma estrutura que permitisse esta complexa movimentação no espaço (entre habitats/paisagens) e no tempo (entre as estações do ano).

É durante a Idade Média que a transumância de gados na Península Ibérica atinge o seu auge. A sua importância económica atrai a proteção das monarquias feudais. Após a Reconquista, a instalação das Ordens Militares terá permitido assegurar condições de segurança para a plena prática da transumância. No Alentejo, por exemplo, a grande maioria dos gados dirigia-se para os 'campos de Ourique', que pertenciam aos domínios da Ordem de Santiago (David de Morais, 1998).

Em Castela, em 1178, no "*Foro de Cuenca"* é instituída a "Declaração de Protecção Real" e em 1273, a constituição da poderosa e conhecida "*Mesta – Honrado Concejo de La Mesta de Pastores*", pelo rei Afonso X, rei de Castela e Leão (Soares de Sousa et al., 2005). O interesse pela lã explica o protecionismo que a *Mesta* adquiriu, em detrimento das atividades agrícolas, favorecendo a agricultura extensiva, que permitia o pastoreio. A importância da existência de uma rede de caminhos para o gado, com a formação das *cañadas reales*, que ainda hoje se podem testemunhar, foi regulamentada em 1273:

> *En el privilegio real outorgado por Afonso X a la Mesta, en 1273, la anchura de la cañada se limitaba a «seis sogas de cuarenta y cinco palmos», o sea unas noventa varas. [...] Estas eram las cañadas reales, que constituían tres grandes sistemas de comu-*

> *nicación pecuária, a saber: la del Oeste o leonesa, la Central o Segoviana y la del Este o Manchega.* [130] (Klein, 1936, p. 30)

Em Portugal, a organização da atividade de pastoreio (e da transumância) encontra semelhanças com Castela, sobre a qual provavelmente se baseou, pela proximidade geográfica e cultural e pela troca de experiências. Assim, são conhecidas as pequenas assembleias regionais de pastores - rafalas em Portugal, *mestas* em Castela - os funcionários – *alcaides*, oficiais maiores do concelho, jurados e cavaleiros da rafala), o mesmo modo de marcar e agrupar as rezes, as mesmas regulamentações relativas a obrigações de pastores e donos de gado (Trindade, 1965) diferindo, no entanto, o nível superior hierárquico: em Portugal, passa para o rei e autoridades municipais, enquanto que em Castela, ao Honrado Conselho da Mesta de Pastores (Trindade, 1965).

A importância económica desta atividade determinou uma política régia de proteção aos criadores do gado lanígero, visando, em especial, as áreas afetas à transumância, havendo registos dos séculos XV e XVI das feiras de venda de gado de Trancoso e da Guarda (Trindade, 1965). Estas regiões encontram-se apontadas em foros e forais desde o século XII, sendo três as principais: a Serra da Estrela, o Alentejo (particularmente os campos de Ourique) e a Idanha (Trindade, 1965).

Os gados transumantes chegavam a Portugal vindos também de Castela, existindo disposições régias e outros documentos que o testemunham. Já no reinado de D. João I (1385-1433), documentos do ano de 1404 contêm o itinerário dos rebanhos do mosteiro de Santa Maria Guadalupe (Cáceres) para Manteigas e Seia, na Serra da Estrela, atravessando a ponte de Alcântara (figura 5.11) e seguindo pelas canadas da Idanha e Castelo Branco (Calado Pinheiro (coord.), 2008). O alvará concedido pelo

130 Tradução livre da autora: "No privilégio régio concedido por Afonso X, à Mesta, em 1273, a largura da canada limitava-se a «seis cordas de quarenta e cinco palmos, ou seja, cerca de 90 varas» [...] Estas eram as canadas reais, que constituíam três grandes sistemas de comunicação pecuária, a saber: a do Oeste ou leonesa, a Central ou Segoviana e a do Este ou Manchega." (Klein, 1936, p. 30)

Figura 5.11. *Ponte romana de Alcântara, sobre o rio Tejo, Espanha. Um dos pontos de passagem para a Beira Baixa, Portugal.*
Nota. Fotografia da autora, 2012.

regente D. Pedro, em 1444, demonstra que os gados de Castela eram bem-vindos em Portugal (Calado Pinheiro (coord.), 2008; David de Morais, 1998).

Durante os reinados de D. João II, D. João III e domínio filipino, são frequentes os relatos de rebanhos de Castela que beneficiavam dos melhores pastos em território português. Na própria toponímia da Serra da Estrela, encontramos ligações a reminiscências passadas. A "Nave da Mestra" acolhia rebanhos da *Mesta* espanhola assim como sob a "Lapa do Mosteiro" pastavam os gados vindos de Guadalupe que encontravam na Serra da Estrela, pastos de Verão a menores distâncias do que na restante península (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

No mapa da figura 5.12, são patentes vários caminhos vindos de Espanha para os pastos portugueses. Apesar de terem ocorrido incursões transumantes no sentido Portugal - Espanha, estas eram pouco comuns, verificando-se mais o inverso, fruto em grande parte do valor mais alto de arrendamento de pastos em Espanha. O arrendamento em Portugal podia ser pago em cabeças de gado, aumentando o quantitativo de gado nacional (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

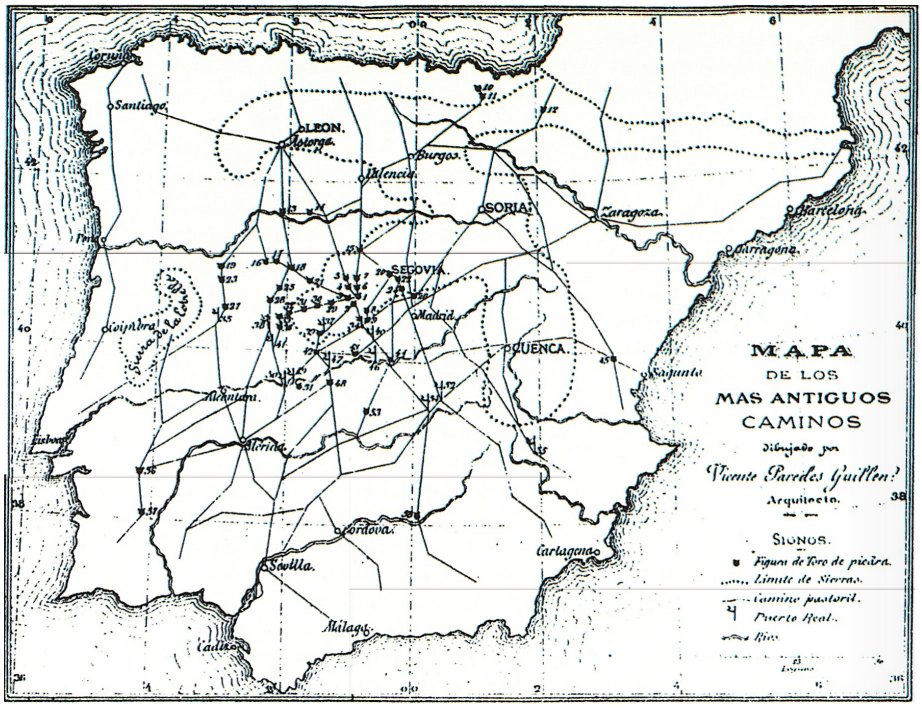


Figura 5.12. *Mapa dos antigos caminhos pastoris na Península Ibérica.*
Nota. Desenho de Vicente Paredes, 1888. **Em** *La Trashumancia y su mundo en Extremadura* **de** F. Flores Manzano, 1999, Junta de Extremadura - Consejeria de Cultura y Patrimonio.

Até ao século XVI, apesar de existirem descrições em forais, as deslocações do gado eram mal regulamentadas, originando conflitos entre pastores e agricultores (Ribeiro, 1941). As medidas de proteção aos rebanhos transumantes permanecem semelhantes às estabelecidas anteriormente sem, contudo, se sobreporem à atividade agrícola nem ao gado criado com estabulação, cuja importância se mantinha. A necessidade de estabelecer medidas mais restritivas vai surgindo com o aumento de conflitos, tanto com rebanhos de Portugal como com rebanhos de Castela, que se geravam entre os criadores de gado e os agricultores, quer pela determinação das áreas de pasto quer pela conservação dos caminhos necessários para chegar a essas áreas.

Em Portugal, o direito de compáscuo permitia o uso de pastos comuns (terras não cultivadas – baldios e maninhos) para a pastagem de rebanhos. Estes terrenos, tanto nas terras altas como nas terras baixas, eram determinados previamente e acordados com os respetivos proprietários. Tanto em Espanha como em Portugal era comum a cobrança dum imposto

– montado[131] – que pretendia compensar os prejuízos do gado transumante para gados e pastos locais (Trindade and Ribeiro, 1981). Consistia no pagamento de um certo número de cabeças de gado.

De Castela, vinham rebanhos transumantes pelas *cañadas reales* que transpunham a fronteira para pastos nacionais. Até cerca de 1641, os usos e privilégios de Castela eram respeitados em Portugal (Klein, 1936), tendo a regulamentação da transumância ganho destaque durante o domínio Filipino. Sobre a regulamentação, nas "Leis Extravagantes", posteriores às Ordenações Manuelinas (1521), são definidos direitos e deveres dos pastores transumantes (Ribeiro, 1941). Os pastores possuiriam assim uma guia com o local de origem e destino (baldios e maninhos)[132], devendo o percurso ser seguido pelas canadas, assinaladas por oficiais das câmaras. Durante a dominação castelhana, para além da regulamentação, aumentam os privilégios concedidos aos pastores, a título de exemplo, concedido aos pastores da Guarda e outros serranos, de poderem passar e chegar aos baldios, sem coimas.

Após a restauração da independência (1640) assiste-se a tentativas de revogação dos privilégios concedidos aos pastores, mas os privilégios filipinos, anteriormente concedidos, ainda prevaleciam assim como concessões favoráveis à exploração extensiva de prados naturais. Em Espanha, no fim do século XVIII, *Jovellanos*[133], defendia uma nova política de fomento agrário, reações estas que também ecoavam em Portugal: A reação iniciada em Espanha, por *Jovellanos*, contra os privilégios pastoris, está representada entre nós pelos economistas da Academia das Ciências. Foram eles que enunciaram as bases teóricas da reforma

131 Também referido como montádigo (Ribeiro, 1941, p. 69).

132 Os baldios correspondem a terrenos comunitários, para uso dos habitantes (pasto, estrume, lenhas, saibro, pedras) geralmente ligados à vida agrícola. Os maninhos são tratos de terreno inculto, quer fossem propriedade comum (baldio) ou particular.

133 Escritor, jurista e político espanhol.

agrária e se fizeram defensores do pleno direito da propriedade, até então restringido pelas servidões tradicionais: a mais onerosa de todas, a dos pastos comuns, de que se aproveitavam os gados transumantes, foi severamente condenada (Ribeiro, 1941).

Os privilégios dos pastores e os pastos comuns e terrenos abertos começavam a ser vistos como responsáveis pela decadência da agricultura, um entrave ao progresso desta atividade, reações estas que também ecoavam em Portugal. Com as ideias do Liberalismo, iniciou-se a decadência da atividade da transumância. As mudanças de origem ideológica e políticas expressaram-se fisicamente na paisagem:

> *(...) os pastos, outrora comuns, passaram a ser arrendados. Encetaram-se processos de arborização, com a plantação de olivais, montados de sobro e azinho, diminuindo a área destinada à transumância. Os camponeses começaram a destruir as canadas e a vedar os campos. No entanto, o rendimento agrícola permaneceu muito baixo. Por outro lado, a introdução do milho afectou igualmente a pastorícia. Com o progresso do individualismo agrário, diminuíram os baldios, aumentaram as terras cultivadas e o parcelamento da propriedade, tendo, consequentemente diminuído os pastos naturais, os pousios e os incultos indispensáveis à sobrevivência da transumância."* (Calado Pinheiro (coord.), 2008, p. 158).

Esta contínua anulação dos pressupostos para a existência da transumância conduziu ao seu desaparecimento, devendo ser analisado como um fenómeno que fez parte do processo evolutivo da paisagem, tanto a nível social, económico e tecnológico. A mudança foi gradual, apesar de comparativamente, a atividade de transumância englobar saberes e técnicas muito mais remotas.

No final do século XIX, a abolição do direito de compáscuo (no âmbito do código civil de 1867), levou à redução da transumância, principalmente as grandes rotas para o Alentejo (Ribeiro, 1941). Os terrenos baldios eram também considerados como entraves ao progresso económico e agrícola, tendo sido, consequen-

temente, levadas a cabo ações de alienação e aforamentos com a finalidade de transformar os terrenos incultos em cultivados (o mapa da figura 5.13 revela as áreas identificadas como 'cumiadas incultas'). Em 1886 são criados os Serviços Florestais visando, inicialmente, a arborização nas serras do Gerês e da Estrela. Com a instituição do Regime Florestal deu-se uma viragem estratégica da administração florestal para o interior serrano do País. A Administração Florestal de Manteigas, criada em 1888, pretendia lidar com a necessidade de correção hidrológica, devido à forte pluviosidade e aos grandes declives, o que conduziu à entrega ao Estado de 7.000 ha de terrenos incultos para arborização (Rego, 2001).

O avanço da arborização continuou com a submissão de vários baldios ao Regime Florestal tendo, também, sido impulsionada com os planos da Junta de Colonização Interna, já no século XX. Em 1887, o Projecto de Lei do Fomento Rural, de Oliveira Martins, demonstrava este interesse, propondo a divisão dos terrenos em glebas e a instalação de um colono (Ministério da Agricultura, 1939).

De facto, no século XX, a implantação da República e a Primeira Guerra Mundial aceleraram a transformação da paisagem serrana do interior podendo destacar-se 3 processos subsequentes que fomentaram grandes transformações no território; as desamortizações dos baldios, a florestação e a colonização interna (Estêvão, 1983).

Em 1936 é criada a Junta de Colonização Interna (JCI)[134] com a finalidade de executar os planos de aproveitamento dos baldios, nomeadamente para atividades agrícolas ou florestais de produção. O mapa da figura 5.14 ilustra a localização, quantidade e dimensão dos baldios identificados pela JCI.

Com a "Lei do Povoamento Florestal"[135], em 1938, as atividades de florestação conheceram um novo impulso, integrado

134 Segundo o Decreto-Lei n.º27:207, de 16 de novembro de 1936.

135 Lei n.º 1971 de 1938.

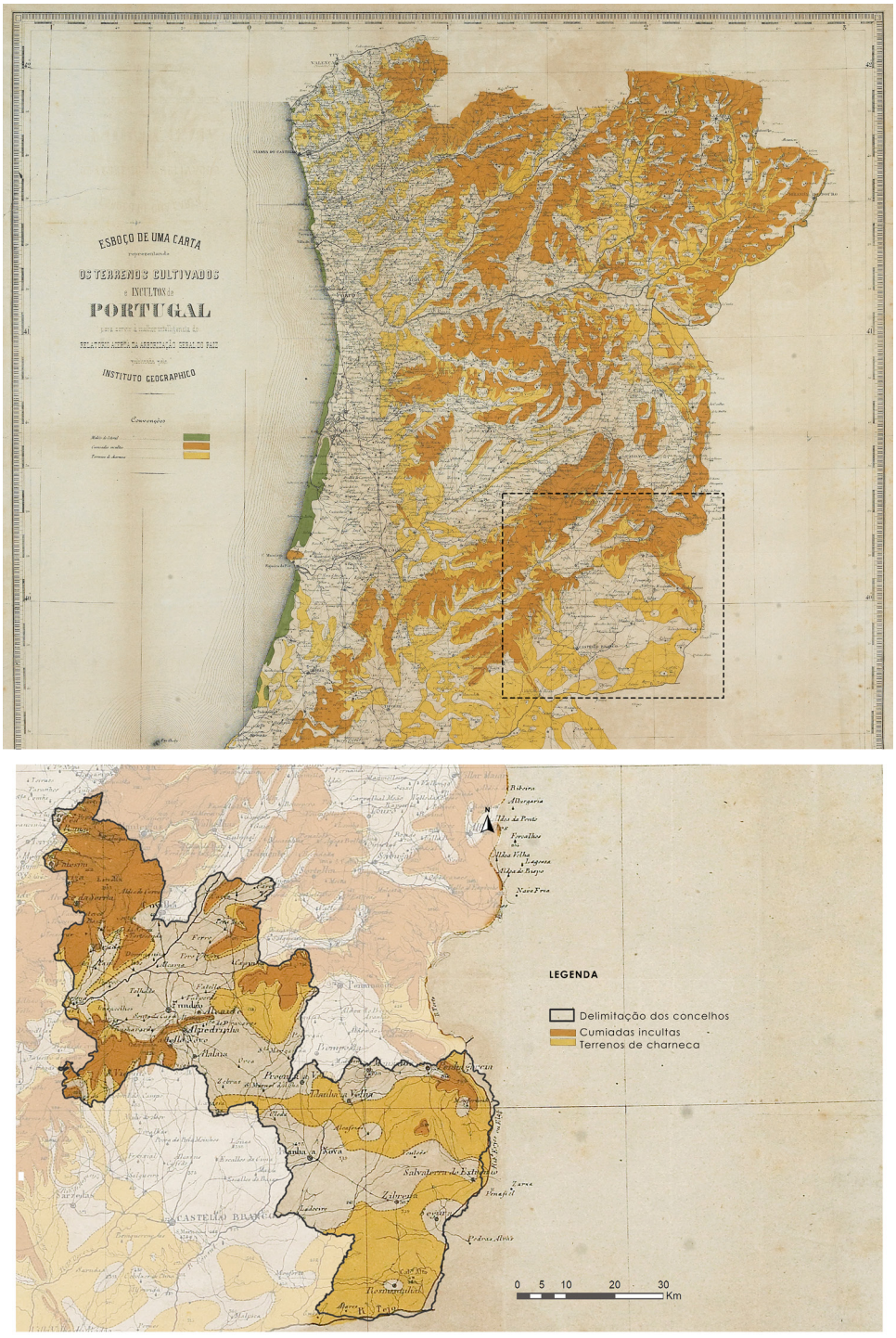


Figura 5.13. *Carta dos terrenos cultivados e incultos de Portugal, 1868.*

Nota. (em cima) Excerto da carta dos terrenos cultivados e incultos de Portugal, Instituto Geographico, 1868. (em baixo) Delimitação da carta dos terrenos cultivados e incultos de Portugal pelos concelhos de Idanha-a--Nova, Fundão, Covilhã e Seia. Grande parte do Concelho de Idanha-a-Nova com terrenos de charneca e na Serra da Estrela, *cumiadas* incultas. Baseado em *Esboço de uma carta reprezentando os terrenos cultivados e incultos de Portugal para servir à melhor intelligencia do relatório ácerca da arborisação geral do paiz, publicado pelo Instituto Geographico de F. Folque et al, 1868*, Lisboa: (1 mapa em duas 2 folhas, Norte e Sul). Cópia pública BN.

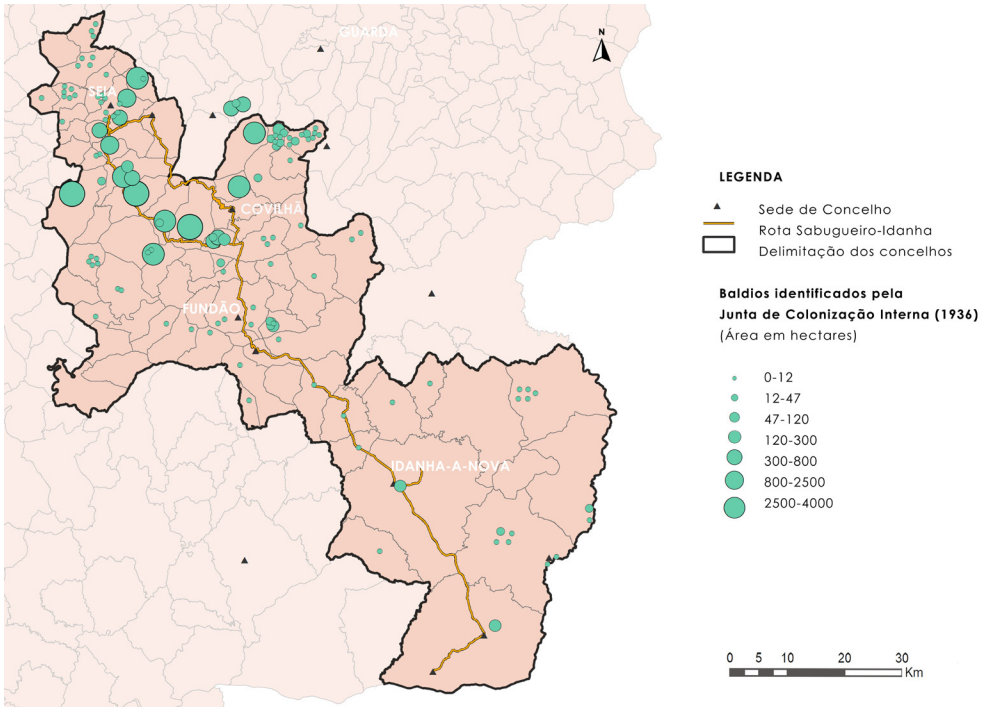


Figura 5.14. *Identificação de áreas de baldios pela Junta de Colonização Interna, em 1936.*
Nota. Destaque para a zona da Serra da Estrela (tanto em número como em área). A transumância dependia em grande parte da existência deste tipo de terrenos. Elaborado pela autora, 2020, com dados Em Reconhecimento dos baldios do Continente de Junta de Colonização Interna, 1939, Ministério da Agricultura.

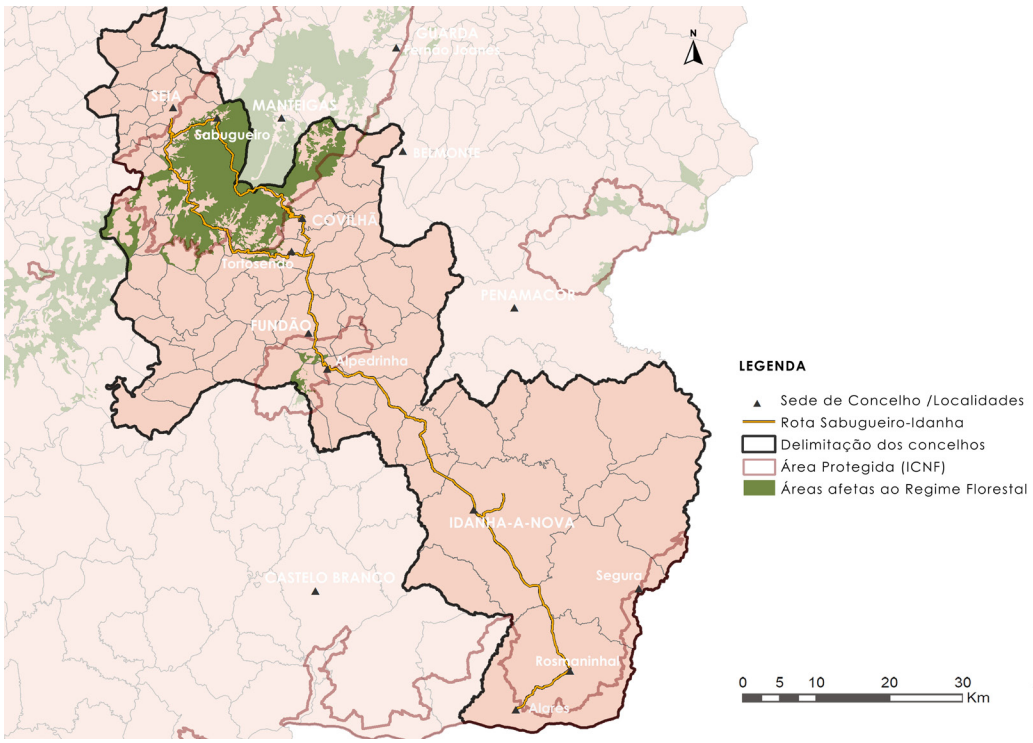


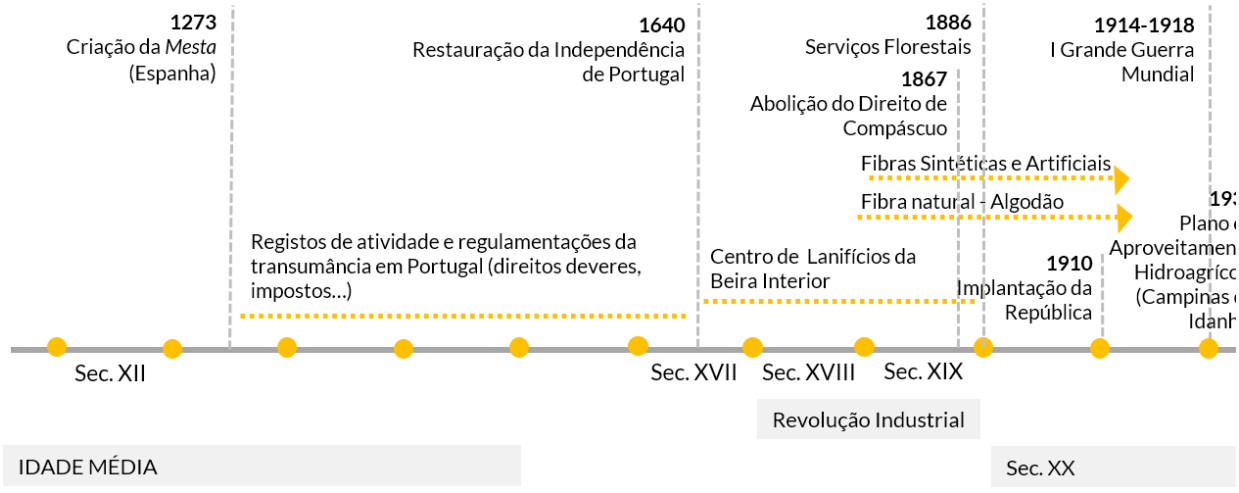
Figura 5.15. *Áreas em Regime Florestal total ou parcial.*
Nota. Elaborado pela autora 2021, com dados do ICNF (2021).

num movimento de fomento e conservação florestal europeu e norte-americano, desenvolvido a partir do início do século XX (Calado Pinheiro (coord.), 2008). Foi sendo realizada uma arborização massiva das zonas serranas, que eram, por excelência, de natureza baldia, o que contribuiu para a redução de áreas disponíveis para a atividade da transumância. A arborização de terrenos baldios efetuada pelo Estado, representam, ainda hoje, áreas significativas (ver figura 5.15), com destaque para o Parque Natural da Serra da Estrela, que dos 88.850 ha, cerca de 15.600ha são terrenos em regime florestal (ICNF, 2021).

A par dos processos de florestação, em 1935 foi apresentado o "Plano de Aproveitamento Hidroagrícola"[136], para fomento de agricultura de regadio. As campinas da Idanha incluíam uma das áreas em foco, com cerca de 6.500 ha atribuídos (Campeã da Mota, 2019) , tendo dado origem à construção da Barragem Marechal Carmona[137], canais condutores gerais e canais de distribuição de água para rega, tanto no rio Ponsul como na ribeira do Aravil (concelho de Idanha).

136 Plano elaborado pela então Direcção de Obras Hidráulicas Agrícolas.

137 Construída em 1946, a albufeira era antes local privilegiado para pastos de transumância.



Apesar destes processos decorridos especialmente a partir de finais do século XIX, princípios do século XX, as condições geográficas da Beira Interior e o contínuo desenvolvimento da indústria de lanifícios permitiu manter a atividade transumante a nível local, para consumo da lã (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

Já na segunda metade do século XX, a intensificação da industrialização e do seu impacto socioeconómico, conduziu a mudanças no tecido social, como o intenso despovoamento do interior nos anos de 1960 a favor dos centros urbanos e da emigração. A população rural, progressivamente fragilizada e envelhecida, deixa de manter a trilogia rural: agricultura, silvicultura e criação de gado, ou seja, o tradicional modo de vida agro-silvo-pastoril (Monteiro, 1992; Calado Pinheiro (coord.), 2008).

Assente em economias de subsistência, as baixas produtividades agrícolas dificultavam o desenvolvimento do comércio e acumulação de riqueza (Santos, 2015). O desenvolvimento tecnológico e os novos meios de transporte e de comunicação trouxeram, também ao meio rural, novas oportunidades de conversão de uma vida árdua para uma vida mais confortável. O transporte do gado passou a realizar-se em camiões ou

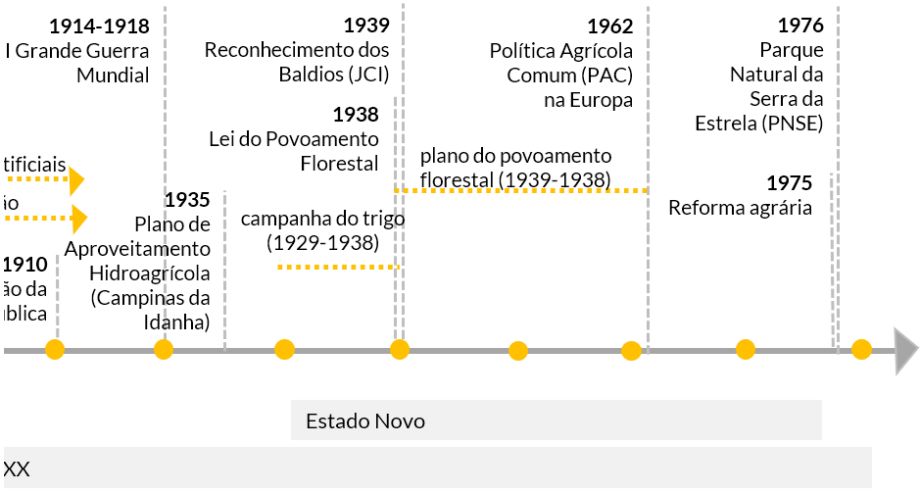


Figura 5.16. *Cronograma da evolução histórica da transumância em Portugal (datas e acontecimentos com impacte na atividade)*
Nota. Elaborado pela autora, 2021.

comboio e a sua alimentação a recorrer a forragens e a pastagens semeadas, a instalação de vedações permitiu controlar o gado e dispensar o pastor, a introdução de adubos químicos permitiu desvalorizar ou desfazer o vínculo da produção agrícola com a produção animal. As novas medidas da Politica Agrícola Comum (PAC), a que Portugal se submeteu na década de 1980, vieram favorecer a agricultura em detrimento da atividade pastoril (Santos, 2015). Todas estas mudanças afetaram de forma drástica a atividade transumante, conduzindo-a ao seu declínio. O cronograma da figura 5.16 reúne principais datas e acontecimentos relacionados com a atividade de transumância e que afetaram, direta ou indiretamente, a paisagem.

5.2.3 Dinâmicas socioecológicas e económicas (passo 2)

A atividade de transumância reflete dinâmicas socioecológicas que assentam num método sustentável de uso do solo, desenvolvido ao longo de séculos, um sistema multifuncional, com proveitos em diversos aspetos, que pode ser representado, para o caso da região de montanhas mediterrânicas, pelo esquema da figura 5.17.

Numa paisagem cultural de transumância é reconhecida a relação próxima e profícua entre as práticas agrícolas tradicionais e o funcionamento dos ecossistemas. Os padrões espaciais e estrutura resultantes das práticas de transumância revelam também aspetos de manutenção de biodiversidade, promovendo habitats e espécies raras, tanto ao nível da flora como da fauna (Bunce et al., 2004). A própria prática extensiva de pastoreio[138] exerce efeitos indiretos, pelo uso de herbívoros, no controlo de crescimento de biomassa aérea, tanto da vegetação

138 A prática extensiva é mais ajustada às condições edafo-climáticas existentes e menos dependente de recursos extrínsecos, com rentabilidade baseada em baixos consumos de capital e valores de produtividade relativos. Estes sistemas resultam em produtos assentes na rusticidade e na qualidade (Bunce et al., 2004).

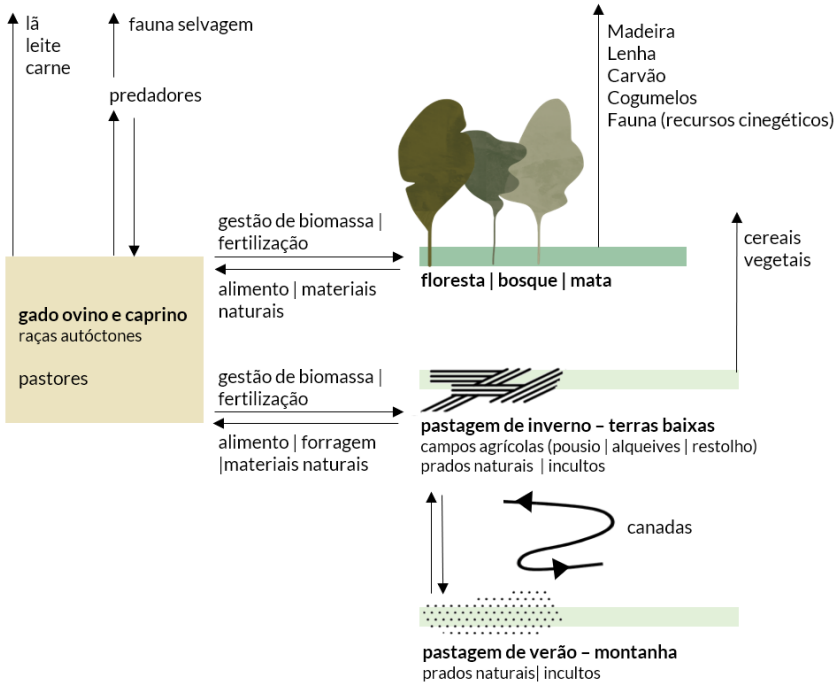


Figura 5.17. *Dinâmicas socioecológicas: sistema de uso do solo e recursos naturais/gerados num sistema de transumância de gado ovino e caprino na região mediterrânica.*
Nota. Adaptado de *Multi-functionality in Mediterranean landscapes – past and future*, T. Pinto-Correia e W. Vos, 2004, Springer.

herbácea como arbustiva. Têm assim um papel importante em estratégias de conservação da natureza, na prevenção de fogos florestais ou mesmo no melhoramento de pastagens. O uso de diferentes ecossistemas separados no tempo e no espaço, permite que, pela ausência de rebanhos em determinado período de tempo, haja uma regeneração desses mesmos ecossistemas (David de Morais, 1998a). Por outro lado, prados permanentes e outras culturas de revestimento do solo, promovem o combate aos processos de erosão do solo e permitem a fixação de água no mesmo.

Relativamente aos rebanhos (ovino e caprino), a presença de raças autóctones contribui para a diversidade biológica (recursos genéticos) e são identidade de determinada região. O percurso de transumância favorece a robustez, beneficiando fisicamente os animais, apurando a sua rusticidade induzindo a uma melhoria genética (Soares de Sousa et al., 2005).

O desenvolvimento da pastorícia extensiva nas regiões menos favorecidas, demostra formas ancestrais de pastoreio como sejam a transumância ou o pastoreio de percurso, cuja gestão de território e práticas de maneio são costumes seculares, ajustados às condições do meio e às relações sociais e que testemunham um profundo conhecimento do território. As pastagens (de verão e de inverno) oferecem a forragem para o gado e este, por sua vez, fertiliza os pastos naturais e de campos de cultivo (os alqueives e terrenos antes de serem semeados) (Girão, 1940).

Frequentemente, os campos agrícolas em pousio são arrendados, tendo os agricultores o benefício da fertilização dos mesmos para a produção de culturas agrícolas. A floresta, bosques ou matas proporcionam alimento, lenha e materiais, tanto para construções como atividades relacionadas com a pastorícia.

Analisam-se, de seguida, como se caracterizam as relações e dinâmicas estabelecidas na paisagem cultural em estudo.

5.2.3.1 As condições biofísicas na construção da paisagem cultural

As condições climáticas e a orografia da Serra da Estrela e da região de Idanha-a-Nova são essenciais e determinantes para a existência da rota de transumância entre estas duas zonas. A flora e vegetação, especialmente os prados espontâneos da serra que no permanecem no verão, são procurados para o pastoreio e contribuem para a existência de um ciclo de transumância. Percebemos que são duas paisagens distintas em termos de relevo, clima, vegetação, que se complementam sazonalmente para este modo de vida de transumância.

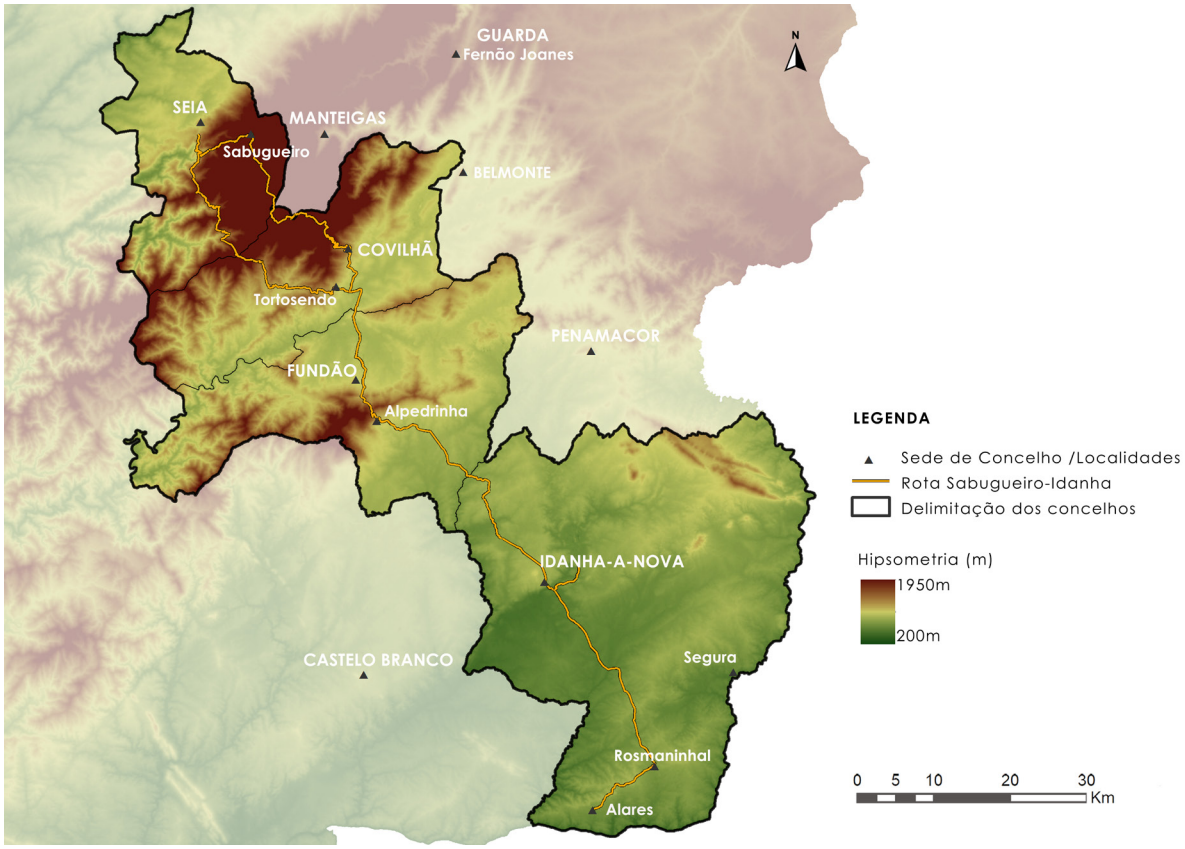


Figura 5.18. *Hipsometria da área em estudo.*
Nota. Elaborado pela autora, 2021, com base no Modelo Digital de Terreno com 30 metros de resolução para Portugal Continental em DT73.

5.2.3.1.1 O clima e a fisiografia

Através da planta de hipsometria (figura 5.18), verifica-se o contraste de cotas altimétricas. No concelho de Seia, a altitude média é de 755m, sendo que a altitude máxima é registada na torre da Serra da Estrela com 1.993m. As encostas a sul/sudoeste, apresentam declives acentuados, contrastando com a zona planáltica acima dos 1400m. A nível do concelho da Covilhã, as encostas da serra a sul /sudeste inserem-se nas classes hipsométricas dos 700-1400m, descendo para a depressão da Cova da Beira que se localiza pelos 300-700m. As maiores altitudes, para Sul e Sudeste, são de novo atingidas na Serra da Gardunha (concelho do Fundão), pertencente também à cordilheira central, variando entre os 255m e os 1226m.

No concelho de Idanha-a-Nova os valores de altitude variam entre os 90 m e os 830 m, sendo as classes altimétricas mais representativas as de 200 a 300 m (36%). O relevo é pouco acidentado, sendo o concelho de Idanha-a-Nova marcado por uma formação geomorfológica central de relevo planáltico,

com cotas situadas entre os 200 e os 400 metros. No norte do concelho, surgem súbitas emergências rochosas como o cabeço granítico de Monsanto de carácter montanhoso (763 m) ou as cristas quartzíticas de Penha Garcia, constituídas pelas serras do Ramiro, do Medronhal e da Gorda (700 m a 830 m) (Município de Idanha-a-Nova, 2019).

A sul e sudeste da Serra da Gardunha, a paisagem converte-se, das montanhas e relevos íngremes da Serra da Estrela, da forte presença da água à superfície dos afloramentos graníticos e do grande planalto no cimo da Serra, dos povoamentos aglomerados a dispersos, para planuras que muito se assemelham à paisagem do Alentejo. Aqui ganha forma uma nova paisagem, de fisionomia diferente, mas associada à Serra da Estrela pela atividade pastoril, saberes e tradições.

Como já referido anteriormente (e será descrito detalhadamente mais à frente), a rota efetuava-se por percursos alternativos, consoante vários fatores, entre os quais as condições meteorológicas ou o estado físico dos animais para percorrerem uma zona de relevo mais acidentada do que outra (Ribeiro, 1941).

Analisando o clima, segundo a classificação de Köppen, na maior parte do território de Portugal continental o clima é temperado, com o subtipo **Cs** (clima temperado com verão seco). Na área em estudo estão ainda presentes seguintes variedades **Csa** (clima temperado com verão quente e seco), abrangendo a região mais a interior e **Csb** (clima temperado com verão seco e suave)[139] que engloba a Serra da Estrela (ver figura 5.19).

Comparando as áreas de destino da transumância (Serra da Estrela e Campinas da Idanha) verificam-se condições díspares de temperatura e precipitação que influenciam na disponibilidade de pastos e como tal, influenciam o ciclo de transumância (descrito mais à frente). Com o aumento da altitude existe uma

139 Dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (I.P.M.A.) acedidos em 2021 em https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/?print=true.

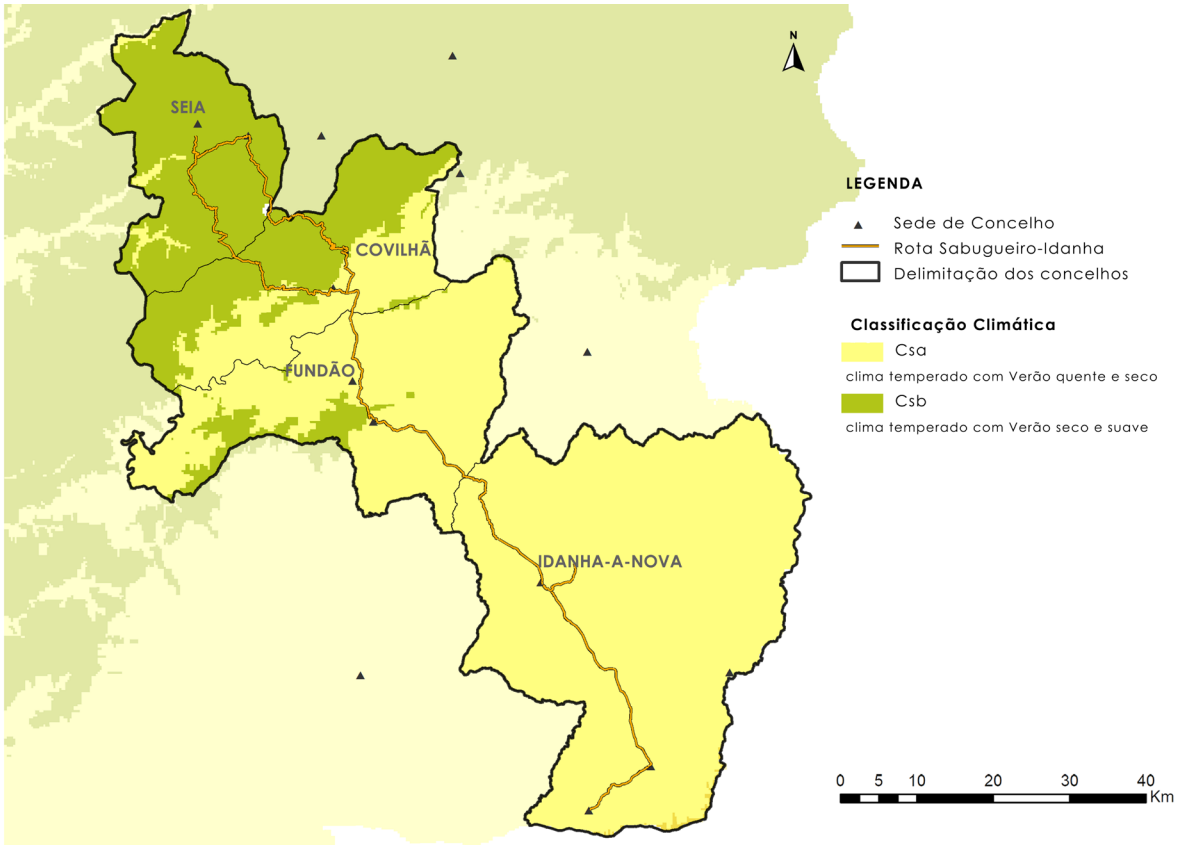


Figura 5.19. *Classificação climática de Köppen.*
Nota. Elaborado pela autora, 2021, com base no mapa de *Classificação climática de Köppen.* Portugal (IPMA).

diminuição da temperatura em 1º C por cerca de cada 150 metros (Município de Seia, 2021), sendo a quantidade pluviométrica mais elevada no topo das cordilheiras, assim como, a intensidade dos ventos. Na serra, os invernos são longos frios, chuvosos e com neve que tornam difíceis as condições para pastoreio.

Analisando o índice ombrométrico anual, que expressa a disponibilidade média anual de água para as plantas, relativo à relação de valores de precipitação e de temperatura (Mesquita & Sousa, 2009), os ombrotipos presentes na região em estudo demostram que a nível do território nacional, ambas as regiões apresentam os maiores contrastes, tendo a região de Idanha-a-Nova ombrotipos das classes árido e semiárido contrastando com a Serra da Estrela com ombrotipo hiperhúmido a ultrahúmido o que influencia o tipo de vegetação presente e consequentemente uma complementaridade sazonal útil, para disponibilidade de pastos.

Outra questão relevante para análise, dada a sua expressão na região, são as zonas de aridez (áreas secas potencialmente

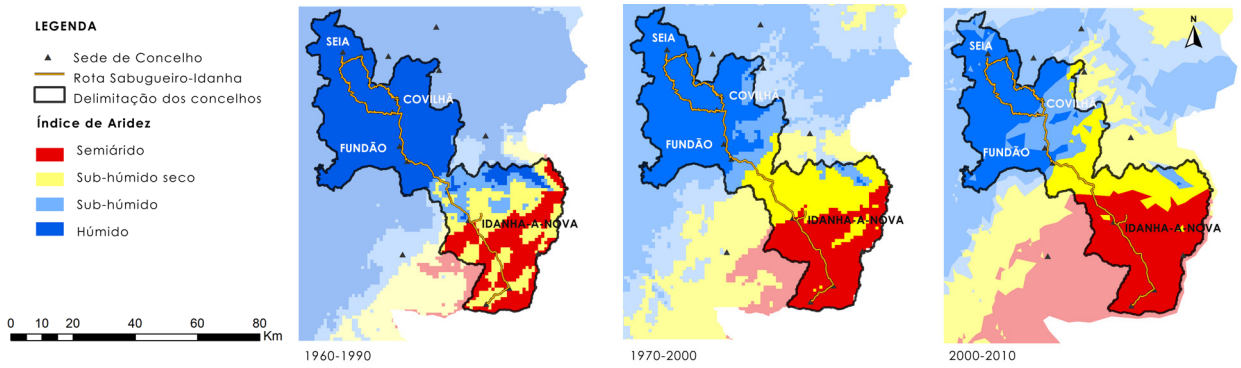


Figura 5.20. *Zonas de aridez e sua evolução nos períodos temporais (1960-1990), (1970-2000) e (2000-2010).*
Nota. Conjunto de dados geográficos provenientes do ICNF, acedidos em 2021.

afetadas pela desertificação). A aridez corresponde a um fenómeno climático caracterizado pela escassez de água que pode ser quantificado pelo índice de aridez. Este traduz uma relação, a longo prazo, entre precipitação e evapotranspiração potencial[140]. Analisando o primeiro mapa , para o período de 1960-1990, é bastante visível o contraste entre a Serra da Estrela e a região de Idanha-a-Nova (ver figura 5.20). A classe de 'áreas secas' correspondente a zonas semiáridas ou sub-húmidas secas que predominam na região da Idanha, enquanto que as zonas de classe húmida predominam na Serra da Estrela.

A tendência de desertificação é patente quando analisada a sua evolução, caminhando para um alastrar das áreas semiáridas e diminuição de áreas húmidas que por um lado diferenciam as duas zonas de destino de transumância e por outro demostram uma necessidade de refletir sobre o fenómeno a nível de estratégias de gestão da paisagem.

O aumento das áreas ardidas, resultantes de fogos florestais (figura 5.21), demonstram em parte esta tendência de desertificação, embora as causas destes fogos sejam resultando de outras forças motrizes.

A geologia e litologia presente na área de estudo influencia naturalmente no tipo de vegetação presente ou mesmo na presença de água à superfície, dois aspetos essenciais para a atividade de transumância. Destaca-se também, a história geológica da Serra da Estrela e a sua singularidade e significado que lhe conferem a atribuição de inúmeros valores, não só científico,

140 Informação da Comissão Europeia - World Atlas of Desertification, acedidos em 2021, https://wad.jrc.ec.europa.eu/patternsaridity.

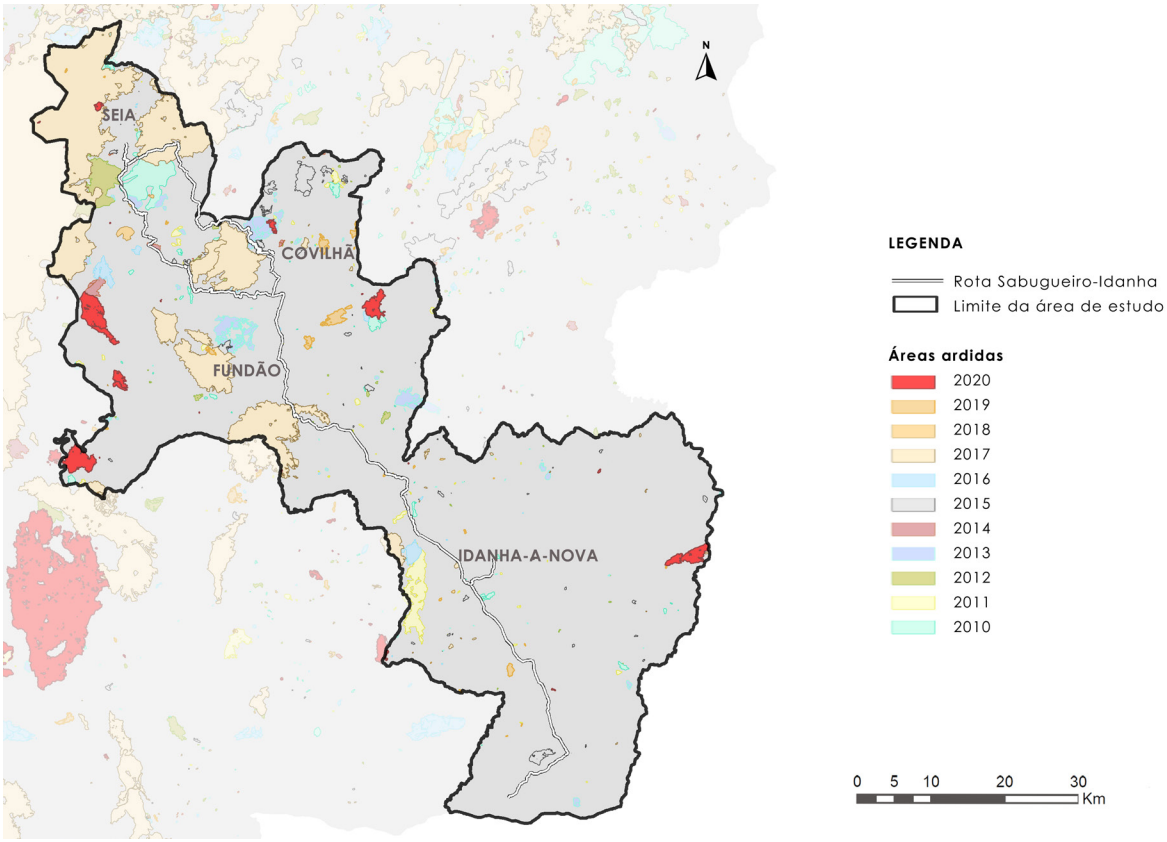


Figura 5.21. *Áreas ardidas desde 2010 a 2020.*
Nota. Conjunto de dados geográficos provenientes do ICNF, acedidos em 2021.

como de apreciação estética ou mesmo como valor turístico. Na serra, existem granitos e granodioritos, sendo que o complexo xistograuváquico (Formações de Almaceda) remontam ao Pré-câmbrico (+541 ma.). Durante o Miocénico (23-5 m.a), a Serra da Estrela soergueu-se como uma estrutura em *pop-up* resultando uma montanha cuja forma planáltica e os cerca de 2.000m de altitude permitiu depósitos glaciares durante as glaciações do Pleistocénico (planalto da torre, vales glaciáricos de Loriga, do Zêzere, Alforfa, ou mesmo o glaciar de Alvoco)[141]. A título de exemplo, os geossítios (locais de interesse geológico), testemunham esta história geológica (ver mapa da figura 5.22).

Na serra da Estrela, a água é relativamente abundante, como noutras serras graníticas, assim como as áreas aplanadas, formando chãs frequentes com dimensões apreciáveis, que permitem a concentração de rebanhos de grandes dimensões.

141 Dados do Geopark Serra da Estrela, acedidos em 2021 em www.geoparkestrela.pt/geopark/geodiversidade . A Serra da Estrela foi reconhecida como Geopark Mundial da UNESCO em 2020.

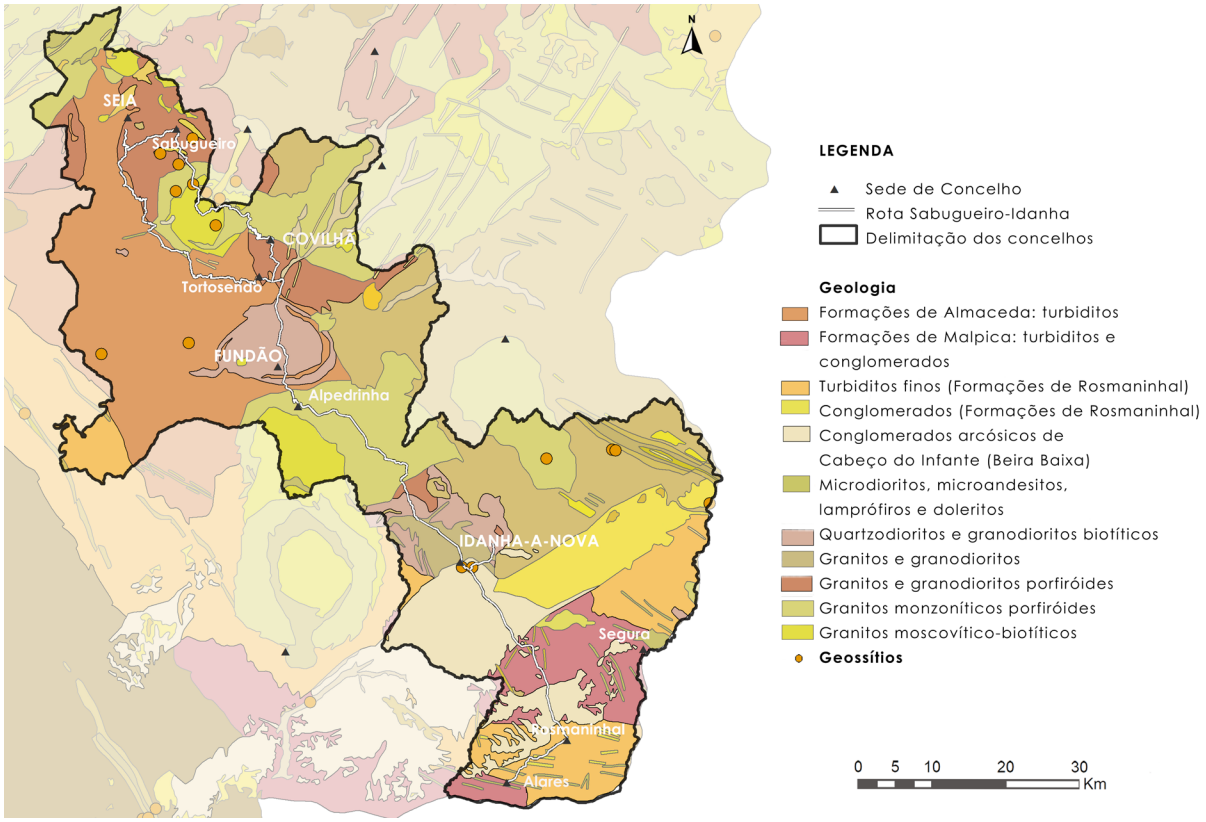


Figura 5.22. *Geologia e localização de geossítios.* *Nota.* Os geossítios identificados são referentes ao Estrela Geopark e Naturtejo da Meseta Meridional. Elaborado pela autora, 2021, com base na Carta Geológica de Portugal, escala 1:500 000.

Prevalecem as linhas de água permanentes, assim como inúmeras nascentes e fontes, facilitando o acesso à água para o gado e a existência de prados naturais permanentes (ver mapa da figura 5.23).

Já no concelho de Idanha-a-Nova, existem mais linhas de água de carácter temporário sendo os rios Ponsul e Erges as principais linhas de água. Em relação a formações geológicas destaca-se a Escarpa da Falha do Ponsul, Idanha-a-Nova (um dos geosítios do Geopark Naturtejo) estão associados a granitos e a litologia de xistos e grauvaques, na zona mais a sul e sudeste do concelho.

5.2.3.1.2 Flora e Vegetação

As séries de vegetação na área em estudo demostram a existência de comunidades vegetais diferentes, reforçando as diferenças biofísicas já analisadas (mapa da figura 5.24). São visíveis em diferentes etapas, desde bosques, matos, prados anuais e vivazes, com valores de conservação de vegetação natural e se-

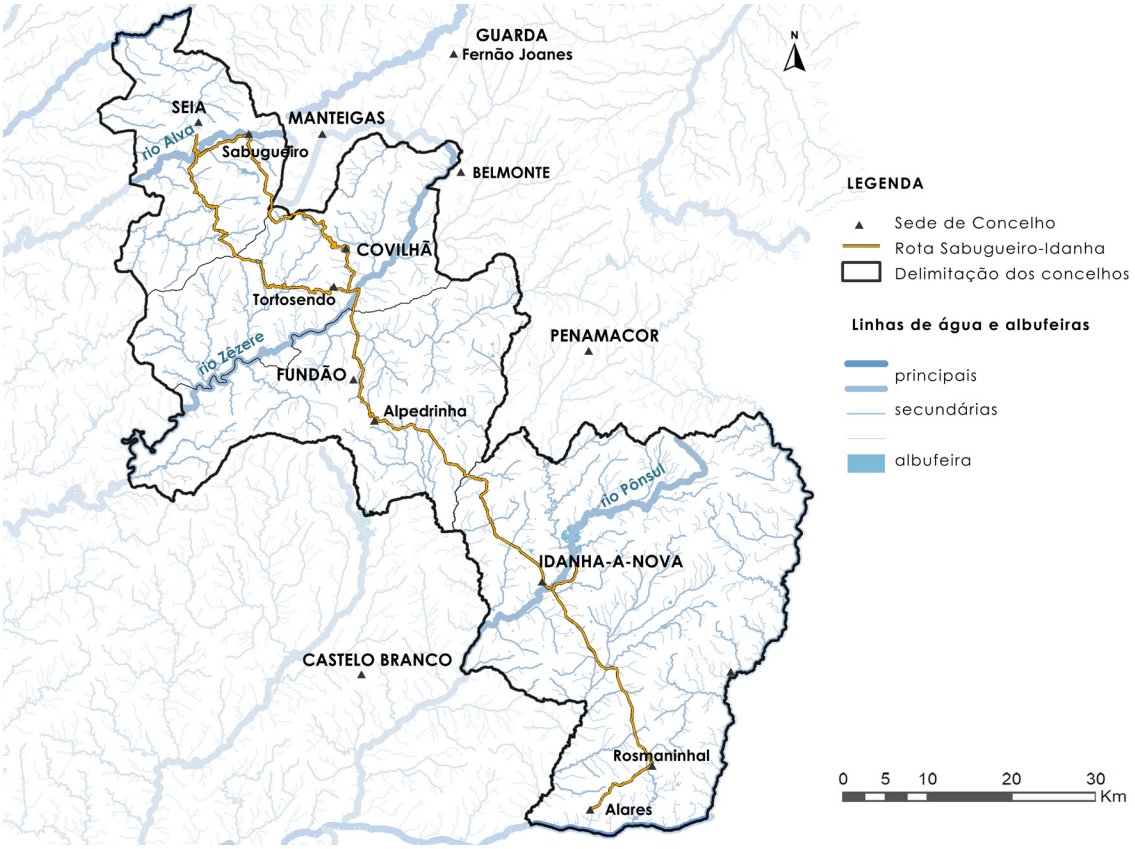


Figura 5.23. *Linhas e massas de água principais e secundárias.*
Nota. Dados acedidos **Em** *Classificação hierárquica e toponímica das Linhas de Água de Portugal Continental* **de** J. Silva et al, 2013, LEAF/ISA/ULisboa.

minatural de muito baixo a muito elevado (Magalhães (coord.), 2013). No entanto é indiscutível a existência de ecossistemas relevantes para a preservação da biodiversidade vegetal (espécies) e para a manutenção da integridade de habitats e dos mosaicos de vegetação (complexos de habitats).

Na Serra da Estrela, os cervunais (arrelvados perenes dominados pela gramínea cervum - *Nardus stricta*[142]), estão associados a flora da classe *Molinio-Arrhenatheretea* (ex. *Holcus lanatus*, *Trifolium pratense* e *Trifolium repens*) (ICNB, s.d.), que compõem prados com grande palatibilidade para ovelhas. Estes pastos, nos pontos de maior altitude, são muito ricos em proteínas e garantem a produção de bom leite (Cardoso, 2016), sendo ainda atualmente, destino dos gados durante os meses de Verão.

Tanto na Serra da Estrela como na região de Idanha-a-Nova (especialmente a sul do concelho), existem áreas classificadas

142 Formações herbáceas de *Nardus*, pertencentes á Rede Natura 2000 - habitat 6230.

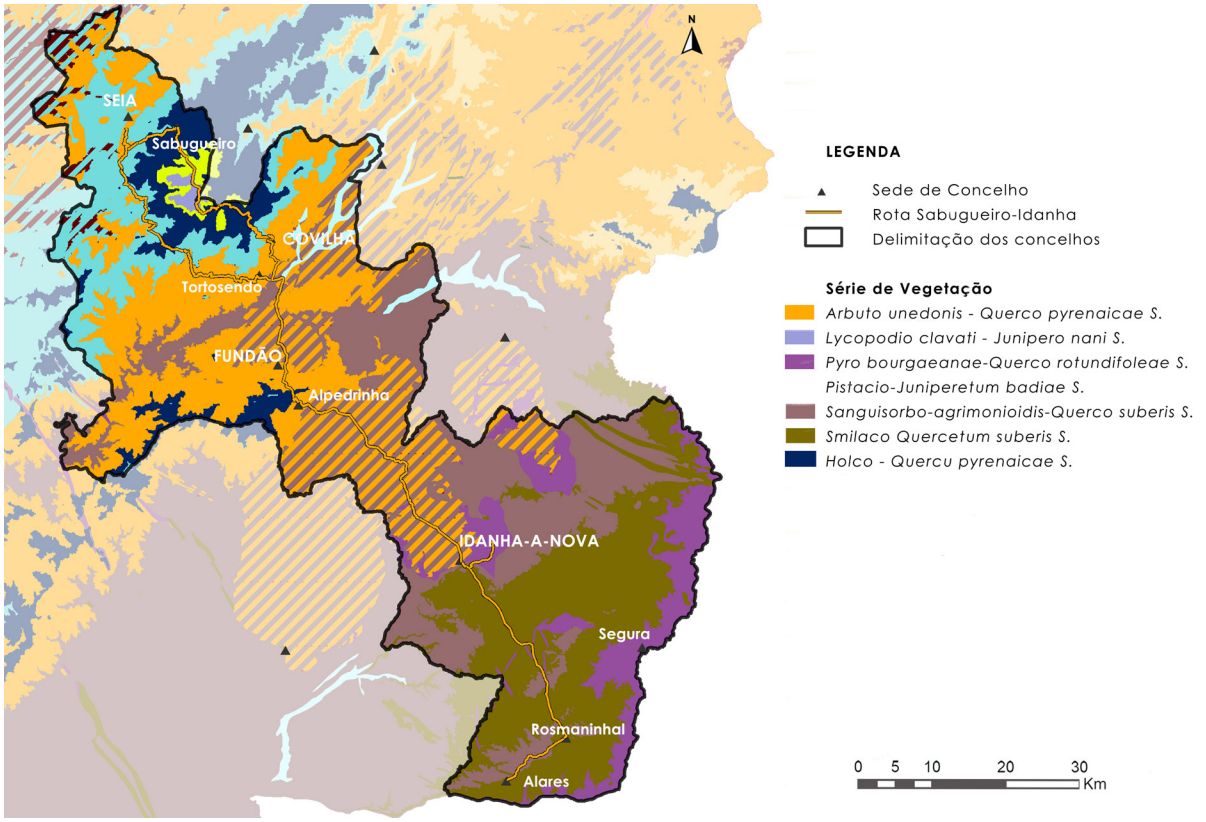


Figura 5.24. *Séries de Vegetação.*
Nota. Dados obtidos **Em** *Estrutura Ecológica Nacional - uma proposta de delimitação e regulamentação* **de** (coord.) M. Raposo Magalhães, 2013, ISA Press.

ou protegidas pela sua importância ecológica e a nível da conservação da natureza (com a existência de vários endemismos). A nível nacional, foi criado em 1976, o Parque Natural da Serra da Estrela, em 2000 o Parque Natural do Tejo Internacional e em 2014 a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha. Destaca-se também a importância ecológica com áreas integradas na Rede Natura 2000, como os sítios "Serra da Estrela", "Serra da Gardunha" e "Tejo Internacional" e o sítio Ramsar " Planalto Superior da Serra da Estrela e a Parte Superior do rio Zêzere"[143]. Em 2016, é integrada na Reserva da Biosfera da UNESCO a área Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional Portugal/Espanha, (ver mapa da figura 5.25).

A influência não só da agricultura como do pastoreio na vegetação natural ou semi natural pode contribuir positivamen-

143 Optou-se por abordar o tema flora e vegetação cuja ligação com a atividade de pastoreio é evidente. Em relação à Fauna, às espécies de gado ovino e caprino serão mencionadas mais à frente.

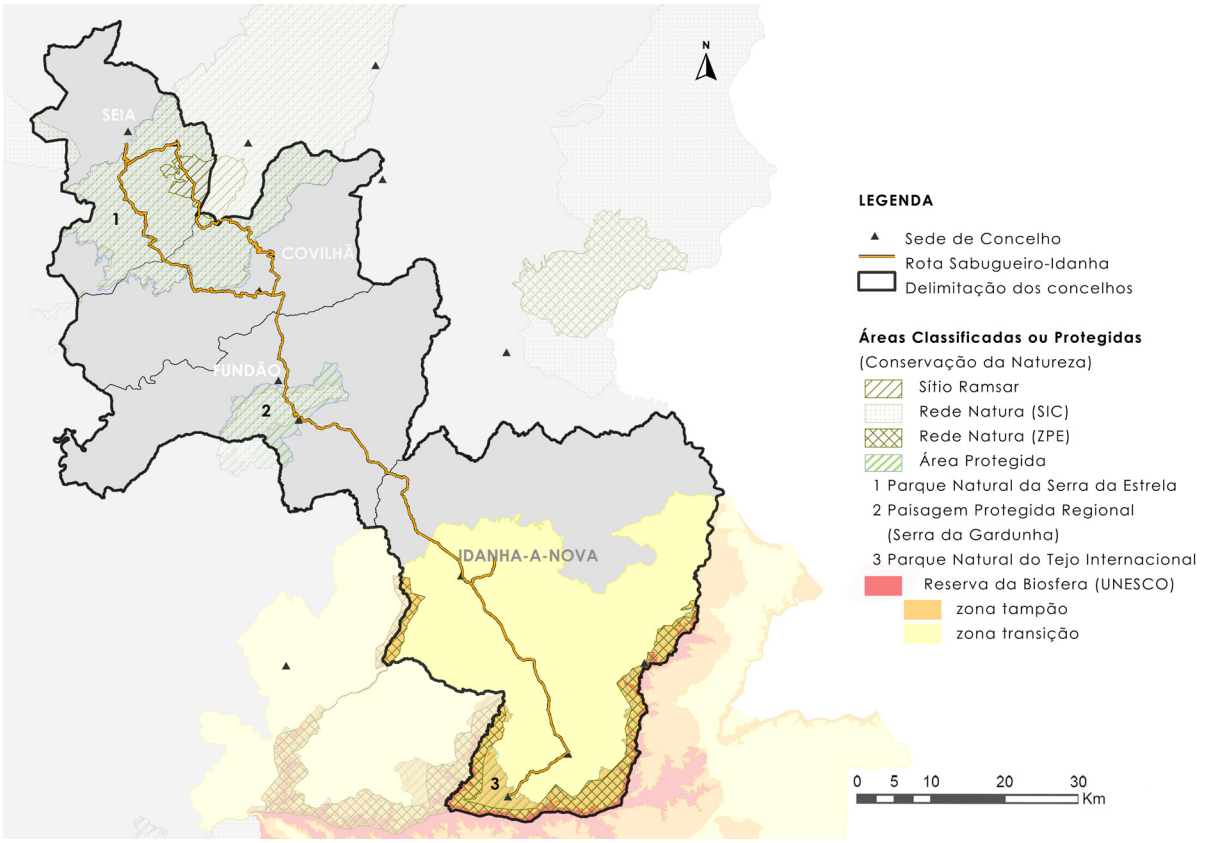


Figura 5.25. *Áreas para conservação da natureza*
Nota. Conjunto de dados geográficos provenientes do ICNF, acedidos em 2021.

te para um aumento de biodiversidade. Na Serra da Estrela, os sistemas agro-silvo-pastoris desencadeiam uma série de classes de vegetação, muitas delas com carácter de proteção legal (Queirós et al., 2013). Se por um lado os cervunais (habitat Rede Natura) são favorecidos pela exclusão competitiva por plantas mais produtivas e de maior palatibilidade para os animais (ICNB, n.d.), por outro lado, a diminuição das práticas pastoreio extensivas nestas zonas tem implicado o aumento do grau de cobertura da vegetação arbustiva (*Calluna vulgaris*) em detrimento do cervunal (ICNB, 2000).

Na Serra da Estrela, devido à altitude é possível distinguir andares de vegetação, sendo que acima dos 1850m, é patente a ausência de árvores. No andar superior são comuns os bosques de bétulas (*Betula alba*), o carvalho-negral, o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*) e o teixo, o zimbro (*Juniperus communis*), o piorno (*Cytisus oromediterraneus*) e a caldoneira (*Echinospartum ibericum*), mosaico de formações arbustivas (piornais, cal-

doneirais, urzais e giestais), e os prados de montanha como os cervunais. No andar intermédio (até aos 1600-1800m) estão presentes bosques de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e azinheira, bosques de bétulas (*Betula alba*) e teixos (*Taxus baccata*). urzais (*Erica* sp. E *Calluna vulgaris*), giestais (*Cytisus* sp. E *Genista* sp.), ou caldoneirais (*Echinospartum* sp.). No andar basal (até aos 800-900m) os carvalhais perenes mediterrânicos de azinheira (*Quercus rotundifolia*) e sobreiro (*Quercus suber*), carvalhais caducifólios de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) bosques de freixos (*Fraxinus angustifolia*), amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros (*Salix* sp.), ulmeiros (*Ulmus minor*) e azereiros (*Prunus lusitanica*) (CISE, 2020).

5.2.3.1.3 O percurso e o ciclo da transumância

A Serra da Estrela constitui um dos locais de excelência para as pastagens de Verão, principalmente pela existência dos prados espontâneos. Durante o Inverno, quando as pastagens da Serra ficam cobertas pela neve, a procura de pastagens disponíveis para o gado obriga à deslocação para zonas de menor altitude. Na *invernada*, o percurso partia do Sabugueiro (altitude cerca de 1100m), atravessando a serra pela Nave de Santo António, ou caso as condições climáticas, o número total de cabeças de gado ou mesmo o estado dos animais (ovelhas paridas, crias, etc) não permitissem, contornavam a serra pela vertente poente[144], até Tortosendo (ponto em comum de ambos os percursos).

Comparando as duas alternativas, o percurso pelo coração da serra inicia-se com maiores declives atingindo zonas mais planálticas das lagoas Sêca e Redonda. Atravessa zonas de maior altitude (atingindo a altitude de 1950m, perto da Torre), desce para a Nave de Santo António (cota aproximada 1600m), seguindo posteriormente por um caminho coincidente com a

144 A alternativa de rota pela vertente poente é indicada como principal em estudos mais recentes (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

estrada nacional (EN339) pelas Penhas da Saúde. Na bifurcação para Cortes do Meio e Bouça, o trajeto segue pelas linhas de festo (início na cota 1200m), começando a descer para Tortosendo (à cota 600m) (ver perfil da figura 5.26).

O percurso, pelas cotas mais altas da Serra, compreende uma variação de 1350m em altitude, mas permite reduzir o trajeto em distância, que no total atinge cerca de 30 km. Pela vertente poente da Serra até Tortosendo, iniciando-se no Sabugueiro, desce pela Lapa dos Dinheiros (700m), seguindo pela encosta da Serra (passando perto ou atravessando as localidades de Valezim (700m), Loriga (700-800m), Alvoco da Serra (700m), Unhais da Serra (700m), atravessando ribeiras (Caniça, Valezim, São Bento, Loriga, Alvoco da Serra, Unhais, Cortes e Covas), coincidindo o trajeto com a estrada nacional (EN231) apenas em alguns troços. Entre a Serra da Estrela e a Serra da Alvoaça, atinge-se os 1300m de altitude, mas no geral a altitude varia entre os 1100m no Sabugueiro e os 600m em Tortosendo. A rota pela vertente poente da Serra totaliza cerca de 43 km. A partir de Tortosendo, o percurso atravessa o Rio Zêzere pela Ponte Pedrinha.

A rota atravessa a Cova da Beira, sem grandes declives, em cotas aproximadas dos 400m, passando a ribeira da Meimoa, Fundão, subindo então a Serra da Gardunha por Alcongosta (700m) e Alpedrinha (600m) descendo posteriormente até atingir a zona de "campo" de relevo suave, onde as cotas rondam uma média de 350m. A figura 5.27 ilustra a diferença hipsométrica entre as serras da Estrela e da Gardunha, intercaladas pela Cova da Beira.

A rota seguia então por Orca, S. Miguel de Acha, Oledo até Idanha-a-Nova. A partir do Fundão, e a título de referência, segue o percurso em direção ao campo de Ourique (Alentejo), passando por Castelo Branco e chegando a Vila Velha de Ródão, onde antes da construção da ponte, os rebanhos atravessavam o rio Tejo em barcas (Ribeiro, 1941a), rumo ao Alentejo, numa rota que totaliza os 400km.

Pela vertente poente da Serra da Estrela, até Idanha-a-Nova

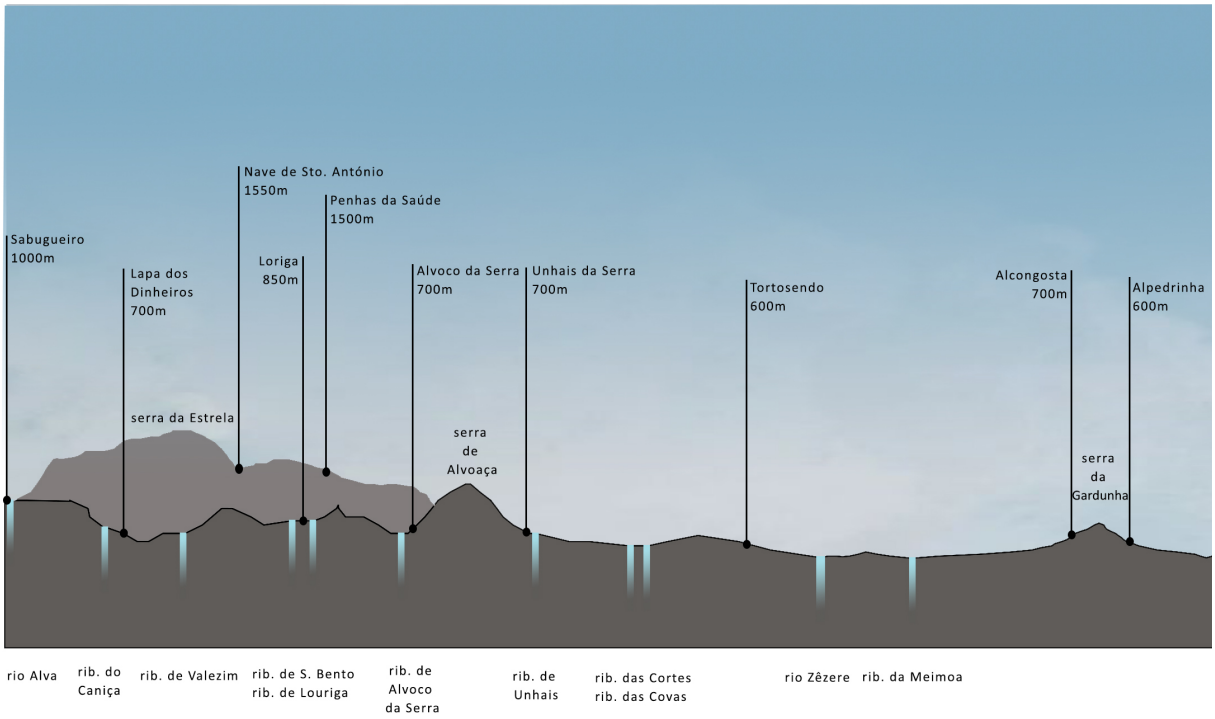
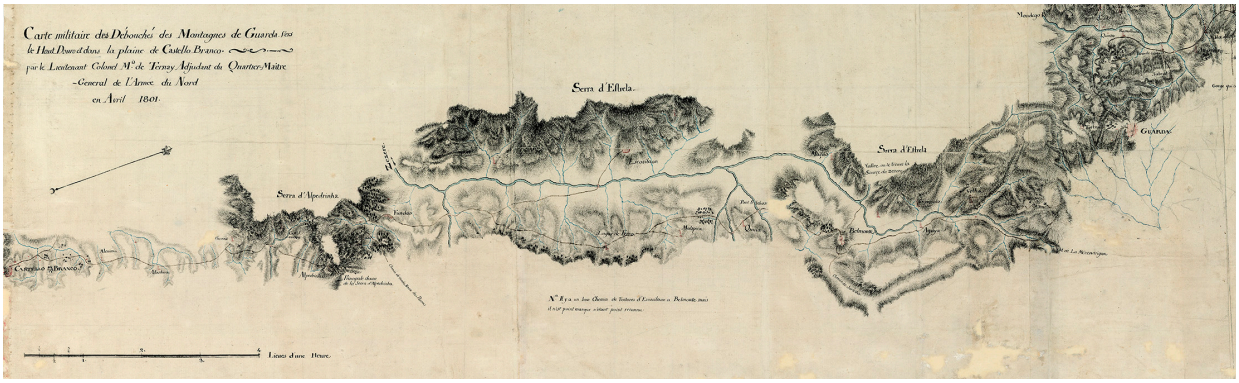
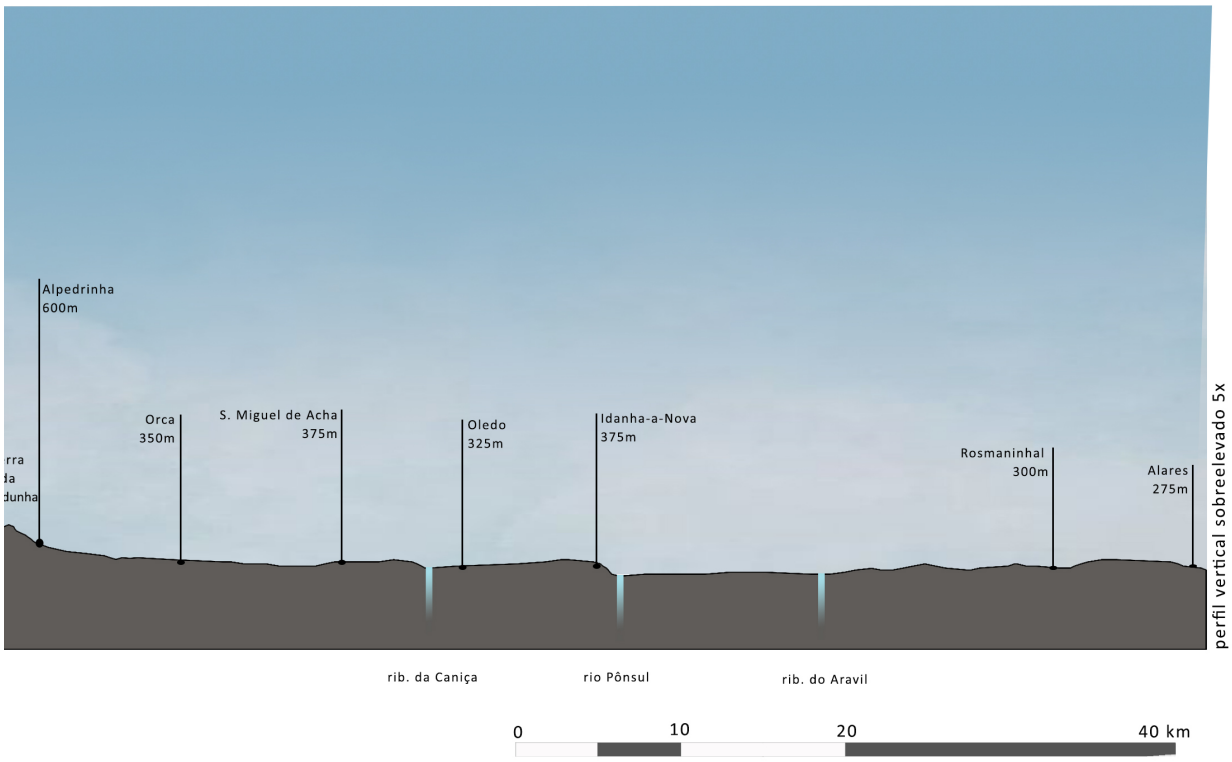


Figura 5.26. *Perfil do terreno dos percursos efetuados na rota de transumância entre a Serra da Estrela (Sabugueiro) e as Campinas de Idanha-a-Nova e Alares.*
Nota. Elaborado pela autora , 2017, com base na Carta Militar de Portugal, Instituto Geográfico do Exército, escala 1:50 000.

o percurso totaliza 102km. A deslocação demorava cerca de 5 dias, caso não houvesse ovelhas que tivessem parido (Ribeiro, 1941). Na prática, seria mais fácil ter rebanhos pequenos que poderiam ficar junto dos donos nos seus prados, todo o ano, mas poderá admitir-se que o percurso de tantos quilómetros fortificava as ovelhas e assim, produziam melhor lã (David de Morais, 1998). A maioria dos pastores seguia até à Idanha-a-Nova, onde muitos ficavam nas margens do rio Ponsul ou nos terrenos agora ocupados pela albufeira da barragem Marechal Carmona (alguns arrendavam pelo caminho pastos, onde ficavam), mas outros seguiam (pernoitando uma noite na Senhora da Graça (Idanha-a-Nova) espalhando-se e





dividindo os rebanhos pelas campinas, conforme a extensão de pasto ou a localização dos prados arrendados. Um destino mais além, de eleição no concelho, eram os Alares – Rosmaninhal (Ribeiro, 1997). Outros rebanhos seguiam para Monforte da Beira ou mesmo Segura, junto à fronteira com Espanha.

As deslocações na transumância efetuavam-se, como vimos, periodicamente e de forma sazonal, dependendo sempre das condições climáticas. Quando a neve começa a desaparecer da serra (que habitualmente coincidia com o mês de abril), começam os rebanhos a subir para a serra. De um modo geral, é relatado que de novembro a março os gados permaneciam nas terras baixas; de abril a outubro, na montanha, reforçados durante os dois meses quentes, julho e agosto, com rebanhos de fora (David de Morais, 1998; Martinho, 1993; Ribeiro, 1941). Nestes meses juntavam-se rebanhos de 1.500 a 3.000 cabeças guardados por pastores serranos, seguindo proporções de cerca 1500 ovelhas, para mais de 20 homens e 7 a 8 cães, burros com mantimentos, utensílios de cozinha e rede de bardo (Ribeiro, 1941).

Os maiorais (pastores), pelo mês de maio, deslocavam-se às feiras da Terra Chã para combinar com os donos do gado o

◀ **Figura 5.27.** *Representação em planta da zona da Cova da Beira (vale) e das Serras da Estrela e de Alpedrinha, por onde atravessava a rota de transumância.*
Nota. Excerto da planta *Carte Militaire des Débouchés des Montagnes de Guard avers le haut Douro et dans la plaine de Castello Branco* de M.de Ternay Adjudant du Quartier-Maitre/ General de L'Armee du Nord, 1801. Copyright DGT, 2018, Licença de utilização n.º 435/18.

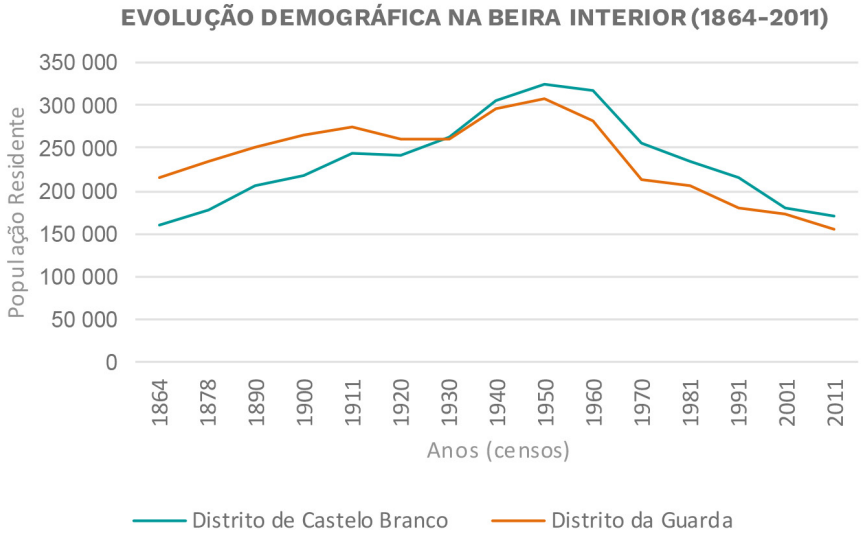


Figura 5.28. *Evolução demográfica na beira interior (período de 1864-2011).*
Nota. Elaborado pela autora, 2021, com dados dos censos do INE.

número de cabeças a trazer para a serra, pagando " um escudo por cabeça em toda a temporada." (Ribeiro, 1941, p. 39). O dono marcava o seu gado e em junho (por altura das festas dedicadas ao São João), subiam, principalmente os rebanhos das povoações do sopé da serra, mas iam também das zonas a sul da serra da Gardunha. As rotas variavam consoante o local de origem na serra. Geralmente, os gados do Sabugueiro iam quase todos para a Idanha que também recebia de quase toda a zona ocidental da Serra. Durante o Inverno, e remetendo às terras baixas, os rebanhos ficam ao ar livre dormindo o pastor na choça (caniço), ou em abrigos (na região da Idanha ainda existem vários testemunhos dos búfios[145].

5.2.3.2 As dinâmicas populacionais

Os comportamentos demográficos são um dos indicadores necessários para a análise de dinâmicas territoriais. Mas para além das análises demográficas demostrarem dinâmicas naturais (natalidade e mortalidade) e movimentos migratórios (internos e externos), Henrique Pereira dos Santos, no seu estudo "Evolução da paisagem rural do continente português no século XX" (2015), refere que as tendências populacionais são em parte moladoras das paisagens mas também, consequência das alterações

145 Abrigo redondo, com teto em falsa cúpula, elaborado com pedras e terra (Chambino, 2008).

nos processos produtivos. Como tal, analisando a conjetura social e económica poder-se-á inferir alguns aspetos necessários para a compreensão da evolução da paisagem e influência na atividade de transumância.

Os dados mais antigos referentes à população residente datam de 1864 (primeiros censos realizados em Portugal) (Estatística de Portugal, 1868). Para a análise da Beira Interior, reportamos inicialmente a dados referentes a concelhos desta região e, para anos posteriores, a dados da região Centro (NUTS II) e das regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela (NUTS III).

Em 1864, a população total na Beira Interior (considerando os distritos da Guarda e Castelo Branco), totalizava 374.408, tendo tido franco crescimento até 1950 (exceto no período entre 1911-1920, em parte fruto dos efeitos da primeira Guerra Mundial, de epidemias e de emigração (figura 5.28). Tal como se verificou a nível nacional, no período de 1950 houve um crescimento generalizado da população, destacando-se a Covilhã como o concelho com maior número de habitantes (68.522), resultado em parte do pólo industrial de têxteis, que analisar-se-á mais à frente.

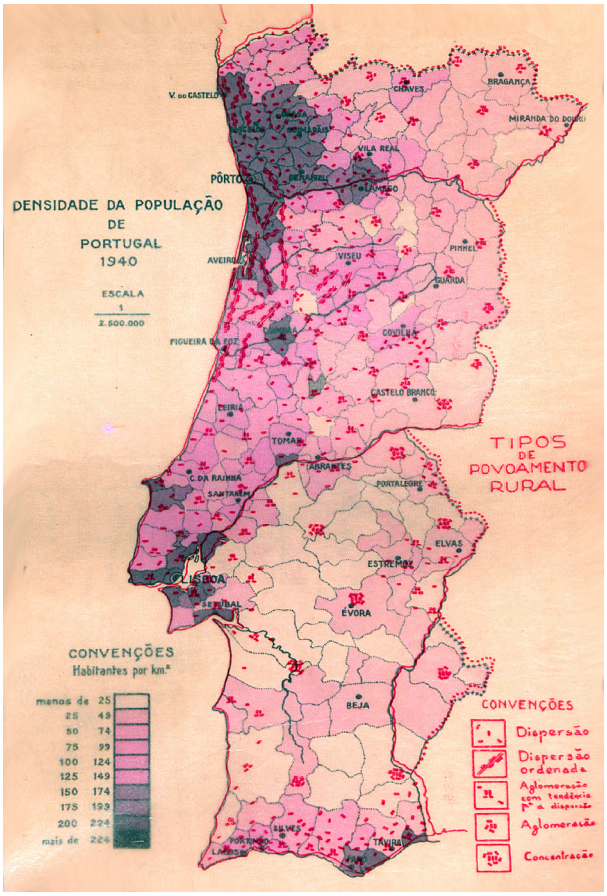


Figura 5.29. *Mapa da densidade de população e tipo de povoamentos rurais em Portugal, 1940. Nota.* **Em** *Atlas de Portugal* **de** A. Girão, 1958, Instituto de Estudos Geográficos.

Analisando somente a Beira Interior, em 1940 identifica-se heterogeneidade locais e regionais. Apesar de no geral apresentar uma fraca densidade populacional, o concelho de Idanha-a-Nova apresentava a mais baixa densidade populacional na região, quando comparado com a Covilhã, com a maior densidade populacional da beira interior. As zonas mais interiores exibem um povoamento do tipo concentrado, diferenciando-se dos concelhos da Covilhã e Fundão. A partir de 1960, com o desenvolvimento industrial e dos núcleos populacionais no litoral, aliado às condições árduas de trabalho de pastoreio e da prevalência de

agricultura de subsistência, grande parte da população emigrou, contribuindo para o despovoamento das regiões mais interiores. Segundo os censos de 2011[146], a população total destes distritos totaliza cerca de 325.000. Atualmente, fatores como a desertificação dos meios rurais, a redução de mão-de-obra disponível, a quebra na natalidade e consequentemente o envelhecimento da população local são evidências preocupantes que devem ser incluídas nas estratégias para a conservação da paisagem cultural.

5.2.3.3 A economia da cultura da lã e o fabrico de queijo

A atividade de transumância está intimamente associada à produção de lã, carne, leite e seus derivados. Em Portugal e Espanha, a lã teve grande influência no desenvolvimento e história da transumância na Serra da Estrela, pelo que importa perceber um pouco esta atividade com fortes raízes em Portugal.

A cultura da lã pode ser interpretada desde a criação e selecção de gado lanígero até ao fabrico da mesma. Antes da difusão do algodão, a lã foi a principal fibra têxtil utilizada, desde a antiguidade Greco-latina e durante a Idade Média (Calado Pinheiro (coord.), 2008). A nível peninsular, a lã constituíu uma fonte de rendimento nacional e ainda hoje tem significativa mais-valia (figura 5.30).

A introdução de gado lanígero na península ibérica remonta à Idade Média. A raça merina espanhola, de importância genética e económica, foi introduzida na península ibérica no séc. VIII,

Figura 5.30. *O sítio do Peso da Lã, Covilhã.*
Nota. Entreposto para pagamento dos impostos relativos à circulação de lãs. Coleção de António Garcia Borges (s.d.) **Em** *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)- Reconhecimento e valorização patrimonial*, Vol II (p.231), **de** E. Calado Pinheiro, 2008, Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

146 Dados dos Censos do Instituto Nacional de Estatística, consultados em 2021 em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

Figura 5.31. *Raça Merino da Beira Baixa.*

Figura 5.32. *Raça Churra do Campo da Beira Baixa.*

Figura 5.33. *Raça Bordaleira Serra da Estrela.*

Nota. Fotografia da autora, 2016.

originária da Berbéria ou Mauritânia, tendo sido trazida, provavelmente pelos Beni-Merines (Araújo, 1998; Calado Pinheiro (coord.), 2008; Klein, 1936), que estarão na origem da sua designação.

Esta raça foi sendo cruzada com uma espécie autóctone ibérica – churro – de lã avermelhada e crespa (Araújo, 1998), com finalidade de apurar a raça churra, obtendo-se lã de melhor qualidade comercial. O merino (destacando o merino da Beira Baixa e suas variedades) exibe elevada resistência e capacidade de adaptação a condições ambientais adversas, produzindo das lãs nacionais mais finas (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

Após a expansão do merino na Europa, este foi posteriormente introduzido na África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e América do Norte e Sul (séc. XVIII) (Calado Pinheiro (coord.), 2008). Ainda hoje, a raça merina pode ser considerada como: - " (...) reserva genética enquanto espécie, atendendo a que constitui a representante da identidade zoomorfológica mais antiga da população ovina." (Calado Pinheiro (coord.), 2008, p. 109).

A obtenção de lã funcionou como a força motriz que impulsionou o desenvolvimento da transumância. A exploração de ovinos destinava-se principalmente para este objectivo. A sua importância económica desde cedo é relatada: - " E das muitas ovelhas que neste reino há, dão também testemunho as muitas lãas que se delle sempre tiraram para Flandres, e para Inglaterra (...)" (Duarte Nunez do Leão, 1599, como citado em Ribeiro, 1941, p. 74). Na Serra da Estrela, Manteigas e Covilhã destacaram-se como importantes centros de produção e transformação de lã. Heinrich Friedrich Link, numa viagem por Portugal entre 1797 e 1799, realça no seu relato a qualidade da lã da região da Serra da Estrela: "(...) a sua lã é excelente, a melhor da Europa a seguir à espanhola, e é frequentemente exportada para Inglaterra."(Link, 2005, p. 236).

Nos relatórios da "Expedição Científica à Serra da Estrela", em 1881, é referido o "(...) importantissimo centro industrial da Covilhã, que tem constantemente procurado justificar o cognome de Manchester portugueza (...)"(Ribeiro & Ferreira, 1886, p. 28).

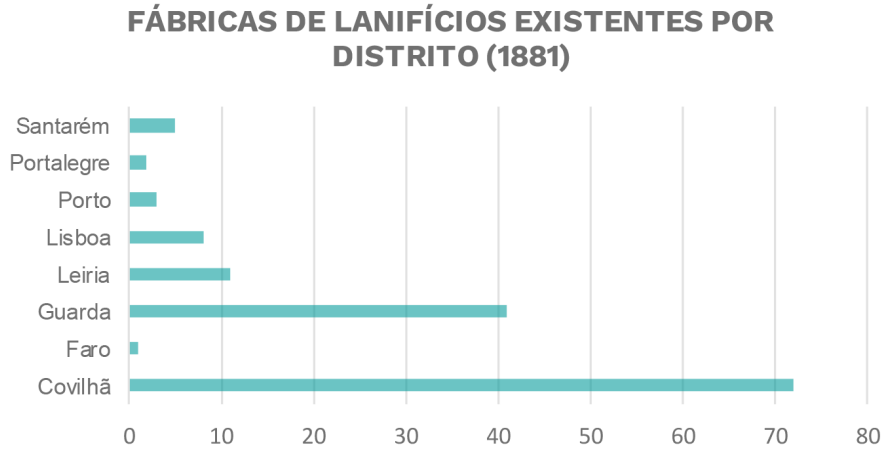


Figura 5.34. *O destaque da Covilhã como importante núcleo fabril de lanifícios em 1881.*

Nota. Dados do inquérito industrial de 1881. **Em** *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)-Reconhecimento e valorização patrimonial*, Vol I (p.284), **de** E. Calado Pinheiro, 2008, Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

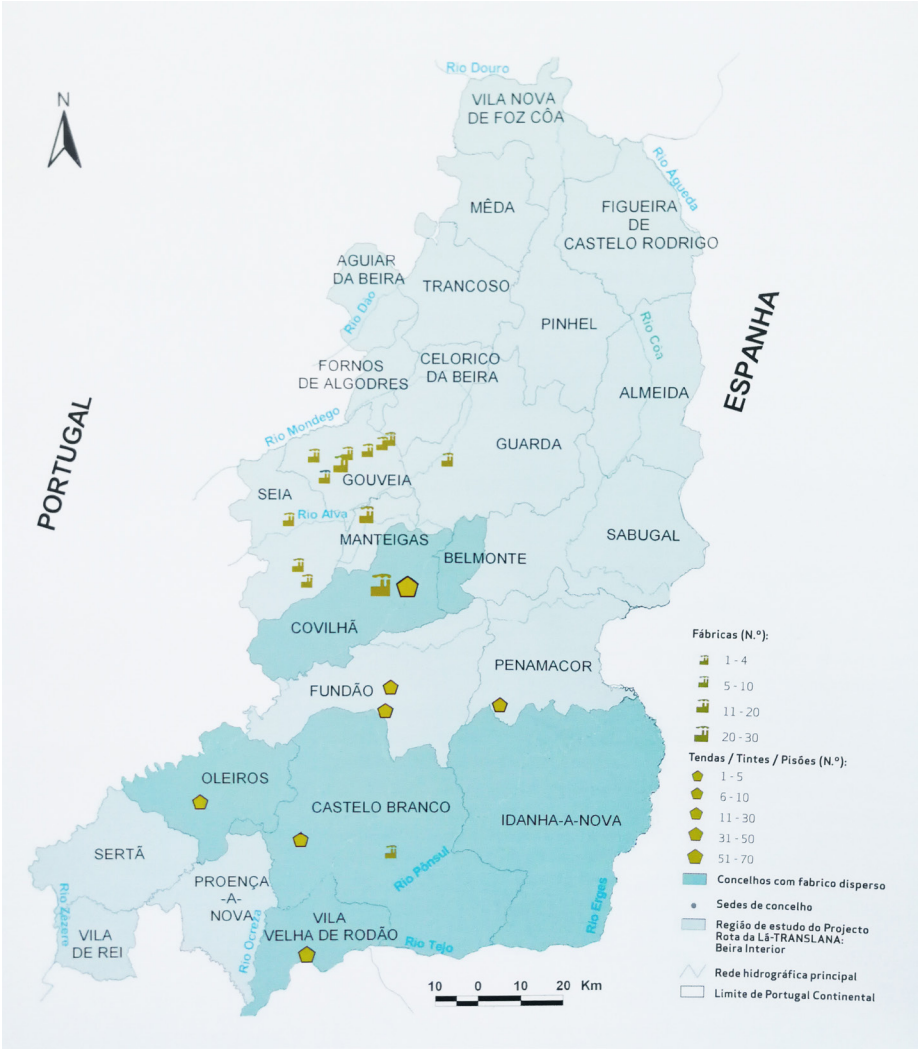


Figura 5.35. *Mapa da indústria de lanifícios na Beira Interior.*

Nota. Em 1864 a Beira Interior representava um importante centro de lanifícios com fábricas de fiar e cardar, pisões, tinturarias e tecelagem. **Em** *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)-Reconhecimento e valorização patrimonial*, Vol I (p.276), **de** E. Calado Pinheiro, 2008, Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

A região centro, circundante da serra da Estrela, constituía-se, deste modo, como um dos grandes subsectores da indústria têxtil em Portugal - os lanifícios - concentrando uma extensa rede desta produçã, conforme demonstram as figuras 5.34 e 5.35.

Para além da fácil obtenção de matéria prima (com exploração de ovelhas e cabras na Beira Alta planáltica e na Beira Baixa), a energia necessária à produção – água corrente e lenha - estavam presentes, demarcando a região, a partir do séc. XVII, como um especializado centro laneiro a nível nacional e peninsular (Calado Pinheiro (coord.), 2008b).

Actualmente, o sistema de pastoreio na Serra da Estrela, já não está focalizado na produção de lã[147], da mesma forma que a raça dominante já não é o merino mas sim a bordaleira da Serra da Estrela, concentrando-se o sistema produtivo no fabrico do queijo 'Serra da Estrela' (Fernandes et al., 2005). A proliferação do uso do algodão (fibra natural) na indústria têxtil e de fibras artificiais ou sintéticas aliadas ao facto da lã necessitar de mão-de-obra especializada e de um processo complexo de transformação, remeteram a lã para um nível de matéria prima cara, com produção mais focalizada e centrada em países industrializados (Calado Pinheiro (coord.), 2008). Os pastores transumantes foram assim perdendo relevância, com o decréscimo da importância das fibras têxteis da lã, ou mesma da carne, como produto alimentar de luxo, com alto valor económico, contribuindo para o enfraquecimento da atividade.

Em relação à produção de leite, esta era essencial para fabrico do queijo, hoje tão reconhecido e apreciado. Em 1797, Heinrich Friedrich Link relata: - "Em terras à volta da serra da Estrela faz-se também um magnífico queijo de ovelha, que é enviado para todo o Reino, só que em geral é muito raro." (Link, 2005, p.

147 A partir da lã fabricava-se o burel, tecido grosseiro, artisanal, feito a partir da lã, tradicionalmente usado pelos pastores da Serra da Estrela, protegendo do frio, neve e chuva.

236). O queijo produzido na serra é dos mais antigos em Portugal, sendo que em 1287, o rei D. Diniz criou a primeira queijaria no concelho de Celorico da Beira[148]. O consumo de queijo não era generalizado, sendo para a população em geral, um produto secundário da transumância. O soro do leite, (subproduto do processo de fabrico do queijo) era, aliás, aproveitado para a alimentação dos próprios pastores (figura 5.36).

Figura 5.36. *Produção artesanal de queijo, Beira Baixa.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

A exploração da raça ovina como produtor de carne teve maior incremento no século XX, já que as suas maiores aptidões eram tradicionalmente o fornecimento de lã e a produção de leite para os muitos fabricantes de queijo na área de fabrico dos queijos tanto da Serra da Estrela como da Beira Baixa. A carne era tida como um subproduto da exploração, utilizado ou para autoconsumo das famílias dos pastores ou para efetuar ofertas. Em 1976, com a instituição do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), foram encetadas estratégias de incentivo para a aquisição de ovelhas e para a produção de queijo da serra, como feiras-concurso na região (Pessoa, 1978). O PNSE teve um papel importante na promoção da qualidade do fabrico, na melhoria das condições sanitárias de fabrico e na divulgação e venda directa ao consumidor, tentando contrariar a baixa do efetivo pecuário que se observava desde os anos de 1940 e procurando melhorar o valor económico do queijo (Martinho, 1993). Esta evolução, associada mais recentemente às normativas higiénicas

148 Dados obtidos em https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/produtos-por-regime-de-qualidade/dop-denominacao-de-origem-protegida.

e sanitárias, determinaram uma crescente especialização dos diferentes agentes económicos, com os tradicionais produtores de queijo na produção de leite, e outros produtores exclusivos de queijo, com instalações adequadas para o efeito em escalas que garantam a viabilidade dos investimentos dentro do cumprimento das normas de qualidade exigidas pela certificação.

A certificação europeia de produtos alimentares permitiu proteger as práticas tradicionais, as regiões geográficas de origem e a qualidade associada aos produtos. As "denominações de origem - DOP" , as "indicação geográfica protegida - IGP", entre outros regimes de qualidade estão estritamente interligados com sistemas de produção agrícola e pastoral, com recursos endógenos, tradições e saberes associados, identitários das regiões (ver figura 5.37). A especificidade dos produtos, tais como as características organoléticas dos queijos ou a qualidade da carne estão associadas a aos ecossistemas locais, dos quais também dependem as raças autóctones. Na Beira Baixa são consideradas três raças autóctones: a raça caprina 'charnequeira' e as raças ovina 'merino' e a 'churra do campo'. Na Serra da Estrela as raças 'bordaleira serra da estrela' e 'churra mondegueira'.

É evidente o destaque dos países mediterrânicos (e consequentemente da dieta mediterrânica), como produtores de alimentos com selo de qualidade. Excluindo os bens relacionados com vinhos e bebidas espirituosas (que totalizam mais de 60% dos produtos)[149], a carne, os queijos e produtos à base de leite são categorias presentes nos regimes de qualidade e que se relacionam diretamente com a atividade de pastoreio. A produção dos queijos da Beira Baixa DOP iniciou-se por volta de 1870, na região de Castelo Branco, sendo Lisboa o seu principal mercado. O queijo Serra da Estrela DOP é obtido a partir de leite cru de ovelha, da raça 'bordaleira da Serra da Estrela'

149 Dados consultados em https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/infographic/who-is-driving-quality-in-eu-agri-food.

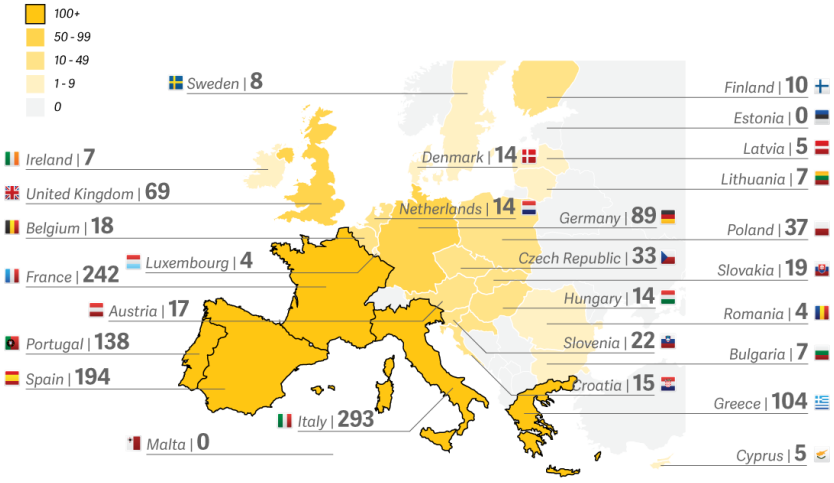


Figura 5.37. *Total de produtos alimentares reconhecidos pela União Europeia como produtos de qualidade, de cariz tradicional e associados a determinada região geográfica.*
Nota. Destaque para os países da região mediterrânea.

ou 'churra mondegueira'. Para além dos queijos e derivados, a carne, com destaque para o 'borrego da Beira Baixa' (IGP), o 'cabrito da Beira' (IGP) e o 'borrego Serra da Estrela' (DOP), cunham a região e a importância que a transumância teve na troca de experiências da região e na exploração de raças autóctones.

Pelo estudo das dinâmicas sociais e económicas, e a análise da evolução histórica desta paisagem cultural, é deste modo possível aferir principais "atores" da paisagem que se relacionam directa ou indirectamente com a paisagem cultural de transumância. Estes pertencem assim a diversos grupos: criadores e pastores de gado ovino e caprino; indústria do leite (empresários e trabalhadores no fabrico do queijo da Serra e Beira Baixa); indústria da lã (empresários e trabalhadores na tosquia, preparação e transformação da lã); agricultores/silvicultores; gestores de ação direta: do parque natural da serra da estrela e de outras áreas protegidas e ainda, os habitantes da região.

5.2.3.4 As características imateriais

Relembrando a questão de valores atribuídos à paisagem (analisados no ponto 3), as questões imateriais dependem em grande parte da perceção sensorial e individual do lugar, de uma associação a determinados eventos históricos, a práticas e relações espirituais com o lugar/paisagem, ou a um *continuum* natural/cultural de elementos ou processos relacionados com outros elementos tangíveis do território.

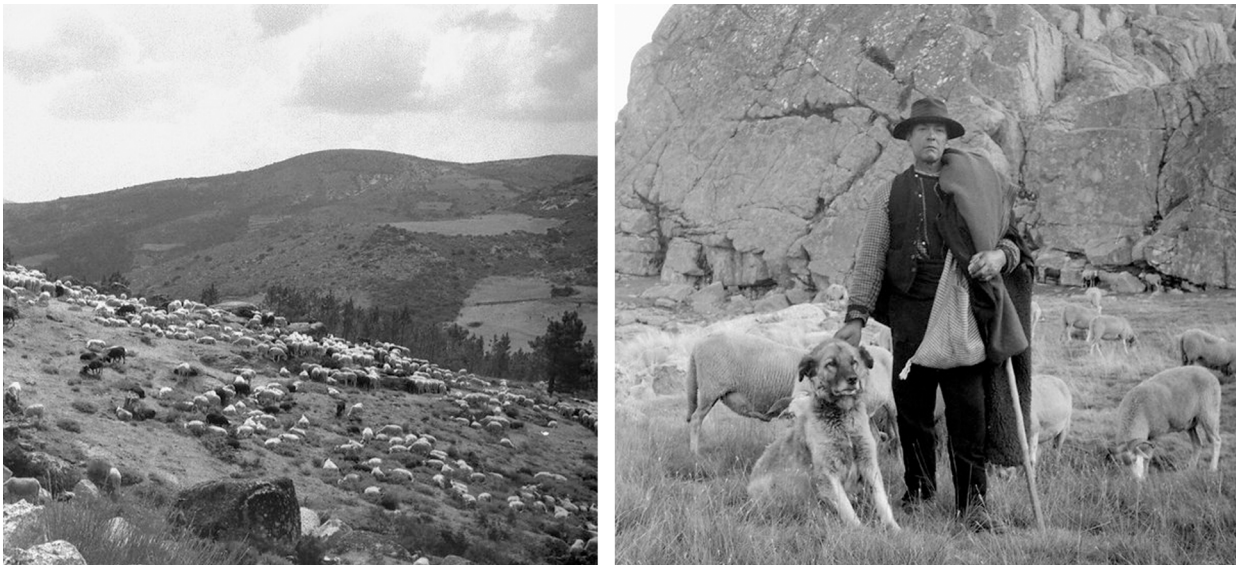


Figura 5.38. *A imagem bucólica da pastorícia, associada à região.*
Nota. Fotografias de Alberto Trindade Martinho, da década de 1960, patentes na exposição *"Os pastores e as paisagens da Serra da Estrela"*, 2014, C.M. Seia e Município de Oliveira do Hospital. Acedido em 2022

Os elementos tangíveis, distintivos na paisagem, contribuem também para a imaginabilidade[150] de determinado lugar, determinando a facilidade com que se cria uma imagem mental a partir de alguma sugestão na paisagem, quer material quer imaterial, sendo deste modo bastante relevante a nível de paisagem culturais.

O valor sensorial pode também ser ponderado pela análise visual, relacionando-se com as diversas formas, padrões, texturas, cores, ou o modo como se articulam entre si. Materializam-se no relevo, nos usos do solo , na presença de planos de água, na composição da vegetação, nas organizações espaciais dos aglomerados urbanos, entre outras características. Os pontos de vista, elementos naturais e panoramas cénicos criam imagens que podem refletir-se como referência de determinada paisagem (figura 5.38)

A manutenção destas imagens consideradas representativas de determinada paisagem, contribui para o seu valor cénico e consequentemente a sua identidade, podendo ser analisada a integridade cénica ao longo dos tempos (Warren, 1995).

150 O termo imageability, aplicado por *Kevin Lynch* no seu livro "*The Image of the City*" (1960) reflete o "*character or quality held by a physical object*". Contextualizado em meio urbano, reflete a capacidade de um objeto físico, e a probabilidade, de evocar uma imagem forte no observador e como tal, o potencial de um lugar ser recordado com base em marcos distintivos que funcionam também marcos de orientação.

Deste modo, a imagem bucólica dos pastores e seus rebanhos, no campo pode ser considerada representativa da região, o enquadramento conferido pela geomorfologia, elementos naturais notáveis, a arquitetura vernacular entre outros elementos construídos, reforçado pela componente telúrica com forte expressão nesta paisagem, principalmente associada à Serra da Estrela e que se manfiestam também em várias formas de arte; na música, na literatura ou mesmo na fotografia (figura 5.39):

> *"Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. Mas junta-se à perturbante realidade uma certeza ainda mais viva: a de todas as verdades locais emanarem dela. Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Beira ? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia eléctrica na Beira? Gera-se na Estrela. Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. Ela comanda, bafeja, castiga e redime. Gelada e carrancuda, cresta o que nasce sem a sua bênção; quente e desanuviada, a vida à sua volta abrolha e floresce. O Marão separa dois mundos — o minhoto e o transmontano. O Caldeirão, no pólo oposto de Portugal, imita-o como pode. Mas a Estrela não divide: concentra."* (Torga, 1967, p. 72)

As características imateriais que constituem o património imaterial desta paisagem cultural, revelam-se também nas associações religiosas (que se espelham, entre outras, nos rituais religiosos associados ao pastoreio), nos usos e funções (como os saberes associados ao pastoreio, nas técnicas de produção e transformação de lã, no fabrico artesanal do queijo), ou mesmo no léxico pastoril. Os registos orais da população local denotam ainda uma forte associação à pastorícia e às memórias da transumância de gerações passadas. As aprendizagens de maneio do gado pelo convívio milenar de gerações, o modo de conduzir

Figura 5.39. *Nave de Santo António , Serra da Estrela. Rebanho a pastar nos cervunais.*
Nota. Fotografia da Autora 2016.

o rebanho, usando para o efeito brados, praguejares, assobios, são exemplos da ligação e da perduração de memórias que se refletem práticas tradicionais ainda utilizadas:

> *"...aprendi a assobiar e a bradar ao gado com o meu pai. Eu tinha dois assobios, um quando era para voltar e outro para chamar o cão. Ás cabras bradava de uma maneira e às ovelhas de outra. As cabras têm outro dom que não tem a ovelha."* José Nogueira, 69 anos, Toulões, como citado em (Chambino, 2008, p. 76)

> *"Porque isto já vem dos nossos antecedentes...e começaram para lá a ir, tinham terras mais quentes de inverno, a nossa terra não tinha pastos para aguentar cá o gado todo o ano...os mais velhos tinham que se ir embora...uns ficavam logo aqui perto em Verdelhos, iam para ali...outros para o Teixoso, perto da Covilhã (...) Comecei a ir para lá porque já os meus avós para lá iam, e o meu pai...e eram melhores as terras do que aqui...do que as nossas."* José Martins Sabugueiro, Manteigas como citado em (Morgado, 2013, p. 76)

Nas manifestações religiosas destacam-se as devoções a São João, o santo padroeiro dos pastores, entre outras onde por costume, os pastores pedem um bom ano de pasto e a proteção de pastores (figuras 5.40 e 5.41). Um dos exemplos é a festa religiosa em honra de Nossa Senhora do Soito (freguesia de Fernão

Figura 5.40. *Ermida de Nossa Senhora do Soito, Fernão Joanes (Guarda).*

Figura 5.41. *Capela de São João, Rosmaninhal.*
Nota. Fotografia da Autora, 2018.

Joanes) com a tradicional bênção dos rebanhos, relatada desde o século XVIII: "A bênção é pedida de rebanho em rebanho, com todas as ovelhas bem limpas, enfeitadas com adorno de fitas e borlas de malhas de lã de várias cores e, ao pescoço, com o melhor colar fechado com bonitas chavelhas de madeira enramadas à mão pelo próprio pastor." [151]

Desde o ano 2000, são várias as manifestações de folclore na região, com festivais e feiras desenvolvidos sob o tema da pastorícia e da transumância. A título de exemplo, na aldeia de Fernão Joanes (Guarda) realiza-se a "Festa da Transumância" dedicada à preservação de memórias dos pastores transumantes na freguesia incluindo visitas às canadas, aos abrigos às choças e às eiras da aldeia.

151 Citação consultada em 2022 em https://www.fernaojoanes.com/festas-e-romarias

Figura 5.42. *Chocalhos – Festival dos Caminhos de Transumância, 2017.*
Nota. Passeio reconstituindo um antigo caminho de transumância em Alpedrinha. Foto de Miguel Proença, 2017.

Figura 5.43. *Festa da Transumância, Seia, 2016.*
Nota. Os pastores, oriundos de várias aldeias do concelho de Seia, acompanhados dos rebanhos (cabras e ovelhas bordaleiras), devidamente ornamentados com chocalhos e cabeças enfeitadas com pompons de lã coloridas, desfilam à vez, à volta da capela de São João Batista, na Folgosa da Madalena em busca de bênção para mais um ano. Fotografia da Autora, 2016.

Figura 5.43. *Continuação*

Figura 5.44. *Nossa Senhora da Boa Estrela.*
Nota. Monumento esculpido na rocha, atribuído ao Mestre António Duarte, década de 1940. Fotografia da Autora 2016.

Figura 5.45. *Escultura em homenagem ao pastor, Rosmaninhal.*
Nota. Fotografia da Autora 2018.

No Fundão, desde 2002 o "Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância", reconstitui o caminho de transumância desde o Fundão até Alpedrinha (figura 5.42).

Em Seia, desde 2013, realiza-se a "Festa da Transumância e dos Pastores"(figura 5.43). Estas manifestações pretendem dinamizar a cultura, economia e turismo local com base na identidade local, pelas sonoridades, gastronomia e memórias da atividade de transumância, dando lugar à partilha de experiências entre pastores, comunidade local e visitantes.

A associação à atividade de pastorícia é também celebrada por outros elementos construídos, como esculturas, que de forma artística evidenciam o caráter e identidade da paisagem (ver figuras 5.44 e 5.45).

5.2.4 Configuração e composição da paisagem (passo 2)

A transumância implica a deslocação de rebanhos no espaço e no tempo e relaciona áreas geográficas com características biofísicas distintas, como analisado, tirando proveito da complementaridade de ambas. Esta prática cíclica, aproveitando diferentes padrões espaciais de uso do solo, criou uma estrutura e uma rede de elementos associados à atividade que, de forma mais ou menos expressa fisicamente, cunhou a paisagem com um modo de vida particular, adaptado a condições biofísicas severas.

Os rebanhos abandonam no verão os pastos secos das suas regiões de origem e procuram nas serras, as extensas áreas aplanadas e com disponibilidade de água, com pastagens dominadas por herbáceas (à custa de fogos frequentes e de níveis freáticos próximos da superfície, em grande parte do ano) (Santos, 2015). As pastagens para os gados transumantes, estão longe das povoações, obrigando a longas deslocações do gado, acompanhado pelos pastores, enquanto que a restante comunidade se mantém na atividade agrícola, principalmente a produção de cereais, base da sua cadeia alimentar. Implica deste modo um esforço logístico para a deslocação dos rebanhos, tendo como grande finalidade a obtenção de lã (ver o diagrama da figura 5.46).

Ir-se-ão analisar com maior detalhe os elementos e estrutura resultantes desta atividade nos principais destinos da transumância.

Para além das áreas de pasto, fazem também parte deste sistema, locais associados à criação e seleção de espécies (produção), os locais de mercado de gado ou mesmo locais relacionados com a transformação da lã (como os complexos fabris de têxtis de lã). Na figura 5.47 é apresentado um diagrama espacial deste sistema.

As unidades de paisagem (Cancela d'Abreu et al., 2004a) correspondem a áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, correspondendo a padrões específicos dado pela conjugação de fatores como as formas de relevo, a

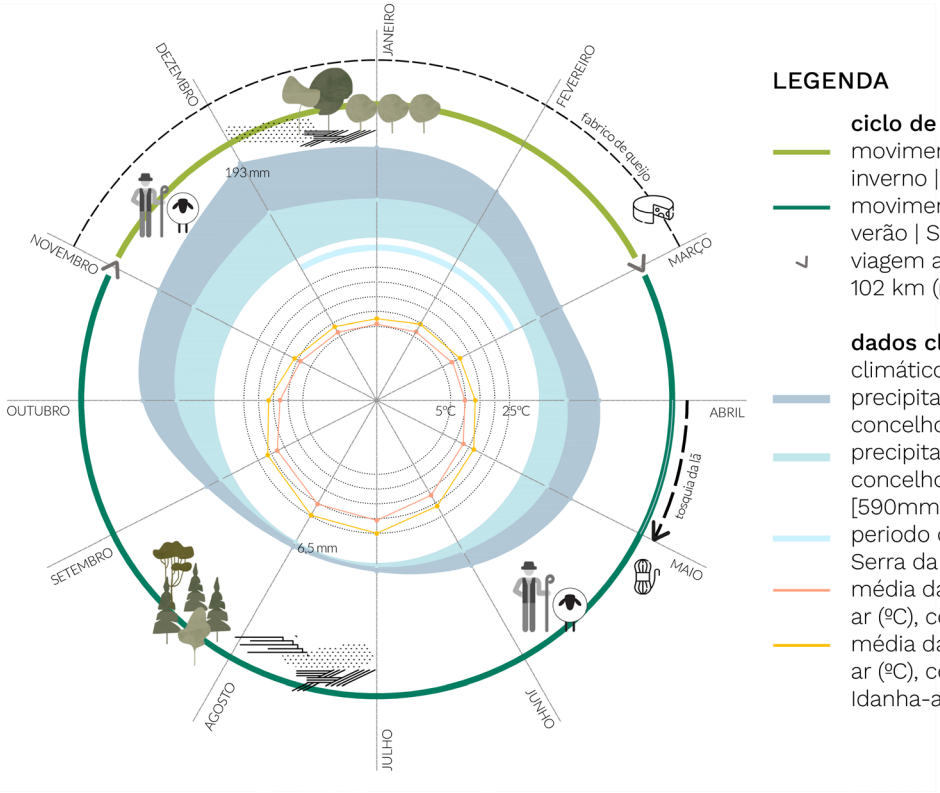


Figura 5.46. *Diagrama de relações sobre o ciclo de transumância (Serra da Estrela – Idanha-a-Nova).* *Nota.* Elaborado pela Autora 2022.

altitude, o uso do solo, formas de urbanização, entre outros (Pinto-Correia et al., 2001). Tal como na análise prévia a nível biofísico, as diferentes unidades de paisagem presentes corroboram a existência de vários padrões com carácter diferente , uns dos outros (ver fig. 5.48). Centramos a análise nas áreas da Serra da Estrela (unidade de paisagem Maciço Central - Serra da Estrela) e na região da Idanha (unidades de paisagem da Beira Interior – Campina de Idanha e Beira Baixa – Tejo Internacional).

5.2.4.1 Os usos do solo e as dinâmicas da transumância

Em meados do século XX, Amorim Girão (1958) caracteriza a serra da Estrela relacionando o uso do solo (agrícola e florestal) com a altitude. Até aos 400m há uma prosperidade de plantas mediterrânicas, entre os 400-600m o predomínio de cultura de milho, sendo que a prosperidade das árvores desenvolve-se entre os 600-700m (com a oliveira presente até aos 800m). Até aos 1000m, ainda estão presentes as culturas do milho e da batata e entre os 1500 e 1600 predomina a cultura do centeio.

Como já analisado, as áreas de pastoreio estão diretamente as-

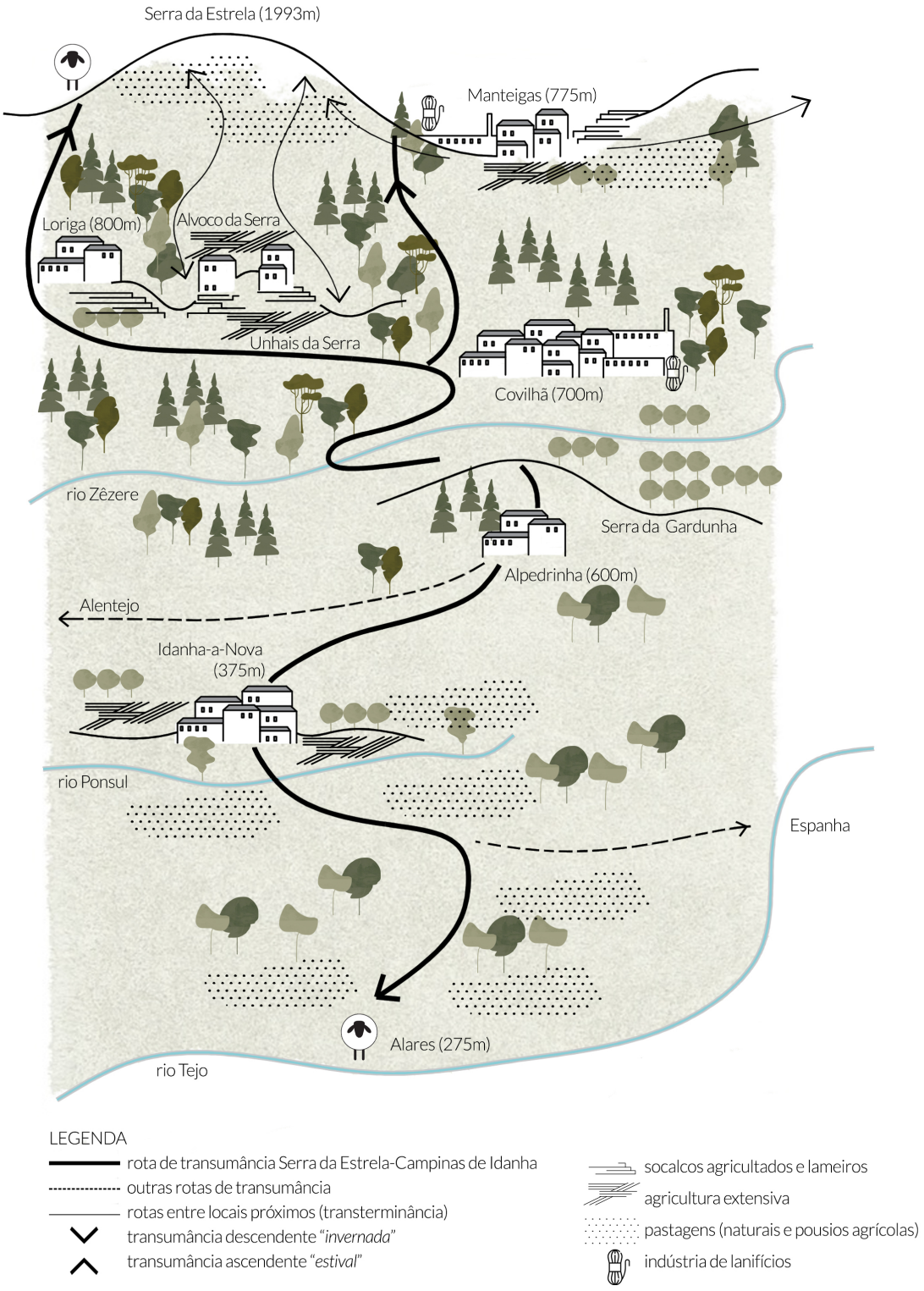


Figura 5.47. *Diagrama espacial da rota de transumância e áreas de pastagens (Serra da Estrela – Idanha-a-Nova).*

Nota. Elaborado pela Autora 2021.

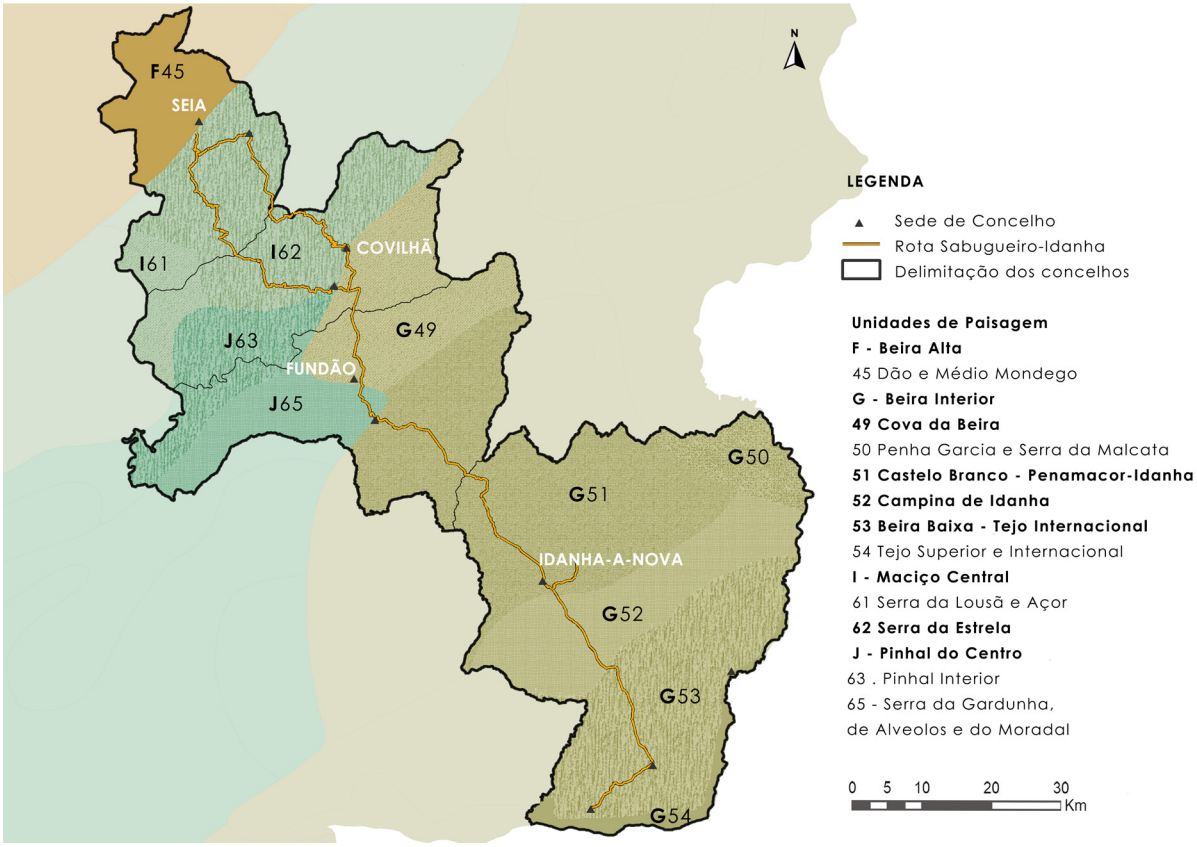


Figura 5.48. *Unidades de Paisagem.*
Nota. Elaborado com dados de *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Vol III, **de** Cancela d'Abreu et al, 2004, Direção Geral de Ordenamento do Território.

sociadas a diferentes tipologias e regimes de uso do solo. Dos registos mais antigos que foram consultados, a "Carta Agrícola e Florestal" de 1907 demostra que na Serra da Estrela, nas Campinas da Idanha e nos Alares (sul do concelho), áreas descritas como destinos de gados transumantes, predominavam "áreas incultas" (pousios, charnecas, areiais, escalvados, cumiadas improductivas, águas e terrenos aplicados a fins industriais e sociais) (ver figura 5.49). Na Serra, a nível do concelho de Seia ou da vertente nordeste, surgem áreas de "Mattas diversas e Culturas arvenses" enquanto que a sul do concelho de Idanha, no Rosmaninhal, uma expressiva área de "Montado de Azinho". A Cova da Beira concentrava uma área de "Culturas arvenses e de Mattas diversas", que acompanhavam a Serra da Gardunha.

Quando comparado com cartografia do uso do solo num período "pós" transumância, tendo para isso sido consultada cartografia digital mais antiga (Corine Land Cover de 1990), as tipologias de ocupação do solo já demonstram maiores áreas florestadas na serra da Estrela, fruto das arborizações planeadas no

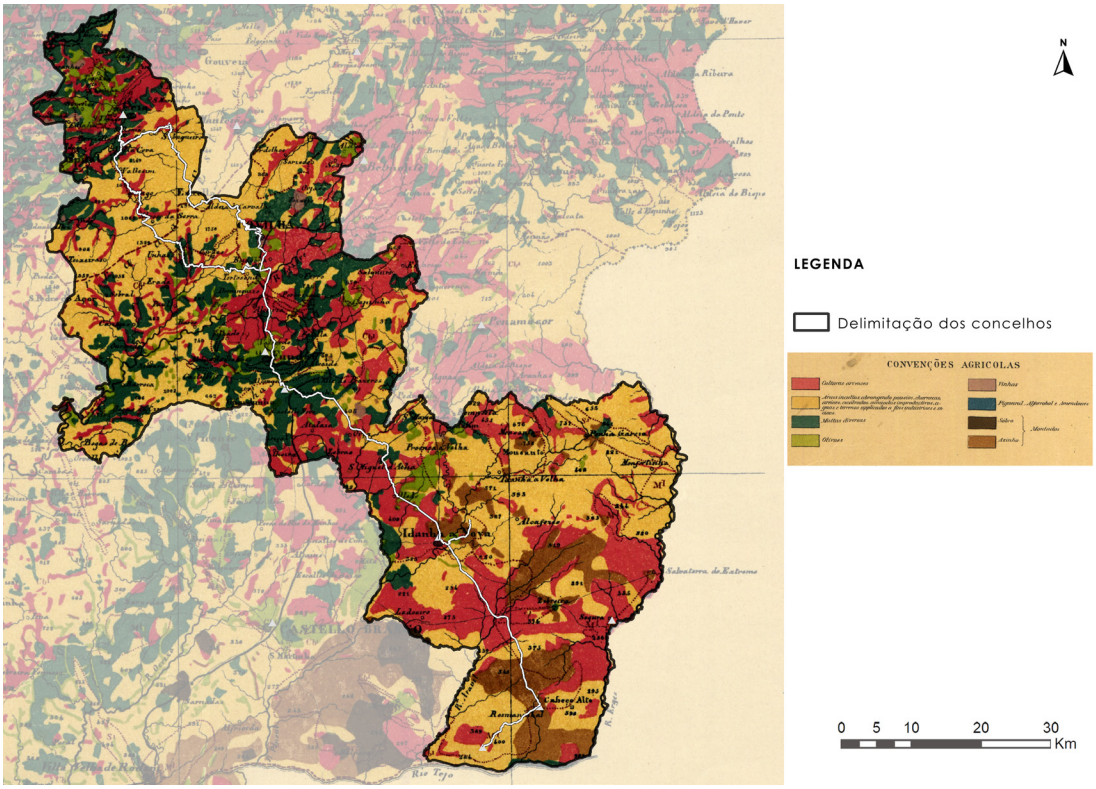


Figura 5.49. *Carta Agrícola e Florestal, 1907.*
Nota. Carta Agrícola e Florestal de Portugal, coord. P. R. Folque, 1907, Direção Geral da Agricultura.

início do séc. XX (ver figura 5.50). Na região da Idanha, as culturas temporárias de sequeiro e principalmente de regadio, refletem os planos de aproveitamento hidroagrícola de meados do séc. XX. Os sistemas agroflorestais, as florestas de folhosas e florestas abertas, caracterizam a parte sul do concelho de Idanha.

Na Serra da Estrela, dois diferentes sistemas de uso do solo – transumância e sistema agro-silvo-pastoril de agricultura *in-field outfield* (Ribeiro, 1941) - caracterizaram durante séculos a região, orientados inicialmente para o mercado têxtil e mais tarde, a produção de queijo, como já referido anteriormente, resultado de adaptações a forças motrizes de mudança até meados do século XX. A altitude e a fraca aptidão dos solos para a agricultura (geralmente locais com turfeiras – habitats com abundância permanente de água), dão lugar à atividade pastoril em detrimento da agrícola, que ganha com a presença de pastagens frescas, permanentes (mantidas por fogos e níveis freáticos próximos da superfície) (Santos, 2015), ambos fatores limitantes da produção agrícola, proporcionam a prática da pastorícia extensiva (Torres Manso, 2015).

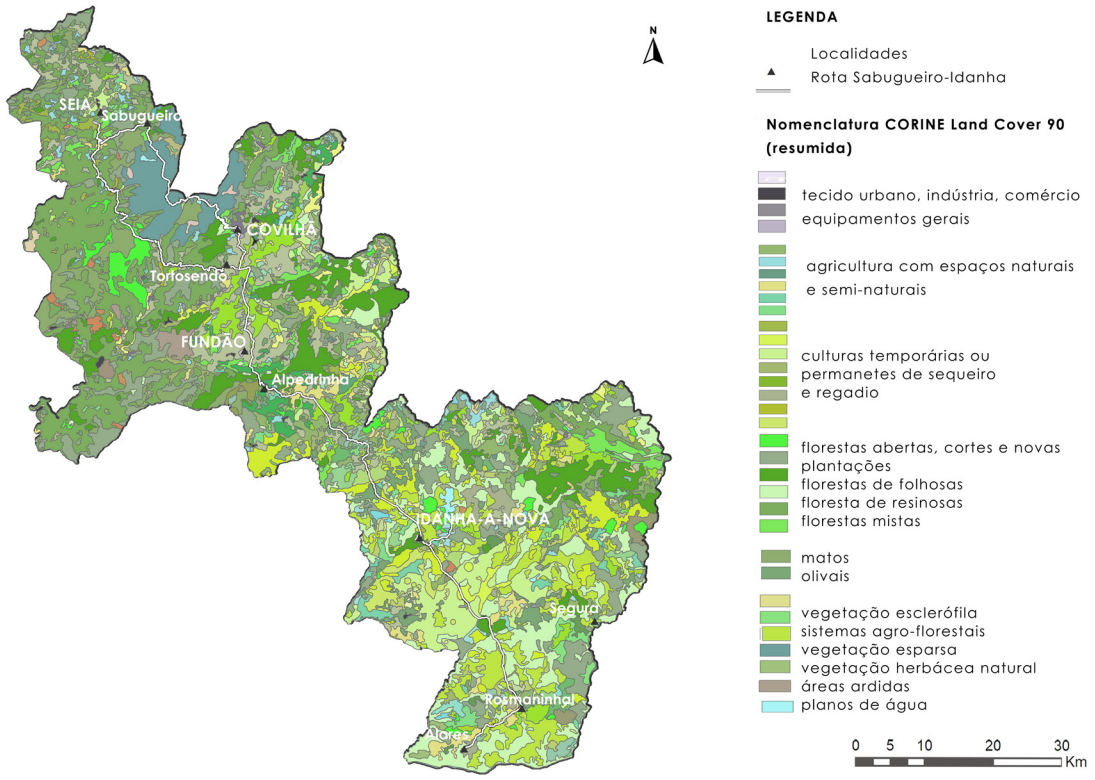


Figura 5.50. *Ocupação/ Uso do solo "CORINE Land Cover 90".*
Nota. Dados CORINE Land Cover 1990,

Nas zonas montanhosas, os rebanhos pastam também nos pequenos prados naturais, nos lameiros (David de Morais, 1998). Identificam-se assim na serra as áreas de floresta, as zonas de pastagem e as áreas de cultivo, próximas das povoações (figura 5.51).

Os gados pastoream em grande parte nas áreas de baldios onde predominam os matos baixos de urzes, carquejas, tojos e sargaços (Torres Manso, 2015) (ver figura 5.52). Nas zonas montanhosas, o pastoreio de percurso[152] é favorecido pela existência dos terrenos de baldios, beneficiando de fonte de nutrientes alimentares (Torres Manso, 2015). O uso ancestral deste sistema de pastoreio trouxe saberes ao pastor, que orienta o gado de forma a responder a vários pressupostos, entre os quais:

1) necessidades dos rebanhos (alimentação, repouso, abeberamento);
2) condicionantes físicas (localização dos estábulos, dos pontos de água, dos acessos);

152 Sistema de pastoreio em que os rebanhos se deslocam diariamente por terrenos sem uso agrícola.

3) restrições de uso (interdição do território por posturas municipais, regras ancestrais comunitárias, novas plantações florestais) (Torres Manso, 2015).

Para além destes pressupostos, o pastor ainda otimiza a utilização do pasto:

> *a utilização do espaço dominado por matos baixos é feita preferencialmente durante a manhã e as áreas com vegetação herbácea ou matos com lançamentos mais juvenis são utilizadas preferencialmente ao fim da tarde. Este ordenamento pastoril é justificado pela maior frescura da vegetação arbustiva da parte da manhã, após um período noturno com maior humidade e temperaturas mais baixas, e a necessidade de, ao fim do dia, deixar o rebanho bem alimentado, para enfrentar o tempo de recolha até ao dia seguinte* (Torres Manso, 2015).

A compartimentação entre estes padrões espaciais (floresta, pastagens e terrenos de cultivo) não é estanque e a relação de simbiose foi sabiamente aproveitada. Os animais fertilizam as pastagens, mas também os campos de cultivo. A floresta proporciona alimentos e lenha, também necessária para estabular o gado. O gado ganha com a sombra da floresta ao mesmo tempo que fertiliza solos florestais e faz desbaste do mato nas florestas.

O sistema *infield* é a parte do sistema agro-silvo-pastoril mais intensiva, com as culturas agrícolas (especialmente cereais e leguminosas) sendo o *outfield* a parte mais extensiva e circundante, com as pastagens, os matos e a floresta, em grande parte geridos comunitariamente – baldios (Jansen, 2011; Ribeiro, 1941). Os nutrientes (biomassa/estrume) são transferidos do *outfield* para o *infield*, pelos animais e/ou pelo homem (Jansen, 2011; Ribeiro, 1941). Junto das povoações da serra, as pastagens incluíam: pousios, alqueives e restolhos de terrenos cultivados; prados (espontâneos ou semeados, como os lameiros) ou mesmo ao longo dos caminhos (Ribeiro, 1941). Os pastos de prado das povoações permitiam alimentar principalmente

Figura 5.51. *Socalcos de Loriga.*
Nota. Os lameiros, aproveitando os níveis freáticos mais superficiais , demonstram estratégias para prados e pastagens permanentes próximos das povoações. Copyright J. Amaro, (s.d).

Figura 5.52. *Vale da Candeeira, Serra da Estrela.*

gado bovino, que se destinava preferencialmente para auxílio dos trabalhos agrícolas ou consumo (ver figura 5.53).

A identificação das áreas de pastoreio ou relacionadas com a atividade, pode também ser depreendidas através da designação de formações geomorfológicas ou da toponímia local. Na rotina do pastoreio, nas horas de maior calor, era descrito que o rebanho era reunido num lugar plano (ou laje, referente à serra), acolhendo-se à sombra de árvores – o rodeio. O rebanho pasta até o sol se pôr e quando vai dormir (amalhoar), o pastor também se recolhe em lugares certos – malhadas, covões ou depressões rodeadas de rochas –contra as quais reúne o rebanho para mais facilmente o vigiar e proteger dos lobos (Martinho, 1993).

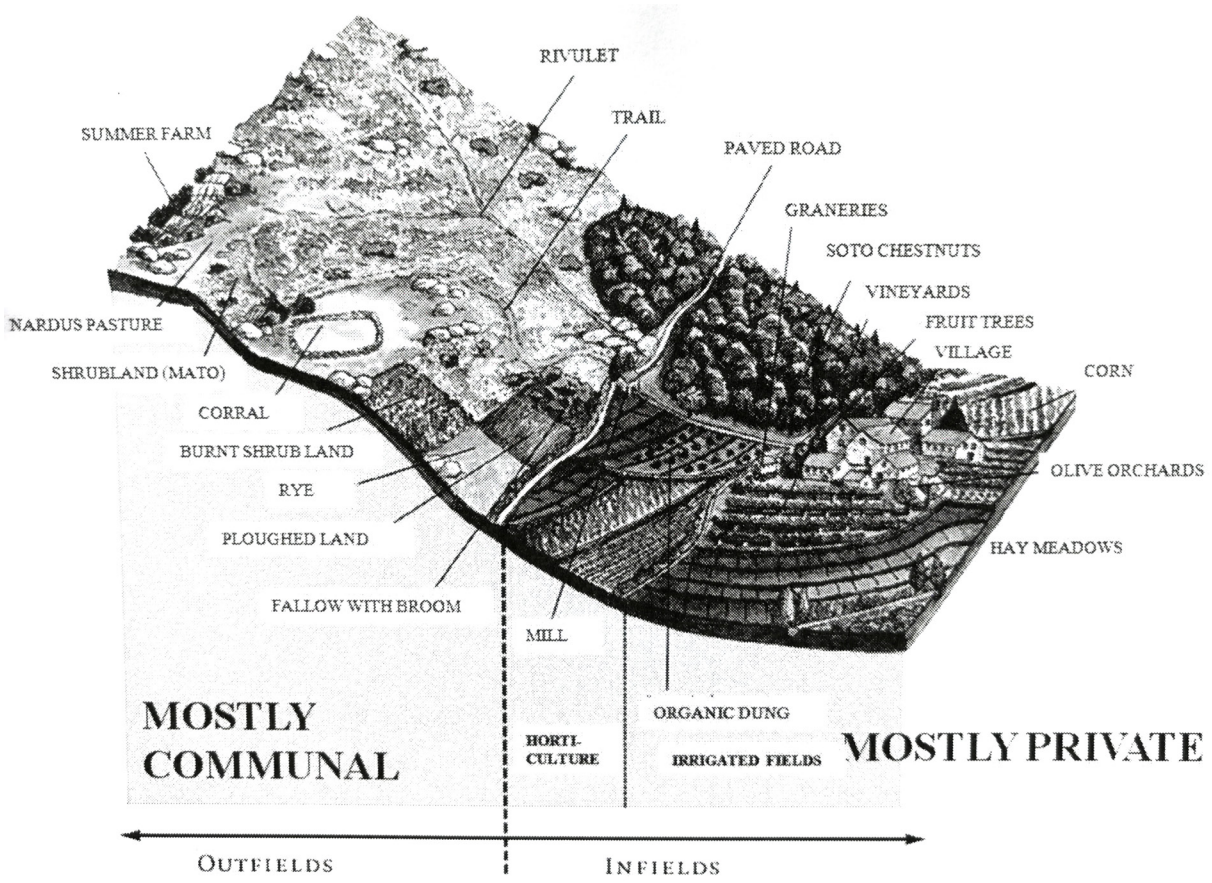


Figura 5.53. *O sistema infield-outfield característico de Manteigas, Serra da Estrela.*
Nota. **Em** *Managing Natura 2000 in a changing world: The case of the Serra da Estrela (Portugal)* (p.121) **de** J. Jansen, 2011, Radboud University.

Poderão ser descritos alguns exemplos, na serra:

a) Nave - extensão plana, de solo decomposto, rodeada de elevações (Ex: Nave de Santo António, Nave da Mestra, ver figura 5.54);
b) Assente/assentada – depressão larga, de bordos mal marcados;
c) Covão – depressão mais profunda, rodeada de paredes altas. (Ex: Covão d'Ametade, Covão do Boi, Covão do Urso), ver figura 5.55;
d) Malhadas – depressões fragosas rodeadas de paredes traçadas na vertical;
e) Lapas – cavidades naturais formadas sob enormes lages de granito que se convertem em abrigos naturais (Calado Pinheiro (coord.), 2008).

Sobre as terras da Idanha, Orlando Ribeiro em 1943, descreve da seguinte forma:

Figura 5.54. *Nave da Mestra, Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia da autora, 2018.

Figura 5.55. *Covão do Boi, Serra da Estrela.*
Nota. Associação Geoparque Estrela, Copyright F. Patrocínio (s.d.).

> *Nestes lugares, densos de secular presença humana, não pode separar-se, no aspecto das paisagens, o que provém das condições naturais ou do esforço das gerações: tudo harmonicamente combinado, num longo ajustamento do homem ao torrão. Os campos monótonos, o montado, as aldeias enormes e raras, os centros de exploração rural, os rebanhos poeirentos de ovelhas brancas, a mole ondulação do terreno que se perde num horizonte distante, até um pouco a fisionomia espiritual de quem possui ou trabalha a terra (...)* (Ribeiro, 1997)

Os rebanhos transumantes, como vimos, incluíam tanto ovelhas como cabras (que serviam essencialmente para fornecer leite para o pastor). Trindade e Ribeiro (1981) referem-nos, pela análise dos registos históricos da transumância, que além de ser definido por onde passaria o gado (como já analisado), reco-

nhecia-se a importância do mesmo na fertilização dos campos, aumentado o rendimento das colheitas.

A criação de gado ovino está preferencialmente localizada nas regiões planas e associada a produções cerealíferas (principalmente a cultura do trigo), em sistemas de rotação, como se verifica na Beira Interior e Alentejo. O gado ovino, explorando a matriz agrícola, explora as ervas espontâneas dos pousios e restolhos, não conflituando com o gado caprino, que explorava as áreas de charneca e pastagens pobres que as caracteriza (David de Morais, 1998; Santos, 2015). Assim, o sistema de produção entre os dois tipos de gado, não era concorrencial, apresentando dinâmicas complementares no aproveitamento de recursos naturais endógenos.

O tipo de povoamento característico na região da Beira Baixa (povoamento concentrado, segundo a classificação de Amorim Girão (1958) está diretamente relacionado com os fatores geográficos e agroclimáticos. O relevo monótono e ondulado, aliado a um solo com fraca aptidão agrícola, reúne condições para explorações de médias a grandes propriedades (figura 5.56).

A exploração consistia essencialmente no cultivo de cereais (trigo e centeio), na cultura da oliveira (início séc. XX), sobreiro, azinheira e na criação de gado lanígero e caprino (Duarte, 1956) (figura 5.57).

A falta de água confere o afolhamento à cultura dos terrenos, com longos períodos de pousio (Girão, 1958). Esta situação

Figura 5.56. *Vista da Idanha para as Campinas.*
Nota. Fotografia da autora, 2018.

Figura 5.57. *Planta da Beira Baixa no séc. XVIII.*
Nota. Planta corográfica e topográfica da Beira Baixa com destaque da vila de Idanha-a-Nova. A zona de Idanha, nesta planta do séc. XVIII, era caracterizada com áreas cultivadas com arvoredo disperso. Copyright DGT, 2018, Licença de utilização n.º 435/18

favorece o pastoreio, libertando áreas de cultura agrícola para pasto do gado, pois com o pousio crescem ervas nos alqueives e restolhos do cereal ceifado. As unidades agrárias são extensas (montes) sem cercas e divisões interiores (por pertencerem ao mesmo proprietário). São estes "campos abertos"[153], sujeitos a afolhamento que favorecem a economia pastoril (Ribeiro, 1991). Propriedade pouco dividida e em termos de área, o concelho de Idanha era em meados do séc. XX, o quarto maior (1.417 Km^2) (Ribeiro, 1941). Os terrenos atualmente ocupados pela albufeira da barragem Marechal Carmona (Quinta do Torrão e Cabeço do Monteiro) eram o destino de muitos rebanhos serranos, assim como os pastos nas margens do rio Ponsul (ver figura 5.58)

Após a construção da barragem Marechal Carmona, inaugurada em 1946 (integrada no plano de aproveitamento hidroagrícola de 1935), permitiu que o padrão de uso agrícola se diferenciasse das paisagens envolventes, pelo uso intensivo, com largas áreas agrícolas regadas alternadas com algumas manchas florestais (Cancela d'Abreu et al., 2004b), ver figura 5.59.

153 *Openfields* – colectivismo agrário.

Figura 5.58. *Albufeira da barragem Marechal Carmona, Idanha-a-Nova.*
Nota. Antigo local de eleição de gados transumantes. Fotografia da autora, 2016.

Na região mais a sudeste do concelho, de relevo de xisto ondulado, perto da área do Tejo internacional, domina também a grande propriedade são frequentes sistemas arvenses de se-

Figura 5.59. *A Campina da Idanha.*
Nota. Exploração agrícola com áreas de regadio intercaladas com áreas de sequeiro. Fotografia da autora, 2016.

queiro e extensas pastagens. São frequentes os montados que quando abandonados evoluem para densos azinhais , sendo dominantes os usos florestais e os matos (Cancela d'Abreu et al., 2004b), ver figura 5.60.

Figura 5.60. *Rosmaninhal. O domínio da grande propriedade e extensas áreas de matos.*
Nota. Fotografia da autora, 2018.

5.2.4.2 Os elementos construídos estruturantes da paisagem cultural

5.2.4.2.1 As canadas e marcos de sinalização de percursos

Trindade (1981), nos estudos de história medieval portuguesa, descreve a atividade de transumância como uma organização pastoril, pondo em destaque as canadas – caminhos destinados ao trânsito de gado - como o primeiro traço distintivo que testemunha esta organização. Esta rede de caminhos foi sendo estabelecida ao longo dos tempos. O termo referente a estes caminhos – canadas - mais ou menos definidos fisicamente, assume regionalismos. Na Itália romana, designavam-se *calles*, na Itália medieval – *tratturi*, os *trazzeri* (Sicília), e em Espanha, consoante os reinos, denominava-se *cabañeras* (Aragão), *carreradas* (Catalunha) e *cañadas* (Castela). Em França estes caminhos designavam-se como *camis ramaders* (Pirinéus), *drayes ou drailles* (Languedoc), *carraires* (Provença) e na Roménica os *drumur oilor* (Braudel, 1995; Trindade & Ribeiro, 1981). Embora muitas das canadas não tivessem delimitações físicas, a sua função era essencial e estrutural para o funcionamento da atividade.

Muitos troços coincidem com antigas vias romanas, outros coincidem com estradas públicas ou atravessavam campos abertos baldios, maninhos e caminhos encanados “balizados” (Ribeiro, 1941), percebendo-se assim que facilmente poderia invadir terrenos agricultados e entrar em conflito com agricultores. Os rebanhos seguiam por estes caminhos pastoris, segundo o mes-

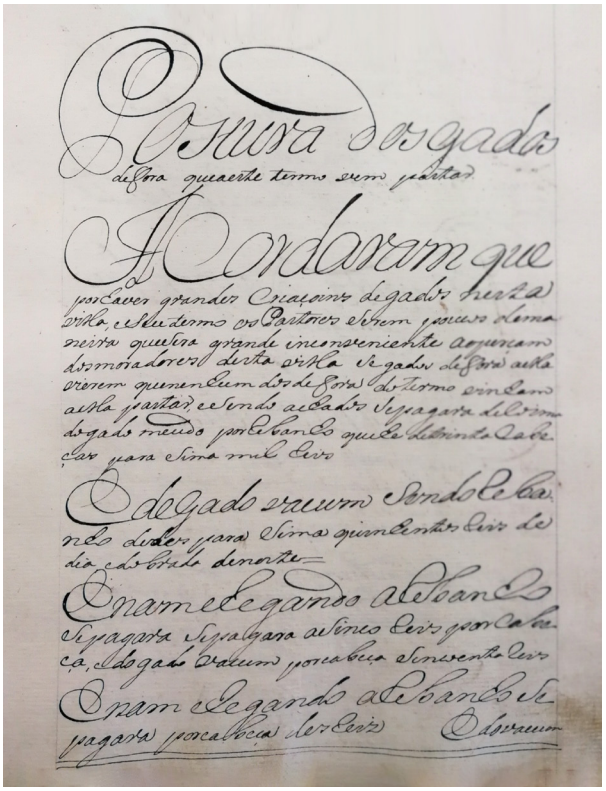


Figura 5.61. *Regulamentação para a passagem dos gados transumantes, séc. XVIII.*

Nota. **Em** *Posturas Municipais,* 1780, Arquivo Distrital **de** Castelo Branco, Mç486, Livro 1, Fl 14

mo rumo, sazonalmente. Cabia às autoridades municipais "assinalar" as canadas, mas estas não tinham necessariamente limites permanentes (nem se encontrou para a presente investigação registos gráficos sistemáticos ou rigorosos sobre os traçados).

Estas canadas são referidas em vários documentos municipais (ver figura 5.61) e regulamentavam desde os locais de passagem dos gados como os procedimentos e quantias de pagamento à Câmara: - " os gados passageros poderem paçar poreste termo por as canadas quea camara designar vindo (...) antes queentrem neste(...) dous dias dum entrada eoutro de saída (...) pagando quinhentos reis (...)"(ADCB, 1780, p. fl14)

As canadas de Castela constituíam verdadeiros sistemas de comunicação pecuária, chegando a ser definida, pela Mesta, a largura das *cañadas reales* com cerca de 90 varas (Klein, 1936) - quase 100m - que permitiam percurso e pasto dos gados.

Os pastos destinados ao gado estante (aquele que permanecia dentro do concelho), eram geralmente cercados – as "devesas" (Coelho & Barbosa, 1999; Trindade, 1965). Acolhiam o gado da "boiada" ou "adua" (Trindade, 1965), que compreendia o gado comum dos vizinhos[154] do concelho. Existem, a título de exemplo, referências claras sobre este aspeto, em descrições sobre o foral manuelino da Guarda (séc. XVI): "Havia portanto, em cada concelho uma deveza, ou defesa, reservada aos seus gados e onde os gados do extremo – ou seja os gados que vinham para o pasto de Inverno – não tinham entrada." (Trindade

154 O termo vizinho correspondia à designação dos moradores ou habitantes do concelho (Ferreira & Azevedo, 2010).

& Ribeiro, 1981, p. 37). Estas terras de pastagem eram de grande relevância:

> *"As devesas da vila eram guardadas, no Inverno e no Verão (...) Limitavam-se mesmo o número de cabeças a criar pelos vizinhos a vinte cabras ou ovelhas e a quatro vacas de leite com suas crias, na tentativa de adequação dos rebanhos ao espaço de pastagens. (...) Os veladores do monte vigiariam o bom uso destes terrenos de pasto(...)"* (Coelho & Barbosa, 1999, p. 26)

Ocorria por vezes, dadas as dimensões dos rebanhos, perder-se gado, cuja designação era de "gado de vento" (Coelho and Barbosa, 1999) . No foral manuelino de Castelo Branco, de 1510, são estipuladas as condições de recolha do gado perdido e regras de transumância (Ferreira and Azevedo, 2010).

Ao longo das canadas (ilustradas nas figuras 5.62 à 5.67), são também visíveis marcos de sinalização destes caminhos (mais comuns na serra) como exemplo as *mariolas*, um empilhamento de pedras que para os pastores serviam de orientação de caminhos, principalmente em condições de nevoeiro. Estes marcos de caminhos são atualmente importantes na sinalização de trilhos pedestres (ver figuras 5.68 e 5.69).

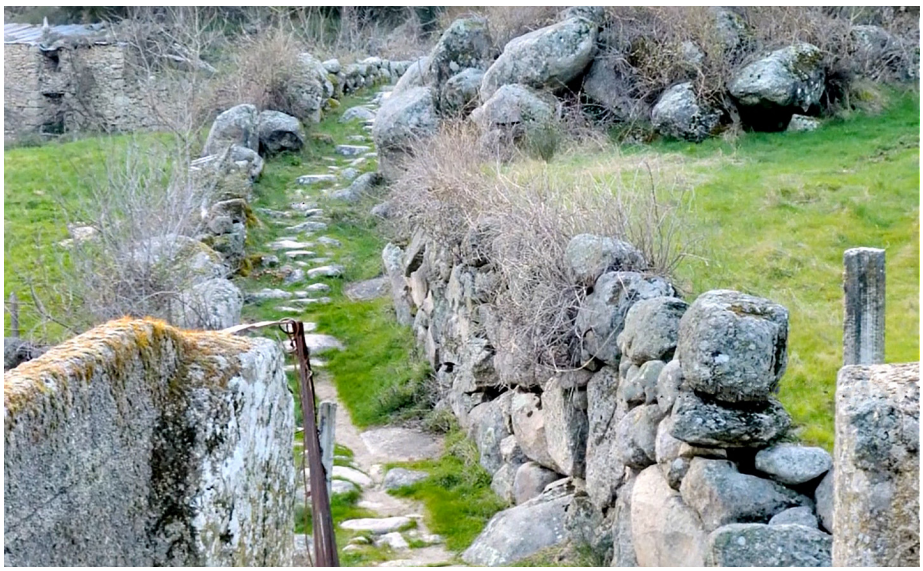


Figura 5.62. *Canada em Cortes do Meio, Covilhã.* ***Nota.*** Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.63. *Canada no vale do Zêzere, Manteigas.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.64. *Canada na Póvoa Velha, Seia.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.65. *Canada dos Serranos, Idanha-a-Nova.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.66. *Caminho dos Ovelheiros, Rosmaninhal.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.67. *Canada, Penha Garcia.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.68. *Mariolas, Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.69. *Marco de orientação de caminhos de transumância, Póvoa Nova, Seia.*

Nota. A sua origem e função podem estar associados a outros acontecimentos sendo, no entanto, uma referência na orientação de trajetos. Fotografia da autora, 2016.

5.2.4.2.2 Os abrigos dos pastores e as construções para o gado

Os testemunhos da relação humana com a paisagem evidenciam-se, também, noutros elementos construídos. Os abrigos de pastores, aproveitando formações rochosas naturais, ou estruturas simples e temporárias, demonstram soluções muitas vezes improvisadas, mas que respondem às necessidades da vida dura de pastor (figuras 5.70 e 5.71).

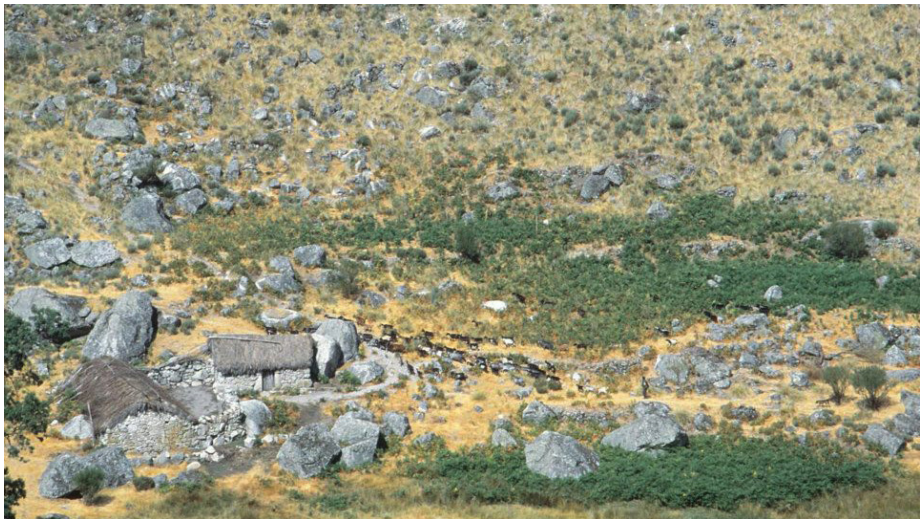


Figura 5.70. *Abrigo fixo de pastor com redil em pedra. Vale do Zêzere, Manteigas.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.71. *Eiras e choças da "aldeia dos animais" na aldeia de Fernão Joanes.*
Nota. Local de abrigo de pastores e de reunião de rebanhos que partiam em rotas de transumância. **Em** *National Geographic Portugal* **de** F. Patrocínio, 2020.

Figura 5.72. *Abrigo aproveitando formações rochosas, Cortes do Meio, Serra da Estrela.*

Figura 5.73. *Construção sob lapa, Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.74. *Abrigos em pedra solta e telhado de colmo. Curral para abrigo de rebanhos no vale do Zêzere, Manteigas.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.75. *Abrigo recuperado para habitação/ turismo no vale do Zêzere, Manteigas.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Em grande parte do país, principalmente nas serras com prática de pastoreio, são comuns os abrigos para os pastores. Na Serra da Estrela encontram-se abrigos de pastores naturais ou semi-naturais (abrigos sob rochas, cavernas grutas e lapas), como ilustram as figuras 5.72 e 5.73, ou artificiais, construídos com pedra solta de granito e com telhado de material vegetal (colmo). Os pastores pernoitavam nestes abrigos, usando capotes de burel[155] para se protegerem do frio. Alguns dos abrigos integravam um curral, muros de pedra que serviam de abrigo para rebanhos e cães (Ribeiro, 1941) (ver figuras 5.74 e 5.75).

Pontuam a Serra outras estruturas como os *malhões* (ver figura 5.76), ora simples blocos ou torres maciças de base quadrada ou arredondada, sem cobertura, com cerca de 1m a 1.50m de lado e 1.50 a 2m de altura, que servem de abrigo dos pastores contra o sol e os ventos dominantes ou como marco de terrenos (Oliveira et al., 1998).

Já nas terras das campinas de Idanha (e pela região), nos terrenos vastos e abertos encontram-se também abrigos, que ao contrário da Serra da Estrela, são maioritariamente artificiais. Registam-se também abrigos móveis: "choças" ou "choupanas" de pastores (ver figuras 5.77, 5.78 e 5.79). Para a instalação dos "bardos" (redes ou vedações para cercar os rebanhos) recorriam a estacas de salgueiros entre outros materiais vegetais:

> *"... têm necessidade de percorrer grandes extensões de terreno aonde não haja abrigo (...) usam os pastores da Beira armar com o auxílio de paus e giestas uma cibana a que chamam choça, que destroem logo que mudam para outra pastagem (algumas vezes ainda utilizam para esse efeito um tronco de árvore com três pernadas que cortam e invertem sobre o terreno. Tapam por meio de paus miúdos e de colmo os espaços existentes entre as três pernadas, e deixam de um lado uma porta."(Tavares de Proença, s.d., como citado em Oliveira et al., 1998).*

155 O burel é um tecido artesanal português, de origem serrana, feito totalmente de lã, protegendo não só da neve e frio como da chuva.

Figura 5.76. *Malhão, Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.77. *Choça (segunda metade do século XX).*
Nota. Fotografia exibida na exposição 'Agricultura nos Campos da Idanha', 2005, Centro Cultural Raiano, Idanha-a-Nova.

Figura 5.78. *Choço semi cónico móvel materializado com giestas, palha e colmo, Orca.*
Nota. **Em** *Construções Primitivas em Portugal* **de** E. Oliveira et al, 1998, Etnográfica Press.

Figura 5.79. *Choça, Rosmaninhal.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Os abrigos em pedra, pontuam ainda a paisagem da Beira Baixa, como ilustrado nas figuras

Os locais para abeberamento dos rebanhos no campo, na região da Idanha, surgem associados a locais de poços ou fontes, dispondo-se uma pia ou várias em pedra, como bebedouro para o gado (ver figuras 5.83 à 5.85).

Na serra da Estrela, pela existência de água à superfície durante todo o ano, não são comuns os bebedouros para animais, bebendo em nascentes, ribeiros, ou nas zonas húmidas associadas a prados (ver figuras 5.86 e 5.87).

Figura 5.80. *Abrigo de pastor em estrutura circular (búfio) de pedra de xisto sobreposta com curral, Rosmaninhal.*
Nota. Búfio Casal de São Roque, Rosmaninhal. Fotografia da autora, 2018.

Figura 5.81. *Abrigo de pastor em pedra seca, Rosmaninhal.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.82. *Abrigo em pedra seca (concelho Idanha-a-Nova).*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.83. *Fonte Grande/ Chafariz da avenida (sec. XVI), Ladoeiro.*
Nota. A poente, o chafariz com bebedouro para os animais e a norte, o serviço de fonte pública. Fotografia da autora, 2018.

Figura 5.84. *Fonte de mergulho, Oledo. Numa das laterais, um bebedouro em pedra, para animais.*

Figura 5.85. *Poços e pias em pedra para bebedouro do gado, Beira Baixa.*
Nota. Fotografia de Vítor Camisão (s.d.).

Figura 5.86. *Riachos na Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia da autora, 2016.

Figura 5.87. *Água presente nas zonas húmidas e cervunais da Serra da Estrela.*
Nota. Fotografia de António Sacchetti, 2019.

Estes elementos construídos associados ao pastoreio e à transumância, conferem o património deste modo de vida. Muitos elementos permanecem ainda hoje fisicamente na paisagem (embora muitos já inexistentes ou destruídos), outros em plena utilização para o uso original (como os bebedouros para o gado), mas importa perceber que no seu conjunto concebem um testemunho da prática da transumância comum na europa mediterrânica.

5.2.4.2.3 O património industrial edificado da lã

Na Beira Interior, os distritos de Castelo Branco e Guarda concentram um importante conjunto de património industrial de lanifícios. Se na área em estudo, no concelho de Idanha-a-Nova predominavam as indústrias domésticas para transformação da lã, já nos concelhos da Covilhã, Seia, Manteigas, concentram-se unidades fabris de lanifícios de diversas tipologias (edifícios, complexos com diversas funções – lavagem, cardação, penteação, fiação tecelagem, ultimação, tinturaria e outro tipo de património associado à atividade) (Calado Pinheiro (coord.), 2008b) e que tiveram grande expressão na economia local, como já analisado.

As aceleradas evoluções tecnológicas, entre outras causas já referidas para o decréscimo dos produtos derivados da lã, contribuíram para a extinção de várias unidades fabris associadas à lã, mas que hoje podem ser identificadas no âmbito do

património industrial, compreendendo este, vestígios da cultura industrial aos quais estão associados valores históricos, sociais, tecnológicos arquitetónicos, científicos ou mesmo estéticos, reforçando a identidade da paisagem em análise (Calado Pinheiro (coord.), 2008b). Já descrita e interpretada a importância da cultura da lã como atividade social e económica na região da Beira Interior, destacamos alguns elementos construídos associados a esta atividade industrial e que compõem unidades de produção como edifícios ou complexos fabris (ver figuras 5.88 à 5.91) com tipologias que podem ser agrupadas pelas seguintes funções, conforme identificado na publicação coordenada por Elisa Calado Pinheiro (2008b) sobre o inventário de património industrial associado à atividade da lã, na beira interior:

- Edifícios de produção: Fábrica; Pisão; Tinte; Lavadouro, Escola de fiação;
- Construções/Equipamentos de apoio à produção: Armazém/ Depósito; Balança; Estendedouro; Poço; Râmolas; Tanque;
- Áreas administrativas/comerciais: Escritórios; Casa do Guarda; Armazém de fazendas, Receção;
- Infraestruturas de natureza energética: Casa da caldeira; Casa da turbina; Central elétrica; Chaminé; Depósito de nafta; Levadas; Posto de transformação elétrica: Roda hidráulica;
- Equipamentos de ensino; Formação.

O património construído associado à cultura da lã pode incluir também objetos etnográficos representativos da vida quotidiana rural na região, associados também à arte pastoril e ao fabrico tradicional de queijo. Alguns museus na beira interior[156] congregam estes objetos, imagens, descrições, que auxiliam na interpretação da paisagem.

156 Destacando-se, entre outros, o Museu do Escalhão, em Figueira de Castelo Rodrigo, o museu Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, o museu da Guarda, o centro cultural raiano em Idanha-a-Nova, o museu municipal de Penamacor e o museu dos lanifícios, na Covilhã.

Figura 5.88. *Antiga Real Fábrica de Panos, na Covilhã.*
Nota. Fundada pelo Marquês de Pombal foi manufatura do Estado no período de 1767a 1788. É atualmente da Universidade da Beira Interior funcionando, também, o Museu de Lanifícios.

Figura 5.89. *Antiga fábrica da ´Lanifícios Império', Manteigas.*
Nota. Fundada em 1947, foi adquirida pela atual marca 'Burel Factory'.

Figura 5.91. *Lavadero de lanas de los Barruecos, Malpartida de Cáceres.*
Nota. Complexo de edifícios localizado junto ao muro de contenção da '*Charca del Barrueco de Abajo*'. Data do séc. XVIII, e tinha como finalidade o tratamento das lãs oriundas dos rebanhos transumantes (Calado Pinheiro (coord.), 2008). Durante o séc. XIX, a matéria prima era destinada maioritariamente para as indústrias têxteis na Covilhã. É atualmente a sede do 'Museo Vostell Malpartida'.

Figura 5.90. *Antiga Fábrica António Estrela & C. Lda, (1853) na Covilhã.*
Nota. Foi um complexo fabril com atividades de cardação, fiação, tecelagem, tinturaria e ultimação. Albergava em 2019 o projeto criativo New Hand Lab, mantendo a atividade fabril no setor têxtil e dos lanifícios.

5.2.5 Comparação com a *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais (passo 2)

Neste ponto será realizado o exercício de comparação das características mais comuns em paisagens culturais e os potenciais elementos e componentes definidores de carácter que se extraíram das análises efetuadas.

Serão selecionados alguns exemplos para responder ilustrar a metodologia, sabendo que, muitos outros poderiam ser enquadrados. Evidenciam-se também, aqueles que se relacionam de forma direta ou indirecta com a atividade de transumância e que, pela análise efetuada, se propõem como elementos e componentes que sustentam os valores que são atribuídos à paisagem, apesar de se ter presente que a paisagem incorpora várias camadas de história e de atividades socioeconómicas, sendo, no entanto, necessário destacar aquelas que suportam e reforçam as questões de identidade da paisagem.

Deste modo, para cada característica da *cheklist*, enquadram-se os exemplos na paisagem cultural em estudo[157] descritos abaixo.

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS

1. FISIOGRAFIA

Descrição de formas topográficas ou de outros elementos da fisiografia, relevante para a identidade do lugar, tendo influenciado no desenvolvimento e forma da paisagem cultural. Estas formas podem ser naturais como fruto de construções humanas. Podem estar associados a funções específicas, proporcionar interesse visual ou estar associadas a significados atribuídos por uma comunidade.

Exemplos na paisagem em estudo:
- 'Hipsometria complementar' Serra da Estrela e Campinas de Idanha;
- Geossítios do Estrela Geopark, como marcas do glaciarismo na Serra da Estrela:
- Lagoas (Peixão, Comprida, Cântaros, Covão da Clareza, ...);
- Vale Glaciário do Zêzere, Loriga, Alforfa, Candeeira, Nave de Santo António, Nave da Mestra;
- Covão da Ametade e Albergaria, Covão dos Conchos, Covão dos Bois, Covão do Ferro, Covão do Urso;
- Cântaro Gordo, Cântaro Magro;
- Planalto da Torre;
- Vale Fluvial do Alvoco;
- Lapas naturais na Serra da Estrela;
- Geossítios do Naturtejo Geopark como a escarpa da Falha do Pônsul;
-Planícies em Idanha-a-Nova e nos Alares.

157 Os exemplos que irão ser apresentados corresponderiam, num caso real, aos resultados das análises e às perceções da equipa relativas ao que caracteriza a paisagem cultural. No presente caso de estudo, são apenas indicados alguns exemplos, meramente exemplificativos, frutos da pesquisa e análise individual para a paisagem em causa.

2. COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÕES ESPACIAIS

Composição e organização tridimensional de formas físicas e associações visuais que definem lugares. Descrevem padrões físicos, composição de elementos como a localização de edifícios, estruturas, espaços, respondendo a questões funcionais, estéticas ou simbólicas.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Arquitectura vernacular: conjuntos de cortes construídas em pedra solta: abrigos de pastores e cerca para gado no Vale do Zêzere (alguns abrigos convertidos em para habitação turística);
- Arquitectura industrial: conjuntos fabris de lanifícios (importantes centros na Covilhã, Seia e Manteigas). Edifícios de produção: edifício fabril, pisão, tinte. Lavadouro, escola de fiação. Construções/Equipamentos de apoio à produção: armazém/depósito, Poço/tanque; Râmolas de sol, estendedouro, indiferenciado. Áreas administrativas/comerciais: escritório, casa do guarda, armazém de fazendas, recepção. Infraestruturas de natureza energética: casa da caldeira, casa da turbina, central elétrica, depósito de nafta, chaminé em alvenaria de tijolo, roda hidráulica, posto de transformação elétrica, levadas.
[...]

3. USO DO SOLO

Organização, forma e ocupação do solo resultado de atividades humanas que moldaram a paisagem para a produção de bens e serviços ou para a extração de matérias primas.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Pastagens naturais Serra da Estrela (Covao do Boi, Nave Santo António, Vale da Candeeira, Nave da mestra;
- Lameiros em socalcos (Manteigas, Loriga);
- Sistema agro-silvo-pastoril de planície (rotação e pousio - centeio, azinhal, olival);
- Sistema agro-silvo-pastoril da serra (centeio e pastagens naturais cervunais/piornais e zimbrais, carvalho negral, pinhal);

4. FLORA, VEGETAÇÃO E FAUNA

Espécies, espécimes ou comunidades vegetais com relevância pela sua associação histórica, espiritual, valor enquanto reserva genética, qualidades funcionais, medicinais ou ornamentais. Enquanto sistemas naturais, destacam-se no desenvolvimento e forma da paisagem cultural.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Habitats e espécies endémicas protegidas;
- Raças de ovinos e caprinos autóctones

5. ELEMENTOS E SISTEMAS DE ÁGUA

Relevante enquanto sistemas ou elementos funcionais, de recreio ou estéticos. Integrados em sistemas hidrológicos naturais ou construídos, com estruturas de captação, condução, armazenamento ou mesmo ornamental.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Ribeiras, riachos, rios, lagoas, lagoachos nos locais e percursos de pastoreio na Serra da Estrela;
- Elementos de água: bebedouros e fontes (gado);
- Barragem Marechal Carmona, Idanha-a-Nova (antigo local pastoreio).
[...]

6. CIRCULAÇÃO

Podem ocorrer de forma isolada ou integrar redes ou sistemas. Podem ser relevantes pela sua função, alinhamento, materiais construtivos, composição, infraestruturas associadas.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Caminhos de transumância (canadas e percursos):
- Canada do Pontão Fundeiro (Serra da Estrela);
- Canada dos Serranos (Idanha-a-Nova).
[...]

7. ELEMENTOS CONSTRUÍDOS HABITÁVEIS

Estruturas habitáveis relacionadas com determinada atividade, associação, relevantes de forma individual ou grupo, função, disposição, materiais, localização.

Exemplos na paisagem em estudo:
Elementos de grande escala:
- Edifícios do património industrial da lã (MUSLAN - Museu de Lanifícios - Real Fábrica de Panos, etc);
- Santuários e Capelas (Capela de Nossa Senhora do Espinheiro, Seia, etc);
Elementos de pequena escala (cortes, cortelhos, búfios):
- Cabanas do Vale do Zêzere (Serra da Estrela);
- Lapas/abrigo do Poio da Oliveira (Serra Estrela);
- Abrigos isolados distribuídos pela região. Ex.: Búfio de São Roque (Rosmaninhal).
[...]

8. ELEMENTOS CONSTRUÍDOS NÃO HABITÁVEIS

Estruturas não habitáveis relacionadas com determinada atividade, associação, relevantes de forma individual ou grupo, função, disposição, materiais, localização.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Elementos escultóricos (Senhora da Boa Estrela, Monumento ao Pastor);
- Marcos de orientação (‘mariolas’), talefes.
[...]

9. VISTAS E ENQUADRAMENTOS VISUAIS

Destaque ou enquadramento visual resultante de uma composição ou elemento natural ou construído, associados a efeitos estéticos. Enquadramentos visuais com funções de orientação, simbolismos e significados para diferentes grupos de pessoas.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Imagem bucólica (pastores e rebanhos no pasto da serra e nas campinas);
- Miradouros na Serra da Estrela: 'Varanda dos Pastores, Cortes do Meio; Miradouro de Piornos (Nave de Santo António); Miradouro do Fragão do Corvo; Miradouro de Penha de Águia; Miradouro do Fragão do Poio dos Cães; Miradouro da Cobiça; Miradouro do Cabeço de Santo Estêvão; Miradouros em Idanha-a-Nova; Miradouro do Castelo de Idanha-a-Nova; Miradouro do Castelo de Penha Garcia; Miradouro das ruínas da Capela de S. João, Monsanto
[...]

10. LUGARES DE CULTO, MEMORIAIS, PRÁTICAS TRADICIONAIS OU DE EVENTOS PASSADOS

Lugares com associações simbólicas, espirituais, crenças religiosas, eventos marcantes ou especiais na história da paisagem ou da comunidade/sociedade. Lugares associados a práticas de dança, música, festas religiosas ou outras celebrações. Materializam-se em panoramas, recintos construídos, ou lugares naturais com ou sem delimitações marcada.

Exemplos na paisagem em estudo:
- Práticas associadas ao pastoreio extensivo: Bênção de Rebanhos; Produtos etnográficos como instrumentos do pastor, chocalhos, bardos, choças/choupanas de colmo
- Indústria têxtil - práticas tradicionais e/ou início de fabrico industrial relacionado com a lã;
- Indústria alimentar - práticas tradicionais de fabrico com utilização de produtos autóctones: produção de queijo da serra e carne de ovinos e caprinos

11. LUGARES DE RECOLHA DE MATERIAIS E PLANTAS NATIVAS

Lugares que refletem costumes, preferências e conhecimentos locais de indivíduos ou comunidades. Contribuem como fonte de matéria prima para produtos secundários.

Ex.: Pastos nos cervunais, geralmente em baldios na Serra da Estrela. [...]

A comparacão com a *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais finaliza o passo 2 da metodologia de caracterização da paisagem cultural. A documentação e análises efetuadas nos passos anteriores permitiram identificar que, a paisagem em estudo, evidencia a maioria das características comuns em paisagens culturais, sendo possível atribuir elementos concretos e componentes para cada característica. Em relação à característica 'Lugares de Culto, Memoriais, práticas tradicionais ou de eventos passados", os exemplos na paisagem em estudo remetem principalmente para a prática de atividades tradicionais/artesanais associadas à produção de bens essenciais para a economia local. Por outro lado, a característica "Lugares de recolha de materiais e plantas nativas" é, na paisagem em estudo, mais associada a conhecimento local sobre os ecossistemas em benefício da pastorícia.

Alguns dos exemplos podem responder a mais do que uma característica, revelando o seu contributo potencial para a interpretação da paisagem e representatividade de relações que se estabelecem na paisagem cultural.

A análise efetuada e as características identificadas indiciam que a paisagem em estudo se poderia integrar numa categoria de paisagem cultural essencialmente evolutiva, seguindo a categorização de paisagens culturais do *World Heritage*, já mencionadas no ponto 2. Recorda-se, que esta categoria ilustra paisagens que resultam de uma exigência de ordem social, económica, administrativa e/ou religiosa e que a sua forma atual

evidencia associações e respostas ao meio natural, revelando esse processo evolutivo na sua forma e composição (World Heritage Committee, 2019).

Como exercício, apresenta-se o enquadramento dos potenciais elementos e componentes do caso de estudo, na *checklist* de características comuns em paisagens evolutivas, conforme já descritas no ponto 4.1.6. Deste modo, para cada uma das 8 características desta categoria de paisagem cultural, apresentam-se os exemplos:

CHECKLIST DE CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS EM PAISAGENS CULTURAIS EVOLUTIVAS (vivas e relíquias)

1. PADRÕES E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
Organização especial e sazonal entre pastos de inverno (campinas) e verão (serra);
O sistema infield-outfield característico na serra da Estrela.

2. VARIEDADE DE ELEMENTOS CONSTRUÍDOS RELACIONADOS COM UMA DETERMINADA ATIVIDADE PRODUTIVA
Atividade de pastoreio (muros de canadas, abrigos fixos para pastores).

3. RELAÇÃO COM SISTEMAS NATURAIS
Percurso cíclico conforme estações do ano, pastos naturais na serra.

4. ESCOLHA DE VEGETAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
O uso dos prados naturais e a exploração dos pousios e sistemas de rotação agrícola,

5. DEMONSTRAÇÃO DE PRÁTICAS TRADICIONAIS SUSTENTÁVEIS OU TÉCNICAS ESPECIALIZADAS
Pastoreio e a produção de lã.

6. CONSERVAÇÃO DE BIODIVERSIDADE ANIMAL E VEGETAL
Biodiversidade associada ao sistema silvo-agro-pastoril, preservação de espécies autóctones de gado ovino e caprino.

7. ASSOCIAÇÃO AO USO E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS
Produção de lã e de bens têxtis associados à lã, como o burel e bens alimentares.

8. POTENCIAIS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
Antigas canadas de transumância, abrigos de pedra.

Entende-se, assim, que a paisagem em estudo poderá ser enquadrada como paisagem cultural evolutiva. Este exercício evidência também que é necessária uma caracterização interpretativa que relacione e identifique as relações que se estabelecem na paisagem e que lhe imprimem o seu significado cultural.

5.2.6 Identificação dos elementos e componentes definidores de caráter e identitários da paisagem cultural (passo 3)

Os passos anteriores da metodologia de caracterização em paisagens culturais permitiram decifrar factos que geraram a distinção da paisagem e decifrar quais os elementos e componentes que a caracterizam e conferem qualidades à paisagem.

Nesta fase, descrevem-se os elementos e componentes, consolidam-se limites da área em estudo da paisagem que integrem todos os elementos e componentes considerados identitários e essenciais à compreensão e descrição do significado cultural da paisagem.

Existem relações prováveis de descrevem paisagens culturais, conforme analisado no ponto 4.1. Comparando com as referidas anteriormente, estas podem representadas/ilustradas, no presente caso de estudo, como:

- Padrões de usos do solo - sistemas de uso do solo pela transumância e sistema agro-silvo pastoril de agricultura - *infield outfield* na Serra da Estrela. As pastagens resultantes de terrenos em pousio, em sistema de rotação, nas planícies

- **Organização espacial e funcional de elementos** –Os complexos fabris associados à produção e transformação da lã. Os conjuntos de arquitectura vernacular relacionados com os abrigos de pastores, pias e bebedouros para os animais

- Sistemas de circulação – Canadas e marcos de orientação, como circuitos de comunicação/movimentação de pastores e rebanhos, ligando os diferentes locais de pasto, locais associados à criação e seleção de espécies (produção), ou os locais de mercado de gado.

- Sistemas naturais - Uso dos elementos com finalidades de proteção (lapas para abrigos dos pastores); exploração dos recursos naturais (pastos espontâneos na serra); conhecimento dos ciclos naturais para práticas agrícolas e silvícolas.

- Uso da fisiografia – Esta relação é menos expressiva na paisagem em estudo, relacionando-se mais com a adaptação da atividade, no tempo e no espaço, a uma hipsometria distinta da Serra e das campinas e das características que estas proporcionam.

- Beleza associada a sistemas naturais ou construídos - imagem bucólica de pastores e rebanhos na Serra e nas campinas. As lagoas da Serra, os pastos espontâneos, os planaltos abertos sem árvores e rodeados de montanhas; as planícies com horizontes longíquos e vegetação esparsa, na região de Idanha-a-Nova.

- Associações tangíveis e intangíveis a elementos naturais ou construídos Destaca-se nesta paisagem a associação tangível aos prados espontâneos na Serra, os cervunais, fulcrais para a existência da atividade de transumância.

Estas relações, representam uma generalidade a partir das quais se podem extrapolar as especificidades de determinada Paisagem Cultural, podendo ser uma base orientadora num pro-

cesso complexo como é o de interpretação da paisagem e do seu significado cultural ou mesmo da explicitação da sua importância patrimonial.

A área do caso de estudo analisada deve ser neste momento aferida. São vários os elementos e componentes que representam a identidade desta paisagem cultural e que integram as rotas principais. Pode concluir-se também que a aldeia de Fernão Joanes engloba elementos construídos e faz parte de uma rota que contribuem para a interpretação da paisagem cultural, há relações espaciais, elementos isolados e em grupo que pela integridade e raridade são relevantes para a interpretação do significado cultural da paisagem (ver figura 5.92). A metodologia de caracterização proposta permite identificar falhas de conhecimento e enriquecer a caracterização.

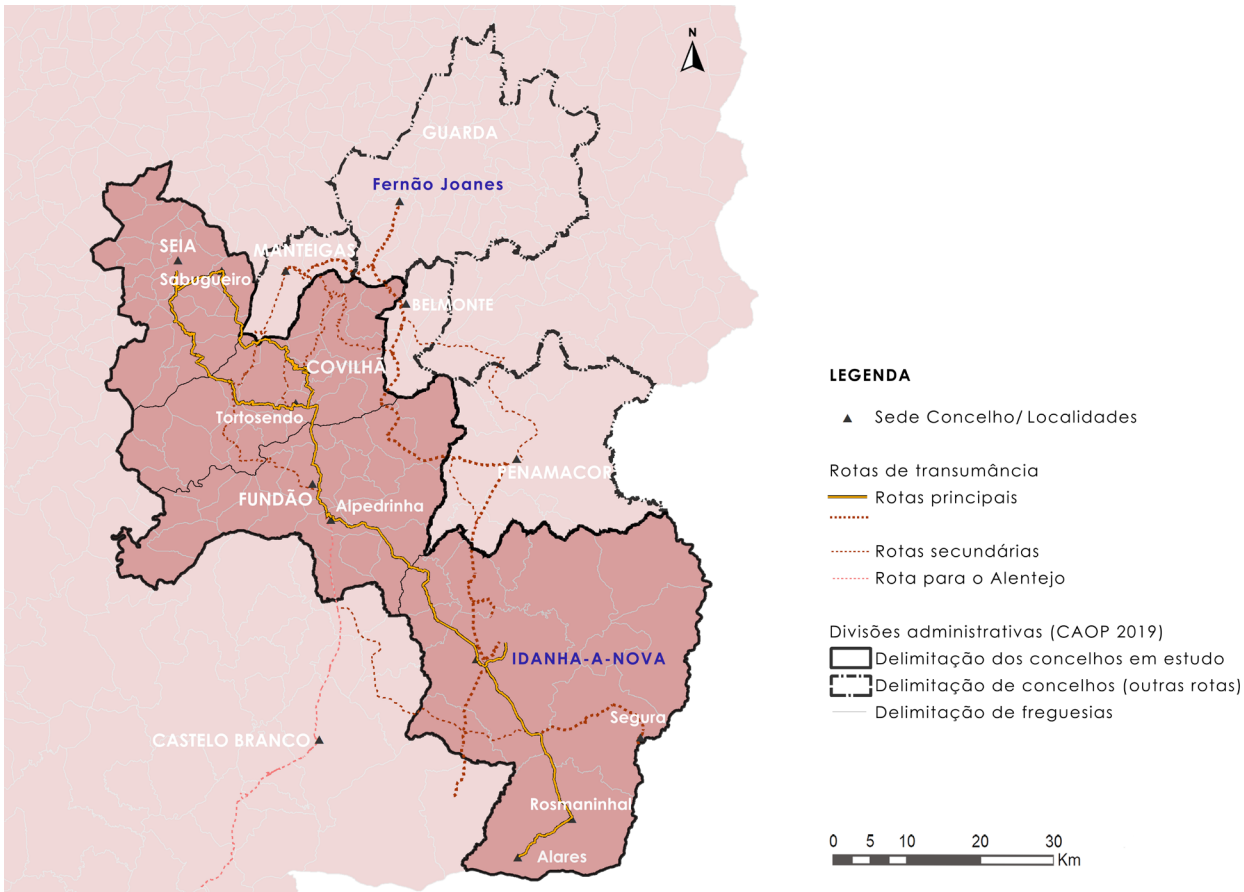


Figura 5.92. *Identificação da rota de transumância com origem em Fernão Joanes, fazendo parte das rotas entre a Serra da Estrela e a Beira Baixa .* ***Nota.*** Mapa elaborado pela autora, 2017, baseado nas rotas identificadas **em** *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)-Reconhecimento e valorização patrimonial*, **de** E. Calado Pinheiro (coord.), 2008, Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

5.3 DISCUSSÃO

> *"A perda de paisagens culturais com um alto valor natural e dependentes da agricultura extensiva é um dos principais problemas para a conservação da natureza na Europa."* Jan Jansen p. 66 in Queirós et al., 2013)

Uma das questões de investigação inicialmente propostas, incide sobre paisagens cujo processo evolutivo conduziu ao declínio de atividades que produziram elementos físicos na paisagem e criaram dinâmicas sociais, ecológicas e económicas que lhe imprimiram determinada identidade. Neste sentido, o estudo da paisagem cultural da rota da transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha é uma oportunidade de reflexão sobre o assunto.

Poder-se-á afirmar que o uso do conceito Paisagem Cultural permite articular a dimensão tangível e intangível desta paisagem e promover soluções, de forma interdisciplinar, que conduzam a um desenvolvimento sustentável em territórios que enfrentam problemas de crescimento demográfico, de competitividade a nível de desenvolvimento regional, da gestão rural incluindo os incêndios florestais, entre outros problemas que advêm da interioridade do território.

Para além da transumância e da indústria da lã, coexistem outras práticas e associações religiosas, interesse científico e turístico relacionado com desportos de neve, riqueza da flora, vegetação, geomorfologia da serra da estrela, entre outras características naturais e culturais. O tema da transumância reveste-se atualmente de interesse pedagógico sobre dinâmicas socioecológicas, como também enquanto património cultural que engloba memórias e conhecimentos enraizados no lugar e que pode ter uma função essencialmente social e dinamizadora junto das comunidades locais e sociedade em geral. As atuais festas de transumância contribuem para manter as memórias,

a transmissão do 'espírito do lugar', o modo de vida tradicional e dinamizar os produtos locais, tendo por base a identidade local. A economia baseada em processos tradicionais e valores culturais associados à produção de raças de gado autóctone, recursos naturais locais, cujo valor é reconhecido (lã, queijo, carne de ovinos e caprinos, património industrial dos lanifícios), contribuem para a conservação da identidade desta paisagem cultural e podem entrar em mecanismos económicos regionais.

A atividade socioeconómica foi um grande fator de modelação desta paisagem, tal como é em grande parte das paisagens. A transumância, enquanto forma de pastoreio, e atividade socioeconómica fez parte da história desta paisagem com inegável influência na identidade da paisagem. O abandono dos ecossistemas agrários de montanha, caracterizados por sistemas de agricultura extensiva e pastoreio, conduziu a situações que afetaram igualmente os habitats naturais, com diminuição de espécies e variedade, originando situações mais suscetíveis de fomentar incêndios.

A extinção da atividade de transumância, aliada ao despovoamento e abandono do interior, à desvalorização dos lanifícios, conduziu à perda de integridade de vários elementos na paisagem, diminuindo a capacidade desta paisagem cultural ser associada/interpretada em relação às atividades referidas. Perdendo características com significado na paisagem, tangíveis e intangíveis, perde-se também autenticidade, sendo assim necessário, tal como Nora Mitchell (2008) refere, uma constante monitorização, reavaliação e adaptação de estratégias no sentido de conservar a autenticidade na Paisagem Cultural.

Em relação à abordagem e metodologia de caracterização, este ponto permitiu demonstrar a aplicabilidade da abordagem e metodologia de caracterização proposta. Poder-se-á concluir, que as análises efetuadas seguindo a metodologia de caracterização, permitiram descrever a paisagem nas suas dimensões tangíveis e intangíveis, detetar forças motrizes e as mudanças

ocorridas, percebendo-se o que determinou o fim da transumância. A comunidade local, que tem uma relação direta com os usos e funções, os simbolismos e significados tem de ser considerada para perceber as qualidades e características positivas da Paisagem Cultural e integrada nas estratégias de conservação. A identificação dos elementos e componentes identitários e definidores de caráter, permite, nos dias de hoje, potenciá-los e serem integrados em novas formas, processos e funções que respeitam as necessidades da comunidade em contexto atuais económicos, sociais e culturais, sem sacrificar o que é o legado da paisagem. A conversão das antigas canadas em rotas culturais, corredores verdes, dando-lhes uma nova função relacionada com turismo, com potencial de elo entre vários países da Europa é já uma realidade em Espanha, com a conservação das vias pecuárias não só para fins de deslocação de gado como para fins complementares (LEY 3/1995, Vias Pecuarias, 1995).

A identificação dos elementos e componentes incluem ponderações e apreciação subjetiva, não só pelos técnicos que as realizam, mas também dependente da leitura que as comunidades fazem sobre a sua paisagem e o que valorizam. Neste caso de estudo, cuja atividade de transumância está praticamente extinta, os elementos e componentes identitários serão mais dificilmente identificados. No entanto, a comparação com a *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, permite sistematizar a informação recolhida e orientar a identificação dos elementos e componentes identitários. A metodologia pretende ser adaptativa, de forma a que possibilite recuar passos para colmatar informação, tanto nos conteúdos analisados como na área de estudo. Por outro lado, a descrição das relações prováveis de descreverem uma Paisagem Cultural, possibilita estabelecer a relação entre elementos e componentes, facilitar a sua interpretação, objetivando uma descrição do significado cultural da paisagem mais assertiva.

CAPÍTULO 6
CONCLUSÕES

Crédito: António Sacchetti, 2018

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES

O conceito de Paisagem Cultural, apesar de difundido na comunidade académica e entre profissionais de entidades que lidam com a conservação da paisagem, integra um entendimento diverso. O Património Mundial, desde 1992, através do reconhecimento como categoria de bens culturais, impulsionou este conceito e termo. Por outro lado, como é o caso da Convenção Europeia da Paisagem (Council of Europe, 2000), o termo não é aplicado deliberadamente, por se considerar que não é compatível com o conceito de paisagem expresso na Convenção, podendo conduzir a interpretações de atribuição de um valor cultural específico à paisagem (Priore 2005).

A presente investigação permitiu compreender que a Paisagem Cultural deve ser entendida como um conceito, de relações entre tangível e intangível, entre o natural e o cultural. Não se pretende adjetivar o substantivo 'paisagem', como cultural, pois neste sentido poderíamos remeter todas as paisagens humanizadas como culturais, fruto de ações, intervenções ou, simplesmente, entendimentos refletidos pela observação humana das paisagens. O conceito não representa uma dicotomia entre natureza e cultura, mas sim, uma paisagem em que estas dimensões se imiscuem, integrando elementos naturais e elementos resultantes do artifício humano, aos quais reconhecemos qualidades positivas, e valores que desencadeiam a sua apreciação estética, experiências sensoriais, emoções e sentimentos. O seu significado cultural é representativo das suas características naturais e construídas que são valorizados culturalmente. Para que o conceito não seja tomado como parcial e de carácter restrito, necessita que seja considerado de forma holística, numa interpretação atual de desenvolvimento sustentável que integra desde a conservação do património, a questões de ética, economia, finanças e políticas de desenvolvimento do território.

As paisagens culturais revelam conhecimentos, testados ao longo de gerações, sobre o funcionamento natural e a gestão equilibrada dos ecossistemas; resultam de transformações no território e associações a elementos naturais, mais ou menos

lentas, que nos impelem ao seu reconhecimento como pertença, legado, capital das populações. Há um sentido de qualidades positivas e de valor patrimonial, que poderá fazer a distinção entre a ideia de paisagem humanizada e o conceito de Paisagem Cultural.

A pertinência do conceito de Paisagem Cultural e da sua aplicação nos dias de hoje pode ser expressa pelas três seguintes ideias: primeiro, a noção de que as paisagens culturais são repositórios e veículos de transmissão de saberes geracionais e, como tal, contribuem para compreender a história e cultura de dada comunidade ou de uma região, revelando os seus principais traços identitários; segundo, que a sua leitura e interpretação, reanalisadas ao longo dos tempos, constituem procedimentos essenciais para uma adequada gestão e estratégias de intervenção, tanto no presente como no futuro; terceiro, que a decisão sobre o futuro das paisagens culturais deve garantir a sua singularidade e contributo para o equilíbrio social, económico, cultural e ecológico, tanto para as comunidades locais como para a diversidade global, vetores patentes nas políticas mundiais.

O estudo realizado permitiu constatar que a conservação de paisagens culturais assenta, essencialmente, em paisagens rurais do passado e não em novas paisagens culturais emergentes. Mas é justamente a essas paisagens, vernáculas e associadas a formas tradicionais e técnicas artesanais, que é concedido um forte significado cultural que impele a sociedade ao desafio de conservação dos valores que lhes são atribuídos. Foi esta uma das razões que conduziu a que a investigação evidenciasse este tipo de paisagens. A Paisagem Cultural tem a vantagem de ser resultado de experiências, manipulação e gestão continuada dos seus recursos naturais. Se em paisagens concebidas, por uma ou mais pessoas, num relativamente curto espaço de tempo, o seu valor revela uma aprendizagem passada e a procura de uma imagem (como, por exemplo, um jardim), na paisagem evolutiva e viva, que representa um “laboratório” de várias gerações,

os contributos anónimos vão resultando em retornos lentos de aprendizagem, permitindo refinar técnicas de intervenção e de apreensão e manipulação dos processos naturais. O facto de as populações terem vivido ao longo de vários anos na mesma região, permitiu-lhes desenvolver estratégias de gestão aperfeiçoadas, otimizando os recursos naturais, prevenindo declínios súbitos dos mesmos, garantindo formas de perpetuá-los (Rosa et al., 2018), conferindo a sustentabilidade dos processos.

Os desafios atuais paisagens culturais prendem-se, assim, com a proteção de valores no mundo contemporâneo, que assiste a significativas, repetidas e aceleradas mudanças sociais e territoriais. Aos problemas e desequilíbrios que afetam muitas paisagens, desde a degradação e perda dos recursos naturais, como o solo, a água, a fertilidade ou as associações e formações vegetais, até ao crescimento urbano desorganizado, não há o reconhecimento da Paisagem Cultural como categoria, a nível de proteção legal em Portugal. Para Bandarín (2010) o conceito de Paisagem Cultural evolutiva e viva, representa uma ideia comum e universal, pertencente à esfera da democracia, escolhas e direitos. Acrescenta-se a preocupação com a necessidade de conservação da paisagem como exemplo de aproximação a meios ou usos sustentáveis. O conceito de Paisagem Cultural pode, assim, articular várias questões, encerrando em si pressupostos para o desenvolvimento sustentável e para a identidade cultural.

A análise de várias abordagens de caracterização de paisagens com significado cultural, permitiu concluir que a caracterização interpretativa de paisagens culturais, cuja abordagem e metodologia se propõem na presente tese, efetivam-se num instrumento útil para o estudo de paisagens culturais, tanto para a sua identificação e inventariação como para a sua classificação ou, ainda, para a elaboração de planos que visem a sua conservação e gestão. A caracterização visa identificar os elementos e componentes distintivos e identitários da paisagem - componentes físicas, atividades e funções, significados e simbolismos

- e, como tal, definidores de caráter. São eles que permitem definir as linhas orientadoras que conduzam intervenções futuras, mais conservativas ou mais contemporâneas, na paisagem.

Os elementos e componentes de uma paisagem enquadram-se num contexto próprio e pertencem e interagem num sistema complexo de dinâmicas, cuja leitura e compreensão permitem descrever o carácter e o significado cultural da paisagem. A metodologia desenvolvida e proposta no âmbito desta tese, procura operacionalizar uma abordagem de caracterização especificamente desenhada com base nos princípios que sustentam o conceito de Paisagem Cultural. Desta forma sugeriram-se 3 linhas de análise que descrevem: a evolução histórica da paisagem; as dinâmicas socioecológicas e económicas; a composição e configuração da paisagem. Em complemento, a comparação com uma *checklist* de características mais comumente encontradas em paisagens culturais, permite sistematizar informação e avaliar a necessidade de recolha de mais dados sobre a paisagem em estudo.

As recomendações para a conservação e gestão da Paisagem Cultural pretendem incluir flexibilidade, de modo a aceitar as mudanças na paisagem como uma constante de um sistema dinâmico e vivo, oferecendo, às comunidades, modelos com capacidades adaptativas e resilientes. Para tal, reavaliações periódicas da integridade e autencidade dos elementos e componentes da paisagem e dos processos que, individualmente e no conjunto, lhe conferem significado cultural, são necessárias. Desta forma objetiva-se responder aos desafios atuais que paisagens culturais enfrentam, permitindo reeinventar novas formas de gestão e desenvolver modelos equilibrados de conservação de valores, de gestão de pressões e ameaças sobre a paisagem cultural. As recomendações sugeridas na presente tese, visando a conservação e gestão de paisagens culturais, centram-se em 3 linhas estratégicas que promovem uma leitura de interdependências entre pessoas, estruturas, atividades sociais e económicas e os

ecossistemas. São elas: a condição dos elementos e componentes identitários e definidores de caráter; o envolvimento da comunidade local e da sociedade, em geral, na conservação dos valores; a perceção, didática e vitalidade cultural da paisagem.

A abordagem e metodologia proposta, aplicada à paisagem da rota da transumância entre a Serra da Estrela e as Campinas de Idanha, permitiu concluir que facilitam a identificação das características da paisagem, permitindo descrever a paisagem cultural nas suas dimensões tangíveis e intangíveis, detetar forças motrizes e as mudanças ocorridas. A identificação dos elementos e componentes identitários da paisagem cultural, incluem ponderações e apreciação subjetiva, tanto de quem analisa, como das comunidades que atribuem valor à paisagem. O recurso a uma *checklist* de características mais comuns em paisagens culturais, permite uma sistematização e orientação na identificação dos mesmos. A aplicação da abordagem e metodologia a outros casos de estudo, antecipa-se assim, como possível e de sucesso, permitindo caracterizar de forma mais assertiva a Paisagem Cultural e auxiliando o processo de descrição do significado cultural da paisagem.

A identificação, estudo e conservação destas paisagens pode ser um instrumento privilegiado nas estratégias políticas atuais. Promover a viabilidade económica de sistemas tradicionais que caracterizam paisagens culturais, implicam a promoção de iniciativas sustentáveis e a valorização de produtos tradicionais (Bürgi et al., 2017). Envolver as comunidades para a celebração da sua paisagem, a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas, deve ser considerada em estratégias de conservação.

O conceito de Paisagem Cultural abraça, deste modo, uma diversidade de manifestações. A nível nacional, as paisagens culturais não se encontram devidamente identificadas e inventariadas para efeitos de proteção legal. A categoria de 'sítio', responde

ao mencionado na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (CoE), e à Lei de Bases do Património Cultural, mas não integra, de modo inequívoco, por exemplo, as paisagens associativas que podem exibir poucos ou nenhuns elementos construídos. A criação, em 1992, da categoria de Paisagem Cultural no âmbito da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) veio, exatamente, responder à necessidade de autonomizar o conceito de Paisagem.

A inclusão da figura Paisagem Cultural na legislação portuguesa, poderia contribuir para a salvaguarda do património paisagístico, de forma mais efetiva e focada nas suas características e princípios de conservação, com normas e regimes de proteção patrimonial mais ajustadas a este conceito. Da mesma forma, a identificação de paisagens culturais como categoria para inventariação de património paisagístico (com as respetivas subcategorias que respondessem à realidade do país), iria auxiliar não só no processo de sistematização, bem como, de ligação com uma forma legislativa de proteção, adaptada a património vivo.

Relembrando Carmen Añón (2020), o fenómeno da globalização é atual, trazendo benefícios, mas precisamos de pontos de apoio, da identidade que nos diferencia culturalmente e é expressão do sentido de pertença dos povos. A identidade está imbuída nas paisagens culturais e a sua conservação é uma forma de assegurar que podemos usufruir, no presente e futuro, da criatividade, imaginação, sabedoria e conhecimentos ancestrais. A identidade da paisagem é também uma forma de expressão de conectividade, entre lugares e objetos culturais, entre padrões e comportamentos criados pelo Homem, cujo estudo permite-nos perceber também, as comunidades contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

ADCB. (1780). *Posturas Municipais* [Manuscrito]. Mç486, Livro 1, Fl 14. Castelo Branco

Agnoletti, M. (Ed.) (2006). *The Conservation of Cultural Landscapes*. CABI. https://cabidigitallibrary.org/doi/book/10.1079/9781845930745.0000

Agnoletti, M. (2014). Rural landscape, nature conservation and culture: Some notes on research trends and management approaches from a (southern) European perspective. *Landscape and Urban Planning*, *126*, 66–73. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2014.02.012

Almeida, A. C. (2006). Paisagens: Um património e um recurso. *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*, (Iberografias; 8), 31–42. http://hdl.handle.net/10316/13165

Amaral, A. M. (1970). Os pastores da Serra da Estrela : etnografia, foro, privilégios, transumância. *Revista Beira Alta*, *vol. XXIX (*3), 355-399.

Amoêda, R., Lira, S., & Pinheiro, C. (Eds.). (2016). *Heritage 2016—Proceedings of the 5th International Conference on Heritage and Sustainable Development. Vol. 1*. Green lines Instituto para o Desenvolvimento sustentável.

Andresen, T., & Rebelo, J. (2013). *Avaliação do Estado de Conservação do Bem Alto Douro Vinhateiro - Paisagem Cultural Evolutiva Viva - Estudos de Base*, Vol. 2. CCDRN/EMD, CIBIO UP/UTAD.

Añón, C. A. (1989). El jardín histórico: Notas para una metodología previa al proyeto de recuperacíon. **In** ICOMOS **(Ed.)**, *Jardins et sites historiques*, 312–325.

Añón, C. A. (2012). *Autenticidad/Autenticitá*. Fondazione Benetton Studi Ricerche.

Antrop, M. (1998). Landscape change: Plan or chaos? *Landscape and urban planning, 41*(3), 155–161. https://doi.org/10.1016/S0169-2046(98)00068-1

Antrop, M. (2000). Background concepts for integrated landscape analysis. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, *77*(1–2), 17–28. https://doi.org/10.1016/S0167-8809(99)00089-4

Antrop, M. (2005). Why landscapes of the past are important for the future. *Landscape and Urban Planning*, 70(1–2), 21–34. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.002

APAI, CNP-ICOMOS & Parques de Sintra-Monte da Lua. (2017). *Declaração de Sintra*. Avaliação de Impactes no Património, Sintra.

Appleton, J. (1975). *The Experience of Landscape*. John Wiley & Sons.

Aplin, G. (2007). World Heritage Cultural Landscapes. *International Journal of Heritage Studies, 13*, 427–446. https://doi.org/10.1080/13527250701570515

Araújo, I. A. (2008). Sobre a gestão do património agrário e a sustentabilidade das paisagens culturais. *Património Paisagístico: os caminhos da transversalidade: Actas do Colóquio*, 63–76. Lisboa: Associação Portuguesa Arquitectos Paisagistas.

Araújo, I. A. (2022). *Arquitectura Paisagista ou a «Organização do espaço» nas Paisagens: Vol. I- Problemas de Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens Humanizadas*. Edições Afrontamento.

Araújo, J. (1998). Relações de fronteira na Idade Média: A Transumância. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade Porto*, *XV*, 229–240.

Australian Heritage Comission. (2000). *Overview of the Identification, Assessment and Managment of Cultural Landscapes*. https://culturallandscapesandroutesnsc.files.wordpress.com/2018/03/00-ahc_cultrl-lscs-guide.pdf

Australia ICOMOS. (1979). *The Burra Charter: The Australia ICOMOS guidelines for the Conservation of Places of Cultural Significanc*e. Burra. https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Burra-Charter_1979.pdfhttp://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf

Australia ICOMOS. (1988). *Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance*. Australia ICOMOS. https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/Guidelines-to-the-Burra-Charter_-Cultural-Significance.pdf

Australia ICOMOS & International Council on Monuments and Sites. (2013). *The Burra Charter: The Australia ICOMOS charter for places of cultural significance 2013*. http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf

Baião, A. J. V. (2010). *Empowerment e Des(envolvimentos) - Escola Profissional de Moura/Estudo de Caso* [Dissertação de Mestrado, não publicada]. Universidade de Évora.

Bandarín, F. (2018, 30 de novembro). *A Paisagem Histórica Urbana. Uma ferramenta da Agenda Urbana 2016-2036* [comunicação oral]. Fórum Património e Paisagem, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Barranha, H. (Org.) (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais* (1ª ed.). IST Press e ICOMOS-Portugal. https://www.icomos.pt/images/pdfs/E-book-patrimonio.pdf

Bartosiewicz, L., Greenfield, H.J. (Eds.) (1999). *Transumant Pastoralism in Southern Europe. Recent Perspectives from Archaeology, History and Ethnology*. Archaeolingua Foundation.

Bianchi de Aguiar, F., & Dias, J. (Coord.). (2000). *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Fundação Rei Afonso Henriques.

Birnbaum, Charles. (1994). *Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes*. Preservation Briefs 36. U.S. Department of the Interior National Park Service.

Birnbaum, Charles. (1996). *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for the Treatment of Cultural Landscapes*. Washington, DC. U.S. Department of the Interior National Park Service.

Blankenship, J. D. (2016). Reading Landscape: J. B. Jackson and the Cultural Landscape Idea at Midcentury. *Landscape Journal: Design, Planning, and Management of the Land*, *35*(2), 167–184. https://doi.org/10.3368/lj.35.2.167

Brandt, J., Primdahl, J., & Reenberg, A. (1999). Rural land-use and landscape dynaamics - Analysis of «driving forces» in space and time. **In** Baudry; J., Bowler, I. R., Kronert, R., Reenberg, A. **(Eds)**. *Land-Use Changes and Their Environmental Impact in Rural Areas in Europe*, *24*, 81–102.

Braudel, F. (1995). *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip*.Vol I. University of California Press, London.

Brown, G. G., Reed, P., & Harris, C. C. (2002). Testing a place-based theory for environmental evaluation: An Alaska case study. *Applied Geography*, *22*(1), 49–76. https://doi.org/10.1016/S0143-6228(01)00019-4

Brown, J., Mitchell, N., & Beresford, M. (Eds.). (2004). *The Protected Landscape Approach Linking Nature, Culture and Community*. IUCN.

Brown, M. F. (2008). Cultural Relativism 2.0. *Current Anthropology*, *49*(3), 363–383. https://doi.org/10.1086/529261

Bunce, R.G.H., Pérez-Soba, M., Jongman, R.H.G., Gómez S. A., Herzog, F., Austad, I. (2004). *Transhumance and biodiversity in European mountains* . Report of the EU-FP5 project TRANSHUMOUNT (EVK-2-CT-2002-80017). Alterra, Wageningen.

Bürgi, M., Hersperger, A. M., & Schneeberger, N. (2004). Driving forces of landscape change – current and new directions. *Landscape Ecology*, *19*(8), 857–868. https://doi.org/10.1007/s10980-005-0245-3

Bürgi, M., Bieling, C., von Hackwitz, K., Kizos, T., Lieskovský, J., Martín, M. G., McCarthy, S., Müller, M., Palang, H., Plieninger, T., & Printsmann, A. (2017). Processes and driving forces in changing cultural landscapes across Europe. *Landscape Ecology,32*, 2097–2112. https://doi.org/10.1007/s10980-017-0513-z

Calado Pinheiro, E. (Coord.). (2008a). *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)- Reconhecimento e valorização patrimonial*. Vol I. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

Calado Pinheiro, E. (Coord.). (2008b). *Rota da Lã Translana, Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)- Reconhecimento e valorização patrimonial*. Vol II. Covilhã: Museu de Lanifícios - Universidade da Beira Interior.

Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza.

Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (Eds.). (2004a). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental:* Vol. I. Direção Geral de Ordenamento do Território.

Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (Eds.). (2004b). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental:* Vol. III. Direção Geral de Ordenamento do Território.

Cantero, N. O. (2000). Las Raíces Culturales de la conservación de los paisajes. In Pison, E. (Ed.), *Estudios sobre el paisaje*. (67, pp 239-257. Universidad Autonoma de Madrid.

Cardoso, J. (2016 Julho) [Entrevista oral individual].

Carrer, F., Migliavacca, M. (2019). Prehistoric Transhumance in the Northern Mediterranean. *The Textile Revolution in Bronze Age Europe Production, Specialisation, Consumption*. 9. 217–238. https://doi.org/10.1017/9781108656405.009

Cassatella, C., & Angioletta, V. (2011). Indicators used for landscape. **In** C. Cassatella, & A. Peano **(Eds.)** *Landscape Indicators—Assessing and Monitoring Landscape Quality: Chapter 3* (1.ª ed). 31–46. Springer Netherlands.

Cassatella, C., & Peano, A. (2011). *Landscape Indicators—Assessing and Monitoring Landscape Quality* (1.ª ed.). Springer Netherlands.

Castel-Branco, C. (1992). *O lugar e o significado. Os jardins dos vice-reis* [Tese de Doutoramento editada e publicada em 2017]. Instituto Superior de Agronomia.

Chambino, E. (2008). *Pastores, guardiões de uma paisagem*. Município de Idanha-a-Nova / Centro Cultural Raiano.

Cherlet, M., Hutchinson, C., Reynolds, J., Hill, J., Sommer & S., von Maltitz, G. (Eds.) (2018). *World Atlas of Desertification*. European Union, Luxembourg. DOI 10.2760/06292

Clark, J., Darlington, J. & Fairclough, G. (2004). *Using Historic Landscape Characterisation*. English Heritage & Lancashire County Council.

Claval, P. (2007). Changing Conceptions of Heritage and Landscape. In Whelan, Y. & Moore, N. (Eds.) *Heritage, Memory and the Politics of Identity - New Perspectives on the Cultural Landscape*. Ashgate Publishing Limited. https://doi.org/10.4324/9781315586694

Coelho, M.H.C. & Barbosa, M.R. (1999). *Forais e Foros da Guarda*. Câmara Municipal da Guarda.

Comission on National Parks and Protected Areas. (1978). *Categories, objectives and criteria for protected areas*. IUCN/Rockefeller Brothers Fund. https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1978-003.pdf

Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). *Carta de Cracóvia, Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*.

Constituição da República Portuguesa. (1976). Decreto n. o 86/197. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775

Council of Europe. (1954). *European Cultural Convention*. Paris. https://rm.coe.int/168006457e

Council of Europe. (1985). *Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe (Granada Convention)*. https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/granada-convention

Council of Europe. (1995). *Recommendation on the integrated conservation of cultural landscape areas as part of landscape policies.* Recommendation No. R (95) 9. https://culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995-recomendacao_relativa a_conservacao_dos_sitios culturais_integrada_nas_politicas_de_paisagem-conselho_da_europa.pdf?x99371

Council of Europe. (1996). *Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*. Council of Europe Press. https://www.cbd.int/doc/nbsap/rbsap/peblds-rbsap.pdf

Council of Europe. (2000). *European Landscape Convention*. https://rm.coe.int/1680080621

Council of Europe. (2005). *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society* (*Convenção de Faro)*. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf

Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2ª-Reimpressão. Coimbra: Edições Almedina.

Cosgrove, D. & Jackson, P. (1987). New Directions in Cultural Geography. *Area*, *19*(2), 95–101. http://www.jstor.org/stable/20002425

Costello, E., Svensson, E. (2018). Transhumant pastoralism in historic landscapes: beginning a European perspective, **In** E. Costello & E. Svensson, (Eds.) *Historic Archaeologies of Transhumance across Europe*. (1st ed), pp. 1–14. Routledge.

Crumley, C. L., Kolen, J. C. A., de Kleijn, M., & van Manen, N. (2017). Studying long-term changes in cultural landscapes: Outlines of a research framework and protocol. *Landscape Research*, *42*(8), 880–890. https://doi.org/10.1080/01426397.2017.1386292

Curado, M. J. D. (2003). *O planeamento e a gestão das paisagens culturais - Alto Douro Vinhateiro: contributos e aplicação.* [Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. https://ria.ua.pt/handle/10773/21657

Decreto lei n.º 4/2018, (2018) Diário da República n.º 10/2018, Série I de 2018-01-15, pp 395 – 396. https://files.dre.pt/1s/2018/01/01000/0039500396.pdf

Decreto lei n.º 187/71, (1971) Diário da República n.º 108/1971, Série I de 1971-05-08, pp 657 - 661. https://files.dre.pt/1s/1971/05/10800/06570661.pdf

Decreto lei n.º 613/76, (1976) Diário da República n.º 174/1976, Série I de 1976-07-27, pp 1702 - 1704. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/613-1976-430785

David de Morais, J.A. (1998). *A Transumância de gados serranos e o Alentejo*. Câmara Municipal de Évora.

Delphim, C. F. (2009). *Benefícios da declaração de Paisagem Cultural*.[Documento pessoal não publicado].

Dias, L. T. (2013). Paisagem. *CEM Cultura, Espaço & Memória*, *4*, 7–9. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12805.pdf

Domingues, Á. (2001). A paisagem revisitada. *Finisterra*, XXXVI(72), 55–66. Centro de Estudos Geográficos. https://doi.org/10.18055/Finis1621

Domingues, Á. (2017). *Volta a Portugal* (1ª ed.). Contraponto Editores.

Drury, P., & McPherson, A. (2008). *Conservation Principles, Policies and Guidance-For the sustainable managment of the historic environment*. Historic England.

Duarte, A. S. (1956). Indústrias agrícolas dos meios rurais da Beira Baixa. Alguns aspectos técnicos, económicos e de higiene, segurança e salubridade. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.

Estatística de Portugal (1868). *População, Censo no 1º de Janeiro,1864*.

Estatutos da AJH. (2003). Associação Portuguesa dos Jardins Históricos. https://www.jardinshistoricos.pt/fileman/Uploads/Documents/DOC%203%20ESTATUTOS%20AJH.pdf

Estêvão, J.A. (1983). A florestação dos baldios. *Análise Social*. 19 (77/79), 1157–1260.

EUROPA NOSTRA, DNK, & SPK (Eds.). (2018). Apelo à Acção de Berlim. Património Cultural para o futuro da Europa.

Farina, A. (2000). The Cultural Landscape as a Model for the Integration of Ecology and Economics. *BioScience*, *50*(4), 313. https://doi.org/10.1641/0006-3568(2000)050[0313:TCLAAM]2.3.CO;2

Fatsar, K. (2010). Reconsidering Cultural Landscape Definitions - Are Historic Gardens really Cultural Landscapes? [Paper presentation] *Cultural Landscape*. 27th ECLAS Conference, Istambul.

Feliú, C. A. (2012). **In** A. Luengo & M. Rossler **(Eds.)**, *World Heritage Cultural Landscapes*.(pp15–24). Ayuntamiento de Elche.

Feliú, C. A. (2020, fevereiro 17). *Paisagens Culturais* [Entrevista oral individual].

Fernandes, J., Moreira, M., Coelho, I., Guiomar, N. & Brito, O. (2005). *Caracterização e cartografia dos sistemas extensivos de pastoreio em Portugal Continental*.[Conferência] X Colóquio Ibérico de Geografia.

Ferreira, L. & Azevedo, L. (2010). *Foral Manuelino de Castelo Branco : 1510*. Câmara Municipal de Castelo Branco.

Ferreira, R. & Cunha, L. (2006). Rotas de transumância serrana para a Beira Baixa: Itinerários e património associado. (Iberografias*)* 305–327.

Folque, P. R. (1907). *Carta Agrícola e Florestal de Portugal*. [Mapa]. Direção Geral da Agricultura.

Foster, J. (Ed.). (1988). *Protected Landscapes -Summary proceedings of an international symposium*. IUCN; Countryside Commission & Council of Europe.

Fowler, P. (2000). Cultural Landscapes of Britain. *International Journal of Heritage Studies*, *6*(3), 201–212. https://doi.org/10.1080/13527250050148197

Fowler, P. (2003). World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002. *World Heritage Papers*, 6. http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf

Frolova, M., Toribio, J. M., & Pomar, L. C. (2003). El paisaje en las políticas públicas de Francia y España: Desde la protección del monumento a la gestión del espacio. *Estudios Geográficos*, *64*(253), 605–621. https://doi.org/10.3989/egeogr.2003.i253.200

García, M. M. (1999). Ethnographic observations of transhumant husbandry practices in Spain and their applicability to the archaeological sample. **In** L. Bartosiewicz, & H. J. Greenfield (**Eds.**), *Transumant Pastoralism in Southern Europe. Recent Perspectives from Archaeology, History and Ethnology* (pp. 159–180). Archaeolingua Foundation.

Geist, H., McConnell, W., Lambin, E. F., Moran, E., Alves, D., & Rudel, T. (2006). Causes and trajectories of land-use/cover change. *Land-Use and Land-Cover Change*, 41–70. https://doi.org/10.1007/3-540-32202-7_3

Girão, A. A. (1940). *Montemuro, a mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra Editora.

Girão, A. A. (1958). *Atlas de Portugal* (2ª. ed). Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.

Gomes, C. A. (2011). *O conceito de carácter da paisagem e a sua aplicação na gestão de áreas protegidas: Caso de estudo dos Açores* [Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Lisboa].Repositório Aberto da Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5195

Goodchild, P. (1984). Editorial: The conservation of parks and gardens in the United Kingdom. *Landscape Research*, *9*(2), 1–3. https://doi.org/10.1080/01426398408706103

Goodchild, P. H. (2005). Managing Dynamic Chamge and Sustaining th Landscape Heritage. [Paper Presentation] *Proceedings of the Scientific Symposium: Monuments and sites in their setting—Conserving cultural heritage in changing townscapes and landscapes*. 5. ICOMOS.

Guerrero, A. M., Bennett, N. J., Wilson, K. A., Carter, N., Gill, D., Mills, M., Ives, C. D., Selinske, M. J., Larrosa, C., Bekessy, S., Janushowski-Hartley, F., Travers, H., Wyborn, C. A., & Nuno, A. (2018). Achieving the promise of integration in social-ecological research: A review and prospectus. *Ecology and Society*, *23*(3/art38). https://doi.org/10.5751/ES-10232-230338

Haartsen, T., Groote, P., & Huigen, P. (2000). *Claiming Rural Identities—Dymanics, contexts, policies*. Van Gorcum.

Haines-Young, R. H. (2007). *Tracking change in the Character of the English Landscape, 1999—2003*. Natural England. http://publications.naturalengland.org.uk/publication/330464

Hasund, K. P. (2011). Developing environmental policy indicators by criteria – indicators on the public goods of the Swedish agricultural landscape. *Journal of Environmental Planning and Management*, *54*(1), 7–29. https://doi.org/10.1080/09640568.2010.502750

Heritage Chairs and Officials of Australia and New Zealand. (2014). *The Victorian Heritage Register Criteria and Threshold Guidelines*. Heritage Council of Victoria.

Heritage Victoria. (2002). L*andscape Assessment Guidelines for Cultural Heritage Significance*. Heritage Council of Victoria.

Herzog, F., Bunce, R.G.H., Jongman, R.H.G., Pérez-Soba, M., Sal, A.G. & Austad, I. (2005). *Policy Options to Support Transhumance and Biodiversity in European Mountains: A Report on the TRANSHUMOUNT Stakeholder Workshop*. Landquart/Zurich, Switzerland, 26 – 28 May 2004. Mt. Res. Dev. 25, 82–84.

Hough, M. (1990). *Out of Place: Restoring Identity to the Regional Landscape*. Yale University Press.

Howley, P. (2011). Landscape aesthetics: Assessing the general publics' preferences towards rural landscapes. *Ecological Economics*, *72*, 161–169. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.09.026

Hunt, J. D. (2016). Is landscape history? In G. Doherty & C.s Waldheim (Eds.)*, Is Landscape ...? Essays on the Identity of Landscape* (1st ed., pp. 247–260). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315697581

Hunt, J. D. (2000). *Greater perfections. The Practice of Garden Theory*. Univerity of Pennsylvania Press.

ICNB. s.d. *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Sítio Serra da Estrela.

ICNB (2000). *Habitat 6230 - Formações herbáceas de Nardus, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)*. [Ficha do plano Sectorial da rede Natura 2000]. https://www.icnf.pt/api/file/doc/77e41c0d4b9a2249

ICOMOS. (1931). *The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments.*

ICOMOS. (1964). *International charter for the conservation and restoration of monuments and sites -The Venice Charter*. https://www.icomos.org/charters/venice

ICOMOS. (1982). *Historic Gardens (The Florence Charter 1981)*. https://www.icomos.org/charters/gardens_e.pdf

ICOMOS. (1994). *The Nara Document on Authenticity*. https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf

ICOMOS. (2005). *XI'AN Declaration on the Conservation of the Setting of Heritage Structures, Sites and Areas*. https://www.icomos.org/charters/xian-declaration.pdf

ICOMOS. (2008). *Québec declaration on the Preservation of the Spirit of the Place*. https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-646-2.pdf

ICOMOS New Zealand. (2010). *ICOMOS New Zealand Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value*.

ICOMOS, UNESCO. (2011). *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Propertie*.

ICOMOS. UNESCO (2012). *Cultural landscape and Sustainable Economic Development: Maniging a International Thematic Meeting on Cultural Landscapes of Agropastoralism: The Mediterranean Network 2012Cultural Landscape and Building a new mode of Governance: The Causses and the Cévennes: Learning from the World Heritage nomination process and Cooperation with the countries of the Mediterranean basin.ICOMOS & World Heritage, UNESCO (2011). Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties*. ICOMOS - UNESCO. https://www.iccrom.org/sites/default/files/201807/icomos_guidance_on_heritage_impact_assessments_for_cultural_world_heritage_properties.pdf

IUCN. (1973). *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES).*[Convenção de Washington]. Washington

Jackson, J. B. (1995). A Sense of Place, a Sense of Time. *Design Quarterly*, *164*, 24-27. https://doi.org/10.2307/4091350

Jacques, D. (1995). The rise of cultural landscapes. *International Journal of Heritage Studies*, *1*(2), 91–101. https://doi.org/10.1080/13527259508722136

Jansen, J. (2011). Managing Natura 2000 in a changing world: The case of the Serra da Estrela (Portugal)[Tese de Doutoramento]. Radboud University, Nijmegen.

Johnston, R. J. (Ed.), Gregorys, D., Pratt, G., & Watts, M. (2004). *The dictionary of human geography* (4th edition). Wiley.

Jones, M. (2003). The concept of cultural landscape: Discourse and narratives (chapter 3). **In** H. Palang & G. Fry **(Eds.)**, *Landscape Interfaces* (1, pp.21-51). Springer Netherlands.

Joubert M. (Coord.) (2008). *A framework for developing and implementing management plans for South Africa national parks*. SAN Parks Scientific Services.

Kienast, F., Frick, J., van Strien, M. J., & Hunziker, M. (2015). The Swiss Landscape Monitoring Program – A comprehensive indicator set to measure landscape change. *Ecological Modelling*, *295*, 136–150. https://doi.org/10.1016/j.ecolmodel.2014.08.008

King, A., & Clifford, S. (1985). *Holding Your Ground*. Temple Smith.

Klein, J. (1936). *La mesta : estudio de la historia económica española 1273-1836*. Revista de Occidente.

Kolen, J., & Renes, J. (2015). Landscape Biographies: Key Issues. **In** J. Kolen, J. Renes, J. & R. Hermans **(Eds.)**, *Landscape Biographies. Geographical, historical and archaeological perspectives on the production and transmission of landscapes* (pp. 21–47). Amsterdam University Press.

Larsen, K. E. (Ed.) (1995). *Nara Conference on Authenticity/Conference de Nara sur l'Authenticité. Proceedings/Compte-Rendu, Japan 1994.* UNESCO/ICCROM/ICOMOS.

Laviscio, R., Scazzosi, L., & Tricaud, P.M. (2019, October 17). *Inventory and mapping rural landscapes*. [Paper Presentation]. Rural Heritage: Landscapes and Beyond / Patrimoine Rural: Paysages et Au-Delà. ICOMOS Scientific Symposium, Marrakesh, Morocco. https://doi.org/10.7275/as5n-j183

Lecoq, N. J. C. C. de A. (2014). *A Herdade da Contenda. Uma Paisagem Única como Paisagem de Referência*. [Tese de Doutoramento não publicada] Universidade de Évora. Repositório da Universidade de Évora. http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11412

Lei n.º 9/70. (1970). Diário do Governo n.º 141/1970, Série I 801. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/9-1970-140853

Lei n.º 13/85. (1985) [1ª Lei de Bases do Património Cultural Português]. Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06 . https://dre.pt/dre/detalhe/lei/13-1985-182874

Lei n.º 107/2001. (2001). [Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural].Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized

Lei de Bases do Ambiente. (1987). Lei n.º 11/87. Diário da República n.º 81/1987, Série I de 1987-04-07. https://files.dre.pt/1s/1987/04/08100/13861397.pdf

Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo. (1998). Lei n.º 48/98. Diário da República n.º 184/1998, Série I-A de 1998-08-11. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/48-1998-438067

Leighly, J.(Ed.) (1967). *Land and Live -A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. University of California Press.

Lennon, J., & Mathews, S. (1996). *Cultural Landscape Management—Guidelines for identifying, assessing and managing cultural landscapes in the Australian Alps national parks*. Australian Alps Liaison Committee. http://reviewboard.ca/upload/project_document/EA0506-005_Cultural_Landscape_Management_Guidelines.pdf

Lewis, P. F. (1979). Axioms for reading the landscape - Some Guides to the American Scene. *The interpretation of ordinary landscapes*, *23*. 167–187. Oxford University Press.

Link, H.F. (2005). *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha, 1797*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Lowenthal, D. (1975). Past Time, Present Place: Landscape and Memory. *Geographical Review*, *65*(1), 1–36. https://doi.org/10.2307/213831

Luengo, A., & Rossler, M. (Eds.) (2012). *World Heritage Cultural Landscapes*. Ayuntamiento de Elche.

Magalhães, M. R. (2001). *A arquitectura paisagista: Morfologia e complexidade*. Editorial Estampa.

Magalhães, M.R. (Ed.) (2013). *Estrutura Ecológica Nacional - uma proposta de delimitação e regulamentação*. ISA Press.

Martin, G. J., & James, P. E. (1993). *All possible worlds: A history of geographical ideas* (3rd ed.). John Wiley & Sons.

Martinho, A. (1993). O pastoreio em Portugal (subsídios para o seu estudo). *Gestão e Desenvolvimento*, (2), 53-67. https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.1993.175

Mason, R. (2002). Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. **In** M. de la Torre **(Ed.)** *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report*. The Getty Conservation Institute.

McClean, R. (2007). Heritage Landscape Values . *Sustainable Managment of Historic Heritage Discussion paper, 3*. Historic Places Trust.

Meinig, D. W. (Ed.) (1979). *The interpretation of ordinary landscapes—Geographical Essays*. Oxford University Press.

Melnick, R. Z., Elkinton, S., Sponn, D., & Saxe, E. J. (1984). Cultural Landscapes: Rural Historic Districts in the National Park System. *Bulletin of the Association for Preservation Technology*, *16*(3/4), 80. https://doi.org/10.2307/1494045

Melnick, R. Z. (2016). Deciphering Cultural Landscape Heritage in the Time of Climate Change. *Landscape Journal*, *35*(2), 287–302. https://doi.org/10.3368/lj.35.2.287

Mesquita, S. & Sousa, A.J. (2009). Bioclimatic mapping using geostatistical approaches:application to mainland Portugal. *International Journal of Climatology*, *29*. 2156–2170. https://doi.org/10.1002/joc.1837

Meyfroidt, P. (2016). Approaches and terminology for causal analysis in land systems science. *Journal of Land Use Science*, *11*(5), 501–522. https://doi.org/10.1080/1747423X.2015.1117530

Millennium Ecosystem Assessment (Ed.). (2005). *Ecosystems and human well-being: Synthesis*. Island Press.

Ministério da Agricultura (1939). *Reconhecimento dos baldios do Continente*. Junta de Colonização Interna.

Mitchell, N. (2008). Considering the Authenticity of Cultural Landscapes. *APT Bulletin*, *39*(2/3820089), 25–31.

Mitchell, N., Rössler, M. & Tricaud, PM. (2009). *World Heritage Cultural Landscapes A Handbook for Conservation and Management*. Vol. 26. World Heritage Series, World Heritage papers. UNESCO World Heritage Centre.

Monteiro, A. J. R. M. (1992). *Manteigas na segunda metade do século XVIII: Os Homens e a Indústria*. Câmara Municipal de Manteigas.

Morgado, D. M. G. (2013). *Pastoreio em Manteigas: Transumância no passado e no presente*. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra.

Município de Idanha-a-Nova (Ed.) (2019). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Município de Idanha-a-Nova, 2015 - 2019 (CADERNO I DIAGNÓSTICO (informação de base)*. Município de Idanha-a-Nova.

Município de Seia (Ed.) (2021). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Município de Seia, 2021-2030 (CADERNO I DIAGNÓSTICO (informação de base), 2021. Município de Seia.

Muñoz Viñas, S. (2005). *Contemporary theory of conservation*. Elsevier Butterworth-Heinemann.

Naveh, Z. (1994). From Biodiversity to Ecodiversity: A Landscape Ecology approach to Conservation and Restoration. *Restoration Ecology*, *2*(3), 180–189. https://doi.org/10.1111/j.1526-100X.1994.tb00065.x

Nezhad, S. F., Eshrati, P., & Eshrati, D. (2015). A Definition Concept in Conservation of Cultural Landscapes. *International Journal of Architectural Research: ArchNet-IJAR*, *9*(1), 93–107.

Nogué, J., Puigbert, L., Bretcha, G., & Observatori del Paisatge (Catalunya). (2009). *Indicadors de paisatge reptes i perspectives*. Observatori del Paisatge de Catalunya ; Obra Social de Caixa Catalunya.

Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. Rizzoli.

Norberg-Schulz, C. (1981). *Genius loci. Paysage, ambiance, architecture* (2ª ed.).Pierre Mardaga.

North Regional Coordination and Development Commission (CCDR-N) (coord). (2014). *Periodic Report—Second Cycle—Section II Alto Douro Wine Region* (World Heritage Periodic Reports) [Periodic Report Cycle 2 (2008-2015)]. https://whc.unesco.org/en/list/1046/documents/

Oliveira, A., & Silva, F. (2000). *Montemuro – A Última Rota da Transumância. Estudo da vida pastoril da Serra de Montemuro*. Associação da Defesa do Património Arouquense.

Oliveira, E. V., Galhano, F. & Pereira, B. (1998). *Construções Primitivas em Portugal*, Colecção Portugal de Perto. Etnográfica Press.

Page, R. R. (2009). *National Park Service Cultural Landscapes Inventory Professional Procedures Guide*. National Park Service.

Page, R. R., Gilbert, C. A. & Dolan, S.A. (1998). *A Guide To Cultural Landscape Reports: Contents, Process, and Techniques*. U.S. Department of the Interior National Park Service.

Palang, H., Printsmann, A., Kõivupuu, M., Lang, V., & Konsa, M. (2007). The veiled patterns of power - Changes in the marginalised countryside of Estonia and local identity. **In** B. Pedroli, A. Van Doorn, & G. de Blust **(Eds.)**, *Europe's Living Landscapes* (pp. 243–256). de Blust. https://doi.org/10.1163/9789004278073

Parques de Sintra - Monte da Lua, SA. (2014). *Periodic Report—Second Cycle—Section II-Cultural Landscape of Sintra* (Wordl Heritage Periodic Reports) [Periodic Report Cycle 2 (2008-2015)]. https://whc.unesco.org/en/list/723/documents/

Periodic Report Questionnaire -Section II - Third Cycle (2018-2024). (2018). *Periodic Report Cycle 3*. WHC-UNESCO. https://whc.unesco.org/en/prcycle3/?page=draft&did=5155

Pessoa, F. (1978). *Parques Naturais*. Colecção Parques Naturais. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

Pessoa, F. S. (2018). *Intervir na Paisagem* (2ª ed.). Argumentum.

Phillips, A. (1998). The nature of cultural landscapes - A nature conservation perspective. *Landscape Research*, *23*(1), 21–38. https://doi.org/10.1080/01426399808706523

Pinto-Correia, T., Cancela d'Abreu, A., & Oliveira, R. (2001). Identificação de Unidades de Paisagem - Metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*, *XXXVI*(72), 1995–206. https://doi.org/10.18055/Finis1634

Pinto-Correia, T. & Vos, W. (2004). Multifunctionality in Mediterranean landscapes – past and future. **In** R. H. G. Jongman **(Ed.)** *The New Dimensions of the European Landscapes*. (pp. 136–164). Springer.

Piorr, H.P. (2003). Environmental policy, agri-environmental indicators and landscape indicators. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, *98*(1), 17–33. https://doi.org/10.1016/S0167-8809(03)00069-0

Plieninger, T., Trommler, K., & Kizos, T. (2014). *Report describing the cultural landscapes framework developed, including a dictionary of terms* (HERCULES Sustainable Futures for Europe's HERitage in CULtural LandscapES: Tools for Understanding, Managing, and Protecting Landscape Functions and Values). http://www.hercules-landscapes.eu/tartalom/HERCULES_WP1_D1_1_UBER.pdf.

Política Nacional de Arquitectura e Paisagem, Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, (2015) 1.ª série - n.º 130.

Pontius Jr., R. G., Shusas, E., & McEachern, M. (2004). Detecting important categorical land changes while accounting for persistence. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, *101*, 251–268. https://doi.org/10.1016/j.agee.2003.09.008

Potthoff, K. (2013). The use of 'cultural landscape' in 19th century German geographical literature. *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography*, *67*, 49–54. https://doi.org/10.1080/00291951.2012.759617

Poulios, I. (2014). *The past in the present: a Living Heritage Approach – Meteora, Greece*. London: Ubiquity Press. https://doi.org/10.5334/bak

Prieur, M. (1998). The landscape in comparative law. *Naturopa,* 86, 24–25. https://rm.coe.int/naturopa-1998-no-86-landscapes-the-setting-for-our-future-lives/168069cdf4

Priore, R. (2005). *Verso l'applicazione della Convenzione europea del paesaggio in Italia*. Aedon Revista di arti e diritto on line. http: //www.aedon.mulino.it/ archivio/ 2005 /3/priore.htm

Queirós, A., Jansen, J., Costa, L., & Castro, P. (2013). Economia e ecologia dos urzais. *Zimbro*, *suplemento especial*, 78. Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela.

Regional Government of Azores (Coord). (2014). *Periodic Report—Second Cycle—Section II-Landscape of the Pico Island Vineyard Culture* (World Heritage Periodic Reports) [Periodic Report Cycle 2 (2008-2015)]. https://whc.unesco.org/en/list/1117/documents/

Rackham, O. (1986). *The History of the Contryside. The classic history of Britain's landscape, flora and fauna.* (edição revista, 2021). Weidenfeld & Nicolson.

Rebanks, J. (2015). *The Shephers's Life. A Tale of the Lake District*. Penguin Books.

Relph, E. (1976). *Place and Placelessness* (re-impressão). Pion Ltd.

Rego, F. C. (2001). *Florestas Públicas*. Ministério da Agricultura, Direcção Geral das Florestas.

Ribeiro, C., & Delgado, J. F. N. (1868). *Relatorio acerca da arborisação geral do Paiz, apresentado a Sua Excellencia o Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria em resposta aos quesitos do Artigo 1º do Decreto de 21 de Setembro de 1867 pelo director do Instituto Geografioco Filipe Folque*. [Mapa]. Typographia da Academia Real das Sciencias.

Ribeiro, F. S. & Ferreira, L. F. M. (1886). *Expedição Scientifica à Serra da Estrella em 1881 : secções auxiliares : topographia, acampamento : relatórios*. Imprensa Nacional.

Ribeiro, L. P. F. A. (1998). *The cultural landscape and the uniqueness of place - A greenway heritage network for landscape conservation of Lisbon metropolitan area* [Tese de Doutoramento não publicada]. Universidade de Massachussets.

Ribeiro, L. P. F. A. (2001). O Carácter cultural da paisagem. *Arquitectura e Vida*, *12*. Bertrand.

Ribeiro, O. (1941). *Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*. Separata da Revista da Faculdade de Letras Tomo 7.

Ribeiro, O. (2014). *Opúsculos Geográficos II*. (2a ed). Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, O. (1997). *Orlando Ribeiro e as terras de Idanha*. Centro Cultural Raiano, Idanha-a-Nova.

Ribeiro, O. (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico : esboço de relações geográficas*. (6ª ed.) Sá da Costa.

Roe, M. (2007). The European Landscape Convention: A revolution in thinking about 'cultural landscapes'. *Journal of Chinese Landscape Architecture,* 23 (143), 10-15.

Roe, M., & Taylor, K. (2014). *New Cultural Landscapes* (1st ed.). Routledge.

Roquete, C. (2004). Extensive livestock production and environment. Beef cattle extensive system – Tradition and Innovation. *Revista Portuguesa de Zootecnia*, XI, 69–87.

Rössler, M. (2006). World Heritage Cultural Landscapes: A UNESCO flagship programme 1992 – 2006. *Landscape Research*, *31*(4), 333–353. http://dx.doi.org/10.1080/01426390601004210

Rössler, M. (2008). Applying authenticity to cultural landscapes. *APT Bulletin*, *39*(2–3).

Santos, H.P. (2015). *Evolução da paisagem rural do continente português no século XX*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80814?locale=pt

Sauer, C. (1925). *The Morphology of Landscape*. University of California Press.

Scazzosi, L. (2004). Reading and assessing the landscape as cultural and historical heritage. *Landscape Research*, *29* (4), 335–355. https: //doi.org/ 10.1080/ 0142639042000288993

Serrão, A. V. (2013). *Filosofia da Paisagem. Estudos*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Steinitz, C., & Castel-Branco, C. (2011). Mais de trinta ideias influentes em planeamento da paisagem. *Archi News - Arquitectura Paisagista e Ecologia Urbana, Edição Especial* (1), 12–35.

Steinitz, C. (2012). *A Framework for Geodesign—Changing Geography by Design* (1st ed.). ESRI Press.

Slaiby, B., & Mitchell, N. (2003). A *Handbook for Managers of Cultural Landscapes with Natural Resource Values.* Web-Based Publication. 5; Conservation and Stewardship. Conservation Study Institute.

Smeets, E., Weterings, R., & others. (1999). *Environmental indicators: Typology and overview*. European Environment Agency Copenhagen.

Smeets, R., & Westrik, C. (2004). *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage* In de Merode E., Smeets, R. & Westrik , C. (Eds.) World Heritage Papers; Vol. 13. UNESCO World Heritage Centre.

Soares de Sousa, J., Oliveira, J., Jesus, L. & Martinho, V. (2005). A Transumância para o Montemuro: Um pretexto para o Desenvolvimento Rural. *Millenium* - Revista do Instituto Politécnico de Viseu (31). 174–189.

Stankey, G. H., Cole, D. N., Lucas, R. C., Petersen, M. E., & Frissell, S. S. (1985). *The Limits of Acceptable Change (LAC) System for Wilderness Planning* (General Technical Report INT-176). USDA, Forest Service, Intermountain Forest and Range Experiment Station.

Stenseke, M. (2000). Whose landscape values? Central goals versus local perspectives in planning and management of the rural landscape. **In** T. Haartsen, P. Groote, P. P. P. Huigen, **(Eds.)** *Claming Rural Identities. Dynamics, Contexts, Policies.* 25–33. Van Gorgum.

Stephenson, J. (2008). The Cultural Values Model: An integrated approach to values in landscapes. *Landscape and Urban Planning*, *84*(2), 127–139. https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2007.07.003

Stovel, H. (2007). Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. *City & Time*, *2*(3), 3.

Stobbelaar, D. J., & Pedroli, B. (2011). Perspectives on Landscape Identity: A Conceptual Challenge. *Landscape Research*, *36*(3), 321–339. https://doi.org/10.1080/01426397.2011.564860

Swanwick, C. & Land Use Consultants. (2002). *Landscape Character Assessment Guidance for England and Scotland*. The Contryside Agency and Scottish Natural Heritage.

Taylor, K. (2008). *Landscape and Memory: Cultural landscapes, intangible values and some thoughts on Asia*. [Paper presentation]. Scientific Symposium (ICOMOS General Assemblies), Quebec, Canada.

Taylor, K. (2017). *Landscape, culture and heritage. Changing perspectives in an Asian context* [Doctoral dissertation, School of Architecture and Built Environment, Deakin University]. http://hdl.handle.net/10536/DRO/DU:30102152

Taylor, K., & Lennon, J. (2011). Cultural landscapes: A bridge between culture and nature? *International Journal of Heritage Studies*, *17*(6), 537–554. https://doi.org/10.1080/13527258.2011.618246

Torga, M. (1967). *Portugal* (3ª ed). Coimbra Editora.

Torres Manso, F. (2015). Pastoreio em Territórios de Montanha. *Trifólia - Newsletter da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens* (6), 1-2.

Trindade, M. J. L. (1965). Alguns Problemas do Pastoreio, em Portugal, nos séculos XV e XVI. *Do Tempo e da História* (1), 113–134.

Trindade, M. J. L. & Ribeiro, O. (1981). *Estudos de história medieval e outros* (1ª ed.) Faculdade de Letras de Lisboa : Coop. História Crítica.

Tuan, Y. F. (1990). *Topophilia A Study of Environmental Perceptions, Attitudes, and Values*. Columbia University Press.

Tuan, Y. F. (1997). *Space and Place The Perspective of Experience*. University of Minnesota Press.

Tudor, C. (Ed.). (2014). *An Approach to Landscape Character Assessment*. Natural England.

UNESCO. (1962). R*ecommendation concerning the Safeguarding of Beauty and Character of Landscapes and Sites*. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13067&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO. (1971). *Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat*. Ramsar. https://www.ramsar.org/sites/default/files/documents/library/scan_certified_e.pdf

UNESCO. (1972). *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris. https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf

UNESCO (1992). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage—Sixteenth session* [Item 6 - Evaluation report on the implementation of the Convention]. World Heritage Committee, UNESCO. https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf

UNESCO. (2003). *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Bali.

UNESCO. (2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Paris. https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/passeport-convention2005-web2.pdf

UNESCO. (2017). *UNESCO World Heritage Centre—The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. UNESCO World Heritage Centre. http://whc.unesco.org/en/guidelines (English)

UNESCO, ICCROM, ICOMOS & IUCN. (2013). *Managing Cultural World Heritage*. UNESCO.

Warren, G. (1995). *Landscape Aesthetics - A Handbook for Scenery Management. (Agriculture handbook)*. USDA - Forest Service.

Wascher, D. (2004). Landscape-indicator development: Steps towards a European approach. **In** R. H. G. Jongman, **(Ed.)**, *The New Dimensions of the European Landscape* (Vol. 4, pp. 237–252). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-2911-0_16

Wascher, D. M. (Ed). (2005). European Landscape Character Areas - Typologies, Cartography and Indicators for the Assessment of Sustainable Landscapes. Landscape Europe. https:\\www.elcai.org.

Watkins, J., & Wright, T. (Eds.). (2007). *The Management and Maintenance of Historic Parks, Gardens and Landscapes: The English Heritage Handbook*. Frances Lincoln.

Whittaker, C.R. (1988). *Pastoral Economies in Classical Antiquity*. Cambridge Philological Society.

World Heritage Committee. (1984). *World Heritage Committee, 8th Ordinary Session* (SC/84/CONF.004/9; Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage). UNESCO. https://whc.unesco.org/archive/repcom84.htm

World Heritage Committee. (1985). *World Heritage Committee, 9th Ordinary Session—Item 8 of the provisional agenda: Elaboration of guidelines for the identification and nomination of mixed cultural and natural properties and rural landscapes* (SC/84/CONF.008/3; Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage). UNESCO. https://whc.unesco.org/archive/1985/sc-85-conf008-3e.pdf

World Heritage Committee. (1987). *Notes on rural landscapes and the world Heritage Convention, Eleven session* (SC-87/CONF.005/INF 4; Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage). UNESCO. https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-1e.pdf

World Heritage Committee. (1988). *Report of the World Heritage Committee, Eleven session* (SC-87/CONF.005/9; Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage). UNESCO. https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9_e.pdf

World Heritage Committee. (1993). *Review of the Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention* (WHC.93/CONF.002/09). UNESCO.

World Heritage Committee. (1994). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. UNESCO World Heritage Centre.

World Heritage Committee. (2015). *Final Report on the Results of the Second Cycle of the Periodic Reporting Exercise for the Europe Region and Action Plan* (Periodic Reports WHC-15/39.COM/10A; Second Cycle of Periodic Reporting, p. 139). UNESCO.

World Heritage Committee. (2017). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. http://whc.unesco.org/en/guidelines.

World Heritage Committee. (2019). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. http://whc.unesco.org/en/guidelines.

World Heritage Committee. (2021). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. http://whc.unesco.org/en/guidelines.

Wylie, J. (2007). *Landscape*. Taylor & Francis e-Library.

AUDIOVISUAL E *MEDIA* ONLINE

Abrigo aproveitando formações rochosas, Cortes do Meio, Serra da Estrela. (s.d.). [Fotografia]. Acedido em 2021. http://www.freguesiacortesdomeio.pt/

Amaro, J. (s.d.). [Fotografia]. https://joaoamaro-fotografia.blogspot.com/

Andresen, T. (2015, outubro, 31). *"Paisagem Cultural" versus "Paisagem do quotidiano".* [Vídeo de Conferência]. O Resto é Paisagem, Funchal, Madeira. Vimeo. https://vimeo.com/148126121

Antiga Fábrica António Estrela & C. Lda (s.d.). [Fotografia]. *Jornal O Interior.* https://ointerior.pt/sociedade/fabrica-antonio-estrela-julio-afonso-na-covilha-pode-ser-imovel-de-interesse-publico/

Antiga fábrica da ´Lanifícios Império' (s.d.). [Fotografia]. *Burel Factory*. https://www.burelfactory.com/pt/lanificios-imperio/

Antiga Real Fábrica de Panos (s.d.). [Fotografia]. *Museu de Lanifícios*. http://www.museu.ubi.pt/?cix=2990&lang=1&v=290712

Associação Portuguesa de Jardins Históricos. (2018). https://www.jardinshistoricos.pt/

Bodle, N. (2017). [Fotografia]. UNESCO, World Heritage Convention. https://whc.unesco.org/en/list/422/gallery/

Bogd Khan Uul . (s.d.). [Fotografia]. Panoramic Journeys. https://www.panoramicjourneys.com/See/National-Parks-Mongolia

Coleman, C. (1850). [Gravura]. *Royal Academy of Arts*. https://www.royalacademy.org.uk/art-artists/book/a-series-of-subjects-peculiar-to-the-campagna-of-rome-and-pontine-marshes

Cancela d'Abreu, M., & Câmara, T. B. (Eds.). (2020). [Desenho de Gonçalo Ribeiro Telles]. *Catálogo da Exposição: O Mester da Paisagem*. Lisboa Capital Verde Europeia 2020. https://goncaloribeirotelles.pt/

ICNF. *Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) da Conservação da Natureza e das Florestas*. https://geocatalogo.icnf.pt/

IFLA. (2008). *IFLA Cultural Landscapes Committe*. http://www.iflaclc.org/.

IPMA. *Normais Climatologicas*. https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/?print=true

INE. *Censos*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS

Châteaux de Versailles. https://www.chateauversailles.fr/decouvrir/domaine/jardins/parterres

Choça (s.d.). [Fotografia]. *Museu do Burro e da Associação Terras da Raia*. http://museudoburro.blogspot.com/2005/11/o-burro-choa-e-roupeira-metfora-para.html

Ermida de Nossa Senhora do Soito, Fernão Joanes (Guarda). (s.d.).[Fo-

tografia]. Acedido em 2022. https://www.aldeiasdemontanha.pt/pt/aldeias/fern%C3%A3o-joanes/#gallery

F.O. Productions (2009). [Fotografia]. *UNESCO, World Heritage Convention*. https://whc.unesco.org/en/list/1545/gallery/

Fonte de mergulho, Oledo. Numa das laterais, um bebedouro em pedra, para animais. (s.d.). [Fotografia]. *Arquivo Digital Oledo, Idanha-a-Nova*. http://ww3.aeje.pt/avcultur/Secjeste/Arkidigi/Oledo03.htm

Geossítios. https://geossitios.progeo.pt/index.php/geosites

Jackson, J. B. (1971) [Slide *Skid Row in San Jose, California*]. New Mexico Digital Collections. https://nmdigital.unm.edu/digital/collection/Groth/id/1623/rec/14

Jackson, J. B. (1971) [Slide *Country road*, *Las Vegas*]. New Mexico Digital Collections (b) https://nmdigital.unm.edu/digital/collection/Groth/id/1124/rec/41

Kam.si. (s.d.).[Fotografia]. https://www.kam.si/preskarjeva_bajta_na_veliki_planini/

Lajeunie, C (s.d.). [Fotografia]. https://www.flickr.com/photos/lyli12/, CC BY 2.0

Lavadero de lanas de los Barruecos, Malpartida de Cáceres. (s.d.). [Fotografia]. *Malpartida de Cáceres.* Acedido em 2021. https://www.malpartidadecaceres.es/lavadero-de-lanas-de-los-barruecos/

LEAF/ISA/ULisboa. *EPIC WebGis Portugal*. *Ecological Planning, Investigation and Cartography*. http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/

Lüneburg Heide (s.d.). [Fotografia]. *Lünenburger Heide*.Acedido em 2022. https://www.lueneburger-heide.de/en/natur/sehenswuerdigkeit/17063/valley.html

Mapa Topográfico 3D. (2019). [Mapa]. https://www.thetradenews.com/etf-growth-surges-back-european-volatility-social-conscience/europe-3d-render-topographic-map-color/

Maroon, C. (s.d.). [Fotografia]. *The University of Chicago Photographic Arquive*. https://photoarchive.lib.uchicago.edu/db.xqy?show=maroon.xml|623

Martinho, A.T. (c.1960). [Fotografia]. https://exposicoescmoh.wixsite.com/pastores/about

Moller, F. (s.d.). [Fotografias]. *Digiporta, Porträtarchiv*. Digitaleshttp://www.digiporta.net/index.php?id=926764073

National Park Service. https://www.nps.gov/subjects/culturallandscapes/cltimeline5.htm

Os abrigos de pastores integram um testemunho de traços semelhantes no mediterrâneo. [Fotografia]. Wikipedia. https://it.m.wikipedia.org/

wiki/File:Caciara_sulla_Montagna_dei_Fiori.JPG

Pastor, A. (c.1950).[Fotografia]. https://arturpastor.tumblr.com/post/98641413789/serra-da-estrela-d%C3%A9cada-de-50~

Patrocínio, F. (s.d.), [Fotografia]. *Rede Ibérica de Espaços Geológicos*. http://patrimonigeominer.eu/project/aspiring-geopark-estrela/

Patrocínio, F. (2020). [Fotografia]. *National Geographic Portugal*. https://nationalgeographic.pt/?option=com_content&view=article&id=1922:-serra-da-estrela-sob-o-signo-da-agua&catid=112

Portugal, L. (2022). [Fotografia]. *National Geographic Portugal*. https://nationalgeographic.pt/viagens/113-grandes-reportagens/2920-sistelo--xangri-la-no-minho

Raça Churra do Campo da Beira Baixa. (s.d.) [Fotografia]. https://portugalalupa.blogs.sapo.pt/beira-interior-churra-do-campo-luta-20071

Raça Merino da Beira Baixa. (s.d.). [Fotografia]. Agroportal. https://www.agroportal.pt/ovinos-da-esa-ipcb-reinauguram-certificacao-do--borrego-da-beira/

Sanz, F. (s.d.).[Fotografia]. *Valladolid, rutas y paisajes*. https://valladolidenbici.wordpress.com/2008/10/06/hacia-salamanca-por-la-cana-da-real/

Shinboku (s.d.).[Fotografia]. *Nippon.com*. https://www.nippon.com/en/views/b05210/shintai-shinboku-the-divine-object-or-tree.html#

SNIG. *Registo Nacional de Dados Geográficos. Corine Land Cover*. https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search#/search?-fast=index

Tabbasum, S. A. (2004). [Fotografia]. *UNESCO, World Heritage Convention*. https://whc.unesco.org/en/list/421/gallery/

Total de produtos alimentares reconhecidos pela União Europeia como produtos de qualidade, de cariz tradicional e associados a determinada região geográfica (s.d.) [Mapa]. Acedido em 2017. https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/infographic/who-is-driving--quality-in-eu-agri-food/

Vale da Candeeira, Serra da Estrela. (s.d.). [Fotografia]. Acedido em 2022. https://umpardebotas.blogs.sapo.pt/serra-da-estrela-1530705

Yale Center for British Art. https://collections.britishart.yale.edu/catalog/tms:7978

ANEXO 1. ENTREVISTA A CARMEN AÑÓN FELIÚ

Entrevista não confidencial a Carmen Añón Feliú,
presidente honorária do comité de paisagens culturais
Data: 17 de Fevereiro de 2020
Local: Madrid, Espanha

Introdução

Em fevereiro de 2020, foi realizada uma entrevista a Carmen Añón, figura incontornável, especialista em jardins históricos e paisagens culturais. Foi membro do ICOMOS *Board of Directors* e também da delegação de Espanha e presidente do *International Scientific Committee of Cultural Landscapes* (ICOMOS-IFLA ISCCL), lidando com questões do património cultural, também a nível do *World Heritage* da UNESCO.

Procurou-se obter um testemunho, em viva voz, de questões relacionadas com jardins históricos e paisagens culturais, nomeadamente a introdução da categoria de Paisagem Cultural na lista de património mundial da UNESCO, a aplicação na prática profissional de este novo conceito, ou mesmo, a autenticidade e os valores da paisagem nas estratégias de conservação.

Optou-se por elaborar uma entrevista semiestruturada, composta por quatro perguntas que guiaram a entrevista, permitindo respostas abertas sobre o tema. Neste anexo reproduzem-se excertos, transcritos e de tradução livre da autora para língua portuguesa.

Guião para entrevista

Pregunta 1: *El concepto de paisajes cultural ganó ímpeto en los finales de los años 1980, principio de los años de 1990, fruto en parte de una ambición de visión integrada del patrimonio cultural y natural, del reconocimiento de valor cultural asociado a aspectos subjetivos. Fue este momentum que condujo a la reunión de expertos en paisajes culturales en La Petite Pierre (França), Octubre de 1992? ¿Hubo otras motivaciones para la aceptación como categoría de la lista de patrimonio mundial? ¿Cómo fueron las candidaturas en los primeros años, en términos prácticos?*
[Pergunta 1: O conceito de paisagem cultural ganhou ímpeto nos finais dos anos 1980, princípio dos anos de 1990, fruto em parte de uma ambição de visão integrada de património cultural e natural, do reconhecimento de valor cultural associado a aspectos subjectivos. Foi este *momentum* que conduziu à Reunião de peritos em paisagens culturais em *La Petite Pierre* (França), Outubro de 1992? Houve outras motivações para a aceitação como categoria da lista de património mundial? Como resultaram os primeiros anos em termos práticos, de candidaturas?]

Pregunta 2: *El concepto paisaje cultural se estableció rápidamente en las prácticas de estudios de paisaje en los EUA, através del National Park Service, aún en la década de 1980. ¿Además de los EUA, había otras referencias de la operatividad del concepto?*
[Pergunta 2: O conceito paisagem cultural estabeleceu-se rapidamente nas práticas de estudos da paisagem nos EUA, através do National Park Service, ainda na década de 1980. Fora dos EUA, havia outras referências da operacionalidade do conceito?]

Pregunta 3: *En 1999, el Scientific Committee on Historic Gardens and Sites, creado en 1971, cambió su designación para International Scientific Committee on Cultural Landscapes. Esta alteración revela el interés en el concepto de paisaje cultural más envolvente. ¿Hubo la necesidad o alguna estrategia de afirmación*

de cara al patrimonio construido y arquitectónico?
[Pergunta 3: Em 1999, o *Scientific Committee on Historic Gardens and Sites*, criado em 1971, alterou a sua designação para *International Scientific Committee on Cultural Landscapes*. Esta alteração revela o interesse no conceito de paisagem cultural, mais abrangente. Houve também a necessidade ou alguma estratégia de afirmação face ao património contruído e arquitetónico?]

Pregunta 4: *Autenticidad compone un concepto-clave requerido para la inscripción de determinado bien patrimonial cultural en la lista del patrimonio mundial. La escala de autenticidad para el paisaje, se revela difícil desde el punto de vista operacional, por la existencia de atributos inmateriales y dinámicas del paisaje que no encaja en metodologías convencionales desarrolladas para patrimonio construido. ¿Cuál es importancia de esta prueba de autenticidad a nivel de los paisajes culturales?*
[Pergunta 4: Autenticidade compõe um conceito-chave requerido para a inscrição de determinado bem patrimonial cultural na lista de património mundial. O teste de autenticidade para a escala da paisagem, revela-se difícil na sua operacionalização, pela existência de atributos imateriais e dinâmicas da paisagem que não encaixam em metodologias convencionais desenvolvidas para património construído. Qual a importância deste teste de autenticidade a nível das paisagens culturais?]

Entrevista
[sobre a alteração do nome do comité de jardins históricos para paisagens culturais e a nova categoria no património mundial]
O tema paisagem é absolutamente novo, não há especialistas. Tem êxito precisamente pelo interesse na lista de património mundial. Mas este tema tem sido debatido há bastante tempo.
Fui presidente do comité internacional ICOMOS, assessor da UNESCO. Em 1999, muito me custou. Fui eu quem mudou o nome do comité. Mudei e custou-me imenso. Eu tentei explicar

que jardins históricos era uma componente de paisagens culturais, não era um item diferente, estava intrínseco. Mas se mantivesse só os jardins históricos, desaparecia... Quando o conceito de paisagem cultural se ampliou, incluía os jardins históricos. Era absurdo ficar só numa tipologia quando paisagem cultural envolvia isso. Sendo o ICOMOS assessor, o nosso trabalho era defender o património, deste modo, se não tivesse mudado, a UNESCO poderia recorrer a outra entidade. É algo que tem muito prestígio, não podia perder a oportunidade e convencer os restantes...

A categoria das paisagens culturais parece que surge em 1992 mas teve antecedentes anteriores, na realidade, 4 ou 5 anos, já se falava nesta mudança em reuniões com um grupo de "pseudo-experts", mas na realidade eramos nós a trabalhar, franceses, ingleses, espanhóis e compreendíamos que havia de se chegar a algo, pois estas organizações internacionais, por um lado são muito pragmáticas e de facto, haviam declarado já "paisagens culturais", como Versailles, mas havia outros, que não se podiam declarar porque não havia "estante", para os colocar. Teria de haver uma categoria para que pudessem entrar com uma maior amplitude, na mesma estante, as montanhas sagradas da China ou Versailles, todos debaixo de um só conceito. A Convenção [do património mundial], juntou os conceitos de cultura e natureza sob o mesmo para teto. Algo que englobasse os dois conceitos. Uma Convenção não se pode mudar. A mudança é nas *guidelines*, mas a primeira tipologia de paisagem cultural qual é? [paisagens intencionalmente desenhadas – jardins históricos...]

[Em relação ao nome paisagens históricas, porque não vingou em detrimento ao de paisagens culturais?]

O conceito de cultura desenvolveu-se rapidamente. Tudo agora é histórico e cultural. Não há essa diferença entre história e cultura. A história dos povos lê-se nas suas paisagens.

[Sobre o estudo e metodologias de análise de paisagens culturais desenvolvidas pelo *National Park Service* (NPS), EUA]

O NPS não importa nada para o património mundial. A nível internacional, não tem importância. Praticamente todos os países têm um "NPS". O que o NPS tem de bom? Tinha mais dinheiro do que os outros e trabalhava melhor no sentido de publicações.

A política de "bosques e montes" da Finlândia é muito boa. O NPS a nível de legislação ou política não serve para nada...nunca sugeriu nenhuma lei. O NPS pode ajudar a fazer a candidatura de uma paisagem, o dossier, que é difícil. O NPS é um bom organismo na gestão de parques, não é um organismo internacional, não tem capacidade de estabelecer diretivas. Na realidade não foi o primeiro país a ocupar-se dos *"montes"*, praticamente todos, muito antes se tinham ocupado de cuidar dos "montes". O mais importante foram os alemães, com o movimento de romanticismo, até Hitler ao lutar por estabelecer os princípios da raça germana, preocupou-se mais com as paisagens alemãs e bosques e que eram fundamentais. Na preservação da paisagem, as melhores leis eram dos alemães, mas é difícil aprofundar. O conceito de paisagem em Espanha já tinha paisagens leis de proteção de paisagem em 1921: paisagens por razões de valores tradicionais, históricos ou naturais. Já se aplicava o termo paisagens.

Em Espanha, a classificação como património mundial, adquire na legislação a categoria de - *bem de interesse cultural*. A zona de proteção de um bem é imposta pela UNESCO, sendo um compromisso contraído entre o Estado e a UNESCO. Primeiro o país tem de proteger o bem e a UNESCO pede uma zona em redor. A entidade nacional tem de aprovar sugestões de obra e depois a UNESCO. Se a UNESCO não permite, não se pode fazer. As leis respondem ás necessidades da sociedade, não são estanques, mudam. Exemplo das hortas e espaços livres que faziam parte do convento [exemplo em Madrid]. Há que compreender a unidade conceptual do bem, não é um jardim histórico, é um

espaço que forma parte unitária do bem. Formam parte do conjunto. Antes era monumento. Agora é bem de interesse cultural (BIC). Uma paisagem cultural é um bem de interesse cultural.
A Convenção do Património Mundial não estabelece uma metodologia, deixa a cargo de cada país, não intervém na metodologia. É diferente um projeto de conservação de um projeto de restauro. Um projeto de reabilitação deveria incluir o de manutenção. Na realidade, na manutenção não se faz projeto, praticamente nunca. A manutenção só se faz para restauro, mas cada país tem o seu método, lógico.

[A transumância e o caso de Espanha]
Ainda há, muito restringida, nalguns pontos, mas algo turístico, anedótico, em Madrid passa no coração da cidade.
Podemos discutir até que ponto a transumância é uma paisagem cultural. Difícil de limitar. Pode estar mais próximo de um itinerário cultural. Há paisagens que num dado momento, uma função é a de transumância. É um tema muito rico, ou se trata muito bem ou pouco. Mas o tema das paisagens culturais está em evolução....pode aparecer a transumância. No extremo, tudo é paisagem, pois paisagem é o que nos rodeia. O tema paisagem cultural pode ser uma "armadilha". Se tudo é paisagem então realmente, paisagem não existe....
Primeiro de tudo, paisagem é muito mais difícil de limitar ou identificar que um jardim. Tens de criar unidades de paisagem. Imaginemos uma paisagem muito extensa: o rio azul de China. O curso pode ser uma unidade de paisagem (5.000km). Primeiro é a delimitação de uma unidade de paisagem coerente. O caminho de Santiago entrou como paisagem cultural, mas é um caminho muito bem definido, com princípio e fim.

[Autencidade, identidade, valores e atributos]
Identidade e autenticidade...difícil de falar de autenticidade numa cidade histórica. Creio que a autenticidade perfeita já não

existe. Creio que há uma espécie de limite que tu mesma te dás conta. Nas metodologias de restauro tens passos que são os mesmos para um jardim ou paisagem. O primeiro, é o conhecimento profundo do sítio, de diferentes pontos de vista. A cada dia tem de ser mais completo, entram mais coisas. No caso da paisagem é ainda mais complexo, porque os seus componentes são muitos e diferentes, muito diversos.

O conhecimento do sítio envolve diversos aspetos: o aspeto histórico, o clima, os solos, funções, o aspeto social, o uso, o turismo, as comunicações, a rede viária. Quanto mais se estuda, mais se conhece, há que extrair conclusões e estabelecer como se vai tratar. O *timing* que se tem é muito importante. Um parque pequeno fecha-se e abre num ano seguinte. Num parque de 200 ha tem de ser faseado, em 20 anos...

É sempre um atributo discutível, autenticidade. Para poder ser mais claro, os dossier de candidaturas vão aumentando, ..."7 tomos"... todos devem ter um tomo onde tudo esteja condensado, uma síntese com ideia clara do bem. Os restantes são para esclarecer dúvidas. Impossível ler tudo num curto espaço de tempo para decidir.

Prova de autenticidade, recorrer a coisas como sentido comum. O conhecimento é o que leva à interpretação dos valores do jardim. Se perdes os valores, perdes a razão de ser, a autenticidade, a profundidade do jardim. A autenticidade não está na flor que pões ou não, que foi posta com intenção de fazer mancha de cor, ou na disposição de árvores que alargam a perspetiva, com distância ou formas diferentes. Qual a intenção? As espécies, podem ajudar a recuperar ambiente, mas é um valor secundário, não o valor realmente. Os valores resultam do conhecimento profundo do jardim, da topografia, de tudo! O que faz com que seja irrepetível, único, nesse momento.

A soma de valores é importante, mas há um ou outro valor mais significativo. Qual a vocação, para que foi feito, construído? *Versailles*, não é só o rei sol, é a capacidade de fazer distinto, antes

não podia ter sido. O tratamento do espaço é o que mostra, qual a vocação do espaço. Versailles é dos exemplos mais claros de transformação de um espaço. O contexto social é importantíssimo. Naquele momento o que importava era o tratamento do espaço. Passou a transformação da Europa medieval, os descobrimentos. Conhecer e tratar o território era vital. Não tendo os instrumentos para definir o território, não podiam tratá-lo. *Le Notre* tratou e definiu as linhas de perspetiva e foi capaz de estabelecer a altura de escadas....tudo definido, é a grande vitória de *Versailles*. O plano de *Versailles* foi reproduzido por *Le Corbuseir*, o Plano de Washington, em Nova Delhi. Serviu de base a outros planos. Versailles serviu como a conquista do território, o avanço no espaço indefinido, à parte social e política, a grande lição é poder trabalhar a nível do território, não ao nível de jardim medieval ou barroco, encerrado, tratado de outra maneira, completamente diferente.

Há que conhecer e viver-se o local. Um jardim, ao tratar-se de um espaço, tens de viver o espaço, as construções, como vivem as pessoas, como usam, nunca se faz um caminho que vá contra o espaço. Como se vive a paisagem, como funciona, algumas coisas podem ser mudadas, outras não. Tudo é muito complexo, por isso, o restauro, como tal, não existe. Poderíamos falar de uma recuperação ou revalorização, que sempre terá várias alternativas. Não há uma única solução boa, há várias, defensíveis, diferentes porque o projetista também é autêntico, vai por o coração nesse trabalho e algo da personalidade vai acabar por se ver, nunca faremos o mesmo restauro, haverá coisas ultra defensíveis, mas o resultado final será sempre diferente. Isso não quer dizer que é mau ou pior, é uma obra de arte, entras a formar arte, sem querer, modificas, pois estás fora de tempo, do período, do material, da planta, nunca seria o mesmo. É importante ser honesta com o jardim e com o que o jardim te ensina, com a sua história e sua vivacidade, ou o seu estado. O jardim fala a partir da vivência do jardim.

Atributos...valores, difícil sintetizar quais são os valores, ainda para mais, únicos ou singulares, acabas por comparar com características de outros, para ser rápido (a nível da UNESCO há uma análise comparativa com outros experts). Valores e atributos são confundidos. Podemos sintetizar, para poder ver rapidamente, o que resulta sempre mal. No tema de paisagem é difícil e perigoso sintetizar tanto. Os atributos representam os valores, em geral, é verdade. Alguma vez se mesclam e não se vê tão claro, a meu ver. O mal é que pedem sempre que concretizes e apoies nalgo. Tem de se ir à história e justificar os valores e atributos.

Em que acabámos, na globalização. O mundo é uma paisagem, administrado pelo homem. O auge da Paisagem Cultural é o sinal de uma identidade, tendemos à globalização, mas temos de defendermo-nos de perdermo-nos neste mundo e tentar buscar pontos de apoio, que podem ser as paisagens culturais. Para ser diferente e recuperar diferente. Contra a globalização está o interesse pela busca da identidade. Algo que não é de todo o mundo, é de um grupo pequeno.